UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE – PPGLI - UEPB

ANTONIO DE BRITO FREIRE

A ESCRITA DA VOZ E DO NOME: SÓCRATES E MELETO NA *APOLOGIA* DE PLATÃO

Campina Grande-Pb
Fevereiro de 2016

ANTONIO DE BRITO FREIRE

A ESCRITA DA VOZ E DO NOME: SÓCRATES E MELETO NA *APOLOGIA* DE PLATÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade-PPGLI da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, na área temática: Literatura e Estudos Interculturais com linha de pesquisa em: Literatura, Memória e Estudos Culturais para a obtenção do título de Doutor.

Campina Grande-Pb

Fevereiro de 2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F866e Freire, Antonio de Brito
A escrita do nome e da voz [manuscrito] : Sócrates e Meleto na apologia de Sócrates / Antonio de Brito Freire. - 2016.
245 p. : il. color.

Digitado.
Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Departamento de Letras e Artes".

1. Apologia de Sócrates 2. Prefácios 3. Voz 4. Escrita I. Título.

21. ed. CDD 180

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO DE BRITO FREIRE

A ESCRITA DA VOZ E DO NOME: SÓCRATES E MELETO NA *APOLOGIA* DE PLATÃO

Tese realizada para obtenção do título de doutor em Literatura e Interculturalidade, na área temática: Literatura e Estudos Interculturais com linha de pesquisa em: Literatura, Memória e Estudos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade-PPGLI da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Aprovação: Campina Grande, Pb 03 de fevereiro de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino - UEPB

Orientador

Profa. Dra. Geralda Medeiros Nóbrega- UEPB

Examinadora

Profa. Dra. Rosângela Maria Soares de Queiroz - UEPB

Examinadora

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - UFCG

Examinador

Prof. Dr. Expedito Ferraz Júnior - UFCG

Examinador

AGRADECIMENTOS

À CAPES,

aos deuses,

à minha mãe,

ao professor dr. Luciano Barbosa Justino pela competência e pelos debates instigantes,

à professora dra. Geralda Medeiros,

à professora dra. Eliane Moura,

à professora dra. Divanira Arcoverde,

ao professor dr. Sébastien Joachim,

à professora dra. Rosângela Queiroz,

ao professor dr. Edson Tavares,

ao PPGLI-UEPB,

Dedico:

A Antonio Sotero, o carioca,
aos que não cito Nomes,
mas que seus Nomes estão inscritos em mim no que sou,

à minha mãe, Ana Bezerra de Lima, Istênia Santos, Fidel Castro, José Bernardo, Luciano Barbosa,
José Amálio Branco Pinheiro,
irmãos e irmãs,
aos fihos: aos 3,
Marcéu Gautama,
Gitá Juan,
Vida Luana.

In memória de: meu pai, Francisco Sotero, Duel, Tio, Antonio Medina Rodrigues, Dona Alice,
Zumbi dos Palmares, Guevara, Ariano, Nelson Mandela e Manoel de Barros...

Taí, taí: a oferta...

entre mãos e pés e peles e pelos e dedos e tintas e papéis, taí...
entre o processo e o possesso, taí...
entre insônias noites após dias, taí...
entre débitos e mais débitos, taí...
entre fastios e falta do que comer, taí...
entre a sede e a tempestade num copo dágua de reservas mortas, taí...
taí, taí...

À Istênia Silva Santos: amor-motiva...

O significado, portanto, é aquilo que se desloca e se esquiva incessantemente.
O significado de um pensamento ou signo
é um outro pensamento.
Por exemplo: para esclarecer o significado de qualquer palavra,
temos que recorrer a uma outra palavra que,
em alguns traços, possa substituir a anterior.
Basta folhear um dicionário para que se veja como isto, de fato, é assim
(SANTAELLA, 1992, p. 52).

RESUMO

Esta pesquisa cujo título é "A escrita da voz e do nome: Sócrates e Meleto na Apologia de Platão" estuda a *Apologia de Sócrates*, bem como os prefácios sobre esta obra, estuda a questão do nome em suas significações e a ambivalência de Sócrates e Meleto perante o Estado. Parte do princípio de que Meleto é peça fundamental para se entender o enredo da *Apologia* escrita por Platão e observa esta narrativa literária analisando Meleto e Sócrates, ora como "máquina de guerra" ora como exímios representantes do Estado em seus interesses políticos, jurídicos e religiosos. Este estudo não se furta de observar de que forma Sócrates e Meleto aparecem nos prefácios escritos sobre a *Apologia* à qual narra a condenação de Sócrates em 399 a. C., na cidade-Estado, Atenas, nesta narrativa se estuda a tensão estabelecida a partir do diálogo entre a escrita, a voz e a oralização desta escrita, principais suportes midiáticos ou tecnologias de inteligência que integram a vida literária destes protagonistas. Discute o percurso transitivo da voz à escrita neste diálogo a fim de esclarecer o motivo da voz de Meleto ser a que menos aparece na *Apologia*. Chama a atenção para se entender como a voz de Meleto surge nesta narrativa que comporta suportes teóricos cujas semioses interculturais esclarecem a relação de poder estabelecida em função do que dizem e pensam os prefaciadores diante do dualismo apatia/empatia em relação aos personagens da *Apologia*. A denúncia contra Sócrates foi impetrada pelo viés da escrita de Meleto e o confronto das defesas e acusações mútuas ocorreu através de suas vozes em diálogos posteriormente transcritos pela escrita de Platão. Neste sentido, pode-se entender que a voz na *Apologia* realiza dois tipos de oralidades, uma originada do empirismo do que não está registrado ou dito e, a outra, oriunda do conhecimento midiatizado e intermediado pela tradição escrita. Esta narrativa é imprescindível para os estudos da Crítica Literária pela rica fonte Semiótica presente em suas interfaces, às quais, vão da mídia da voz à mídia da escrita. A análise teve sua base teórica fundamentada em: Platão, Xenofonte, Genette, Didi-Huberman, Maingueneau, Bakhtin, Bourdieu, Deleuze-Guatarri, Le Goff, Zumthor, Peirce, Saussure, Santaella, Derrida, Spivak, Justino, Pierre Lèvy, Rancière, Barthes, Ginzburg e Moisés.

Palavras-chave: Prefácios. Tecnologias. Apologia. Voz. Escrita. Sócrates. Meleto. Nome. Ambivalência.

RESUMEN

Esta pesquisa intitulada como “La escrita de la voz y del nombre: Sócrates y Meleto en la apología de Platón” estudia la *Apología de Sócrates,* bien como los prefacios sobre esta obra, estudia la cuestión del nombre en sus significaciones y la ambivalencia de Sócrates y Meleto delante el Estado. Parte del principio de que Meleto es pieza fundamental para comprender el enredo de la *Apología* escrita por Platón y observa esta narrativa literaria analizando Meleto y Sócrates, ora como “máquina de guerra” ora como eximios representantes del Estado en sus intereses políticos, jurídicos y religiosos. Este estudio no se hace por observar de qué manera Sócrates y Meleto aparecen en los prefacios escritos sobre la *Apología* a la cual narra la condenación de Sócrates en 399 A.C, en la ciudad estado, Atenas, en esta narrativa se estudia la tensión establecida a partir del dialogo entre la escrita, la voz y la oralización de esta escrita, principales suportes demostrativos o tecnologías de inteligencias que integran la vida literaria de estos protagonistas. Discute el camino transitivo de la voz a la escrita en este dialogo a fin de esclarecer el motivo de la voz de Meleto ser la que menos aparece en la *Apología.* Llama la atención para comprender como la voz de Meleto surge en esta narrativa que comporta suportes teóricos cuyos semiosis interculturales esclarecen la relación de poder establecida en función de que hablan y piensan los prefaciadores delante del dualismo apatía/empatía en relación a los personajes de la *Apología.* La denuncia contra Sócrates fue impetrada por lo viés de la escrita de Meleto y el confronto de las defesas y acusaciones ocurrió por medio de sus voces y diálogos posteriormente transcritos por la escrita de Platón. En este sentido, se puede comprender que la voz en la *Apología* realiza dos tipos de oralidades, una originada del empirismo de lo que no está registrado o dicho y, la otra, oriunda del conocimiento midiatizado e intermediado por la tradición escrita. Esta narrativa es imprescindible para los estudios de la crítica literaria por la rica fuente semiótica presente en sus interfaces, las cuales van de midia de la voz hasta midia de la escrita. La análisis tuve su base teórica fundamentada en Platón, Xenofonte, Genette, Didi Huberman, Maingueneau, Bakhthin , Bordieu, Deleuze Guatarri, Le Goff, Zumthor, Peirce, Saussure, Santaella, Derrida, Spivak, Justino, Pierre Lèvy, Rancière, Barthes, Ginzburg y Moisés.

Palabras clave: Prefacios. Tecnologías. Apología. Voz. Escrita. Sócrates. Meleto. Nombre. Ambivalencia.

ABSTRACT

This research entitled *"The writing of the voice and the name: Socrates and Meleto in Plato's Apology "* studies the *Apology of Socrates* and the prefaces about this work, studies the name issue in their meanings and the ambivalence of Socrates and Meleto towards the state . It assumes that Meleto is one essential piece to understand the plot of the *Apology* written by Plato and observes this literary narrative analyzing Meleto and Socrates, or as "war machine" or a expert representatives of the State in its political, legal and religious interests. This study does not avoid to observe how Socrates and Meleto appear in the prefaces written about the Apology which tells the condemnation of Socrates in 399 a. C., in the city state Athens, in this narrative studies the tension established through dialogue between writing, voice and oralization of this writing, main media supports or intelligence technologies that integrate the literary life of these protagonists. It discusses the transitive route of the voice to the writing in this dialogue in order to clarify the reason of Meleto's voice been the voice that less appears in the Apology. Draws attention to understand how the voice of Meleto emerges in this narrative that involves theoretical holders whose intercultural semiosis clarify the power relationship established on the basis of what they say and think the preface's writers facing the dualism apathy/empathy for characters in the Apology. The complaint against Socrates was filed by the bias of Meleto's writing and the confrontation of mutual defenses and accusations occurred through their voices in post dialogue transcribed in Plato's writing. In this way, it can be understood that the voice in the Apology performs two types of orality, one originated from empiricism that are not registered or said, and the other coming from the mediatized knowledge and intermediated by the written tradition. This narrative is essential to the study of Literary Criticism by the rich Semiotics sources present in their interfaces, which ranging from voice's media to the writing's media. The analysis had it's theoretical foundation on: Plato, Xenophon, Genette, Didi-Huberman, Maingueneau, Bakhtin, Bourdieu, Deleuze-Guattari, Le Goff, Zumthor, Peirce, Saussure, Derrida, Spivak, Justin Pierre Lèvy, Rancière, Barthes, Ginzburg and Moses.

Keyword: Preface. Technology. Apology. Voice. Writing. Socrates. Meleto. Name. Ambivalence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 017

CAPÍTULO PRIMEIRO

1 DOS PREFÁCIOS À OBRA, DESLOCAMENTOS LITERÁRIOS: A *APOLOGIA DE SÓCRATES* EM DEBATE 034

1.1 **Sinopse 034**

1.1.1 A acusação: A denúncia de Meleto 034

1.1.2 A autodefesa de Sócrates 034

1.1.3 O julgamento (A condenação) 035

1.1.4 O suicídio 035

1.1.5 Enredando o enredo 035

1.2 A TEORIA DA FUNÇÃO-PREFÁCIO 038

1.2.1 OS PREFÁCIOS EM REVISTA: DOS PREFACIADORES EM SUAS PARCIALIDADES 038

1.2.2 SÓCRATES E MELETO: DA APATIA À EMPATIA DOS PREFACIADORES 062

1.2.2.1 Sobre as Apologias de Platão e Xenofonte 062

1.2.3 OS PREFÁCIOS DA APOLOGIA DE SÓCRATES EM FOCO 066

1.2.3.1 Sobre Sócrates 067

1.2.3.2 Sobre Meleto 084

CAPÍTULO SEGUNDO

2 SALVAR O NOME: O NOME À REVELIA DO NOME 109

2.1 OS NOMES SÓCRATES E MELETO NAS REDES SOCIAIS: DO IMPRESSO E DO VIRTUAL 116

2.2 PERFORMATIZAÇÃO DE UM SIGNO 126

2.2.1 Meleto na escrita 126

2.2.2 Meleto no cinema 126

2.3 DOS SITES: O NOME MELETO 133

2.4 O NÔMADE E O NOMADISMO DO NOME: A NOMADIZAÇÃO DO NOME MELETO 157

2.4.1 O itinerário de Meleto: o mapa dos passos 159

2.4.1.1 Referência 1 159

2.4.1.2 Referência 2 159

2.5 A INCONGRUÊNCIA DE UMA PRESENÇA AUSENTE 162

CAPÍTULO TERCEIRO

3 A AMBIVALÊNCIA DE SÓCRATES E MELETO: DE ESTATAIS À "MÁQUINAS DE GUERRAS" 176

3.1 O ESTADO GREGO EM CENA 177

3.2 DA AMBIGUIDADE DO "SÓ SEI QUE NADA SEI" 180

3.2.1 Território e fronteiras: Traçados políticos entre a escrita e a voz 183

3.2.2 Barroco em discussão: As inversões desconcertantes 190

3.3 AS MÁQUINAS DE GUERRAS E O ESTADO EM AÇÃO UNA PELA ORDEM 195

3.4 DA ESCRITA À ORALIZAÇÃO 202

3.5 POR UMA SEMIOSE DA VOZ 211

CONSIDERAÇÕES FINAIS 229

REFERÊNCIAS 236

Qual era sua forma primitiva?
Qual o seu autor?
Quando e por que foi escrita?

(MAINGUENEAU, 2006, p. 14).

Sócrates, aquele que não escreveu, como dizia Nietzsche...

(DERRIDA, 2004, p. 27).

INTRODUÇÃO

> Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais não são de fácil compreensão...É enganoso pensar a escrita em termos de sua consequência. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela, e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante (OLSON, David R e TORRANCE, Nancy, 1995, p. 7).

Os avanços globais e a aproximação das pessoas com os livros são perceptíveis do ponto de vista da evolução tecnológica. Na revolução midiática, a dinamicidade com que os diálogos no oral e no escrito evoluem tomam proporções ou dimensões outras, às quais refazem todo o conceito de como se processa a comunicação humana com determinadas obras ao longo dos tempos.

De certa forma, em alguns momentos, o livro impresso teve uma importância que hoje não se destaca mais com tanta intensidade devido ao advento de meios ou recursos midiáticos que comportam ou armazenam diversos livros a ponto de constituir uma biblioteca virtual bastante ampla para qualquer pessoa. Conforme estes avanços tecnológicos, a facilidade de acesso a publicações propiciam a diversidade e a difusão de ideias e de culturas às quais esclarecem sobre a importância de cada obra para a cultura em seus devidos tempos.

Isto quer dizer que é imprescindível uma observação atenta da obra e de sua repercussão não apenas em relação a esses tempos remotos, mas, sobretudo, em relação aos tempos posteriores que através destas vozes dialogam com a contemporaneidade a partir da obra literária. Bauman (2008, p. 123) nos diz que “a humanidade contemporânea fala por meio de muitas vozes e sabemos que continuará a fazer isso por um longo tempo”. Neste sentido, a proximidade da narrativa da *Apologia de Sócrates* com o público no decorrer dos tempos pode propiciar uma melhor relação dessa obra com a realidade ou com a ficção.

Para Didi-Huberman (1998, p. 40-41) é importante olharmos para a tumba e verificarmos que nesta tumba pode estar muito mais do que um “volume vazio,

desencarnado" e morto ou até mesmo nesta "tumba do tempo" pode haver uma voz mumificada sem som, silenciosa, sem ruídos, sem materialidade, mas que pode estar lá.

Por isto, é fundamental que o pesquisador tenha a audição e a visão aguçadas para poder ouvir e perceber com competência determinadas nuances interpretativas construídas para serem des-percebidas. No entanto, são estas audições e visões aguçadas destes estudiosos que farão despertar o diálogo já entubado e desprezado no entorno de uma obra literária.

Portanto, aqui cabe um esclarecimento em relação à obra que compõe o *corpus* de nosso estudo: A *Apologia de Sócrates* foi escrita por Platão em 399 a. C., e compõe-se de um preâmbulo e três partes: Na primeira parte, está "A defesa" de Sócrates em que consta o "Diálogo" com Meleto, na segunda parte, "A pena" e "Do esperado da pena", e na terceira parte, "Após a condenação" e "Aos que votaram contra" em que Sócrates faz uma reflexão sobre as suas convicções de vida e morte, bem como sua relação com os deuses e com a sociedade ateniense.

O prefaciador Bini (2011, p. 95) considera a narrativa da "Apologia de Sócrates como o registro de uma das defesas mais famosas e polêmicas da história do direito e da justiça ocidentais. Paralelamente, trata-se de uma pequena obra-prima literária de um dos assistentes dessa defesa: Platão é um dos discípulos de Sócrates".

Portanto, a presente tese tem como objetivo debater sobre a necessidade de uma multiplicidade de leituras capazes de propiciar mudanças consideráveis na interpretação da obra a partir das intervenções do leitor contemporâneo que pode atuar como um modificador do sentido primeiro da obra ou mesmo como um mantenedor deste sentido, ou seja, o sentido tal qual seu autor produziu.

Neste choque entre as ideias do autor com o modo do leitor acatar ou retrucar estas ideias, se deduz que este confronto é fundamental para a geração de novas leituras com novas cadeias de sentidos que interpretarão os vazios ou os prováveis desvios de alguns pontos considerados ora relevantes, ora irrelevantes nesta construção de novos significantes dentro da estrutura da obra literária.

Em nosso estudo fica claro que mesmo a *Apologia de Sócrates* tendo sido escrita por Platão, próximo dos anos de 399 a. C., em sua ligação com um fato real na cidade-

Estado, Atenas, mesmo assim, não deixa de ser uma obra cuja narrativa comporta rastros culturais e políticos a partir dos quais o poeta Meleto e o filósofo Sócrates se encontraram para celebrar ora o encontro, ora o desencontro entre a Arte e a Filosofia, imprescindíveis ao saber dos gregos.

Estes rastros culturais e políticos podem ser considerados trans-históricos quando a obra ganha a repercussão que a *Apologia de Sócrates* ganhou. Atualmente, o índice de pesquisadores interessados em estudar determinados momentos culturais da Literatura Clássica tem aumentado consideravelmente, e sem dúvida alguma, este interesse sempre deságua no ambiente grego, ambiente que sempre comporta a presença de Sócrates, de Platão e de Meleto. Em relação a Meleto, há raras informações ou pistas sobre quem foi sua pessoa, sua poesia, suas ideias e seus ideais.

Esta desatenção proposital em relação ao poeta Meleto, poderia até configurá-lo como um subalterno. Aqui, chamamos a atenção para o que nos alerta a prefaciadora (GOULART, 2010, p. 12) quando ela esclarece que Spivak (2010) questiona o termo "subalterno" ao dizer "que não pode ser usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado".

Mesmo assim, Meleto aparece como uma espécie de subalterno ou marginal aos olhos dos filósofos porque da *Apologia de Sócrates* aos prefácios que estudamos percebemos que a importância deste poeta é sempre minimizada. O que corrobora para que nos aliemos à definição que vem apontar o subalterno como aquele ser que não pode usar a sua própria voz.

Para Foucault (2005, p. 140), "Essa relação entre a linguagem e a obra deixou de ser, a partir de determinado momento, puramente passiva" embora Foucault (2005) atribua certa centralidade de uma linguagem muda sempre repetível até antes do século XVIII.

Entendemos que Foucault deseja alcançar outras discussões com o seu debate sobre esta linguagem muda. Assim, o que ocorre com a *Apologia* escrita por Platão em relação ao poeta Meleto é a manutenção da mudez de sua linguagem poética. Os prefaciadores em foco parecem repetir o que o livro prévio, no caso, a *Apologia*, deseja, que é colocar o poeta Meleto na condição de um subalterno uma vez que sua voz é

silenciada ou negativizada durante toda a obra e, curiosamente, esta voz, na vigência de novos estudos, principalmente, em prefácios, acaba também sendo silenciada.

Este fato suscita um debate à luz da tautologia da crítica, à qual "nos fala do que é óbvio", conforme Didi-Huberman (1998, p. 55). Ou seja, a objetividade crítica configurada nesta obviedade da obra primeira, deixa claro que a maioria dos prefaciadores estudados demonstram esta proximidade com a obra, no sentido de que em seus prefácios sempre assumem posturas que delegam melhores tratamentos a um ou outro personagem em suas abordagens.

Deste modo, estes prefaciadores acabam quase que constituindo uma nova apologia em seus prefácios a partir do momento em que deixam a obra de lado para se deterem em elogios aos protagonistas de seus interesses. Ou seja, de acordo com os prefácios aqui estudados, percebe-se esta mácula de uma defesa incondicional da personagem Sócrates e, por outro lado, vislumbra-se um ataque desmedido em relação ao poeta Meleto.

Portanto, o fato de Meleto escrever e Sócrates não, merece, a nosso ver, uma atenção redobrada. Esta atenção redobrada deve ir da escrita até à voz, às quais Meleto usou para defender na oralização, a escrita. O diálogo ocorrido neste julgamento deflagra o que chamamos de tensão entre a voz e a escrita. Esta tensão, a nosso ver, se estabelece em termos de espaço que as vozes de Meleto e de Sócrates ocupam na narrativa da *Apologia de Sócrates*.

Assim, nossa hipótese no início da pesquisa, era observar até que ponto na contemporaneidade, os prefácios acerca da *Apologia de Sócrates* poderiam ser considerados como gêneros textuais que atuariam no sentido de serem verdadeiros condutores ou disseminadores de ideologias menos parciais possíveis sobre este julgamento.

No entanto, percebemos que estes prefácios são textos que encampam uma ideologia que circula dentro de uma tradição discursiva, à qual materializa uma espécie de defesa de um personagem e de ataque em relação a outro personagem a partir de uma linguagem tendenciosa e recheada de signos provocadores de efeitos multiplicadores da circulação destes discursos dominantes, os quais constituem a reprodução de um tipo de

apatia que afeta o poeta Meleto, o que, de certa forma, nos motivou a mergulhar nesta pesquisa.

Para alcançarmos as respostas desejadas, estudamos este julgamento buscando uma forma de atualizarmos os estudos sobre as vozes do poeta Meleto e do filósofo Sócrates, os quais dialogam na *Apologia* na busca de provarem diante do Estado que são inocentes das acusações que ambos fazem um ao outro. Embora falemos aqui desta acusação ao poeta Meleto como algo presente na defesa de Sócrates, o qual tenta inverter a situação colocando Meleto como um mentiroso que estaria levantando questões infundadas, o que configura também uma acusação de Sócrates a Meleto perante o Estado. Assim, esclarecemos que a acusação contra Sócrates foi lavrada por Meleto, já a acusação a Meleto se deu pela via da informalidade oral no momento da defesa e acusação oral.

Achamos pertinente uma abordagem sobre a temática do julgamento afim de suscitar a relevância deste estudo para a Crítica Literária e revelar o quanto é necessário transpor para a atualidade este debate milenar, para deste modo, compreender este fato à luz de uma crítica mais contundente a partir da montagem de dados bibliográficos correspondentes às leituras desejadas para uma abordagem sobre o *corpus* escolhido.

Cabe explicitarmos que esta pesquisa almeja colocar, às claras, a necessidade de uma discussão sobre os tratamentos dados aos protagonistas Sócrates e Meleto, tanto na *Apologia* quanto nos prefácios que tratam desta obra e, também, objetiva debater, sobretudo, o espaço social e humano que estes protagonistas alcançam no campo teórico, ao mesmo modo que procura entender Sócrates e Meleto como sujeitos com posturas filosóficas, políticas, poéticas e jurídicas bem definidas diante do Estado. Percebe-se que em suas performances discursivas, cada personagem procura manter-se numa linha de conduta que os conduz ora aos desmontes ora às reconstruções de seus perfis intelectuais.

Portanto, nossa coleta de dados foi feita nas bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG e na Universidade Federal da Paraíba-UFPB com a finalidade de observarmos até que ponto dentro dos cursos de Filosofia e de Letras a *Apologia de Sócrates* estava atualizada e se de fato havia debates atuais sobre esta obra.

Na busca para obter respostas e minimizar nossa inquietação científica, nos deparamos com uma lacuna em relação a debates mais atuais sobre esta obra e seu tema e, principalmente, sobre um debate sobre a importância da presença da voz do poeta Meleto no ato da defesa de sua acusação perante o tribunal. Esta voz foi silenciada da obra aos prefácios que estudamos.

Conforme já esclarecemos, pesquisamos vários prefácios da *Apologia de Sócrates* que se repetiam tanto em relação aos seus autores, quanto em relação aos próprios prefácios. Pesquisamos em livros, artigos, revistas e sites com a finalidade de ampliar a pesquisa e observar de que forma Sócrates e Meleto apareciam em debates e imagens.

No início, nosso *corpus* de estudo se compunha da *Apologia de Sócrates* e de um prefácio do crítico brasileiro Alceu Amoroso Lima (1969) o que já dava "pano para as mangas" em relação ao estudo do tema do julgamento e a opinião deste crítico sobre os protagonistas da obra. Assim, o que motivou nossa curiosidade foi o discurso deste crítico, o qual sustentava, em seu prefácio, o poeta Meleto como um poeta "medíocre e de pequeno vulto".

Deste modo, a partir de outras fontes procuramos estudar, além da *Apologia*, também os prefácios que tratavam desta obra com a finalidade de observarmos a posição dos demais prefaciadores sobre o fato e sobre as personagens em foco. Principalmente, o personagem que aparecia como secundário e sem importância dentro da *Apologia* de Platão.

O fato mais curioso foi a nossa ancoragem no prefácio e nossa percepção, a partir de então, passou a ser de que o prefácio não poderia, de forma alguma, ser um texto que sobrevivesse à margem da obra prefaciada, pois, sem dúvida alguma, os prefácios devem servir de base para melhor apreensão do conteúdo necessário para uma análise mais contundente.

Percebemos que a maior influência destes prefaciadores é a própria *Apologia* a partir da qual, cada prefaciador construiu sua opinião tanto sobre o fato como em relação aos próprios personagens.

Encontramos, ao longo de nossa pesquisa, além dos livros e das outras fontes citadas, a linguagem cinematográfica, também, interessada neste fato, à qual reproduziu

este enredo através do filme “Sócrates” cuja leitura se pauta na própria fonte da *Apologia*.

No filme de Roberto Rossellini (1971) a trama é montada à luz dos diálogos de Platão e o olhar deste cineasta mira o poeta Meleto como um jovem que, ao lado da multidão, “espreita” os debates de Sócrates.

Os desafios da pesquisa exigiram de nós, mais tempo, mais dedicação e a montagem de um arquivo da *Apologia* com suas traduções em língua portuguesa. Após a montagem deste arquivo científico optamos por uma análise de 8 prefácios sobre esta obra objetivando verificar como se dava o debate em torno da *Apologia* e qual a importância de Sócrates e Meleto para estes escritores.

Esclarecemos que a escolha destes prefácios no presente estudo se deu a partir do momento que percebemos que parte dos prefácios encontrados ao longo da pesquisa se repetiam em seus tradutores e em seus prefaciadores. Verificamos que alguns prefaciadores eram mais influentes nos meios de suas discussões, a exemplo de Amoroso Lima (1969) que aparece em vários prefácios de novas edições.

Intentamos acrescentar com nossa pesquisa uma aproximação com a Crítica Literária e com a Filosofia com a finalidade de colaborar com um debate que não seja restrito apenas à Filosofia como de praxe, mas a ambas, já que este embate envolve um poeta e um filósofo num diálogo desigual e polêmico.

Assim, ao passo que almejávamos chegar aos nossos objetivos, fomos revelando à nossa tese de que estes textos que acessávamos, os prefácios, eram unânimes e conduziam uma constante em seus discursos, os quais se reproduziam ventilando o perfil do poeta Meleto, no senso comum, como de uma espécie de canalha e este ataque se dá da *Apologia* aos prefácios. Isto se percebe mediante esta posição unânime de cassação da voz de Meleto em detrimento da supervalorização da voz de Sócrates.

Esta supervalorização de uma voz e desvalorização de outra, se acentua a partir dos prefaciadores e críticos que se dedicam a escrever sobre esta narrativa, os quais se destacam em suas opiniões ao tentarem comentar ou apresentar a *Apologia*. Inclusive, estes prefácios, de acordo com nosso estudo, atuam como uma espécie de gênero textual

conforme Genette (2010) o paratexto, o qual se utiliza de um texto anterior para ventilar opiniões atuais.

Muitos estudos foram dedicados a este debate com o intuito de conclamar a injustiça cometida contra Sócrates, todavia, não percebemos estudos que destaquem a importância do poeta Meleto e de sua voz no debate que se desenrola diante do tribunal de juízes.

Todos os discursos construídos sobre este fato são oriundos de Platão. Destarte, as opiniões sobre Meleto passam a ter seu norte nas armadilhas montadas por Platão em sua renomada obra. Entretanto, nossa pesquisa busca sobretudo ampliar os horizontes deste debate procurando analisar e trazer à tona uma discussão que coloque o poeta Meleto na linha de frente deste embate já que ele é autor do processo montado e ator neste confronto histórico pela via da oralidade.

Assim, a tarefa de nossa pesquisa é, além de analisar os prefácios aqui em foco, discutir a tautologia no tocante a este retorno deste ataque platônico, agora, pela via dos prefácios, os quais atacam não só o nome de Meleto, mas a sua imagem diante desta trama. Portanto, cabe ressaltar que embora este enredo seja secular, mas sua temática envolve julgamento, política, poesia e direito, o que faz com que busquemos uma amplitude de compreensão mais atualizada, já que este processo envolvia, fundamentalmente, a questão da livre expressão e esta é, sem dúvida alguma, uma preocupação abrangente também de nosso tempo.

O debate da temática que envolve a livre expressão é atemporal, é do tempo de Homero, é do tempo de Sócrates e de Meleto e continua sendo de extrema relevância para o processo de comunicação em nossa época. Este texto de Platão traz à baila uma reflexão crítica sobre o papel da crítica em torno do livre pensamento de um intelectual em sua cidade, em seu país. Sócrates e Meleto, são, sem dúvida, exemplos paradigmáticos desta relação política e religiosa entre o indivíduo e a cidade, entre o intelectual e o poder que o Estado sugere.

Este estudo da presença das vozes de Sócrates e Meleto neste diálogo tran-histórico, nos conduz a um patamar de compreensão de que este debate deve questionar os sentidos impostos pelos discursos constituintes, os quais estão mais do lado de Sócrates do que do lado de Meleto.

Dito isto, esclarecemos que não pretendemos com o presente debate instituir uma forma de supremacia de um personagem sobre outro, conforme o fez Platão e os prefaciadores em discussão, nem tão pouco objetivamos mapear uma espécie de opinião linear para demarcar o campo de atuação ou o grau de importância de um ou outro protagonista.

Nossa leitura indica que é preciso questionar estes valores repetidos, os quais apontam para a necessidade de uma observação mais pontual em relação à voz do poeta Meleto. Isto quer dizer que nossa leitura, a princípio, partiu da presença de uma certa arrogância destas vozes dominantes e foram estas vozes que gritaram aos nossos ouvidos e que chamaram a nossa atenção, como pesquisador, para o barulho estridente de algumas vozes e o silêncio aterrorizador de outras.

Em relação ao procedimento deste objeto em análise, esta pesquisa foi de cunho bibliográfico com documento primário que definimos como a própria *Apologia* e documentos secundários que são os prefácios escritos sobre esta obra.

A presente análise abrange uma perspectiva de cunho mais descritivo na exposição das críticas levantadas a partir das observações cuidadosas e da aplicação de teorias que subsidiaram a problemática da nossa pesquisa.

Partimos de uma abordagem teórica para atender às nossas inquietações em relação à análise do *corpus* selecionado, o qual está presente na estirpe dos fins exploratórios, os quais consideramos descritivos e explicativos.

Neste sentido, fizemos uso da metodologia qualitativo-interpretativa para a obtenção precisa do *corpus* e análise dos dados. Deste modo, esta metodologia busca dar de conta da existência da multiplicidade de vozes que bailam na obra de Platão em confrontos que beiram a desigualdade intelectual entre os seus personagens.

Contudo, as considerações que envolvem o presente estudo abordam questões relativas à História, à Poesia, à Filosofia e ao Direito que estão presentes na força da subjetividade do discurso que cada protagonista assume um perante o outro, e, consequentemente, diante do público e do Estado.

Esta metodologia parte do pressuposto de que a partir da interpretação de determinados signos, na *Apologia*, pode-se descobrir uma multiplicidade de sentidos dentro de uma cadeia infinita que suscitará outros signos para novas interpretações.

Nossos pressupostos epistemológicos propõem uma abordagem que saia mais do campo da Filosofia com o objetivo de trazer este debate para o campo da Crítica Literária uma vez que este estudo, por ser de cunho interpretativo, pode abordar questões que dizem respeito a uma relação de poder entre os sujeitos e os sentidos de suas falas, às quais são oriundas destas relações de poder entre os personagens.

Partimos do pressuposto de que há uma espécie de discurso uno entre Platão e os prefaciadores em debate, este discurso uno acabou formatando um campo de símbolos em que suas significações desencadeiam uma linguagem interpretativa mais restrita ao campo dos filósofos.

Deste modo, entendemos que a Crítica Literária deve se inserir dentro deste processo de renovação de interpretação em relação à *Apologia de Sócrates* para que estas abordagens interpretativas quebrem ou desmontem estas molduras que enquadram este debate no campo específico da Filosofia. Desta forma, devemos questionar o porquê da Crítica Literária ser tão apática ao julgamento de Sócrates e, por conseguinte, ser tão apática em relação ao poeta Meleto.

Nossa tese consiste em retomar esta narrativa e questionar, sobretudo, o discurso oriundo de filósofos e o pensamento que se configurou em torno desse discurso nas produções dos prefaciadores, comentadores e tradutores da *Apologia de Sócrates* e, desta forma, objetivamos problematizar estes discursos que privilegiaram e ainda privilegiam em suas análises, a voz de Sócrates e de seus defensores em detrimento do silenciamento da voz do poeta Meleto.

Percebemos o quanto é imprescindível debater e levantar questões que digam respeito a este julgamento histórico. Este fato é fundamental para que compreendamos a relação dos filósofos com os poetas ao longo da *Apologia* e, que, de certa forma, este acontecimento instituiu um tipo de relação que estabeleceu uma espécie de cultura de submissão entre o filósofo Sócrates e o poeta Meleto nesta narrativa.

Isto quer dizer que o fato de Sócrates ser, provavelmente, mais "estatal" do que o poeta Meleto acabou por ter sua voz escutada e preservada, e isto, indiscutivelmente, se deu devido a Sócrates ser adotado pela conjuntura política do Estado ateniense, o que justifica-se, pelo fato de Sócrates ter deixado bem claro que estava do lado do Estado.

Assim, a partir deste embate funda-se uma ambivalência que vai da ação do Estado ao acatar a denúncia de Meleto e a defesa de Sócrates, até a ação deste mesmo Estado que representado pela multidão, após a execução de Sócrates, também, condenou e executou o poeta Meleto.

No *corpus* de nossa pesquisa estudamos as vozes de Sócrates e de Meleto e encontramos estas vozes carregadas de significações que dizem muito mais do que elas mesmas dizem, e que, estas vozes foram produzidas por uma espécie de "máquina de guerra" que a serviço do Estado manipulou a voz da personagem Meleto. Isto, também, pode ser observado em relação à sua escrita, o processo, cuja voz não produz ruídos nos campos literários.

No **capítulo primeiro** "Deslocamentos literários dos prefácios à obra: A *Apologia de Sócrates* em debate" iniciamos nossa discussão com um olhar voltado para as produções de prefácios sobre a *Apologia de Sócrates* com a finalidade de observarmos de que forma a obra e as personagens são abordadas por estes autores. Evidentemente, que este capítulo, como porta de entrada para o nosso debate, configura como uma espécie de território para que possamos perceber de que forma este enredo é compreendido pelos prefaciadores da *Apologia.*

Este capítulo desnuda os rumos tautológicos que os prefaciadores dão à obra e aos personagens em seus discursos. Ainda neste capítulo questionamos e analisamos os prefácios e o espaço que tanto Sócrates quanto Meleto ocupam nestas discussões.

Neste sentido, os prefaciadores que se debruçaram sobre esta narrativa se detiveram exclusivamente em defender de forma parcial o protagonista Sócrates e na maioria das vezes destinaram ao poeta Meleto certo ataque ou constituíram uma espécie de esquecimento proposital da importância de Meleto nesta trama.

Em todos os prefácios estudados em nossa tese percebe-se uma lacuna que se acentua, porque não há, entre os prefaciadores, interesses comuns de elevar o nome do

poeta Meleto. É mais comum nos textos destes prefaciadores nos depararmos com os discursos que defendem Sócrates e silenciam a voz de Meleto.

Podemos aludir que há um conflito entre a voz e a escrita. Esta dicotomia conflituosa persiste em diferenciar os espaços que nossos protagonistas ocupam na *Apologia*. As vozes são suportes que podem ser auxiliadores da presença dos protagonistas no texto escrito, isto, a partir do momento em que se posicionam para demarcarem suas presenças com seus discursos.

Deste modo, nosso primeiro capítulo consiste numa amostragem que problematiza, à luz da tautologia, os prefácios, (Cf. DIDI-HUBERMAN, 1998) e faz uma análise que visa colocar à baila, de forma mais detalhada, o problema desta tentativa de ocultação ou de minimização da importância de Meleto tanto nesta obra quanto em relação aos prefácios que, conforme Genette (2010) constituem uma espécie de gênero que reitera e confirma sempre um mesmo significado e um mesmo sentido, ou seja, os prefaciadores dizem da obra prefaciada aquilo que seu autor quer que a obra diga. Deste modo, nosso objetivo foi estudar como Meleto apareceu nestes prefácios.

No **capítulo segundo,** fizemos uma abordagem sobre a questão do nome "Salvar o nome: o nome à revelia do nome". Neste capítulo analisamos a questão da consolidação dos nomes Sócrates e Meleto e nos dedicamos a estudar mais precisamente esta consolidação do nome Sócrates tanto na *Apologia* quanto nos prefácios. A partir de então, nos dedicamos a analisar a significação do nome como signo conforme Peirce (2005) e no que implica o trânsito dos nomes Sócrates e Meleto em relação a este histórico julgamento.

Deste modo, nossa discussão recaiu sobre a questão do nome cujo debate encontra em Derrida (1995) o respaldo teórico. Portanto, neste capítulo, estabelecemos uma discussão sobre a questão do nome enquanto signo e de que forma o nome pode ser manipulado pelo discurso constituinte, o discurso filosófico, conforme Maingueneau (2006). A nosso ver, o discurso filosófico enquanto discurso constituinte reconstitui a função do nome Meleto como desconstrução de si mesmo numa espécie de apagamento.

Neste sentido, o nome, conforme Derrida (1995) supõe nomear para além dele mesmo, o nomeável além do nome, o nomeável inomeável. Como se fosse preciso, ao mesmo tempo, salvar o nome e tudo com ele salvar, exceto o próprio nome, *salvo o*

nome, como se fosse preciso perder o nome para salvar aquilo na direção do qual se dirige por meio do nome (DERRIDA, 1995, p. 40-41).

Procuramos estudar o nome Meleto, não apenas no âmbito histórico, embora este seja um caminho que também nos interesse, mas nosso foco é este nome do ponto de vista poético e político. Com esta premissa sobre o discurso constituinte, percebemos na narrativa da *Apologia* que este discurso constituinte passa a ser o discurso filosófico à medida que este discurso migra para o fechamento deste debate, exclusivamente, dentro do campo filosófico.

Na estrutura do **capítulo terceiro** "A ambivalência de Sócrates e Meleto: De estatais à máquinas de Guerras" (Cf. DELEUZE-GUATARRI) procuramos adentrar a questão desta ambivalência, da ambiguidade ou do dualismo, às quais comportam a ação de cada personagem diante da obra.

Neste capítulo, nosso alvo foi estabelecer um debate para explicarmos até que ponto tanto Sócrates quanto Meleto podem ser considerados tanto "máquina de guerra" como defensores do Estado por ambos encamparem diante do Estado ateniense uma responsabilidade mútua de defender e acusar ao mesmo tempo este Estado.

No presente estudo, procuramos esclarecer a questão da ambivalência em torno das ações do poeta Meleto e do filósofo Sócrates que em suas performances discursivas apontam para significantes que ora estão indexados, ora estão em construção.

Assim, estes significantes são fundamentais para entendermos a força intelectual do nome Meleto que "salvo o nome", aparecerá como um sujeito dominante de várias tecnologias intelectuais. Entendamos estas tecnologias intelectuais conforme nos alerta Lèvy (1991, p. 44) para quem "as tecnologias intelectuais misturam-se à inteligência dos homens por duas vias": através da escrita e da voz e, nós acrescentamos, da imagem.

Os nomes Sócrates e Meleto atuam como antídotos e venenos para a ação jurídica movida pelo Estado que é representado por estes dois protagonistas. É como se este debate representasse uma disputa do Estado contra o próprio Estado para que prevalecesse a ordem. Sócrates foi o Estado, Meleto foi o Estado e o Estado foi o

Estado diante deste processo histórico e cheio de artimanhas religiosas, jurídicas, políticas, poéticas e filosóficas.

Neste sentido, empreendemos nosso estudo em relação ao nome Meleto com o devido cuidado para não vitimizar este nome que também é estatal ou não torná-lo um réu quando ele é o acusador e muito menos nagativizá-lo como cidadão. É comum encontrarmos referências ao nome Meleto como: “Meleto, filho de Meleto” o que faz com que o nome Meleto recorra ao próprio nome numa cadeia de significantes que sugerem, talvez, menor amplitude histórica e literária.

Para adentrarmos neste debate sobre a “máquina de guerra” e o Estado que se enfrentam e estão incrustados e imbricados tanto nas ações de Sócrates quanto nas ações de Meleto é importante percebermos que esta ambivalência que comanda a alma desses personagens também integra as ações do próprio Estado.

Nas **considerações finais** há um atalho para os resultados aos quais chegamos na análise dos dados e nas **referências** estão expostas as obras teóricas que compõem o fundamento científico de nossa empreitada acadêmica.

Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?
Um ser metafísico?
Uma fábula sem
Signo que a desmonte?
...como vai o homem
junto de outro homem,
sem perder o nome?

(DRUMMOND, 2004, p. 215).

CAPÍTULO PRIMEIRO

Eis o conteúdo dos motivos da acusação escrita apresentada pelo poeta Meleto, considerada grave e datada em janeiro de 399 a. C.:

não reconhecer os deuses do Estado,
introduzir novas divindades
e corromper a juventude
(AMÉRICO, 1996, p. 6).

1 DOS PREFÁCIOS À OBRA, DESLOCAMENTOS LITERÁRIOS: A *APOLOGIA DE SÓCRATES* EM DEBATE

1.1 Sinopse

Corpus da pesquisa: *Apologia de Sócrates*

Autor: Platão

Tema: O julgamento de Sócrates

Ano do acontecimento: 399 a.C.,

Personagens: Sócrates, Meleto, Anito, Licon e os juízes (Estado)

Local: Atenas – Grécia

1.1.1 A acusação: A denúncia de Meleto

> Sócrates comete crime corrompendo jovens e não considerando como deuses os deuses que a cidade considera, porém outras divindades novas (PLATÃO, 1969, p. 29).

1.1.2 A autodefesa

Sócrates discursando em sua autodefesa:

1º parte

> ...mas, poderia talvez parecer estranho que eu, andando daqui para lá, me cansasse dando em particular estes conselhos, e depois, em público, não ousasse, subindo diante de vosso povo aconselhar a cidade. A causa disso é a que em várias circunstâncias, eu vos disse muitas vezes: a mim me acontece qualquer coisa de divino e demoníaco; isso justamente Meleto também escreveu no ato da acusação, zombando de mim. E tal fato começou comigo em criança. Ouço uma voz, e toda vez que isso acontece ela me desvia do que estou a pique de fazer, mas nunca me leva a ação. Ora, é isso que me impede de me ocupar dos negócios do Estado (PLATÃO, 1969, p. 67).

2ª parte

> A minha impassibilidade, cidadãos atenienses, diante da minha condenação, entre muitas razões, deriva também desta: eu contava com isso, e até, antes, me espanto do número de votos dos dois partidos. Por mim, não acreditava que a diferença fosse assim de poucos, mas de muitos: pois se somente trinta fossem da outra parte, eu estaria salvo. De Meleto ao contrário, estou livre, me parece ainda, agora, e isso é evidente a todos: se Anito e Lícon não viesse aqui acusar-me Meleto teria sido multado em mil dracmas, não tendo obtido o quinto dos votos... (PLATÃO, 1969, p. 83).

3ª parte

> Digo-vos de fato, ó cidadãos que me condenastes, que logo depois virá uma vingança muito mais severa, por Zeus, do que aquela pela qual me tendes sacrificado...Aconteceu qualquer coisa de maravilhoso...
>
> Aquela minha voz habitual do demônio em todos os tempos passados que me era sempre freqüente e se opunha ainda nos mais pequeninos casos, cada vez que fosse para fazer alguma coisa que não estivesse muito bem...
>
> Mas, já é hora de irmos: eu para a morte, e vós para viverdes. Mas, quem vai para melhor sorte, isso é segredo, exceto para Deus... (PLATÃO, 1969, p. 97-102).

1.1.3 O julgamento (A condenação)

A pena sugerida: "eles pedem, pois, para mim a pena de morte..." (PLATÃO, 1969, p. 85).

A pena recebida: pena de morte.

1.1.4 O suicídio

Opção: Ingestão da cicuta.

1.1.5 Enredando o enredo

A *Apologia de Sócrates* é uma narrativa literária de autoria do filósofo Platão (423/ 347 a.C.,), na qual Sócrates atua em sua autodefesa em seu julgamento, no qual foi acusado de corromper a juventude e de não aceitar os deuses oficiais reconhecidos pelo Estado.

Esta obra é considerada como uma das mais belas deixadas pela antiguidade clássica, narra o julgamento, a condenação e a morte do filósofo Sócrates. Esta narrativa tem um alcance político cuja envergadura teórica discorre sobre as leis estatais e traz problemas de ordem religiosa, os quais são matérias de infindáveis discussões.

Este enredo envolve muitas nuances em suas relações de poder. Nesta narrativa, quatro nomes entram em cena: Sócrates, Meleto, Anito e Licon, dentre outros citados ao longo da defesa de Sócrates. Destes, apenas dois dialogam diretamente, Sócrates e Meleto, os demais são fontes de discussões em instantes oportunos, mas sem participarem diretamente do diálogo.

Apesar de nunca concluir suas opiniões, Sócrates tentou demolir ou desconstruir a tese que lhe foi imposta pelo poeta Meleto, o autor da denúncia escrita, o qual se

apresentou pessoalmente para defender sua acusação escrita, mas pouco aparece no diálogo da *Apologia*.

A primeira questão observável nesta obra é o domínio da linguagem que Sócrates detém sobre seu interlocutor Meleto. Dizem os críticos que o discurso proferido por Sócrates na *Apologia* é o mesmo que foi proferido perante o tribunal.

De acordo com Platão, Sócrates foi vítima do poder político do aparelho do Estado. A *Apologia de Sócrates* foi escrita em forma de diálogo. Dos personagens, Meleto é o único a falar no decorrer da autodefesa de Sócrates. De certa forma, há uma ambivalência ou mesmo uma ambiguidade na acusação de Meleto na qual afirmou que Sócrates praticava o ateísmo, e, que acreditava em semideuses.

No decorrer desta narrativa, Sócrates se dedicou e centrou sua atenção na construção de uma arguição contrária aos argumentos dos seus interlocutores e respondeu com perguntas e a partir das quais ousou refutar a todos na tentativa da invalidação das teses opostas à sua.

É difícil precisarmos se há fidelidade na escrita de Platão em relação ao conteúdo do diálogo ocorrido entre as personagens. Em relação a esta fidelidade, é oportuno esclarecer que este diálogo foi introduzido pela escrita de Meleto, mas desenrolou-se perante os juízes através da conversação, e posteriormente, veio à tona pela escrita de Platão.

Deste modo, diante do processo de transição de tecnologia para tecnologia, ou seja, da escrita para a oralidade e da oralidade para a escrita, poderíamos nos aliar às suspeitas de Tannery (2013, p. 32) para quem "tanto Platão como Xenofonte deformaram igualmente as conversações de Sócrates, e assim caímos na mais completa incerteza" sobre a fidelidade das conversas entre Sócrates e Meleto, posteriormente transcritas pela escrita de Platão. Portanto, neste enredo houve uma movimentação ou um deslocamento de tecnologia para tecnologia.

Os argumentos irônicos de Sócrates faziam desandar seus acusadores e a persistência de suas interrogações deixavam seus interlocutores sem palavras para suas refutações. Neste sentido, na *Apologia* não há uma contra-argumentação do poeta Meleto em relação às interrogações de Sócrates. É nesta obra que Platão expõe o método argumentativo interrogativo socrático. Esta obra é provavelmente um dos textos mais antigos de Platão e está situada no dualismo de seus diálogos que são divididos

entre os diálogos da juventude e dialogos da velhice ou da maturidade de Platão. No qual Platão relata o discurso de Sócrates no tribunal de Atenas. Neste texto explicita-se a forte influência de Sócrates sobre Platão.

Há um fato curioso nesta obra, cada protagonista, em sua particularidade, é a representação das categorias envolvidas neste enredo: Sócrates representa os filósofos, Meleto, os poetas, Anito, os artífices, Licon, os oradores e os juízes, o Estado.

Este cenário do julgamento de Sócrates constitui um campo de representações às "quais não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade", Chartier (2011, p. 27).

Deste modo, a autodefesa de Sócrates, feita perante seus "impudentes e impenitentes" acusadores (PUGLIESI, 1981, p. 38) foi registrada e evocada com fervor e entusiasmo por Platão em sua *Apologia*. Na defesa de Sócrates que tem valor literário inestimável, há uma síntese da Filosofia socrática. Este enredo, além de demonstrar o caráter cético de Sócrates, também expõe de que forma ele se utilizou de determinados termos e argumentos para tratar da questão da imortalidade da alma, embora alguns críticos indiquem que esta tese não era propriamente de Sócrates, mas do próprio Platão, já que Sócrates era o seu principal porta-voz.

Portanto, nossas inquietações em relação à *Apologia* refletem abordagens, cujas nuances, às vezes, são imperceptíveis se não olhadas com cuidados. Assim, em nosso estudo, nosso propósito é pontuar estas abordagens sobre Sócrates e sobre Meleto a partir do ponto de vista de Platão até os prefaciadores cujos signos revelam os conflitos deste diálogo que vão da escrita de Meleto à oralidade e da oralização desta escrita para a escrita de Platão em sua renomada obra.

Entendemos que este enredo contempla dois eixos fundamentais do saber humano que são a oralidade e a escrita. Assim, para adentrarmos esta questão da escrita e da oralidade nesta narrativa é fundamental, entendermos como, metaforicamente, a *Apologia* estabelece um debate entre estas tecnologias intelectuais, escrita e oralidade. Ou seja, Meleto neste confronto da *Apologia* representa a escrita e Sócrates é o representante exímio da oralidade. Neste sentido, estas personagens representam duas idades porque estão entre estas duas semiosferas. Para entendermos esta discussão é necessário verificarmos onde inicia este projeto de Platão de defender o poder da

oralidade sobre a escrita. Esta crítica de Platão à escrita está presente no diálogo *Fedron* onde Platão privilegia a força da oralidade ao defender que o ensino da Filosofia só seria eficiente através da oralidade e não através da escrita. Neste diálogo Platão supervaloriza este viés do saber porque para ele o texto escrito é frio, congelado, imóvel, portanto impossível de modificações por ser estável, ao contrário do oral que é mais flexível e sempre permitirá modificações.

Talvez, a *Apologia* seja uma forte demonstração deste elogio e desta defesa de Platão à oralidade, o que parece referendar a força da tecnologia que Sócrates utilizava e defendia na defesa de suas ideias e convicções.

Deste modo, percebemos que essa disputa entre esses protagonistas se desdobrou em toda a Filosofia platônica que incita certas implicações, que de certa forma, também são tão importantes para estudos, quanto o estudo das personagens em foco. Portanto, em meio a estas implicações, emerge uma que é fundamental: o debate sobre os saberes que se confrontam neste diálogo que alguns críticos apresentam como uma espécie de prosa corrida.

Assim, no entorno da *Apologia* escrita por Platão se conflitam escrita e oralidade numa tensão que põe em cena a relação de poder que se instalou neste confronto, o que sugere que esta narrativa não deve ser exclusividade da Filosofia e dos filósofos, deve, sobretudo, interessar à Crítica Literária, à Antropologia, ao Direito, à História, enfim, aos Estudos Interculturais que se interessem pelo percurso deste confronto.

A crítica iniciada por Platão, no diálogo *Fedron*, sobre a escrita como algo gélido, frio, fixo que, não permite modificações, se aprofunda na *Apologia*, quando Platão delega a Sócrates o poder de defender a sua honra e a sua verdade pela via da oralidade. Na *Apologia* está a marca desta crítica à escrita e a defesa de uma tese que se amparou na doutrina socrática de apenas falar e nada escrever.

1.2 TEORIA DA FUNÇÃO-PREFÁCIO

1.2.1 OS PREFÁCIOS EM REVISTA: DOS PREFACIADORES EM SUAS PARCIALIDADES

A partir daqui, objetivamos demonstrar que os prefácios são textos imprescindíveis nesta relação de aproximação/distanciamento do leitor com a obra propriamente dita, e, portanto, devem integrar, impreterivelmente, a parte de análise de toda obra que seja introduzida por esta modalidade textual que é o prefácio.

É imprescindível que vejamos a *Apologia* como uma obra literária e passemos a nos debruçar sobre ela, sobre seus prefácios e sobre os seus protagonistas com a finalidade de entender que esta narrativa tem prerrogativas que estão além das implicações do julgamento de Sócrates. Estes segredos serão dissipados a partir do momento em que entendermos a *Apologia*, não somente como um texto apológico ao protagonista Sócrates, mas sobretudo como um texto que envolve uma gama de conhecimentos que vão da Poesia, da Filosofia ao Direito.

Para Genette (2010, p. 15), "há cinco tipos de relações transtextuais: o primeiro tipo o qual Genette indica como transtextualidade foi explorado por Júlia Kristeva e que o próprio Genette define como "uma relação de co-presença entre dois ou vários textos" ou seja, o diálogo entre dois ou mais textos e a forma mais precisa que este pesquisador indica como esta relação de "co-presença" é "a prática tradicional da citação", o segundo tipo, segundo este crítico "é constituído pela relação, geralmente, menos explícita e mais distante, que, no conjunto formado por uma obra literária, o texto propriamente dito mantém com o que se pode nomear simplesmente de paratexto: título, subtítulo, intertítulo, prefácios, posfácios, advertências, prólogos; notas marginais, de rodapé, de fim de texto; epígrafes, ilustrações, release, orelha, capa, e tantos outros tipos de sinais acessórios a exemplo de: autógrafos ou alógrafos, que fornecem ao texto um aparato (variável) e por vezes um comentário, oficial ou oficioso..." (GENETTE, 2010, p. 15-17).

O terceiro tipo de "transcendência textual" Genette vai indicar como "metatextualidade" que ele vai associar ao termo "comentário" que "une um texto a outro texto (convocá-lo) do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo". O interessante é que nesta estrutura de distribuição dos cinco de tipos de transtextualidade, o crítico Genette dá um salto e discute antecipadamente o quinto tipo para em seguida chegar ao seu foco que é o quarto tipo.

Então, Genette (2010) discute o quinto tipo da seguinte maneira: “o mais abstrato e o mais implícito, é a arquitextualidade, definida acima. Trata-se aqui de uma relação completamente silenciosa, que, no máximo, articula apenas uma menção paratextual titular, como em poesias, ensaios” e finalmente chega ao quarto tipo justificando que adiou sua discussão por ser este tipo ao qual ele se dedicará a estudar na obra supracitada.

Deste modo, se refere ao quarto tipo de transtextualidade o qual ele nomeia de hipertextualidade e, assim, define este quarto tipo: “entendo por hipertextualidade toda a relação que une um texto B (que chamarei hipertexto) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota de uma forma que não é a do comentário...” (GENETTE, 2010, p. 14-17).

Dentre estes cinco tipos de transtextualidades destacaremos a que mais nos interessa em nossa pesquisa, à qual Genette indica com o nome de paratexto, que, a seu ver, é sinônimo de prefácio, constituído pela relação, geralmente, menos explícita e mais distante do que no conjunto formado por uma obra literária, o texto propriamente dito mantém com o que se pode nomear simplesmente seu paratexto.

Neste sentido, vale uma ressalva, para pensarmos pausadamente o papel dos prefácios sobre determinada obra e o espaço que esses prefácios devem ocupar nos estudos de Crítica Literária, opção esta que iniciamos em nossa tese porque entendemos o prefácio com esta abertura para que possamos pensá-lo (Cf. GENETTE) como um gênero de fundamental importância dentro dos circuitos de análises literárias.

Entendemos que há esta lacuna em relação a estudos voltados para os prefácios. Muitas vezes, os prefácios não interessam aos leitores nem à Crítica, à qual prefere se debruçar sobre a obra, sua temática e seus protagonistas deixando sempre de lado este gênero, o prefácio, o qual dentro do estudo que empreendemos tem um valor literário fundamental na afixação e interpretação da *Apologia* com relação ao leitor.

Compreendamos este leitor como aquele que estabelece uma relação com a obra sem a mínima aproximação com os prefácios ou que passa a entender a obra a partir do mapa de leitura traçado pelos prefaciadores. Muitas vezes, estes leitores ficam à deriva das empatias/apatias desses prefaciadores, os quais constituem determinadas querelas em seus prefácios.

Assim, nem a *Apologia de Sócrates* nem os prefácios que tratam diretamente desta obra foram ou são alvos de análises da Crítica Literária. O que chama a nossa atenção é o fato de esta obra mesmo sendo de extrema importância para a História da Filosofia e da Poesia ser tão desconhecida no campo das Letras.

O prefácio pode ser entendido como uma espécie de palimpsesto, porque é um tipo de obra extraída de uma obra anterior, é como se fosse uma raspagem da obra anterior para que surja uma obra mais atual, porém inspirada, sobretudo, na criação primeira, é como se, sob este texto primeiro, existisse outro texto que precisasse ser *raspado para se traçar* outro texto. O prefácio, conforme nossa pesquisa, pode ser encarado como um texto fundamental para se entender a interpretação no entorno de determinadas fontes a partir de suas influências.

O prefácio, como um palimpsesto, também se constitui como um hipertexto, e pode ser considerado esta espécie de literatura de segunda mão, que, segundo Genette (2010, p. 7), "se inscreve através da leitura, o lugar e a ação no campo literário"; esta literatura de segunda mão confirma-se pela força que tem o texto anterior. "Um texto pode sempre ler outro texto que já leu outro texto" (GENETTE, 2010, p. 7).

É imprescindível que entendamos o termo *prefácio* como o designativo de um discurso apresentado à luz de um discurso anterior, mais precisamente compreendido como o texto primeiro, a obra propriamente dita, prefaciada em primeira mão por estes autores que atuam como intérpretes críticos na criação de seus prefácios, os quais se tornaram conhecidos por alguns leitores e, em sua grande maioria, estes prefaciadores são desconhecidos dos próprios autores das obras prefaciadas.

Maingueneau (2006, p. 55), sobre a obra, diz o seguinte:

> A obra enuncia através de uma situação que não é um quadro preestabelecido e fixo, ela pressupõe uma cena de fala determinada que precisa validar por meio de seu próprio enunciado. Ela se legitima através de um circuito: mediante o mundo que instaura, ela precisa justificar tacitamente a cena de enunciação que impõe desde o começo.

O prefácio integra a matéria paratextual de uma obra e é constituído a partir de um conglomerado de discursos cujas responsabilidades dos conteúdos são do próprio autor ou mesmo de críticos que analisam a obra prefaciada.

Genette (2010) se ocupa de definir as propriedades que dão sustentabilidade ao texto prefacial e indica o prefácio como um gênero cuja função se caracteriza pela presença de fragmentos do texto inicial ou seja, os prefácios que estudamos se caracterizam por este diálogo com o texto escrito por Platão. São inúmeros os fragmentos da *Apologia* que entram em cena para fazer destes prefácios novas apologias socráticas.

Desde a Antiguidade, o prefácio tem sua história como matéria paratextual. Genette (2010, p. 18) define que, na fase "de Homero a Rabelais –, os prefácios são breves e simples". A aparição do prefácio com características mais extensas e dissociadas "do texto por estratégias tipográficas liga-se à existência do texto impresso", e somente a partir do século XVI, o prefácio passa a ganhar destaque por se assumir como um tipo textual mais autônomo.

Portanto, é necessário pesquisar o deslocamento literário de determinadas obras em relação aos prefácios na relação que este texto estabelece com os leitores, bem como o deslocamento literário da função do prefácio e por quê e com que finalidade literária estes prefácios se tornam cada vez mais longos.

Caberia uma discussão para entendermos quais são os novos interesses que ganham estatuto nesta mudança, na qual não importa apenas seu tamanho, ou seja enquanto texto longo ou curto, mas sim, sua profundidade textual e sua estratégia discursiva a partir destes discursos anexos, os quais contemplam uma conjuntura "teórico-literária" extremamente tendenciosa.

Na verdade, esta expansão literária do prefácio está associada à invenção de uma novidade que tem como fundamento esta revolução no sentido de encararmos como esta novidade está, ao mesmo tempo, ligada e desgarrada da obra em si. Ligada no tocante a ter a obra como referência única e desgarrada porque muitos prefaciadores deixam a obra de lado para se apegarem a determinadas críticas a um ou outro personagem. Assim, é preciso entendermos não apenas a Literatura em si, ou melhor as obras, mas explicarmos este novo estatuto das obras a partir do prefácio.

Desta maneira, é possível, a partir da leitura dos prefácios, depararmo-nos com os discursos consolidados, os quais visam a um juízo prévio sobre as obras prefaciadas.

Entendemos que estes discursos consolidados, podem alterar a relação dos leitores com estas obras.

Historicamente, o prefácio sempre foi considerado um pré-texto, configurado no início da obra, e, muitas vezes, não percebido pelos leitores, ou, então, um texto que se apresenta aos leitores como uma porta de entrada, às vezes, sem saídas, porque esta porta de entrada entrega a estes leitores, caminhos que os conduzem à apatia/empatia em relação à obra prefaciada ou em relação aos protagonistas desta obra.

Neste sentido, embora não pareça, mas todo prefácio consiste em dar um estatuto à obra literária. Portanto, a partir das mudanças de atitudes dos leitores, estas atitudes acabam por alterar suas percepções de acordo com cada época e com as mudanças destas percepções, mudam, também, as interpretações feitas das obras nos seus respectivos prefácios.

A partir destes debates os prefácios assumem nova dimensão de análise que, conforme afirmamos anteriormente, nada tem a ver com seu tamanho, mas, sobretudo com a estrutura de sua mensagem. Segundo Genette (2009, p.10) "futuros leitores tomam conhecimento de um livro, através, por exemplo, de uma entrevista do autor – quando não por meio de uma resenha num jornal ou de uma recomendação boca a boca, que de acordo com nossas convenções, quase sempre não fazem parte do paratexto"

Estas mudanças na função do prefácio indicam indagações às quais nos levam a inquietações no sentido de questionarmos o porquê destes prefácios assumirem estas novas dimensões de análises. No caso do nosso estudo, esta dimensão de análise se caracteriza pelas empatia/apatia do prefaciador em relação à obra, ao autor ou aos protagonistas.

Contudo, Genette (2009, p. 11) nos diz que

> os caminhos e meios de paratextos não cessam de modificar-se conforme as épocas, as culturas, os gêneros, os autores, as obras, as edições de uma mesma obra, com diferenças de pressão às vezes consideráveis: é uma evidência reconhecida que nossa época "midiática" multiplica em torno dos textos um tipo de discurso desconhecido no mundo clássico...

Por exemplo, Chartier (2011, p. 40) é enfático em relação às "mutações da cultura escrita no nosso presente, cujas transformações, ao longo dos séculos, modificaram os suportes do escrito, as técnicas de sua reprodução e as maneiras de ler".

Contudo, percebe-se que estas mudanças no prefácio designa um novo perfil da obra que passa a se movimentar de maneira mais solta na visão do prefaciador que ao escrever sobre a obra lida cria uma espécie de "metáfora das vozes das páginas lidas" o que, ao ver de Chartier, lhe "parece um bom começo para retomarmos à trajetória de pesquisa que conduziu do livro à leitura, e desta à literatura".

Devido a estas mudanças, podemos até considerar alguns prefaciadores como transgressores por desviarem a função do prefácio, isto porque acabam assumindo a posição de resumir e comentar o conteúdo da obra que prefaciam com posições parciais.

Esta transgressão textual por parte destes prefaciadores, se apresenta de várias formas: ora na retomada de passagens da obra, da qual não se percebe, de fato, para que existe o prefácio, e, ora para disseminar juízos de valores sobre as personagens e o enredo da obra.

Por este motivo e também porque não é, necessariamente, responsabilidade do autor da obra primeira, os prefácios são, na sua maioria, textos assinados por terceiros, embora seu autor possa ser o mesmo do texto principal ou mesmo uma personagem desse texto (tratando-se de uma obra de ficção) ou uma terceira pessoa, que, por competência, é convidada a apresentar o livro.

Sendo de autoria variável, o prefácio assume, sobretudo, uma função de apresentação ou comentário da obra, mantendo-se, tradicionalmente, à parte da estrutura interna desse texto. O que muitas vezes acontece é que os prefaciadores não abandonam a estrutura do texto original e partem, inicialmente, do próprio texto para disseminar suas posições críticas, mas sempre a serviço de outros propósitos que fogem, muitas vezes, ao próprio domínio do autor da obra prefaciada.

No que concerne à questão da especificidade do estatuto desses prefácios que aqui estudamos, há uma enorme lacuna dentro do campo de estudos da Crítica Literária que não realça este tipo de texto como importante para os estudos da Literatura.

Esta apatia da crítica, ou melhor, esta indiferença ou este abandono a este enredo, talvez, explique porque cada prefaciador toma certas posições parciais em relação ao conteúdo da obra prefaciada, ora na defesa, ora no ataque aos autores da obra ou aos protagonistas.

Estes prefácios, sem uma devida observação atenta da Crítica Literária, podem se configurar como um gênero textual que pode desviar a atenção dos leitores, no sentido de que estes leitores podem deixar de fora de seus discursos determinados focos importantes da obra.

Se esses prefácios não despertam a atenção da Crítica Literária é preciso indexar uma posição crítica que não destaque apenas o caráter documental ou histórico deste gênero diante da *Apologia*.

Isto nos leva a considerar esta narrativa como uma obra literária pouco estudada, ou seja, extremamente deficitária em termos de análises literárias, embora esta narrativa comporte matéria prima suficiente que, a nosso ver, contempla o interesse de uma crítica contundente, à qual pode ser fixada, conforme Chartier, (2007, p. 9) "por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer".

Podemos aludir que o problema de escassez de análises sobre a *Apologia* se dar, exatamente, por causa deste entendimento da obra em si. É como se esse entendimento desta crítica tradicional fixasse uma regra na qual se entendesse que o que é da Filosofia, cabe à Filosofia, o que é do Direito, cabe ao Direito. E assim, de acordo com este olhar, cada campo de saber enclausuraria seus enredos dentro de seus próprios saberes.

Destarte, dado o primado da obra e do autor em seu devido campo de saber, pode haver uma espécie de rebaixamento de todos os outros textos em torno da obra. Este rebaixamento, por sua vez, evidencia o quanto estes outros textos são sem importância perante a própria obra.

No entanto, nossa tese vem mostrar como estes prefácios são fundamentais porque são capazes de tanto instituirem um sentido unívoco à obra, repetindo todos os sentidos, como são capazes de atribuirem sentidos outros. Dizemos unívoco no sentido

de que este prefácios podem apenas repetir aquilo que a obra diz estabelecendo um tipo de discurso o qual constitui uma aliança intelectual no entorno de uma só opinião sobre este enredo e seus protagonistas.

Se dermos atenção plena a estes textos, os prefácios, perceberemos duas verves fundamentais: uma que aponta para uma certa liberdade de expressão, com a qual poderíamos, em certo sentido, até exagerar ao dizermos que a obra em si, não existe, ou, por outro lado, entendermos o prefácio como um texto cujo diálogo mais íntimo não foge às regras de significação da obra primeira.

Aqui recorremos a Chartier (2011, p. 48) para abordarmos a questão do papel da análise da crítica e tomamos a liberdade de fazermos alusão à *Apologia* quando ele diz no tocante à crítica, que a

> intenção não é propor uma interpretação global desses textos, que seria talvez a tarefa específica de uma crítica propriamente literária, mas elucidar sua dupla historicidade: a oriunda das relações que eles entretém com discursos e práticas comuns, e a ligada às modalidades materiais de suas transmissões.

Entendemos que esta análise da *Apologia* já existe, mesmo que, exclusivamente, pelo viés da Filosofia e foi esta análise global, a principal demarcadora de práticas de leituras e de escrita, às quais produziram aquilo que podemos chamar de "o objeto de uma inesgotável ironia e um poderoso recurso para produzir ilusão" (CHARTIER, 2011, p. 48).

Estes territórios demarcados por esta análise global da Filosofia estabeleceu modelos de leitura e de escrita os quais se impõem, se firmam e chamam a atenção para as infinitas "formas de mobilidade que caracterizam o texto: a mobilidade dos personagens na história" Chartier, (2011, p. 49) em particular Sócrates e Meleto, os quais nos conduzem a uma exploração central em torno de suas ideias e de suas ações políticas, jurídicas, filosóficas e poéticas.

Diz Chartier (2011, p. 53)

> não dissociar jamais a reflexão metodológica ou teórica que permite o diálogo com as disciplinas vizinhas, de estudos ligados a *corpus*, objetos ou questões bem-delimitadas e localizadas; ou hábito de retornar os mesmos problemas ou os mesmos textos para propor, numa série de artigos ou de um livro a outro, entendimentos mais seguros e profundos.

No tocante a esta premissa de uma leitura e de uma escrita dirigidas e oficiais, prefácios, resumos, afirma (CHARTIER, 2011, p. 53-54)

> Ai não se encontram, espero, nem a afirmação de uma necessidade, como mostram os acasos dos encontros e das descobertas, nem o sentimento excessivo de uma singularidade como atestam as numerosas leituras, frequentemente transformadas em resumos, prefácios ou comentários, que levaram à construção de um domínio próprio de trabalho e de reflexão partilhada nos dois lados do Atlântico.

Genette (2010, p. 23) indica que todo "enunciado pode ser investido de uma função paratextual, mas o prefácio (diríamos de bom grado o nosso título) é um gênero".

Concordamos com Ginzburg (2007, p. 191-192) quando afirma que "um gênero é definido por uma série de características que implicam ao mesmo tempo restrições e possibilidades. No passado, essas características eram definidas como leis". Portanto, o prefácio não pode ser trabalhado à revelia destas características mesmo que seja um gênero.

Vejamos que Moisés (1988, p. 240) atribui aos gregos a definição do que podemos entender por gênero, primeiro diz ele: "os primeiros esboços de um pensamento acerca do que mais tarde receberia o rótulo de gênero se encontra na obra *As Rãs*, de Aristófanes (Século V-VI a. C.,), representada em 405 a. C., Entretanto, a mais recuada notícia de uma consciência do problema se localiza na *República* (liv. III, 394)".

Podemos verificar que são os contemporâneos de Sócrates que definem o sentido do termo gênero. Conforme Moisés há um leque de autores os quais se dedicaram em suas épocas a definirem o que poderia ser gênero e na atualidade nos deparamos com o conceito de Genette que acrescenta ao conceito de gênero, o termo prefácio.

Claro que estas restrições e possibilidades devem ser pensadas a partir de duas prerrogativas: primeiro, que implica certo cuidado para que não se pense no gênero prefácio como um texto no qual se possa expor, incondicionalmente, a posição pessoal do prefaciador, quer seja como parcial ou imparcial; e, segundo, porque a intervenção dos prefaciadores podem estabelecer um juízo de valor sobre a obra, sobre seus protagonistas e sobre suas temáticas.

É preciso atentar para as confirmações de detalhes na ordem da microestrutura desses prefácios para que entendamos o grau de pertinência desses paratextos que são determinantes em suas análises e, sem dúvida alguma, esses prefácios constituem um leque de discursos que podem mudar o olhar do leitor no tocante ao entendimento da obra.

Neste sentido, vale uma abordagem à luz de Chartier (2007, p. 12-13) para pensarmos sobre esses discursos e suas forças:

> Contra tal abstração dos discursos, convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como a dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e dos revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas, como quer o "novo historicismo".

Não é só a produção de textos sobre determinadas obras que firmarão contratos da crítica com esta obra, mas, também, a produção de textos; neste caso, o prefácio, enquanto gênero textual pode determinar a sobrevivência da obra para além do que determina seu próprio campo de expansão.

A *Apologia* e seu enredo, normalmente, são objetos de análise apenas no campo da Filosofia, no qual a Crítica Literária não ousou adentrar para interferir em determinados campos de análise. Isto implica dizer que, provavelmente, esta obra foge dos padrões de análises, e, por isso, foge da linha de interesse da Crítica Literária. Por outro lado podemos até entender a partir de nossa pesquisa que em certo sentido a Crítica Literária pode até não fugir porque a pesquisa descortina, no campo da Crítica Literária, um viés novo a ser explorado com interessantes resultados.

Nesse sentido, nos prefácios aqui estudados, não há apenas a tentativa de abstração dos discursos de um ou outro protagonista; há, também, uma tentativa destes prefaciadores em confirmar ou negar determinados pontos de vista seus sobre as temáticas presentes na obra.

Sobre o prefácio, Goulart (2010, p. 7), em seu prefácio ao livro *Pode o subalterno falar* de Spivak, afirma que esta autora ao prefaciar Derrida (1973), no livro *Gramatologia,* discorre sobre "o prefácio como uma forma peculiar de escrita". Esta

peculiaridade de escrita que é o prefácio é inerente aos atos de ler e escrever, e, nos parece que há uma proposta dentro do senso comum de encarar ou de se praticar o prefácio como uma forma eficaz para falar de livros lidos.

Para Goulart (2010, p. 7-8) o prefácio "se configura como um importante veículo de teoria crítica – deve seguir alguns protocolos específicos, ao tentar abordar ao mesmo tempo o sujeito concreto biografado e o texto por ele produzido".

O prefácio é, sem dúvida alguma, este veículo imprescindível para nossa aproximação/distanciamento com a obra literária, isto do ponto de vista da teoria crítica, portanto, devemos ter determinadas cautelas no tocante às suas abordagens sobre os autores e as suas obras.

Goulart (2010, p. 8), ao se referir ao conceito de prefácio, afirma: "Esse incessante movimento de intermediação entre o sujeito, a obra e o leitor torna-se, pois, um processo de escrita marcado pela contradição e pela ambivalência e, por isso mesmo, a autora qualifica tal exercício como um árduo trabalho crítico".

Contudo, chamamos a atenção para o que Goulart (2010, p. 14) retoma em sua discussão quando "desvela que o lugar incômodo é a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência".

Assim, fica claro, que há, de fato, este lugar incômodo nos prefácios da *Apologia de Sócrates*, lugar incômodo que Goulart chama de "cumplicidade do intelectual", o que, para nós, é a cumplicidade do prefaciador que quer falar por Platão, por Meleto e por Sócrates e que, através deles e falando por eles quer disseminar um olhar oficial, um discurso constituinte.

Entendamos o termo oficial aqui, conforme Genette (2010, p. 16), que diz: "toda mensagem paratextual que o autor e/ou editor assumem abertamente, de cuja responsabilidade não se pode esquivar. Assim, oficial é tudo aquilo que, de fonte autoral ou editorial, figura no peritexto ântumo como o título ou o prefácio original". Portanto, é preciso entender até que ponto esse movimento oficial de intermediação pode influir na forma negativa ou positiva que o leitor terá para encarar a leitura da obra prefaciada.

Esta ambivalência do prefaciador de estar do lado do autor e do lado de determinados protagonistas demarca, de certa forma, o poder de intervenção que o autor

deteve sobre o prefaciador e o poder que o prefaciador poderá exercer sobre a interpretação do leitor ao tomar do autor determinados conceitos para a escrita do seu prefácio. De certa forma, parece que o propósito maior do prefácio é reiterar o sentido da obra primeira num movimento tautológico.

Para Genette (2010, p. 14), o prefácio é um paratexto porque estabelece um diálogo com a obra propriamente dita e por ser uma forma de escrita que estabelece diferenças no seio de sua inventividade e por estar na ambivalência de duas leituras que advêm do centro da criação literária da obra: uma, é a leitura do prefácio, o qual tem implícito em seu bojo, a tentativa de uma arrumação de sentidos conforme a obra prima; e a outra, é a leitura do leitor que se depara com o prefácio enquanto texto que indica uma zona de conforto/desconforto ao se estabelecer como porta de entrada em sua primeira relação com a obra prefaciada.

Deste modo, buscamos analisar os prefácios sobre a *Apologia*, sobretudo, para entender esta relação dos prefaciadores com a temática da obra prefaciada a partir de suas intervenções por um viés ideológico ou heurístico nos leitores, os quais leram ou lerão estes prefácios como textos prévios sobre as obras pelas quais estes leitores possam se interessar.

Entendemos que estas discussões prévias, nestes prefácios, seguidas do dualismo parcialidade/imparcialidade, muitas vezes, agressivas e indevidas causam as impressões iniciais dos leitores e, de certa forma, obrigam estes leitores a estabelecerem uma relação com a lógica do sentido que estes prefácios veiculam.

> uma nova relação com as obras, que são fontes de emoções mais puras e guias para toda a existência. A leitura que exige a escrita, emudecida assim em imagem, não pode mais ser aquela dos hábitos antigos; ela supõe uma revolução das práticas e dos sentimentos (CHARTIER, 2007, p. 20).

Nossa discussão sobre esta nova relação do leitor com a obra primeira, a partir do prefácio, ancora na preocupação de entendermos que estes prefácios podem ser determinantes ao estabelecerem e transmitirem uma espécie de emoção, à qual pode transgredir o valor literário da obra.

Compreendemos que as impressões de um “bom” prefaciador podem indicar entradas e saídas mais inteligíveis para uma ótima interpretação da obra. Assim, dada a

importância do enredo da *Apologia* propomos uma espécie de leitura dissociada da absorção das práticas de leituras tomadas pela sentimentalização desses prefaciadores.

Conforme Barthes (1966, p. 47) "não é só a crítica a começar esta 'travessia da escrita' que irá possivelmente marcar o nosso século, mas todo o discurso intelectual". Desta forma, é a crítica que sinaliza para explicações e apreciações pertinentes em relação a determinadas obras e autores e é esta crítica que trará à tona para a memória dos leitores tudo o que conserva e de certa forma classifica como importante ou como fenômeno da Literatura.

É preciso atentar para o fato de que é a crítica quem determina a morte ou a sobrevivência de determinadas obras e seus respectivos protagonistas e são suas opiniões *cabidas e descabidas* que anunciam a importância de uma obra para determinado tempo.

A crítica, normalmente, olha para a obra em duas perspectivas: qualifica e classifica de *platônico* o poder que a obra tem de ultrapassar todas as suas possíveis incorporações materiais, ou, então define como *pragmática* a perspectiva de que não existe texto fora da materialidade da leitura e da escrita, dualismo este que divide a Crítica Literária.

Os prefácios observados e estudados em nossa pesquisa atuam como *novas* obras, embora reiterem sempre o mesmo sentido que a *Apologia de Sócrates* escrita por Platão propõe. Esta *nova* obra, o prefácio, é também, um hipertexto que à sombra da originalidade da obra primeira pode criar ou no mínimo propor uma nova perspectiva em relação a esta narrativa. Esses prefácios não perdem o vínculo com a obra porque a criação da obra pressupõe um olhar mais aguçado, mais atento e extremamente posicionado do ponto de vista crítico.

Esses prefácios giram em torno de uma confirmação daquilo que deseja Platão. Essas *novas* obras, ou sejam, os prefácios, reiteram o mesmo significado, o mesmo sentido num movimento tautológico que diz o que Platão disse, embora com outras palavras, mas sempre com o propósito de reforçar o que poderia ser entendido como o sentido original da obra, o que é ponto crucial em nossa tese, por entendermos que de acordo com o princípio heurístico, não existe o que normalmente denomina-se de

sentido original porque o sentido, em torno de qualquer obra, é construído historicamente.

Seria impossível verificar de que forma uma determinada obra literária pode ser considerada original sem sofrer influências de diversas fontes que antecederam sua criação. Assim, o prefácio, apresenta *um aparato (variável)* que deixa escapar opiniões que de tão parciais podem até embaralhar o leitor, conforme Genette (2010, p. 15) "o mais purista e o menos vocacionado"; este leitor "purista e menos vocacionado", muitas vezes, não dispondo de maturidade suficiente de leitura pode adentrar a obra com um olhar distorcido a partir do prefácio.

Contudo, a participação de Meleto, na narrativa da *Apologia*, é fascinante, por ser pontilhada por tentativas de distorções de ordem político-literário. Neste sentido, há uma espécie de cultura da escrita platônica que visa a uma só coisa, desmontar o discurso do poeta Meleto que parece confrontar o discurso constituinte dos filósofos.

O poeta Meleto se torna ambivalente à medida que é um sujeito redutível-irredutível, um sujeito preso-solto em relação à escrita de Platão e de outros autores, a exemplo dos prefaciadores que revisitam este fato do julgamento de Sócrates. Este julgamento configura outros julgamentos dos prefaciadores em seus juízos de valores sobre a obra e seus protagonistas.

Em relação ao autor, Bakhtin (1997, p. XI) diz o seguinte: "o autor é o sujeito da criação que substituiu os sacerdotes, os profetas, os juízes, os pais patriarcais", somente o autor pode determinar o discurso, o percurso e a posição de determinadas personagens, os quais migram do ventre da obra para o seio da sociedade letrada, ou seja, o autor "é o demiurgo, é o sujeito que transforma a matéria bruta em discurso humanizado", (BAKHTIN, 1997, p. XI) a partir dos rastros de que dispõe para dar vida eterna a seus protagonistas ou decretar-lhes a morte definitiva. Neste sentido, nosso percurso de pesquisa faz um movimento que visa, sobretudo, esclarecer que o prefácio pode ser encarado como um novo texto, porém, um novo texto sobre o velho texto.

Aqui, pedimos um aparte para esclarecermos que nossa empreitada se dar no sentido de falarmos sobre duas instâncias autorais às quais envolvem autor e

prefaciador. Platão como autor da *Apologia* e os prefaciadores com suas críticas contundentes ou não sobre a obra prefaciada.

Platão, como autor, converte Sócrates em seu herói, para, em seguida, torná-lo o portador ou o defensor de suas ideias na tentativa de difundi-las e desenvolver uma escrita pautada num valor mais ético. Sócrates se ergue através da escrita de Platão para colocar estas ideias como essenciais, do ponto de vista político-social, e, acima de tudo, torná-las úteis e verídicas perante a sociedade letrada.

Sócrates como herói de Platão incorporou sua visão de mundo e, como porta-voz e defensor de seu idealismo desferiu duros golpes filosóficos em Meleto ao tomar-lhe a voz e a vez na *Apologia*.

Para adentrarmos esta questão que envolve autor e herói é preciso que haja uma espécie de compreensão prévia do *princípio estético* que inspirou esta relação, o que, obviamente, esclarecerá o valor e a importância de não negarmos os prováveis confrontos entre a história de vida do autor e a história de vida do herói. Tais confrontos demonstram divergências de várias ordens em suas visões de mundo, e, por sua vez, são estas divergências às quais deixam escapar distorções que fogem à ética no tocante às biografias dos protagonistas.

Sobre esta questão do significado de autor, Bakhtin (1997, p. 32) diz:

> O autor é o depositário da tensão exercida pela unidade de um todo acabado, o todo do herói e o todo da obra, um todo transcendente a cada um de seus constituintes considerados isoladamente. A consciência do autor é uma consciência de uma consciência, ou seja, é uma consciência que engloba e acaba a consciência do herói e do seu mundo, que engloba e acaba a consciência do herói por intermédio do que por princípio, é transcendente a essa consciência e que, imanente e falseária.

Platão como autor, mas através de Sócrates, seu herói, atua como este "depositário da tensão" entre a Poesia e a Filosofia, entre a escrita e a oralidade e atribui a Meleto o nome *poeta* como se fosse apenas para provocar, ou digamos, para tensionar e chamar a categoria dos poetas da qual Meleto era representante para este embate.

Conforme, podemos verificar, há uma certa unanimidade pelos estudiosos desta narrativa de que Meleto, de fato, era poeta, um poeta com gêneros definidos. Isto

é confirmado nos prefaciadores que estudamos sobre a *Apologia*, os quais fazem questão de tratar Meleto ora como poeta trágico e ora como poeta erótico do ponto de vista de sua obra, da qual, conforme nosso estudo, nada sobreviveu, há não ser, esta marca de poeta ou a marca desta querela com os filósofos, da qual sua força intelectual parece estar presa à força intelectual de Sócrates.

Chartier (2011, p. 30) sugere que precisamos escutar "os mortos com os olhos" e nos fala da "tarefa fundamental de todo trabalho intelectual", que "consiste, ao que me parece, em fazer justiça, através de uma leitura atenta, às obras que ajudam a aperfeiçoar os parâmetros intelectuais necessários para compreender de outra maneira as velhas questões".

Por exemplo, os prefaciadores da *Apologia de Sócrates* se posicionam e assumem, muitas vezes, um discurso que explicita uma verve extremamente tendenciosa de indicar os protagonistas ora com a voz do próprio autor, Platão, ora fazem um discurso munido de suas próprias convicções, mas sempre corroborando com o discurso constituinte da obra. Neste sentido, estes prefaciadores se mostram fiéis à obra de Platão e em certo sentido, à História da Filosofia na construção de seus discursos escritos.

Se Platão escreve sobre Meleto, colocando-o em segundo plano, o mesmo ocorre com os prefaciadores, os quais em suas posições corroboram com a intenção primeira de Platão que atua como marca teórica fundamental na construção destes prefácios. Este é um discurso que assumiu o caráter *sagrado* e que consiste na repetição daquilo que já foi dito sobre o julgamento.

Aqui, vale uma abertura para entendermos a *Apologia* como uma espécie de tumba, na qual jaz o protagonista Meleto, "como se houvesse aí nessa tumba, apenas um volume vazio e desencarnado" (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 40).

Entendemos que esta tumba, à qual se refere Didi-Huberman (1998) não é aquela dos cemitérios dos enterrados, dos definitivamente mortos, mas a traduzimos como a tumba construída pela Literatura, à qual guarda/expõe, no seu cerne, os seus protagonistas em suas ambivalências calados/barulhentos e móveis/imóveis à espera de escavações para melhores ou piores esclarecimentos.

É com entendimento que refizemos esse percurso literário com o objetivo de estudar essa narrativa como imprescindível para a inserção não só da *Apologia de Sócrates* enquanto obra literária já que sua própria estruturação e composição já se constitui como obra literária, mas do poeta Meleto diante dos estudos da Crítica Literária, embora entendamos que para tal empreitada na Teoria Literária seria necessário que houvesse uma obra autoral a ser considerada.

Percebemos, ao longo de nossa pesquisa, que não existe um olhar que se volte para a *Apologia* com a finalidade de estudar detalhes que digam mais do que os elogios à ética de Sócrates em seu discurso que é imperante tanto nesta narrativa quanto nos prefácios sobre esta obra.

Assim, colocamos como suspeita esta tradição de leitura com discursos demarcadores de dicções estritamente históricas e, conforme propõe Didi-Huberman (1998, p. 54) "a construção ou apresentação de um determinado objeto: reduzidos à forma 'mínima', à simples visibilidade de sua configuração visível, oferecida sem mistério, entre linha e plano, superfície e volume".

Ao questionarmos esta tradição de leitura cujos discursos demarcam e determinam o espaço dos autores e de seus protagonistas, estamos propondo uma retomada de relações de forças mínimas para questionar os discursos intrínsecos nos prefácios sobre a *Apologia*.

Benjamin (2012, p. 9) retoma a questão da reflexão para "rever e entender os 'rastros' deixados pelos ausentes"; é o que o próprio Ginzburg (2007, p. 53) reforça, quando diz que "há figuras do passado que o tempo aproxima em vez de afastar".

Os resquícios dos rastros que estão além dos discursos dos diálogos ou mesmo os rastros dos gestos imortalizados, dos rastros da criação das obras estão presentes e armazenados nos diversos arquivos que as tecnologias da escrita e da oralidade comportam.

Desta forma, entendemos que os rastros encontrados sobre os passos intelectuais do poeta Meleto, evidentemente, são os mesmos mapeados, e, portanto, permitidos pelos seus inimigos. E são estes rastros traçados, escolhidos e peneirados pelos inimigos do poeta Meleto, inimigos estes Platão, os filósofos, os prefaciadores, os comentadores

ou os tradutores que atraíram a nossa atenção ao percebermos que no discurso constituído por eles havia o discurso cortado e censurado do poeta Meleto, discurso este que pode comportar muito mais a ser entendido e desvendado.

Assim, é necessário rever Ginzburg (2007), no sentido de compreender de que forma os paradigmas que ele comenta, dentre eles o universalizante, e, sobretudo, estes paradigmas podem explicar os rastros do poeta Meleto no tocante à sua intervenção intelectual, que vai do suporte da escrita ao suporte da oralidade utilizados no processo contra Sócrates. A utilização inteligente destes suportes, evidentemente, esclarecem a força do poder que o poeta Meleto detinha ao se utilizar destas duas tecnologias para minar o campo dos diversos saberes que supostamente dominou.

O poeta Meleto está presente na *Apologia de Sócrates*, mas sua aparição se dá como se estivesse ausente, isto porque os prefaciadores parecem apenas sugerir sua presença estabelecendo uma ausência que camufla ainda mais a sua participação na obra. "Assim, a obra não se contenta mais em mostrar que o que você vê é apenas o que vê", conforme Didi-Huberman (1998, p. 57).

Ou melhor, há uma abertura para se analisar a obra, além daquilo que ela mesma mostra. Portanto, esta ambivalência do poeta Meleto esclarece que sua marca de participação neste evento transborda tudo que os prefaciadores abordam sobre ele. Não adianta os prefaciadores desviarem ou mudarem o rumo do poeta Meleto em seus prefácios porque a obra o mostra conforme a sua força intelectual.

Procuramos rever esta narrativa com a finalidade de perceber o que está posto além do que a própria obra mostra. Estes prefácios que ora abordamos acabam constituindo uma espécie de discurso literário para cuja explicação recorremos a Maingueneau (2006, p. 59):

> Um conjunto de textos "literários" é como vimos característicos de uma estética romântica em que a literatura aspira a um estatuto de exceções: de um lado o burburinho infinito das palavras vãs, "transitivas", cuja finalidade se acha fora delas mesmas, e, de outro, o círculo estreito das obras, "intransitivas", que exprimem a "visão de mundo" singular de um criador soberano.

Para entender a postura crítica desses prefaciadores que ora focamos é preciso adentrar as intenções destes "discursos constituintes", os quais são designadores de discursos que se julgam de origem, e, conforme Maingueneau (2006, p. 60), são

“validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesmos”. Desta forma, esta “cena de enunciação” constitui um discurso que passa a ser o principal portador de uma voz toda poderosa que dita as regras da ocupação de espaços de determinados protagonistas em torno de si mesma.

Por considerarmos incontestável a relevância da *Apologia de Sócrates* e a diversidade cultural que seu enredo concentra, tais como: Semiótica, Poesia, Direito, História, Literatura e Filosofia é que atentamos para este apagamento intelectual do poeta Meleto, contra o qual faz-se de tudo para recusar sua importância intelectual. Sobre esta indiferença é oportuno compreendermos que a “essa própria indiferença se confere o estatuto de um modo de satisfação diante do que é evidente” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 39).

É evidente a força política do poeta Meleto, e, de certa forma, esta força se torna obscura pela tentativa do enfraquecimento de sua participação neste julgamento por determinados prefaciadores.

Por isto, entendemos que esta narrativa merece melhor revisitação crítica, cuja a finalidade seja discernir o papel de fato ocupado por Meleto e o papel que dizem os prefaciadores ter o poeta exercido sobre este fato. Evidentemente, a voz do poeta Meleto, na obra em estudo, conclama esta atenção, uma vez que sua aparição se dá de forma muito silenciosa.

Portanto, é oportuno rever Zumthor (1993) no tocante à questão da voz poética, tantas vezes silenciada pelos autores que se dedicam à abordagem desta e de outras narrativas: “a voz poética assume a função coesiva e estabilizante sem a qual o grupo social não poderia sobreviver, a voz poética está presente em toda a parte” (ZUMTHOR, 1993, p. 139).

Esta voz poética de Meleto está escondida por trás das vozes dos filósofos Platão e Sócrates, às quais se fazem presentes em toda a narrativa. O condutor deste discurso, Platão, torna a voz de Sócrates uma marca do Estado na defesa da lei, mesmo que as acusações sobre Sócrates digam respeito à sua subversão em relação aos jovens e aos deuses estatais.

Retomamos a abordagem de um dos prefaciadores da *Apologia de Sócrates*, de Platão, Bini (2011, p. 9), o qual se refere à narrativa da defesa de Sócrates como “uma

das defesas mais famosas e polêmicas da história do direito e da justiça ocidentais". Isto reforça ainda mais nossa defesa de que este enredo deve interessar e contemplar várias áreas do saber por explicitar discursos que sugerem debates interculturais. Nessa narrativa, o não dito está dito nas entrelinhas da obra.

É como se houvesse uma ordem superior e uma espécie de intenção mais intensa, no discurso constituinte, às quais levam o prefaciador a aceitar o que está dito, e, portanto, essa ordem maior leva este prefaciador à acomodação de achar que o texto é o que é, como é, ou seja, "Este objeto que vejo é aquilo que vejo, um ponto, nada mais. O que vejo é o que vejo e me contento com isso" (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 39).

Parece-nos que estes prefaciadores querem impor, através da tautologia uma espécie de cinismo em que é sugerido certa ostentação e satisfação na manipulação da presença ou ausência do poeta Meleto – "o que vejo é o que vejo e o resto não importa".

Neste caso, os prefaciadores aderiram ao olhar platônico no sentido de delegar ao poeta Meleto o mesmo olhar desprendido por Platão em sua *Apologia*, através da qual Platão mira o poeta de soslaio e com mau humor.

Vejamos o que diz Maingueneau (2006, p. 61) sobre o discurso constituinte:

> Esses discursos constituintes são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade, sendo em verdade os garantes de múltiplos gêneros do discurso. O jornalista às voltas com um debate social vai recorrer assim à autoridade do sábio, do teólogo, do escritor ou do filósofo. Estes discursos são, portanto, dotados de um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que se pretendem superiores a todas as outras. Discursos-limite, situados num limite, e que se ocupam do limite, eles devem gerir em termos textuais os paradoxos que seu estatuto implica.

Estes discursos constituintes tornam-se zonas limítrofes entre a verdade/mentira, a ficção/realidade sobre determinadas obras. E são estes discursos, de fato, os quais dão significado aos signos. Para Zumthor (1993, p. 22): "resta-nos, por nossa maneira de auscultar esses signos, fazer ressoar aí o não dito".

Nossa intenção permeia esta tentativa de escutar de perto o não dito, de olhar de perto o que está escondido na *Apologia de Sócrates*, à qual a nosso ver, é uma espécie de tumba fechada e aberta somente por e para filósofos na tentativa de esconderem ou diminuírem o objeto, conforme Didi-Huberman (1998, p. 40):

> Supõe um horror e uma denegação do cheio*:* como se houvesse aí nessa tumba apenas um volume vazio e desencarnado, como se a vida – chamada então de alma – já tivesse abandonado este lugar decididamente concreto demais, material demais, demasiado próximo de nós, demasiado inquietante em significar algo de inelutável e de definitivo. E compreende-se aqui o horror do vazio que gera uma tal ficção.

O poder de coerção dos autores dos prefácios que focamos neste primeiro capítulo, sugere uma atenção desdobrada em relação aos diálogos na *Apologia*, à qual enclausura e diminui o poeta Meleto apesar dos rastros ou registros intelectuais deixados por ele em sua passagem pela história desse julgamento.

Neste sentido, recorremos a Benjamin (2012, p. 8) quando este crítico se refere ao que se pode entender como "registros deixados":

> Lidar com um rastro exige-se contemplar o que restou, dentro de um horizonte em que houve perda. No confronto com a morte isso é particularmente ostensivo. O que resta de um ser humano depois que ele morre? Qual é o seu legado? Como entender sua vida, do ponto de vista da morte?

Destarte, apesar de os diversos "rastros verbais" do poeta Meleto sofrerem tentativas de rasuras, ranhuras e apagamentos e serem suprimidos por outras vozes, às quais se agigantam diante destes "rastros" na narrativa da *Apologia;* mesmo assim, o poeta Meleto sobreviveu.

É preciso atentarmos para as presenças das mídias do escrito e do oral utilizadas com maestria pelo poeta Meleto em sua participação neste fato. Nestas perspectivas midiológicas nas quais atuou Meleto, vale retomarmos Maingueneau, (2001, p. 83-84):

> Se quisermos tornar a emergência de uma obra pensável, sua relação com o mundo no qual ela surge, não é possível separá-la de seus modos de transmissão e de suas redes de comunicação: é sempre útil relacionar uma forma literária com o estado das transmissões materiais.

Portanto, compreender o que seria esta "emergência de uma obra pensável" torna-se ponto fundamental numa análise crítica, porque, sem dúvida, será esta análise minuciosa de uma determinada obra que dirá a que esta obra de arte veio ao mundo, em suas diversas redes de transmissões, quer seja pela escrita, quer seja pela oralidade, ou outro meio capaz de estabelecer sua comunicação com o mundo.

É importante ressaltar aqui *A letra e a voz* de Zumthor (1993, p. 17), obra na qual ele enfatiza as diferenças fundamentais entre os suportes "da tradição oral e transmissão oral":

> Muitos especialistas admitem tacitamente que o termo oralidade, aquém da transmissão da mensagem poética, implica improvisação; a maioria deixa seus leitores em dúvida, por não ter colocado a questão. Da mesma maneira, quando se tem sido exposto a divagações por falta de distinguir tradição oral e transmissão oral: a primeira se situa na duração, a segunda, no presente da performance.

Optamos por debater a escrita e a oralidade implícitas ou explícitas na *Apologia*, às quais implicam as tangentes da "transmissão oral e tradição oral" para a tradição escrita, na qual sugerimos críticas ao modo como os prefaciadores escrevem sobre este histórico julgamento.

A leitura destes prefaciadores confirma, de certa forma, a autoridade de um protagonista sobre o outro e esses prefaciadores não se importam que seus posicionamentos deixem transparecer certo interesse/desinteresse por um ou outro protagonista.

Estes prefaciadores trazem para o tempo presente, em suas análises, vertentes teóricas do passado, às quais esclarecem as suas intenções de confrontar os tempos, mas, confirmando as mesmas querelas do passado no sentido de vestirem a camisa dos autores para desferirem determinados ataques/afagos aos protagonistas.

Neste sentido, Mendonça (2002, p. 5) diz que "Reler o passado é se dar conta do que já estava posto e não se percebia". É evidente que Meleto está posto, mas como sua presença está nas mãos dos filósofos, dos prefaciadores, dos comentadores e dos tradutores, os quais estão mais preocupados com as ideias de Sócrates, este poeta acaba sendo uma espécie de reforço literário para abrilhantar a presença intelectual deste filósofo.

Ao tratarmos da especificidade dos conteúdos destes prefácios publicados em língua portuguesa é comum nos depararmos com um discurso de ataque, o qual é sinalizador da distorção do perfil literário do poeta Meleto. Mesmo assim, nosso maior cuidado é não essencializarmos essa distorção, porque, talvez, ela não pressuponha o "perfil verdadeiro" do poeta Meleto.

Conforme Derrida (1973, p. 16) “em todo canto só existe rastro e diferença”, e isto, nos alerta para a condenação do poeta Meleto, por parte destes prefaciadores, os quais, por meio de um discurso mais filosófico do que literário submetem o poeta Meleto ao descaso, embora exista uma espécie de validação de um discurso condenatório com seus respectivos argumentos propostos e caracterizados pela tentativa de legar a esse poeta o silenciamento ou subalternização de sua voz.

Esta subalternização de vozes se caracteriza pelo espaço que a voz de Sócrates ocupa na narrativa de toda a *Apologia*. É explícito o modo como Platão conduz o diálogo entre Sócrates e Meleto delegando ao primeiro, maior territorialização literária ou oportunidade de expressar-se e explicar-se diante da justiça ateniense, diante do Estado grego.

Recorramos mais uma vez a Zumthor (1997, p. 11) o qual aborda a questão da subalternização da voz e questiona o fato de não existir ainda uma ciência da voz: “é estranho que, entre todas as disciplinas instituídas, não haja ainda uma ciência da voz”.

O que mais subalterniza a voz do poeta Meleto é, sem dúvida alguma, o espaço que ela ocupa na *Apologia*, o que demonstra até que ponto Platão, como autor, pôde negar de fato, maior espaço a este poeta para que o diálogo acontecesse em seu pleno sentido e em pé de igualdade entre interlocutores.

A escrita é a porta de entrada para a instalação deste processo, o qual movimentou os dois protagonistas, Sócrates e Meleto e despertou a competência de ambos na escrita e na oralidade e foi pelo viés da escrita que se perpetuou este diálogo. Ou seja, a inscrição da acusação deu-se pelo suporte da escrita e a história do julgamento, também se deu pelo viés dessa tecnologia intelectual que é a escrita.

A discussão movida pela acusação contra Sócrates constitui um problema essencial a ponto de colocar os prefaciadores do lado dos filósofos que defendem a inocência de Sócrates. Todos parecem julgar Sócrates inocente perante às acusações imputadas contra ele.

Na maioria dos prefácios que pesquisamos há expressões que detratam e desqualificam o poeta Meleto cuja aparição na obra se dá de forma breve. Nesses

prefácios, Meleto é um protagonista indiciado por um signo caracterizado por uma certa tensão entre a escrita e a voz.

1.2.2 SÓCRATES E MELETO: DA APATIA À EMPATIA DOS PREFACIADORES

A presente análise obedece a uma ordem numérica crescente das edições da *Apologia de Sócrates* que remonta o ano 1955 até às edições do ano 2013. Catalogamos aproximadamente 80 *Apologia de Sócrates* nas quais os prefaciadores, muitas vezes, são repetidos; as editoras são diferentes, os tradutores também diferem, mas os prefácios, em seus conteúdos, igualmente se repetem.

São estas discussões sobre a *Apologia de Sócrates* que norteiam nosso estudo. Procuramos analisar os prefácios para verificar de que forma este pré-texto pode ser considerado fundamental para o leitor que vai dialogar com a obra em análise, a *Apologia de* S*ócrates.*

1.2.2.1 Sobre as Apologias de Platão e Xenofonte

Para esclarecer melhor nosso leitor em relação à obra que compõe nosso *corpus*, a *Apologia de Sócrates* compõe-se de um preâmbulo e três partes: na primeira parte está o capítulo no qual Sócrates aborda as denúncias de seus acusadores e no qual consta o diálogo com Meleto; na segunda parte, há uma abordagem sobre a pena e as perspectivas em relação a esta pena e na terceira parte consta um discurso sobre o que se esperava desta pena após a condenação e a opinião de Sócrates sobre os que votaram contra e a favor da sua absolvição. Ao dar sua opinião sobre a votação, Sócrates faz uma reflexão sobre as suas convicções de vida e morte e sua relação com os deuses.

Aqui, cabe uma pausa para uma breve pista sobre os protagonistas que integram o *corpus* de nossa pesquisa. Sócrates, filósofo grego com aproximadamente 71 anos de idade, natural de Alopace, povoado da circunvizinhança de Atenas é considerado o pai da maiêutica, ciência fundada por ele, à qual tinha como objetivo principal interpelar seus interlocutores sobre aquilo que cada um supunha saber.

Meleto, normalmente tratado como *poeta de pequeno vulto*, pouco se sabe de sua vida e de sua obra e, segundo alguns pesquisadores, é oriundo de uma cidade chamada Lâmpsaco; embora outros prefaciadores indiquem como sua terra natal, Demo de Pitéo e muitos o tratam como *poeta medíocre* e que, outrora, havia se envolvido em outros processos, também, como acusador.

Para Américo (1996, p. 6), a "*Apologia de Sócrates*, escrita por Platão, é, geralmente encarada como uma obra bastante fiel aos fatos...". Deste modo, podemos até questionar o pressuposto de fidelidade da obra aos fatos a partir do momento em que a história do julgamento foi contada por terceiros, ou melhor, posta por escrito por um terceiro, Platão, o qual na verdade é um intérprete, talvez, o primeiro intérprete deste acontecimento.

Era o que Chartier (2011, p. 23) dizia tratar-se "então de aproximar estreitamente a construção de um novo objeto, a história da produção, das circulações e das recepções dos textos impressos na primeira modernidade...". Assim, Chartier parecia reclamar esta revolução na relação deste leitor moderno, cheio de novos movimentos, com o texto impresso.

Ainda para Chartier (2011, p. 35) sobre a questão da História em relação à construção deste novo objeto contada por este terceiro intérprete podemos entender que

> A questão também é tão antiga quanto à própria história, mas ela encontrou uma nova atualidade, ou uma maior urgência, durante os debates iniciados com os trabalhos que ressaltavam o pertencimento da escrita histórica à classe das narrativas e que destacavam as figuras retóricas e as estruturas narrativa que ela partilha com a ficção. O que dizer então da pretensão da história em representar adequadamente o passado tal como aconteceu?

Na transcrição do debate oral para a escrita em relação à *Apologia de Sócrates* muitas coisas inerentes a este debate oral deve ter se perdido. Talvez, coubesse aqui, uma discussão sobre o que Chartier (2011, p. 45) chama de "oralidade perdida" e que "deixou vestígios nos próprios textos impressos. Tratava-se assim de descobrir como as práticas orais estavam representadas na escrita de certas obras...".

Isto pode ser pensado do ponto de vista da *Apologia* uma vez que toda sua narrativa é baseada nas conversações entre Sócrates e Meleto perante os juízes e ouvida

por testemunhas, às quais se encarregaram de repassar o enredo oral para posterior produção na escrita que anunciaria "a seu modo a contradição nunca resolvida entre o postulado platônico da imaterialidade perene das obras e a realidade prosaica das técnicas, das máquinas e dos gestos que configuram seus corpos e, talvez, uma parte de suas almas". (CHARTIER, 2011, p. 47).

Entendemos que o fundamental não é ficar do lado da oralidade ou da escrita com a finalidade de atribuir ganhos e perdas a uma ou outra personagem, ou à obra no processo de tradução de uma mídia para outra ou de uma língua para outra, mas "compreender como essas múltiplas intervenções se superpõem e se contradizem no processo de publicação" (CHARTIER, 2011, p. 46).

Por outro lado, diz Romero (2013, p. 13) que a

> *Apologia de Sócrates* mostra um texto que funda a ciência e a filosofia política e mostra toda a vulnerabilidade dessas duas áreas em relação ao poder. É um texto tão poderoso que acabou se tornando um símbolo e uma defesa da liberdade de expressão. É uma luta de um homem crítico contra a opinião da multidão.

Na verdade, este crítico faz questão de apresentar a *Apologia* por este viés de uma obra fundamental para se discutir a questão da livre expressão. Outra coisa interessante na forma deste crítico tratar esta narrativa é a sua abordagem sobre a "Ciência" e a "Filosofia política" serem consideradas "áreas vulneráveis" à força do Estado.

Esta obra está estruturada sob a forma de diálogo e como bem sabemos, o diálogo entre filósofos privilegia a função do debate entre os interlocutores. Porém, na *Apologia*, o desenrolar deste diálogo não ocorre de forma pacífica e igualitária até porque o contexto das acusações não permite amistosidades entre os protagonistas Sócrates e Meleto. O autor narrador, Platão, se apoia nos interlocutores com total liberdade por tratar-se de uma narrativa que encena uma acusação refutada.

Eis o conteúdo da acusação, datada de janeiro de 399 a. C.,: "A acusação era grave: não reconhecer os deuses do Estado, introduzir novas divindades e corromper a juventude" (AMÉRICO, 1996, p. 6).

Este foi o ano da condenação e o que talvez justifique o motivo da obra de Platão gozar de certo privilégio e maior credibilidade que as demais apologias escritas por outros autores, seja o fato de sua *Apologia* estar mais próxima do tempo do acontecimento; daí, provavelmente, o motivo, de alguns críticos apontarem a *Apologia de Sócrates* escrita por Platão como extremamente próxima da realidade do acontecimento, portanto, mais próxima do fato. Acrescentamos, também, a este privilégio e a esta maior credibilidade, das quais gozam a *Apologia de Sócrates*, o fato de Platão ser uma autoridade na História da Filosofia e na História do pensamento ocidental.

Abriremos um parêntese para uma breve abordagem da *Apologia de Sócrates* escrita por Xenofonte, à qual é uma narrativa que remonta ao mesmo projeto de Platão: apresentar um diálogo entre os protagonistas Sócrates e Meleto. Esta obra de Xenofonte soma um total de 4 capítulos extremamente curtos, nos quais não aparecem títulos e conforme a tradução de Líbero Rangel (1996) o número de páginas não chega a vinte. É uma narrativa marcada pela extrema parcialidade de Xenofonte, autor empenhado a todo custo na defesa de seu mestre Sócrates, a seu ver, condenado injustamente.

Entretanto, é comum a crítica negar Xenofonte como fonte confiável pelo fato de seu trabalho ser pautado mais na verve panegirista devido sua admiração confessada em toda a obra: "Dentre os fatos concernentes a Sócrates, um há que me pareceu digno de transmitir-se à memória: sua determinação, quando submetido a julgamento, no tangente à sua apologia e sua morte" (XENOFONTE, 1996, p. 201).

Contudo, percebemos ao longo de nossa pesquisa que não é possível fugir desta veia panegirista. Platão também escreve à luz deste panegirismo pois a *Apologia* é uma obra sobre a elevação do caráter e do saber de Sócrates.

Na *Apologia de Sócrates*, assim Xenofonte se posiciona:

> Quando reflito na sabedoria e grandeza de alma deste homem, não posso deixar de acordar-lhe a memória e a esta lembrança juntar meus elogios. E se dentre os enamorados da virtude alguém houver que haja privado com homem mais prestante que Sócrates, reputo-o o mais venturoso dos mortais (XENOFONTE, 1996, p. 209).

Observemos que, na citação acima, há este veio de uma paixão cuja analogia colocou Sócrates para além de qualquer mortal: "sabedoria e grandeza de alma" e

Xenofonte ao se referir a estas qualidades socráticas acaba por exaltá-lo ao nível de um ser superior; e, para findar, faz uma espécie de desafio aos homens em relação às virtudes de Sócrates.

É explícita esta defesa regada a paixão e admiração de Xenofonte em relação a Sócrates, o que, talvez, poderia descredenciar a força de sua obra.

Entendemos que ambas as apologias estão no mesmo nível do propósito apológico, mas devido a força política, intelectual e filosófica de Platão que é muito mais influente e importante do que Xenofonte na História da Filosofia, sua obra acaba ganhando mais força e credibilidade perante os críticos que se debruçam sobre sua narrativa.

Comprovamos isto na presente pesquisa quando tentamos estudar os prefaciadores da *Apologia de Sócrates* escrita por Xenofonte e sempre nos deparamos com a obra de Xenofonte agregada à *Apologia de Sócrates* de Platão e era comum encontrarmos apenas prefácios em relação à *Apologia* escrita por Platão enquanto que a *Apologia* de Xenofonte estava sempre em segundo plano e sem prefácios.

Xenofonte, enquanto aliado de Platão procurou fazer de seu protagonista, Sócrates, uma máquina de dignidade, de amor e de sabedoria em prol da ética e da moral humana. Neste sentido, a obra de Xenofonte é tautológica quando recorre à obra de Platão para dizer, de outra maneira, a mesma coisa que Platão já dissera.

1.2.3 OS PREFÁCIOS DA *APOLOGIA DE SÓCRATES* EM FOCO

A partir daqui, abordaremos os prefácios e/ou comentários em língua portuguesa estudados ao longo de nossa pesquisa em relação a Sócrates e a Meleto. Neste primeiro capítulo, nosso foco são os prefácios entendidos como paratextos conforme Genette (2010), ou como um dos modelos imperantes do segundo tipo de texto constituído pela relação, geralmente menos explícita, conforme já discorremos anteriormente neste capítulo.

O prefácio poder ser encarado como um gênero e pode ser encarado como o principal demarcador desta relação entre estes leitores maiores, os prefaciadores e outros leitores da *Apologia*. Assim, como o hipertexto tem valor de comentário, o paratexto vai ter o valor prefacial.

Destacamos, a seguir, os signos que permitem um debate sobre a inferência de juízo de valor desses prefaciadores em relação a Sócrates e a Meleto. Esse juízo de valor demarca empatias/apatias em torno desses protagonistas.

Seguiremos uma ordem de apresentações dos prefácios estudados do mais antigo ao mais atual visando explicitar esses juízos de valores apresentando e analisando as opiniões desses prefaciadores na seguinte ordem: "sobre Sócrates" e "sobre Meleto".

Neste capítulo, montamos um bloco de prefácios sobre Sócrates e Meleto e a montagem deste bloco de olhares qualificados desses prefaciadores demarcará o ponto principal deste capítulo que é abordar o modo como esses prefaciadores tratam os respectivos protagonistas em seus prefácios.

1.2.3.1 Sobre Sócrates

Para iniciarmos nosso debate, vejamos, neste prefácio inicial quais são os termos que fundamentam a autoridade de Sócrates. Por exemplo, nas citações abaixo fica claro que a prefaciadora Moura (1955) procura de todas as formas submeter Sócrates ao nível de um homem avançado ao reproduzir a voz de Sócrates que em seu discurso disse, "não pode acontecer que um homem melhor receba dano de um pior" Moura (1955, p. XVII).

Moura retoma da *Apologia* determinadas expressões ou passagens do discurso protagonizado pelo próprio Sócrates no ato de sua defesa: "douto", "investigador", "especulador", "melhor", "impecável" e "incorruptível", são expressões utilizadas por Sócrates, sobre si mesmo, na primeira parte de sua defesa. Vejamos, de que modo esta prefaciadora rebusca a obra para reforçar seu prefácio: "Sócrates, homem douto, especulador das coisas celestes e investigador das coisas subterrâneas e que torna mais forte a razão mais fraca" (MOURA, 1955, p. 11).

> Mais temíveis, porém são os primeiros, ó cidadãos, os quais tomando maior parte de vós, desde de crianças, vos persuadiam e me acusavam falsamente, dizendo-vos que há um tal Sócrates, homem douto, especulador das coisas celestes e investigador das subterrâneas (PLATÃO, 1955, p. 45).

As expressões acima com fortes significados parecem objetivar colocar Sócrates como um homem singular. Estas frases escritas por Platão, mas colocadas na voz de Sócrates acabam por ganhar fôlego ao influenciar os prefaciadores, os quais a exemplo de Moura tecem seus comentários reproduzindo a intenção de Platão de colocar Sócrates na vanguarda do seu saber.

Deste modo, ao observarmos estes recortes desta prefaciadora, percebemos a força e a importância que Sócrates exerce sobre seu texto. Conforme podemos observar, Sócrates é colocado com certa superioridade a partir do momento em que esta prefaciadora opta por colocá-lo como alguém que detém em seu ethos discursivo (Cf. MAINGUENEAU, 2006), uma espécie de "conduta impecável e incorruptível".

Assim, entendemos que este discurso convida e de certa forma sugere que o leitor passe a olhar para Sócrates com certa admiração, e, sobretudo, com superioridade, dada às qualidades que esta prefaciadora atribui a Sócrates: "Diante da superioridade de Sócrates, diante da sua linha de conduta impecável, incorruptível" (MOURA, 1955, p. 105).

Observemos que na sequência de sua explanação prefacial para fechar este bloco sobre Sócrates, há uma confirmação da tomada de posição da prefaciadora em relação ao filósofo. Vejamos de que forma ela ressalta a relação de Sócrates com a escrita: ele procurou "escrever". "Sócrates procurou escrever no coração e na razão dos homens. Não deixou nada escrito, daí que cada qual dos seus discípulos o fez à sua imagem e semelhança" (MOURA, 1955, p. 85).

O mais interessante é que mesmo esta prefaciadora afirmando que Sócrates nada escreveu, mas faz questão de criar uma metáfora colocando-o como aquele que "escreve" no coração dos homens, o que põe Sócrates à frente de Meleto e dilacera as empatias ou antipatias. Em relação a Sócrates, percebemos neste prefácio uma empatia e esta exaltação coloca Sócrates, o filósofo, na linha de frente do discurso desta prefaciadora.

Vejamos, como Lima (1969) se refere a Sócrates e a Meleto no seu prefácio. Lima aborda o fato e localiza o tempo e o espaço em que tudo ocorreu: "...o inverno de 400/399 (a.C.,), apresentou Meleto ao rei de Atenas uma queixa contra Sócrates, Anito e Lincon a subscreviam" (LIMA, 1969, p. 2).

Em relação a Sócrates, há expressões que definimos como amenas, brandas ou panegiristas, às quais também revelam a adesão desse prefaciador ao filósofo e, em outras expressões percebemos sua oposição a Meleto, oposição esta que caracteriza certa tensão na forma de olhar o referido poeta.

Assim Lima (1969, p. 2) se refere à morte de Sócrates: "Essa morte que vem atravessando os séculos, como um dos grandes momentos da história da humanidade e representa como que uma prefiguração da morte de Cristo no calvário".

É possível, verificarmos o viés sacro do olhar desse prefaciador o qual ventila um discurso religioso no qual sugere que o julgamento de Sócrates seja visto por um prisma cristão e, deste modo, este crítico submete o seu leitor a uma espécie de sensibilização ao tentar comparar este fato ao Calvário ou à via crucis de Cristo.

Na citação seguinte, Lima se refere a Sócrates como "uma prefiguração de Cristo" e aponta a morte destes mártires como baluartes da prova de luta e de protestos "contra todas as tiranias" praticadas contra o ser humano; neste recorte, é evidente a força que Sócrates exerce sobre a História de Cristo.

Não podemos esquecer que o discurso de Lima, (1969, p. 11) assumidamente católico, traz este viés sacro porque este crítico é um intelectual católico militante. Evidentemente que suas posições assumidamente católicas abrem discussões para uma questão importante: que é discutir como determinadas posições políticas ou religiosas, em relação a determinadas obras, estão associadas a certos momentos da própria história em torno de obras de cunho mais internacionais.

> Nesse sentido é que Sócrates foi uma prefiguração de Cristo. Sua morte, como a de Cristo, foi um protesto contra todas as tiranias, de César ou da multidão, dos teocratas, ou dos aristocratas, ou dos democratas. Só há uma cracia autêntica - a cracia Divina, do Bem, da Verdade, da Justiça, do Amor (LIMA,1969, p. 11).

Aqui, podemos retomar o discurso de Stone (2005) no qual há esta consonância com o prefácio de Lima no sentido de aproximar um julgamento de outro julgamento.

> Nenhum outro julgamento à parte o de Jesus, deixou uma impressão tão forte na imaginação do homem ocidental quanto o de Sócrates. Os dois julgamentos têm muita coisa em comum. Não dispomos de relatos contemporâneos e imparciais de nenhum dos dois, nem mesmo alusões fragmentárias. Não temos os autos do processo. Não conhecemos os argumentos da acusação. Só conhecemos a história através de relatos posteriores, escritos por discípulos fidelíssimos. (STONE, 2005, p. 21).

> No caso de Sócrates, dispomos da acusação formal. Mas não temos aquilo que os advogados chamam de documentos de denúncia – isto é, a enumeração das acusações específicas, e não apenas as alegações gerais. Não sabemos quais as leis invocadas para justificar as acusações...(STONE, 2005, p. 22-25).

É o que já indicamos anteriormente e de certa forma já sinalizamos em nosso estudo, em relação ao que se diz sobre um e sobre outro personagem. Por isto há sempre a necessidade de um estudo comparativo entre os prefaciadores porque sempre haverá lugares de divergências e convergências nesta discussão.

Por exemplo, todos compactuam com esta proximidade entre o julgamento de Sócrates e o julgamento de Cristo. O que de certa forma sugere que este estudo comparativo se daria, sobretudo, a partir desta comparação entre as aproximações destes prefaciadores em relação a Sócrates e suas divergências em relação a Meleto.

Deste modo, Lima se refere a Sócrates no momento de sua prisão:

> Durante a qual Sócrates fazia versos sobre as fábulas de Esopo ou recusava a Críton a fuga por este oferecida, possivelmente com a própria complacência das autoridades públicas, que começavam provavelmente a reconhecer a fatal injustiça que os jurados haviam cometido graças às intrigas dos acusadores (LIMA, 1969, p. 3).

Conforme este prefaciador, é possível verificarmos que praticamente todas as páginas desse prefácio são dedicadas a um discurso de cobertura da ética socrática, ou seja, um discurso apologístico voltado para Sócrates, que, mesmo condenado pelos juízes, acaba como que absolvido por Lima. Esse discurso demonstra a adesão deste prefaciador ao filósofo Sócrates na tentativa de apresentar um perfil intelectual genial e invejável. Para este prefaciador, na verdade, é a Filosofia de Platão que absolve Sócrates.

Nas citações seguintes, do prefácio de Lima (1969) este crítico faz questão de ressaltar a força intelectual de Sócrates ao colocá-lo como um protagonista imbatível e,

apontar a facilidade com que este filósofo em seu discurso munido de uma racionalidade que beira a superioridade humana, tenta desmontar as acusações.

Nos fractais deste prefácio percebe-se que este prefaciador indica a voz de Sócrates como a de um racionalista que detinha o poder de "humildade e do reconhecimento".

> Foi fácil a Sócrates, na sua defesa, destruir completamente tanto uma como outra acusação. Longe de ser um ateu, mostra Sócrates que foi a voz do oráculo de Delfos que sempre o guiou. Longe de ser a de um racionalista, era a voz da humildade e do reconhecimento de que "há mais coisas debaixo do sol do que a nossa pobre razão pode compreender" (LIMA, 1969, p. 7).

Ou seja, o viés pode ser católico, político, filosófico, jurídico e pode ser poético, conforme o olhar do prefaciador e sua linha teórica de conduta intelectual. Isso posto, entendemos que cada prefaciador pode inventar seu próprio Sócrates ou seu próprio Meleto. Observamos que nesta frase "foi fácil destruir completamente", este crítico demonstra a força de Sócrates sobre seus acusadores, em particular sobre Meleto, principalmente na via jurídica.

Depois, na mesma citação, percebemos que o prefaciador busca, sobretudo, colocar Sócrates como o pivô de sua empatia quando corrobora com a figura do filósofo como de extrema importância intelectual e Lima afasta qualquer possibilidade de entendermos o Sócrates de seu prefácio como um homem orgulhoso ou mesmo um homem pretensioso.

Na citação seguinte, este renomado crítico e prefaciador brasileiro, Lima, faz ponderações sobre o "fanatismo democrático ou ditatorial" os quais ele aponta como os principais entraves para uma democracia plena, mas ressalta o avanço da "liberdade de consciência" como inerente às ações de Sócrates.

> Nunca a dignidade do homem, a liberdade de consciência, a defesa da verdade, da justiça, da virtude, a serenidade perante a morte, a humildade de espírito e a grandeza de alma, a compreensão e a fortaleza de ânimo, a coragem sem jactância – nunca um pensamento tão alto, uma lição tão profunda, foi dada por um homem aos homens em termos tão perfeitamente belos (LIMA, 1969, p. 11).

Deste modo, Sócrates é encarado como uma espécie de despertador humano a serviço da cidadania político-filosófico adormecida. Sócrates é encarado, neste prefácio, como aquele que desperta consciências a partir de sua intensa e incansável defesa em prol do desenvolvimento da inteligência humana.

Gaarder (1995), assim, se refere a Sócrates.

> Sócrates talvez seja a personagem mais enigmática de toda a história da filosofia. Ele não escreveu uma única linha e, não obstante, está entre os que maior influência exerceu sobre o pensamento europeu. Seu fim trágico talvez seja o que o tornou famoso até mesmo entre os que conhecem pouco de filosofia (GAARDER, 1995, p. 78-79).
>
> Não é de se espantar, portanto, que ele incomodasse e irritasse muitas pessoas, sobretudo os que detinham poder na sociedade. Sócrates dizia que Atenas era uma égua preguiçosa e ele era um mosquito que lhe picava o flanco para mostrar-lhe que ela ainda estava viva (GAARDER, 1995, p. 80-81).

Como nas discussões clássicas, com este crítico, também emerge um discurso de elogios e reconhecimentos da ciência que Sócrates fundara e tornara seu mote de vida.

Há uma transcendência de sentidos que acelera o movimento em torno de um discurso o qual coloca o filósofo na linha de frente da Europa adormecida que, segundo o autor Gaarder (1995) está à margem das ideias, do pensamento de Sócrates. Há uma abordagem apaixonante na qual Gaarder elege Sócrates como o homem-chave de Atenas.

Voltando ao prefaciador Lima, em seu discurso de defesa, ao indicar que Sócrates é imortal por causa de sua luta incansável pela dignidade humana. Lima é taxativo ao anunciar que Sócrates morria por princípios éticos, os quais estavam além dos regimes políticos em vigor, mas que Sócrates deixaria a vida só, e exclusivamente, por sua luta pela “dignidade humana”; há, na realidade, uma opção deste prefaciador de não perder de vista a força que este filósofo exerceu sobre seu próprio discurso quando diz que a morte de Sócrates não era por razões políticas, mas, sobretudo, por razões voltadas para a liberdade de expressão.

> Contra os 30 tiranos foi ele a única voz no Pritaneu que ousou erguer-se contra um decreto injusto da ditadura. O fanatismo “democrático” ou “ditatorial”, é que é o inimigo da dignidade humana e da liberdade de consciência que Sócrates representa (LIMA, 1969, p. 8).

Ainda sobre as citações deste prefaciador, podemos aludir que sua viagem de ir até à própria obra e extrair dela, a voz de Sócrates, na qual há a convicção de que o maior conselheiro de Sócrates era ele mesmo, deixa claro que o interesse maior deste prefaciador é dilacerar esta grandeza ou esta superioridade de Sócrates, o qual, segundo este estudioso, está acima de qualquer mortal, por possuir a competência de restabelecer-se a partir de sua comunicação com os deuses: "Pelo contrário como nos diz Sócrates no seu imortal discurso aos juízes, sempre, "desde criança" "uma voz interior o aconselhou a não se meter na vida política" (LIMA, 1969, p. 9).

Na sequência das citações deste prefácio, este autor se refere à morte de Sócrates indicando que sua causa se dá, acima de tudo, pela liberdade de expressão e, não pela supremacia da autoridade.

Este prefaciador faz questão de esclarecer que a democracia ateniense ao condenar Sócrates, cometeria uma "trágica injustiça" não apenas contra Sócrates, mas contra "a consciência humana". Deste modo, dizer que a morte de Sócrates era pela liberdade de expressão, o faz um libertário que deu sua própria vida por esta liberdade.

> A morte de Sócrates era pela liberdade e não pela autoridade. Era esta, e no caso a autoridade de um regime democrático, que praticava contra ele, e contra a consciência humana, uma trágica injustiça (LIMA, 1969, p. 10).

Não há dúvidas da defesa desse prefaciador ao filósofo, o que, conforme podemos verificar, exerce uma força sem precedente em seu prefácio. Verificamos que, neste prefácio de Lima, há algumas citações extraídas da própria *Apologia* que reforçam a força da voz de Sócrates na narrativa, e, quando são as opiniões de cunho mais pessoais desse prefaciador que entram em cena, percebemos que Sócrates é o protagonista de sua preferência.

Vejamos de que forma o prefaciador português Pulquério (1972) refere-se ao filósofo Sócrates e, posteriormente ao poeta Meleto em seu prefácio. Pulquério (1972, p. 9) trata o dia do julgamento como algo que designa como uma raridade, embora a prática do julgamento fosse corriqueira "dado o vezo dos atenienses pelas atividades dos tribunais". Para esse prefaciador, os processos de cidadãos contra cidadãos constituíam a prática da cidadania dos atenienses.

Diz este prefaciador que os interesses da população grega por este processo superava a normalidade "porque o acusado era Sócrates" (PULQUÉRIO, 1972, p. 9). Aqui, explicitamente, Pulquério remonta, em princípio, à expressão *impiedade* para se referir à ação movida pelo poeta Meleto e indica que a atenção e a tensão do público ateniense eram singulares e ultrapassavam as sessões comuns.

Para Pulquério, em seu prefácio, Sócrates representa a expressão máxima do saber, sobretudo, por sua convicção de nada saber. Esse prefaciador define Sócrates, em sua ambivalência, ao reconhecer que o filósofo desperta, em seus ouvintes, "ódio e dedicações".

Neste sentido, percebemos que seu olhar sobre Sócrates está acima do regime das oposições políticas, poéticas e filosóficas porque define que este "gozava de simpatia" não apenas entre os que detinham mais poder, mas também, entre os mais simples e o aponta como "figura controversa" com "estranha capacidade" de demolir e construir ideias. A nosso ver, aí está a marca maior, não apenas de Sócrates, mas também, de Meleto, a ambivalência.

> E quem era Sócrates? Uma figura controversa, com a estranha capacidade de suscitar ódio e dedicações. O único sábio era ele, que tinha consciência da sua real ignorância. Ao fim e ao cabo, Sócrates gozava de simpatias mesmo entre as pessoas influentes (PULQUÉRIO, 1972, p. 10).

Continua este prefaciador sua apologia a Sócrates. Na citação seguinte, Sócrates aparece como aquele que detinha o poder supremo de "julgar a opinião e a ciência dos outros", ou seja, um sujeito com extrema capacidade de adentrar quantos saberes fossem necessários com a sua máxima convicção de nada saber. "Habituado a ver Sócrates julgar a opinião e a ciência dos outros, assistiria hoje à situação inversa do julgamento de Sócrates" (PULQUÉRIO, 1972, p. 11).

Abaixo, Pulquério trata Sócrates como mestre e confirma que o filósofo nada escrevera, mas ressalta que é um analista sutil "do conceito de santidade", o que lhe confere autoridade para enfrentar Meleto em um dos vieses de suas acusações, dentre eles, o viés religioso, o qual dizia respeito à introdução de novas divindades e à crença em novos deuses fora da oficialidade da fé do Estado.

Embora percebamos que não haja uma atitude "laudatória encomiástica" mais acentuada ou mais demorada, mas esse prefaciador se dedica, em detalhes, a anunciar Sócrates na linha de frente de seu texto como um protagonista imprescindível e necessário para o avanço do saber e da dignidade humana.

> O mestre não escrevera uma linha. Sócrates analisa com sutileza e elevação o conceito de santidade. Ao rejeitar uma proposta de fuga, dá a um discípulo ansioso uma lição extraordinária de coerência de pensamento (PULQUÉRIO, 1972, p. 12-13).

Os prefaciadores, Pugliese e Bini (1981), ao demonstrarem suas adesões incomensuráveis ao filósofo, neste prefácio, deixam escapar conceitos anacrônicos, considerados parciais porque glorificam o método e a ideologia de Sócrates.

Como sabemos, a *Apologia* escrita por Platão é uma resposta radical, é um registro exímio do "erro", segundo Pugliesi e Bini (1981) que "os atenienses cometeram contra a dignidade de um homem perfeito".

Observemos que, em todas as citações extraídas deste prefácio, há um jogo dos prefaciadores com as falas de Platão; "O pensamento de Platão", ou seja, é o pensamento de Platão e é a sua posição filosófica que definem os reais motivos da condenação de Sócrates. Portanto, há uma espécie de mescla da voz dos prefaciadores com a voz de Sócrates e o pensamento de Platão que deixam explícito que essa aliança entre os três, prefaciador, Platão e Sócrates se dá na perspectiva de fortalecer ainda mais o ataque ao poeta Meleto. "O pensamento de Platão, sob este aspecto é absolutamente claro, não foram motivos religiosos que fizeram com que Sócrates fosse condenado, mas sim, motivos claramente políticos" (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 39).

No enxerto abaixo, estes prefaciadores trabalham em cima da suposição e abordam a época do julgamento de Sócrates ao se referirem ao método de defesa que este adotaria caso o julgamento ocorresse em época mais remota, embora indiquem que caso Sócrates adotasse "a defesa do culto da deusa" seria um recurso discursivo reacionário. "Se a acusação tivesse ocorrido em tempos mais remotos, poderíamos supor que houvesse Sócrates adotado a defesa do culto da deusa, isto é, um movimento reacionário em termos de culto" (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 40).

Ainda neste prefácio, as intenções discursivas são as mesmas, tratar dos motivos da condenação e procurar absolver Sócrates porque, segundo estes prefaciadores, não

havia motivo algum para tal condenação, e, na sequência fazem alusão à sabedoria de Sócrates como uma "sapiência proclamada superior". Percebemos que estes prefaciadores tomam partido e isto é indiscutível no adorno de seus prefácios sobre Sócrates.

> (...) não era possível considerar as culpas passadas de Sócrates para condená-lo, isso na suposição de que houvesse alguma, e era preciso conseguir o pretexto para executá-lo. Não eram fatos novos, mas sim todo o ensinamento socrático que se tornava perigoso, o que era aquela sapiência proclamada superior inclusive pelo oráculo, que consistia em saber que não se sabe? (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 41).

Na forma como dispõem suas dúvidas sobre os motivos da condenação, estes prefaciadores deixam claro, que, neste prefácio a absolvição de Sócrates deve se dá de forma muito aberta. Há, assim, uma preocupação de tornar o método socrático mais visível, isto, porque é este método que entra em jogo quando em suas citações aludem que Sócrates era sábio por saber de sua ignorância. "E ainda Sócrates cita a seu favor a sua participação no caso do exílio de Querofonte. As principais direções da vida eram subvertidas por seu orgulho de saber da sua ignorância" (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 41-42).

Assim, percebemos que estes prefaciadores, além de defensores de Sócrates, são simpatizantes e ferrenhos defensores de seu método o que os tornam mais parciais ainda, porque defender o método socrático é defender toda uma linha de tradição teórica, à qual está pautada nas premissas de sua maiêutica.

Na discussão seguinte, Pugliese e Bini, esclarecem sobre a atitude de Sócrates diante do medo da morte que é tema de sua defesa na *Apologia*. Deste modo, estes prefaciadores *vestem a camisa* da defesa de Sócrates e o elegem, assim como o próprio Platão, como o mensageiro do Deus de Delfos o que corrobora com a ideia de que Sócrates era um homem cujo poder estava acima do grego comum: "E ele, fiel à missão recebida do deus Delfos, não mudará sua atitude nem por medo da morte" (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 207).

Neste prefácio, há uma abordagem sobre a morte de Sócrates, à qual traria sérios prejuízos que culminariam em transtornos à cidade de Atenas. Estes prefaciadores apontam esse prejuízo porque indicam que Sócrates como ninguém, dedicou-se a fazer o bem aos atenienses. Essa preocupação com os cidadãos de Atenas, evidentemente que

coloca Sócrates na via política de uma preocupação de cunho mais coletivo, à qual está além de sua ambição pessoal. “A morte de Sócrates causaria grave prejuízo aos atenienses, pois ninguém como ele, descuidando de seus próprios interesses, preocupou-se tanto com o bem de seus concidadãos” (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 212).

Há uma demonstração do quanto Sócrates tem interesse pela multidão, o que caracteriza o perfil do filósofo como de um cidadão politizado, uma vez que se preocupa mais com a coletividade do que consigo mesmo. E é este perfil de um cidadão politizado que faz com que Sócrates não implore clemência nem piedade pelos seus feitos ou por sua condenação.

Neste sentido, estes prefaciadores diferenciam Sócrates dos demais cidadãos porque este filósofo não deseja arrancar “piedade dos juízes”. Assim, fica claro que Sócrates não apelaria por piedade, mas por justiça e discernimento e, que, o uso da razão seria a mola mestra de sua defesa em seu discurso.

> Sócrates não quer recorrer, como fazem os demais, a súplicas e lágrimas para inspirar piedade aos juízes e não por arrogância e desprezo, mas porque essas cenas são ridículas e humilhantes para a cidade (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 220).

Ainda no mesmo prefácio há uma recorrência dos prefaciadores em indicar as inumeráveis atitudes dignas e uma destas atitudes que apontam em Sócrates diz respeito à simplicidade. Neste prefácio, há uma defesa em prol de Sócrates no sentido de indicar a justiça com à qual Sócrates tanto se identificava, a ponto de não haver nenhuma prova do cometimento de injustiças por parte de Sócrates em todas as suas ações durante sua vida.

Portanto, a defesa de Sócrates, neste prefácio, se dá no sentido apológico mesmo, já que o orgulho era a marca maior daqueles que pensavam saber das coisas que o próprio Sócrates tanto contestava. “Não é o orgulho que dita suas palavras, mas a convicção de não ter agido injustamente contra ninguém; portanto não pode propor contra si mesmo nenhum mal, com a prisão ou o desterro” (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 226).

Estes prefaciadores pulverizam seus olhares em relação a Sócrates que, diante dos juízes, discursa sobriamente. Aos que o condenaram, Sócrates dirige um tipo de

discurso mais inflamado e agressivo e, aos que o absolveram, o discurso se dá de forma mais branda numa demonstração de que este filósofo reconhece muito bem seus aliados.

Percebemos que estes prefaciadores chamam para seu texto a fala de Sócrates, à qual também é a fala de Platão e fazem de seus prefácios veículos de propagação do poder socrático.

> Adverte aos juízes que o condenaram que condenaram a si mesmos diante da posteridade. Sua morte, além disso, não o livraria da crítica. Dirigindo-se aos juízes que votaram em sua absolvição, dá-lhes graças e adverte-os para que não se preocupem por sua morte. Pois a morte não é um mal (PUGLIESE E BINI, 1981, p. 229-232).

Deste modo, neste prefácio, estes prefaciadores encerram seu texto defendendo a tese de que Sócrates por ser quem é, age politicamente por não guardar "rancor" contra seus adversários.

A figura de Sócrates é preservada do defeito mais terrível do ser humano, o "rancor", e, digamos, um sentimento de quem nada entende sobre democracia e nada entende sobre o poder de decisão da maioria. Evidentemente, Sócrates dá uma demonstração de seu respeito pela decisão do Estado no cumprimento às leis, às quais considera que devem ser cumpridas após a sua condenação.

> Sócrates não guarda rancor contra os que o acusaram e condenaram; a morte não é para ele uma desgraça. E depois de recomendar seus filhos aos cidadãos de Atenas, despede-se de todos com poucas palavras, tão inquietantes quanto cheias de esperança (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 235).

Durante todo este prefácio fica evidente que há uma espécie de aliança ou uma agregação de ideias comuns entre prefaciadores e são estas agregações de ideias que caracterizam a parcialidade destes prefaciadores. Estes prefaciadores apontam Sócrates como de extrema superioridade e de importância fundamental para o desenvolvimento do conhecimento humano. Deste modo, entendemos que este rol de citações a favor de Sócrates favorece a sua valorização tanto como homem político, quanto como um intelectual.

A atualidade dessa discussão arquiteta-se na tentativa lógica de transformar Sócrates numa consciência plena, ao passo que a importância do poeta Meleto é, a nosso ver, literária, textual, nesta narrativa. De acordo com o olhar dos prefaciadores, embora

Meleto tenha triunfado diante de seu propósito sobre toda a argumentação e fama de Sócrates, mas aparece calado e desprovido de sua própria competência para defender as suas acusações.

Vejamos de que forma o filósofo Sócrates é abordado por estes prefaciadores, Bruna, Andrade e Strazynski (1991). Logo no início deste prefácio, várias qualidades permeiam a personalidade de Sócrates.

Em relação ao julgamento, estes prefaciadores se pronunciam de que esta era uma tarefa árdua e extremamente difícil para os juízes. Estes prefaciadores indicam inúmeras qualidades do filósofo: sobretudo em relação ao seu destemor, o qual é apontado como uma qualidade

> Difícil tarefa aguardava esses juízes: julgar Sócrates, conhecida, mas controvertida figura. Cidadão admirado e enaltecido por alguns – particularmente pelos jovens... Indiscutível era seu destemor, notória sua independência pessoal. Sócrates dedicava-se ao que considerava a missão confiada pelo deus de Delfos... Em nenhum momento de sua defesa – segundo o relato platônico – Sócrates apela para a bajulação ou tenta captar a misericórdia daqueles que o julgavam (BRUNA, ANDRADE e STRAZYNSKI, 1991, p. VII).

Neste prefácio, percebe-se que Sócrates é compreendido como um homem superior na forma de encarar a vida e a morte. Um fato curioso nestes prefácios que ora analisamos, é, que, há termos e pontos de vistas sobre Sócrates, os quais são comuns a todos os prefaciadores que formam um bloco intelectual para definir a figura de Sócrates.

A formatação do perfil de Sócrates como de um homem íntegro é comprovada a partir do momento em que Sócrates refuta não apenas as acusações, mas sobretudo, os comediógrafos os quais tentaram traçar seu perfil em desacordo com o perfil configurado pelos filósofos. O próprio Sócrates, durante seu julgamento, é levado a rebater esse seu retrato feito “por certo poeta cômico, Aristófanes” (BRUNA, ANDRADE e STRAZYNSKI, 1991, p. XII).

Na ocorrência deste prefácio, os autores fazem questão de continuar suas investidas a favor de Sócrates, isto no que se refere à sua capacidade de interagir com seus interlocutores. Assim, estes prefaciadores não descrevem a maiêutica socrática, nem falam sobre sua fundamentação, mas endossam a força do filósofo na prática desta

ciência, à qual, segundo eles, combate “meros hábitos mentais”, principalmente, “construções verbais sem base racional”.

Estes “meros hábitos mentais” eram os alvos da ciência que Sócrates desenvolvia nos diálogos em que questionava tudo.

> Colocados a prova muitos supostos talentos e muitas reputações de sapiência revelavam-se infundados e muitas ideias vigentes e consagradas pela tradição manifestavam seu caráter preconceituoso e sua condição de meros hábitos mentais ou simples construções verbais sem base racional (BRUNA, ANDRADE e STRAZYNSKI, 1991, p. IX).

Na sequência, estes prefaciadores usam o discurso na terceira pessoa para objetar a importância de Sócrates e destacam que Sócrates era tão poderoso que acabava embaralhando os juízes; reforçam, também, a tese de que Sócrates perante o Estado teve a capacidade plena de rebater as acusações; o que nos leva a entender porque este filósofo é, segundo, estes prefaciadores, o senhor de sua própria ação, o sujeito de seu próprio destino: “Sócrates não deixava saída para seus juízes, ou a pena de morte pedida por Meleto ou ser alimentado no Pritaneu, enquanto fosse vivo” (BRUNA, ANDRADE e STRAZYNSKI, 1991, p. X).

A seguir, o prefaciador Pessanha (1996) não faz diferente dos demais, sua temática predominante não é o fato em si, mas a figura de Sócrates, com seus devidos valores morais e intelectuais. Vejamos, que os termos utilizados em seu prefácio caracterizam Sócrates como uma “controvertida figura”, com “independência pessoal”, e que “suscitava o deleite”; deste modo, são muitas as qualidades apontadas numa só citação. Estas frases, ao contracenarem com o perfil do desconhecido Meleto estabelece uma certa diferença e surte um efeito fantástico.

Este prefaciador admite que Sócrates deve mesmo ser o carro-chefe de seu prefácio.

> Julgar Sócrates, cidadão admirado e enaltecido, indiscutível destemor, notória independência, suscitava o deleite e a admiração dos jovens, despreocupado com os bens materiais, a missão que lhe teria sido confiada pelo deus de Delfos (PESSANHA, 1996, p. 5).

Portanto, é notória a intenção deste prefaciador o qual retoma o que é lugar comum a todos os prefaciadores que estudamos ao longo desta tese. Nos prefácios

escritos por Bruna, Andrade e Strazysnki há uma consonâncias com o prefácio de Pessanha.

Em relação a alguns pontos de vistas é comum encontrarmos expressões às quais se repetem. Talvez isto se dê por estes prefaciadores pertencerem à mesma editora, "a nova cultura", dai o motivo da repetição de determinados focos comuns a estes prefaciadores das edições de 1991-1996.

Deste modo, todos são unânimes ao indicarem a grande qualidade de Sócrates de tornar forte o discurso mais fraco a partir dos conceitos que ventila ao longo de seus discursos.

Percebemos que estes prefaciadores apresentam em seus textos como que uma espécie de compromisso intelectual, e que, ao abordarem a defesa de Sócrates, acabam por indicar como prioridade a sua qualidade maior, ou seja, sua capacidade de tornar fortes as razões mais fracas, e fracas, as supostamente mais fortes. "Era, com frequência, tornar patente a fragilidade das opiniões de seus interlocutores, a inconsistência de seus argumentos, a obscuridade de seus conceitos" (PESSANHA, 1996, p. 6).

Pessanha, aponta serenidade e tranquilidade, naquele que a seu ver "fala em nome da própria consciência" e indica que o próprio Sócrates não consegue ver culpa alguma em sua prática, em seu modo de filosofar. Por incrível que pareça esta é uma posição típica dos prefaciadores os quais sempre destacam a inocência plena de Sócrates perante as acusações, o que acirra ainda mais a ideia do cometimento de injustiça contra o filósofo.

> Sua linguagem é serena – linguagem de quem fala em nome da própria consciência e não reconhece em si mesmo nenhuma culpa. Embora a demonstração pública da inconsistência dos argumentos de seus acusadores por mais essas manifestações de altaneira independência de espírito. Ele era uma ameaça e um escândalo. Sócrates foi convidado a fixar sua pena (PESSANHA, 1996, p. 7).

Percebemos, neste prefácio, que há uma repetição do ponto de vista de outros prefaciadores, os quais sempre aludem que os juízes ficaram sem saída diante do poder de arguição de Sócrates "não deixava saída para seus juízes". Conforme já discutimos anteriormente, há um lugar comum em relação aos discursos dos prefaciadores, os quais

colocam Sócrates como superior até mesmo aos juízes: “Sócrates não deixava saída para seus juízes” (PESSANHA, 1996, p. 8).

Continua este prefaciador sua apreciação ao filósofo ao abordar a sua: “implacável racionalização”. Eis a força de uma racionalidade, segundo este prefaciador, fundamentada numa consciência acima da linha comum de raciocínios. “A implacável racionalização contida na dialogação socrática, Sócrates teria amortecido a primitiva força criadora do gênio grego – significava, ao que parece, fidelidade e submissão ao oráculo de Delfos” (PESSANHA, 1996, p. 12).

E, por fim, Pessanha em seu prefácio apológico acaba por exagerar ao indicar Sócrates como “pedagogo e médico de almas”, ou seja, aquele que ensina e aquele que cura a alma dos outros das amarguras da inconsciência humana: “O Sócrates pedagogo e médico de almas constituíam uma denúncia de suas limitações e, consequentemente, um perigo” (PESSANHA, 1996, p. 18).

Em Edson Bini (2011), o seu prefácio em defesa de Sócrates se dá de forma suave quando ele diz que Sócrates é “sempre afável”. A nosso ver, “afável” é uma expressão que não deveria, de fato, ser atribuída a Sócrates, o qual, na prática de sua maiêutica, ignorava e inquietava o saber alheio, angariando ódio e admiração contra si. Mas como podemos ver, muitos prefaciadores parecem traçar novas apologias em torno deste filósofo.

> Sócrates como sempre afável, tranquilo e manifestando seu respeito à corte, limita-se expor, com absoluta transparência e clareza, em linguagem simples e destituída quer de floreios, quer de erudição, fiel aos seus princípios (BINI, 2011, p. 10-11).

Em seguida, este prefaciador, continua seus elogios a Sócrates: “contundente”, “influência indiscutível”.

> Na verdade a crítica contundente de Sócrates que emerge de seu discurso, tal como o julgamento que o levou à morte, são de natureza essencialmente política. Sua influência indiscutível não ocorria, obviamente, apenas nos estreitos limites da individualidade de seus ouvintes e interlocutores, mas principalmente nos indivíduos como cidadãos (BINI, 2011, p. 12-13).

Bini faz de Sócrates, no extremo de seu discurso, o porta-voz de uma verdadeira crítica contundente sobre as coisas da vida. E, finalmente, este prefaciador fecha seu

prefácio tecendo elogios à atuação dialógica pautada numa "crítica inarredável". "A crítica inarredável de Sócrates (que curiosamente é o que mais importa para ele) em sua defesa, e não a defesa propriamente dita e sua salvação da morte!" (BINI, 2011, p.13).

Para este prefaciador, uma coisa é certa: Sócrates supera a sabedoria de qualquer cidadão grego. Todo seu prefácio é objetivo neste sentido, salvar Sócrates a todo custo.

Por outro lado, observemos em seguida que o prefaciador Romero (2013) coloca algo novo em relação aos demais prefácios, que é apontar que Sócrates é protagonista de um clássico, a *Apologia*, e que é através deste clássico que este filósofo defende, sobretudo, a liberdade de expressão.

Sócrates é defendido por este prefaciador como inocente, o que o isenta de qualquer culpa conforme fazem os demais prefaciadores; e, finalmente, este prefaciador trata o julgamento e seu resultado como "terrível" indicando que, com a condenação de Sócrates é o próprio condenado quem acaba julgando a "democracia" de Atenas.

> Sócrates aparece neste clássico defendendo a liberdade do pensamento...Sócrates argumenta em favor de sua inocência...Em razão dessa situação terrível Sócrates acaba colocando a democracia ateniense em julgamento (ROMERO, 2013, p. 13).

Está claro que este prefaciador se incomoda com o resultado do julgamento de Sócrates e prefere indicar este resultado como "terrível". Romero continua sua apologia a Sócrates quando se refere à sociedade "mais aberta", à qual condenou injustamente um homem digno que só se "preocupava com a virtude e a verdade". Portanto, percebemos que este prefaciador ao integrar o cordão de admiradores do filósofo Sócrates, faz abertamente sua defesa.

> Essa terrível decisão... a mais aberta sociedade do mundo antigo sentenciou à morte um homem que falava abertamente da sua ignorância ("só sei que nada sei") e só se preocupava com a virtude e a verdade (ROMERO, 2013, p. 14-15).

Neste prefácio, o seu autor, não poupa elogios ao filósofo e mostra, sobretudo, que sua adesão à causa socrática ou até mesmo à defesa deste filósofo, dá-se pelas qualidades morais e intelectuais que Sócrates incorporou em suas conversas no dia a dia. Este prefaciador faz questão de abordar o método socrático em seu prefácio como

que para justificar o porquê de sua adesão: “Sócrates questionava os métodos” apresentando e defendendo um outro tipo de homem.

Observemos no recorte abaixo que Romero indica haver, de certa forma, uma querela entre os poetas e Sócrates ao afirmar que Sócrates defendia “novas virtudes” e “um novo tipo de cidadão”. Assim, nos parece que este prefaciador quer indicar um tipo de crítica ao perfil do cidadão em vigor fundamentado pelo poeta Meleto. “Sócrates questionava os métodos, as virtudes e as ideias dos poetas; ele defendia novas virtudes... Ele apresentava e defendia um novo tipo de cidadão” (ROMERO, 2013, p. 16).

Vejamos que na discussão seguinte, Romero aborda a questão da substituição da “fé cívica” por uma busca infindável pelo “conhecimento e pela verdade”.

Há certa rigidez na defesa de Romero em prol do filósofo. Primeiro, porque não se pode falar desta “fé cívica” sem pensar na multidão, tese refutada por Sócrates, o qual parecia fugir da fé oficial dos atenienses; depois, porque não é possível dizer que, na “fé cívica”, desses cidadãos de Atenas não houvesse entendimento pelo “conhecimento e pela verdade”.

Claro, que este prefaciador prefere colocar este mérito nas atitudes de Sócrates para, assim, justificar a sua adesão ou a sua parcialidade, enfim, a sua empatia para com esse filósofo: “Sócrates, no entanto, estava buscando substituir essa fé cívica por uma interminável procura pelo conhecimento e pela verdade” (ROMERO, 2013, p. 17).

1.2.3.2 Sobre Meleto

A partir daqui seguiremos a mesma ordem dos prefaciadores apresentados como defensores de Sócrates também em suas abordagens discursivas sobre o poeta Meleto. Esta abordagem sobre Meleto consta nos mesmos prefácios nos quais estes prefaciadores abordaram o filósofo Sócrates.

Em relação a Sócrates, estes prefaciadores deixaram claras as suas posições políticas, jurídicas, poéticas e filosóficas e agora veremos em relação ao poeta Meleto como se dá a abordagem destes prefaciadores.

Comecemos, então, com a prefaciadora Moura (1955). Neste prefácio, nota-se o caráter revelador das figuras de Meleto e de Sócrates cujas presenças são diferenciadas. Sócrates, por exemplo, de acordo com olhar desta prefaciadora, é elevado ao patamar de sábio inquietante, senhor que nada sabe, mas tudo quer saber.

Já o poeta Meleto, embora seja uma figura marcante neste evento, mas acaba sendo tratado por Moura como personagem superficial e secundária, cuja aparição demonstra, de certo modo, sua (des)importância na História da Filosofia, a partir de nuances cuja linha tênue torna obsoleta sua participação. "Seus detratores e inimigos; aproveita-se desse prestígio e desvia o ensinamento humano do método experimental em filosofia para criar a oratória, a retórica a sutileza da palavra" (MOURA, 1955, p. 86).

Vejamos que Moura, neste prefácio, em sua abordagem sobre os acusadores de Sócrates, em particular, o poeta Meleto, é enfática quando procura, de todas as formas, indicá-lo como "detrator ","inimigo", "aproveitador" do prestígio alheio, ou seja, uma espécie de aproveitador do prestígio de Sócrates.

Os termos resguardados por esta prefaciadora, em si, já dizem tudo o que ela pensa sobre o poeta Meleto e quão inflamada ela está ao prefaciar a narrativa da *Apologia*. São termos fortes, os quais demonstram sua opinião sobre os acusadores de Sócrates, em particular, sobre o poeta Meleto.

Portanto, é preciso pensarmos sobre o ethos discursivo o qual integra os discursos do poeta Meleto e o discurso do filósofo Sócrates. Este ethos discursivo abordado por Maingueneau (2006) pode ser percebido na *Apologia* no momento em que estas personagens aparecem com presenças diferenciadas no tocante a enunciação de seus discursos e o espaço que suas vozes ocupam na narrativa.

Para Maingueneau (2006, p. 266) "o texto não se destina à contemplação, sendo em vez disso uma enunciação ativamente dirigida a um co-enunciador que é preciso mobilizar a fim de fazer aderir 'fisicamente' a um certo universo de sentido".

Evidentemente que são os ethos destes discursos que criam uma imagem de Sócrates e outra imagem do poeta Meleto. Estas imagens fundamentadas no ethos discursivo de cada personagem esclarece até que ponto podemos entender que este ethos

> é uma noção discursiva; é construído por meio do discurso, em vez de ser uma 'imagem' do locutor exterior à fala; o ethos está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro, o ethos é uma noção intrinsecamente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela mesma integrada a uma dada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2006, p. 269).

Todo o processo do ethos está ligado ao "ato de enunciação" e é este ethos discursivo o qual vai integrar a imagem discursiva de ambos os protagonistas, ou seja, "o ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não podemos ignorar que o público constrói também representações do ethos do enunciado".

Assim, entendemos que

> A noção de ethos permite ainda refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos ao ponto de vista defendido por um discurso, processo particularmente evidente no caso de discurso como a publicidade, a filosofia, a política etc., que – diferentemente dos que são parte de gênero "funcionais" como os formulários administrativos ou os manuais de instruções... (MAINGUENEAU, 2006, p. 271).

Contudo, na sequência do prefácio de Moura, há um fato curioso o qual diz respeito à identificação da categoria poética à qual pertencia Meleto – "poeta trágico medíocre" (MOURA, 1955, p. 88), o que deixa claro que esta prefaciadora delega ao poeta uma categoria, a "trágica", o que implica dizer que Meleto pertencia a um gênero cuja origem se deu na Grécia, apesar de Moisés (1988, p. 495) indicar que "não é muito nítida a origem da tragédia".

Diz Moisés "parece que a tragédia seria, primitivamente, na Grécia, um simples 'coro de bode' em honra a Baco" e que, portanto, este era um gênero, no início, estritamente ligado à festividade.

Esta prefaciadora utiliza o termo "medíocre" para ser referir ao veio poético de Meleto, talvez, não em relação à sua poesia, mas à sua personalidade, já que não existe elemento literário suficiente para uma análise da qualidade de sua poesia trágica ou erótica. Assim, ela demonstra sua adesão a um discurso corrente, a um discurso constituinte sobre o poeta Meleto, discurso este que ela retoma e reforça em seu prefácio.

Entendemos conforme Maingueneau (2006) que se

> cada conjuntura histórica é marcada por um regime específico de ethé, a leitura de vários textos que são parte de nosso ambiente cultural (tanto no tempo como no espaço) é com frequência prejudica não por graves lacunas em nosso conhecimento enciclopédico, mas pela perda dos ethé que sustentam tacitamente sua enunciação (MAINGUENEAU, 2006, p. 272).

Meleto é taxado de "acusador", mas percebemos algo diferente, portanto, interessante; esta prefaciadora dá voz a Meleto, quando diz: "o acusador de Sócrates dizia ainda: 'Sócrates persuadia". "O acusador de Sócrates dizia ainda: "Sócrates persuadia a seus discípulos de que ele os tornava mais sábios que seus pais, assim destruíam neles o respeito filial" (MOURA, 1955, p. 92).

Isso é visto como um posicionamento singular, porque, normalmente, os prefaciadores não delegam espaço para a voz de Meleto, embora, entendamos, que esta seja a voz de Platão, autor da *Apologia*, mas mesmo assim, esta premissa aparece como inovadora porque não é comum encontrarmos esta voz do poeta Meleto que fale de si mesmo no decorrer da narrativa.

Ou seja, é a voz do outro, na voz do outro, e é esta voz de um no outro, à qual estabelece uma relação entre "o *ethos* e o código de linguagem próprio ao campo literário. O código de linguagem só é eficiente quando associado ao *ethos* que lhe corresponde" conforme Maingueneau (2006, p. 278).

No decorrer de seu prefácio, esta autora assume uma posição de identificar o veio poético de Meleto ao dizer que este aedo era "um poetastro, poeta lírico": "Meleto era *poetastro*, poeta *lírico*, o mais ativo dos acusadores. Meleto, a alma intelectual, o motor da acusação" (MOURA, 1955, p. 111).

Portanto, este é mais um prefácio, no qual se indica o gênero poético que Meleto, provavelmente, tenha dominado. Entendamos o termo lírico, no sentido em que nos diz Moisés (1988, p. 308) "os gregos apontavam o componente básico do poeta lírico: a preocupação com o próprio eu, o lírico é um ser solitário ignora a existência de um público, e poetiza para si", cuja indicação parece querer aproximar aquilo que os prefaciadores dizem de que Meleto com a condenação de Sócrates, desejava chamar a atenção para si, o que demonstra sua vaidade e individualismo. Portanto, os fios condutores, vaidade e individualismo refletem o perfil lírico do poeta Meleto, conforme esta prefaciadora.

Esta prefaciadora, indica em seu texto, outras qualidades deste poeta, como, por exemplo, “alma intelectual”, “o mais ativo”, “o motor da acusação”; deste modo, esta autora acaba por indicar este poeta como aquele que representa mais do que a própria *Apologia* propõe, porém, sua posição socrática reacende sua ira contra o poeta Meleto quando aborda que “Sócrates argumentou” que o poeta Meleto sem a adesão de Anito e Licon não teria tido êxito algum: “Sócrates argumentou que Meleto, sem a cooperação de Anito e Licon, não teria obtido o pequeno excedente de votos” (MOURA, 1955, p. 113).

O mais intrigante é o fato desta prefaciadora dispor em seu discurso a voz e a opinião de Sócrates em sua conclusão sobre Meleto. Na citação seguinte sua referência a Meleto é vazia, e, parece-nos que esta prefaciadora não dispõe de argumentos sobre esse fato: “Meleto foi condenado à morte” (MOURA, 1955, p. 114).

Esta autora encerra seu discurso sobre o poeta Meleto de forma breve e vazia: “condenado à morte”. Embora, entendamos que esta informação é problemática, uma vez que o poeta Meleto não foi condenado à morte na *Apologia*, ou seja, a abordagem sobre a posterior condenação e morte de Meleto não consta na *Apologia de Sócrates*. Meleto foi condenado à morte, postumamente, pela multidão mas este fato não é abordado na *Apologia de Sócrates*.

Vejamos de que forma o poeta Meleto é introduzido no prefácio de Lima (1969). Entendemos que este prefaciador da *Apologia de Sócrates* é imprescindível por ser um dos prefaciadores mais repetidos nas edições da *Apologia* e, que, de certa forma, é um dos baluartes na abordagem sobre esta narrativa em Língua Portuguesa.

Deste modo, é possível verificarmos como este prefaciador imputa ao poeta Meleto algo impensável na cultura clássica dos gregos, ou seja, a importância conferida à valorização de si mesmo, fenômeno tipicamente moderno, mas inerente à forma do poeta lírico Meleto ver a vida.

No fragmento abaixo, fica claro como Lima faz uma leitura contemporânea da obra imputando a este poeta, uma hipótese que pode ser questionada porque não era pertinente a um cidadão grego, na época, a supervalorização de si mesmo.

Nas citações extraídas deste prefácio, sobre o poeta Meleto, Lima discorre e deixa transparecer sua opção, o seu lado, quer seja político, quer seja religioso e define em seu prefácio o poeta Meleto como de pequena expressão, além de indicar que este poeta desejou chamar a atenção para sua pessoa.

Desta feita, percebemos que dentro desta verve teórica, há uma tradição no sentido de indicar que Meleto usou o processo contra Sócrates para se promover, ou seja, esta premissa é comum a todos os prefaciadores abordados. "Meleto era um poeta pertencente a uma família de poetas e havia, pouco antes, feito apresentar uma edipédia. Era poeta de pequeno vulto e queria chamar a atenção sobre a sua pessoa" (LIMA, 1969, p. 2).

Na sequência de seu prefácio, Lima, na citação abaixo, se refere a Meleto e aos demais acusadores como personagens que tiveram seus nomes destacados na História "Graças à glória de sua vítima" e, se não fosse a força do nome de Sócrates todos estariam mortos e sepultados na memória da posteridade; este prefaciador ressalta que a glória e a fama eram de Sócrates e que os acusadores estariam fadados ao esquecimento, caso não fossem os "feitos memoráveis" deste filósofo.

> Dos acusadores de Sócrates, dois morreram tempos depois lapidados pela multidão como caluniadores: Meleto e Anito. Graças à glória de sua vítima é que seus nomes ainda são relembrados pela posteridade. As autoridades públicas começavam provavelmente a reconhecer a fatal injustiça que os jurados haviam cometido, graças às intrigas dos acusadores (LIMA, 1969, p. 3).

Outro fato curioso neste prefácio, conforme o fragmento abaixo, é o prefaciador dizer que o poeta ficou sem respostas: "não teve o que responder" diante do filósofo, o qual segundo este prefaciador "pulverizou" e negou a acusação de não crer nos deuses do Estado. Lima corrobora que Sócrates é superior do ponto de vista intelectual a seus acusadores e coloca em seu prefácio o poeta Meleto como um embaraçado para corresponder aos ataques socráticos. "Meleto o poetastro, não teve o que responder quando Sócrates pulverizou sua acusação de ateísmo, porque realmente não era verdadeira" (LIMA, 1969, p. 14).

A seguir, este prefaciador dá um parecer ao sugerir que o poeta não tinha bagagem intelectual suficiente para corresponder às indagações de Sócrates. Deste modo, este crítico encerra sua crítica a Meleto enquadrando-o como "algoz", "fanático",

“medíocre”; estes termos definem o perfil do poeta Meleto, bem, como dos demais acusadores para este prefaciador.

Assim, percebemos que a atenção dedicada a Meleto por esse prefaciador é superficial, isto porque a aparição do poeta em seu prefácio se dá a partir dos ataques, os quais em suas intenções seguem numa via de sentido único, o que, provavelmente, seja o causador deste choque frontal que esbarrou na sobrevivência literária de Meleto: “Condenando, para sempre, na pessoa dos seus algozes, a arrogância dos fanáticos, a violência dos medíocres e a implacabilidade dos primários” (LIMA, 1969, p. 15).

Aqui é oportuno rever Didi-Huberman (1998, p. 38):

> Notar-se-á que há nessa atitude uma espécie de horror ou de denegação do cheio, isto é, do fato de este volume, diante de nós, estar cheio de um ser semelhante a nós, mas morto, e deste modo cheio de uma angústia que nos segreda nosso próprio destino. Mas há nesta atitude um verdadeiro horror e uma denegação do vazio.

Poderíamos, então, aludir ao poeta Meleto esse lugar de interesses comuns dos prefaciadores, os quais parecem se esforçar para apresentar uma negação desse cheio/vazio, ambivalência esta que percebemos no poeta Meleto e de que trataremos no terceiro capítulo da presente tese.

Esse prefaciador estabelece um posicionamento estritamente parcial e o modo como se refere ao poeta Meleto acaba por legar-lhe um lugar obsoleto em seu prefácio. Lima fecha seu texto dedicando inúmeros elogios a Sócrates com a finalidade de dignificar ainda mais sua figura humana; já em relação a Meleto é óbvia sua parcialidade ao desferir opiniões pessoais que dão a Meleto a caricatura de anti-herói e de um mau caráter.

Uma das características mais gritantes deste ataque a Meleto advém das vozes desses prefaciadores, às quais uníssonas e barulhentas silenciam e excluem sua voz. Neste percurso em que a autoridade do poeta Meleto é submergida pela autoridade do filósofo Sócrates, chega-se à conclusão de que a causa dos ataques a Meleto é consequência da sua vitória sobre Sócrates.

Em Pulquério (1972), percebemos uma retomada que é comum a todos os prefaciadores, Meleto não é o mentor do tal levante jurídico contra Sócrates. No entanto, é preciso ressaltar que a presença significativa do poeta Meleto não deve ser

minimizada, conforme a sua voz silenciada na *Apologia*: "O texto de acusação, apresentado ao arco-rei por Meleto, com assistência de Ânito e de um tal Licon, orador medíocre" (PULQUÉRIO, 1972, p. 11).

No prefácio de Pulquério, é evidente sua brevidade em relação a Meleto, o qual aparece sob a égide de um olhar que mal deixa o poeta despontar. A citação abaixo, é essencial para que entendamos de que forma Meleto aparece em seu discurso: "desiludido dos êxitos literários"; neste prefácio, são várias críticas feitas a este poeta, taxado de "desiludido" do eixo da poesia e, segundo Pulquério, este processo movido contra Sócrates, evitou que "o nome" Meleto fosse sepultado definitivamente na memória dos gregos.

> Meleto, jovem poeta desiludido dos êxitos literários, prestou-se a ser o autor da acusação e com isto ganhou proveito e fama, porque não fora este infeliz processo, e o seu nome ficaria sepultado para sempre no esquecimento. Se além de mau poeta, fosse adivinho, teria certamente preferido esta melancólica solução. E que não é fácil suportar, mesmo morto, um labéu de homicida (PULQUÉRIO, 1972, p. 10).

E ainda acrescenta-lhe a característica de "mau poeta", ficando claro, então, que este prefaciador toma posições, ao fazer sua, a voz de Sócrates, no discurso de Platão, analisando a qualidade literária do poeta Meleto.

Intriga-nos, o fato de alguns prefaciadores o tratarem como "mau poeta", "poeta medíocre" uma vez que não há matéria prima suficiente para uma análise contundente da qualidade de sua poesia.

Pulquério, encerra esta discussão dizendo o quão é insuportável "receber um labéu de homicida". É evidente que se refere a Meleto. E, por fim, este prefaciador apenas faz breve referência ao texto do processo apresentado por Meleto, o qual consta na *Apologia*, mas, sem desdobramento.

É interessante notarmos o quanto do discurso da *Apologia* retomado por prefaciadores, na voz de Sócrates, faz-se presente nestes prefácios, cuja função nos parece que é reforçar a influência de Platão, através de Sócrates, e, posteriormente, através dos prefaciadores.

Muito dos discursos destes prefaciadores, são advindos da própria *Apologia*, o que confirma a busca de um texto anterior para a construção de um novo texto e esta

busca se caracteriza, sobretudo, por marcas indeléveis das teorias que reforçam os olhares apáticos/empáticos destes prefaciadores em relação aos protagonistas.

Em seu prefácio como um todo, Pulquério se esquiva com uma amostragem superficial e coloca o poeta Meleto como desprovido de competência para aparecer no seu texto. Nesta montagem, Pulquério faz *vista grossa* para a importância política e poética de Meleto que aparece superficialmente em seu discurso de prefaciador. É óbvio que a intenção do referido prefaciador é legar a Sócrates o mais alto degrau da dignidade intelectual e humana enquanto a Meleto, a *sarjeta* intelectual.

Acreditamos que Meleto, sem versos e, às vezes, sem prosa, vale pelo que é na trama da obra e não pelo que os prefaciadores dizem sobre ele. Mas, se há nestes prefácios tantas notas que elevam Sócrates, inquieta-nos o fato de perceber Meleto, tão importante, ser tratado como superficial, quando ele, de fato, neste enredo, é responsável, tanto pela escrita, através do processo, quanto pela voz no ato deste acontecimento.

Quer estes prefaciadores queiram, quer não, de certa forma, Atenas, e parte da História da Filosofia e da Literatura grega estão imbricadas por este acontecimento, a denúncia de Meleto, e, consequentemente, o julgamento, a condenação e a morte de Sócrates, e, se este poeta tem a força de ser chamado de poeta, mesmo sem haver um só verso seu preservado, que prefácios poderiam silenciar sua voz que grita mais alto que as intenções de seus algozes?

Entendemos que, nestes prefácios, Meleto aparece à sombra de um grave problema político que poderíamos identificar nas intenções destes prefaciadores de denegrirem a sua importância mesmo que este poeta seja um íntegro representante da escrita e da oralidade diante desse processo. A escrita e a oralidade refutam certa ordem e domínio intelectual por parte destes protagonistas.

Neste prefácio feito a quatro mãos, Pugliesi e Bini (1981), se juntam para produzir um prefácio que reflita suas opiniões. E percebemos de imediato que estes prefaciadores não poupam palavras para falarem de Meleto e boa parte de suas referências sobre o poeta advém mesmo da *Apologia*.

Em seu prefácio, estes autores se referem a Meleto com os termos “acusador oficial”, o titular, e alertam que o fato deste poeta ser o principal articulador, nada

implica que como “acusador oficial” tivesse que ser o mais importante ou “temível”. Na verdade, o que estes prefaciadores fazem é tentar desmontar o poeta Meleto, em seus prefácios que são construídos com uma base platônica.

> O acusador era Meleto. Meleto era, por assim dizer, o acusador oficial e nada implica que o acusador oficial tivesse que ser o mais respeitável, hábil ou temível, era apenas aquele que assinava a acusação. Este caso teve como elemento mais respeitável no desenlace do processo a influência de Anito, que preparou-o cuidadosamente nas reuniões dos diversos cidadãos e sustentou-o com a autoridade de seu nome (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 37).

Os prefaciadores vão além de suas apatias ao poeta Meleto, ao indicá-lo como um sujeito sem força dentro do processo, no qual acabam por apontar como mais importante do que Meleto aquele que eles identificam como “mais respeitável” na montagem do processo, Anito, que ao ver destes prefaciadores foi o arquiteto de toda a trama contra o filósofo Sócrates e “sustentou-o com a autoridade de seu nome”; é como se o nome de Meleto não tivesse importância alguma, nem força suficiente para mover um processo dessa magnitude, questão esta voltada para a questão do “nome” o que descutiremos no segundo capítulo.

Neste sentido, nossa tese, nega esta premissa porque quem escreveu o processo e apresentou-se, publicamente, dando a cara ao mundo, para defender a acusação, foi o poeta Meleto, então o nome de Meleto tem mais poder nesta trama do que desejam os prefaciadores.

Assim, neste prefácio, há uma inquietação destes prefaciadores ao chamarem a atenção para a figura de Meleto, se ele era conhecido ou se desconhecido. Estes prefaciadores se referem ao poeta como alguém desconhecido apesar de deixarem escapar que, provavelmente, este personagem teria sido “citado por Aristófanes”, e, em seguida negam esta possibilidade reafirmando que não há provas suficientes para esta pressuposição da citação do nome do poeta pelo comediógrafo Aristófanes.

> Quanto a saber quem era precisamente esse Meleto, muitas dúvidas vêm a surgir, uma delas seria considerar que se tratava do personagem citado por Aristófanes, mas faltam elementos para fundamentar essa pressuposição uma vez que um poeta jovem em 399 dificilmente poderia ter chamado a atenção de Aristófanes em 405, e é preciso lembrar que Sócrates insiste no fato de que este é desconhecido. Pensar que se trata do Meleto que chegou a intervir, em 399, na acusação contra Andócides no famoso processo pela mutilação da estátua de Hermes e profanação dos mistérios seria muito atraente,

> uma vez que esta também foi uma acusação de impiedade. Há, entretanto, mais uma óbice, segundo informa esse mesmo Andócides, esse Meleto foi um daqueles que em 404, por ordem dos trinta tiranos, se prestaram a deter Leon de Salamina. A menos que consideremos que esta defesa não seja realmente a de Sócrates, e sim escrita por Platão que se utiliza do nome de Meleto, já então considerado como um fanático religioso para, simplesmente, exaltar o mestre (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 38).

Isso desmonta a figura pública de Meleto e o caracteriza como um desconhecido, conforme o diálogo entre Sócrates e Eutífron. Continuam Pugliesi e Bini o discurso sobre Meleto na instância desse julgamento. "Meleto de Sócrates, Meleto de Andócides".

Percebemos que, nesta linha tênue que envolve os valores intelectuais dos protagonistas, estes dois prefaciadores dominam o poeta ao ponto de fazerem dele um personagem subordinado a Platão, a Sócrates, a Aristófanes, a Andócides e assumem que definir Meleto seria uma tarefa quase impossível.

De forma, que neste prefácio, Meleto é apresentado como "subordinado de Sócrates".

> Assim, faríamos do Meleto de Sócrates, o mesmo Meleto de Andócides, resolvendo praticamente o problema de tantas questões, mas isso, sem dúvida fica apenas no domínio da suposição, uma vez que nada reforça realmente esta presunção. O mais importante dos acusadores é, sem dúvida, que parecia conhecer a Sócrates, que a ele se refere como se Meleto fosse seu subordinado, que deste tivesse vindo a ideia da pena de morte para induzi-lo, a ele Sócrates, a deixar a cidade (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 38-39).

Os discursos dos prefaciadores são quase idênticos ao discurso de Sócrates na *Apologia* quando este acusa Meleto de cometer crime por nunca ter se interessado pela educação dos jovens e assim, os prefaciadores corroboram com o próprio Sócrates ao retomar o seu discurso tal qual está exposto na *Apologia*: "Meleto nunca se interessou"; portanto, ao retomarem o discurso da *Apologia de Sócrates* querem falar por Platão, por Sócrates, por Meleto e por si mesmos: "Meleto nunca se interessou pela educação dos jovens e consequentemente não pode julgar se Sócrates os corrompe ou não" (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 200).

Seguindo a (des)apreciação do poeta Meleto por estes dois prefaciadores, Pugliesi e Bini, é fato que todos os prefaciadores são unânimes na defesa do filósofo e

na depreciação do poeta Meleto, o qual é (des)tratado por estes prefaciadores: “Em qualquer dos casos, Meleto é um impostor”.

Percebemos, neste fractal, que os dois se unem num só prefácio para desferirem um ataque de maior magnitude ao poeta Meleto. Portanto, fica claro que o prefácio de Pugliese e Bini tem a finalidade de defender Sócrates. A indicação de Meleto como “um impostor” é, sem dúvida alguma, o desvelar da defesa de Sócrates, por estes dois prefaciadores.

> Sócrates não corrompeu os jovens, ou se o fez, foi sem intenção. Em qualquer dos casos, Meleto é um impostor. Sócrates obriga Meleto a declarar que acredita em adimos ou espíritos, que são deuses ou filhos de deuses e admite, portanto a existência dos deuses (PUGLIESI e BINI, 1981, p. 202-203).

O mais surpreendente é que há um avanço, no sentido da aparição de Meleto quando estes prefaciadores demonstram certo impulso em relação aos procedimentos deste protagonista atacado em concepções tão peculiares.

Notemos que, neste prefácio, o poeta dispõe de maior espaço porque parece gritar por um espaço negado nos prefácios anteriores de ambos quando cada um escreveu seu prefácio individualmente.

Percebemos que de todos os prefácios abordados neste capítulo, este foi o que mais adentrou a figura de Meleto, isso porque os demais prefaciadores buscam revelar mais a vilania ideológica de Meleto, a partir da qual sugeriram a sua miséria moral e intelectual. Neste prefácio a questão da abordagem da vilania de Meleto não é diferente, uma vez que notamos o quanto os prefaciadores procuram de todas as formas colocar Meleto como um protagonista sem importância alguma dentro da narrativa da *Apologia*.

Deste modo, são visíveis as posições dos prefaciadores em relação a Meleto quando esclarecem que este poeta era apenas quem assinava a acusação. Neste sentido, explicitam certo descaso quando atacam o poeta Meleto, o que deduzimos como certo *desconhecimento*, talvez, proposital, em relação a este protagonista.

Alguns destes prefaciadores sugerem, inclusive, que Meleto pode até nem ter escrito o tal processo, o que pode configurar um processo ainda mais radical de silenciamento deste poeta: porque, no olhar destes prefaciadores, o poeta não teria competência nem de poeta, nem de filósofo e, muito menos, de acusador-escritor.

No prefácio seguinte, há uma única alusão ao poeta Meleto, e desta feita percebemos nestes prefaciadores, um certo desinteresse pela personagem; isto se dá, à medida em que estes prefaciadores mal falam sobre o poeta. Ao longo de nosso estudo, percebemos que há sempre uma gama de ataques mesmo que superficiais ao poeta e, neste prefácio, estes autores, parecem ter *esquecido* da importância que teve Meleto como um protagonista imprescindível nesta trama literária.

> Noutro momento de sua defesa Sócrates dialoga com um de seus acusadores, Meleto, deixando-o embaraçado quanto ao significado da acusação que lhe imputava. Demonstra que estava sendo acusado por Meleto de algo que o próprio Meleto não sabia bem explicar o que era, já que não conseguia definir com clareza o que era mau para os jovens (BRUNA, ANDRADE e STRAZYNSKI, 1991, p. VIII).

Percebemos que mesmo ao se referirem a Meleto, estes prefaciadores falam sobre a capacidade de Sócrates e apontam Meleto como um: "embaraçado". Ou seja, a personagem Meleto, segundo estes prefaciadores, não sabia se explicar quanto ao conteúdo do processo, o qual ele mesmo escreveu e defendeu e, sobretudo, provou aos jurados o quanto Sócrates era passivo daquela condenação proposta.

Portanto, os prefaciadores concordam de que o poeta Meleto, nada sabia sobre os temas de sua própria acusação. Este também é um ponto comum entre os prefaciadores: apontar o poeta Meleto como um sujeito impotente para sua denúncia escrita e defesa oral.

Os prefácios sobre a *Apologia* dão conta desta posição que caminha por itinerários mais reveladores da figura de Sócrates como um herói ou mártir de sua própria condenação. Os prefácios sobre este confronto entre o filósofo e o poeta nos legam, evidentemente, não somente uma imagem deturpada de Meleto, mas sobretudo, uma imagem "ambígua e dual", ambivalente no que reflete o real papel deste poeta diante deste julgamento.

No que tange aos prefácios, é importante ressaltar que, o que indicamos, nestes prefaciadores ou comentaristas sobre a *Apologia* como uma visão distorcida no tocante ao poeta Meleto merece melhor atenção, no sentido de indicar que esta visão distorcida significa, obviamente, a posição que cada prefaciador assume diante da narrativa, o que constitui uma espécie de imagem distorcida de Meleto ou um perfil psicológico baseado a partir de sua função de poeta acusador na narrativa da *Apologia*.

A nosso ver, nesses prefácios, caberia uma abordagem da *Apologia*, de modo que as abordagens sobre o poeta Meleto não soassem como parciais porque esses ataques podem introduzir outros leitores no universo desta narrativa com uma visão já formulada sobre o enredo e os protagonistas.

Na verdade, este mapeamento crítico revela a parcialidade em empatias/apatias destes prefaciadores, os quais navegam em páginas e redes e inauguram uma espécie de dicção da Filosofia que condoída com o resultado desta condenação do filósofo acaba por constituir um cordão de panegiristas que insistem em submeter o dito poeta Meleto aos paradigmas que explicitam um perfil impotente e silencioso.

Nesse insistente erro literário de silenciar Meleto, Sócrates aparece como herói e, é evidente a tentativa dos prefaciadores de difundirem este homem grego como um dos mais geniais de sua época. Os dados dos quais dispomos para ratificar estas distorções nos prefácios são as frases que cada prefaciador produz e que, ao fazerem isto, intencionalmente, estes prefaciadores, acabam produzindo efeitos colaterais nos leitores desta narrativa.

Já o prefaciador Pessanha (1996) opta por antecipar sempre as atitudes ou as qualidades de Sócrates às atitudes e qualidades do poeta Meleto, o qual aparece como pano de fundo para exaltar as qualidades socráticas. Pessanha cita Meleto como personagem de pouca importância ou mesmo indicia este poeta como um ser embaraçado, o qual não tem saída para sua própria proposição, o que, também, é lugar comum no ethos discursivo de todos os prefaciadores que estudamos.

Vejamos, o que diz este prefaciador sobre Meleto: “pouca importância”. Este fragmento do referido prefaciador corresponde aos interesses comuns de todos os demais prefaciadores, os quais são unânimes em suas abordagens ao apontarem que Meleto não foi importante nesta narrativa.

Muitos optam por apontar um ou outro acusador como mais importante do que o poeta Meleto. Esta discussão aponta para este senso comum no discurso constituinte, o qual lega a Meleto certo silêncio diante do julgamento e da condenação de Sócrates que este poeta mesmo montou.

> Personagem de pouca importância. Noutro momento de sua defesa, Sócrates dialoga com um de seus acusadores, Meleto, deixando-o

> embaraçado quanto ao significado da acusação que lhe imputava. Demonstra que estava sendo acusado por Meleto de algo que o próprio Meleto não sabia bem explicar o que era já não conseguia definir com clareza o que era mau para os jovens... Meleto havia pedido para o acusado a pena de morte... Ora, o homem (Meleto) propõe a sentença de morte. Ou a pena de morte, pedida por Meleto (PESSANHA, 1996, p. 6-7).

Assim, este prefaciador, na discussão a seguir, retoma o método socrático para explicar a forma mais hábil de Sócrates interferir nas opiniões dos seus interlocutores através de sua maiêutica, o qual ao afirmar que nada sabia, levava seu interlocutor à contradição de sua própria afirmação.

Este prefaciador traz à tona o método de Sócrates, através da ciência que desenvolveu em seus múltiplos diálogos.

> Momento do diálogo em que Sócrates, reafirmando nada saber, força o interlocutor a expor suas opiniões para com habilidade emaranhá-lo na teia obscura de suas próprias afirmativas e acabar reconhecendo a ignorância a respeito do que antes julgava ter certeza (PESSANHA, 1996, p. 17).

No prefácio individual de Bini (2011), o propósito da elevação de Sócrates se mantém e Sócrates acaba sendo indicado como um homem extremamente necessário para a evolução do saber grego. Em relação ao poeta Meleto, mal lembrado neste prefácio, há certa leveza e uma pressa sem igual, isso porque nos parece que Bini tenta encará-lo como desnecessário em sua abordagem prefacial: “O acusado dirige-se ao acusador, ou seja, Meleto” (BINI, 2011, p. 9).

O poeta é indicado como “acusador”, e conforme podemos verificar abaixo, é denominado como “instrumento”, ou seja, o poeta é indiciado por este prefaciador como assassino, como massa de manobra do “sistema político em vigor”, do qual seria “típico partidário”.

O que revela que este debate tem mesmo um fundo político que é caracterizador das atitudes de Sócrates perante o Estado: “Meleto, Lico e Anito foram somente os instrumentos desse assassinato oficial, mesmo porque eram típicos partidários do sistema político em vigor” (BINI, 2011, p.13).

Agora vejamos o que o prefaciador Romero (2013) pensa sobre o poeta Meleto. Em seu prefácio Romero é pouco discursivo a ponto de tratar os envolvidos apenas

como acusadores. Este prefaciador indica Meleto como acusador, mas ressalta a força discursiva de Sócrates ao argumentar "em seu favor": "Acusado por Meleto de corromper futuros cidadãos de Atenas, Sócrates argumenta em seu favor, Porém, os acusadores do filósofo não sabem o que sabia Turcídides..." (ROMERO, 2013, p. 13-14).

Na citação abaixo, de forma breve, Romero se refere aos acusadores como aqueles que sabem menos que o filósofo Sócrates; e, por fim, indica, uma hierarquia, também, comum aos prefaciadores, os quais, conforme já discutimos, colocam sempre Anito na frente: "Anito, Meleto e Licão".

A abordagem de Romero em torno do poeta Meleto, se dá de forma mínima, este prefaciador opta por pluralizar, ao usar sempre o termo "os acusadores"; ou seja, o nome de Meleto aparece apenas em uma passagem deste prefácio: "Os atenienses, Anito, Meleto e Licão, os principais acusadores de Sócrates (ROMERO, 2013, p. 15).

A partir desses prefaciadores, de certa forma, entendemos que este enquadramento/desenquadramento do poeta Meleto é inevitável porque sua sobrevivência literária não está para além deste "Objeto Imediato", a *Apologia*, mas mesmo assim, este "Objeto Dinâmico", que é Meleto, em certo sentido, vazou, e expandiu-se para as bordas de outras fronteiras do conhecimento, o qual não o torna restrito apenas ao campo da Filosofia, conforme deseja o discurso filosófico, o discurso constituinte dominante.

Na verdade, quem detém e ventila todas as informações sobre o poeta Meleto é o discurso dominante, o discurso constituinte, oriundo dos filósofos, dos prefaciadores. Este discurso dominante constitui toda uma estratégia para que o nome de Meleto não chegasse sequer à instância literária, porque se o poeta tiver que se constituir enquanto ser literário, terá, segundo os filósofos, que ser pelas vias da *Apologia*, da qual ele emerge, silencioso e cauteloso, como serpente silvando em canto de muro.

Contudo, ao estudarmos estes prefácios, entendemos que não é exagero ressaltar que a Crítica Literária não se detém em compartilhar opiniões ou se debruçar sobre este fato no qual coincidem as posições às quais consideramos conservadoras, no que concerne ao espaço dado ao poeta Meleto, em prefácios sobre a *Apologia*. Estas visões

atestam a vinculação e adesão dos que se detêm a rever este fato pela ótica dos filósofos.

Para sairmos um pouco das abas, das orelhas ou das sombras dos prefácios, abrirmos aqui um espaço para abordarmos sobre o estudo que José Paulo Paes (1995) fez:

> Neste volume encontra-se o que há de mais representativo em termos de qualidade literária, variedades de assuntos e dicções dentro da Antologia palatina, proporcionando ao leitor de língua portuguesa um acesso privilegiado a algumas das matrizes poéticas mais importantes da literatura mundial (PAES, 1995, p. 119).

Nesta coletânea, Paes divide a produção dos poetas em período clássico (2000 a 323 a. C.,), período helenístico (323-146 a. C.,) e período greco-romano (146 a. C a 330 d.C.,). Porém, o mais fascinante neste estudo de Paes, é o filósofo Platão emergir como poeta do período clássico ao lado de outros poetas, a exemplo de Empédocles, Safo, Anacronte e Eurípedes:

> A maioria dos entendidos reputa apócrifos os epigramas de Platão (427-347 a.C.,) recolhidos na Palatina. No entanto, consta que na juventude ele escrevera poesia. Tê-la-ia renegado quando conheceu Sócrates, de quem, a exemplo de outros jovens aristocratas de sua época, se tornou discípulo e sobre cujas ideias fundaram o seu sistema filosófico (PAES, 1995, p. 120).

Em nosso estudo, foi comum nos depararmos com o Platão filósofo dos inúmeros diálogos e obras filosóficas, mas Platão poeta passa a ser uma curiosidade a mais, ao passo que Meleto denominado como poeta pelos próprios filósofos e reconhecido pelos prefaciadores ora como poeta trágico e ora como poeta erótico, não aparece nesta coletânea, nesta antologia, o que nos leva a crer que seus versos ou não existiram, e assim, talvez, Meleto, não tenha escrito poesia, embora tenha redigido a denúncia, ou, por outro lado, seus versos e poemas foram extraviados em virtude de sua participação neste julgamento.

Esta lacuna no estudo de Paes (1995) talvez seja porque este crítico não reconhece Meleto como poeta do mesmo modo que reconhece Platão; talvez, por não ter tido acesso, pela via da tradição, aos versos deste poeta; ou, ainda, será que Paes leu a *Apologia de Sócrates*, e, que, por comoção ao fato, conforme os prefaciadores, resolveu, como tantos outros críticos negar este poeta e estabelecer uma espécie de silêncio

literário ao seu redor. No entanto, tudo não passa de suposição porque de fato não sabemos se Paes chegou a ler a *Apologia* com um olhar voltado para o poeta Meleto.

Continuando nossa abordagem para além das opiniões dos prefaciadores, reforçamos este debate com o comentário de Tannery (2013) e tradução de Jean Melville (2013).

O motivo de abordarmos este crítico é que ele não constitui, em seu texto, um prefácio, mas um comentário biográfico no qual busca de todas as formas manter a linha de defesa dos prefaciadores abordados por nós. Neste crítico, percebemos o quanto a defesa do filósofo Sócrates continua forte.

Os fragmentos abaixo foram retirados de um comentário geral de toda produção de Platão, feita por Tannery, na qual este comentador faz toda uma abordagem sobre a escrita platônica e reconhece Sócrates como personagem escolhido por Platão para fomentar suas ideias e difundir seu gênero literário predileto, o diálogo, gênero este, o qual ele tanto exercitou em seus escritos.

Este crítico faz uma passeio por todas as obras de Platão colocando Sócrates no cerne destes escritos e levanta o perfil de Sócrates como de um homem com saber imprescindível para Platão em seus diálogos. Estes fractais abaixo dizem respeito à influência de Sócrates sobre Platão e de Platão sobre Sócrates.

O mais interessante nestes fractais, é não haver nenhuma menção ao nome do poeta Meleto em sua abordagem. Nem mesmo no instante em que se refere à *Apologia de Sócrates*, este estudioso faz referência a Meleto. Portanto, sem dúvida alguma, é Sócrates o pivô de seu texto sobre a produção de Platão e do seu platonismo.

Neste sentido, Tannery (2013), se prende exclusivamente na personagem Sócrates e o aponta como figura central de toda produção escrita de Platão. Em seu texto sobre o julgamento escrito por Platão há uma amostragem da importância de Sócrates.

Vejamos alguns fragmentos os quais demonstram o quanto Sócrates está presente no veio discursivo deste crítico em sua abordagem sobre a criação literária de Platão.

> Junto com alguns companheiros quis interferir no processo contra Sócrates, como fiador do seu mestre, em 399. Após a morte de Sócrates, Platão se recolheu, juntamente com outros socráticos, para mégara (TANNERY, 2013, p. 14).
>
> O maior anseio de Sócrates era a formação de cidadãos orientando para a política os intelectuais de seu tempo (TANNERY, 2013, p. 21).
>
> Sócrates exerceu sobre Platão uma influência moral de que é inútil apresentar provas; formou-o e exercitou-o na dialética (TANNERY, 2013, p. 33).
>
> E sua finalidade é mostrar a falsa noção que os adversários de Sócrates tinham da verdadeira piedade (TANNERY, 2013, p. 37).
>
> a *Apologia*, na qual além do traço já observado sobre o caráter cético de Sócrates é preciso notar também os termos nebulosos com os quais fala da importância da imortalidade da alma (TANNERY, 2013, p. 38).

Recortamos apenas alguns fragmentos deste comentarista para demonstrarmos até que ponto se mantém esta linha, à qual deixa explícita que tanto os prefaciadores como comentaristas são unânimes ao indicarem o filósofo Sócrates no topo de suas discussões.

Isto, a nosso ver, só corrobora com o que discutimos ao longo deste capítulo sobre os prefaciadores dentro desta linha tautológica, à qual busca a todo custo uma referência no *velho dito* para a invenção do *dito novo.*

Se fizéssemos um recorte de todos os comentaristas que, de certa forma, se referiram ao julgamento, mas sem escrever prefácios sobre a obra de Platão, a *Apologia de Sócrates*, teríamos um leque de autores de diversas áreas, os quais se dedicaram a abordar o julgamento em seus livros ou textos escritos.

Podemos, citar aqui, a título de informações, o autor STONE (2005), o qual em seu livro *O julgamento de Sócrates,* em seu prefácio, assim se refere ao julgamento de Sócrates:

> Quanto mais me apaixonava pelos gregos, porém, mais me incomodava a cena de Sócrates diante dos juízes. Aquilo feria minha liberdade de defensor das liberdades civis, abalava minha fé jeffersoniana no homem comum. Era uma nódoa na reputação de Atenas e da liberdade que ela simbolizava. Como poderia o julgamento de Sócrates ter ocorrido numa sociedade tão livre? Como pôde Atenas trair seus próprios princípios de tal modo?

> Este livro é o fruto deste tormento. Resolvi descobrir como pode acontecer tal coisa. Quando iniciei meu trabalho, não podia defender o veredicto dos juízes, e contínuo não podendo. Mas me interessava por descobrir o que Platão não nos revela, ver a coisa pelos olhos de Atenas, atenuar o crime da cidade e remover, desse modo, uma parte de estigma que o julgamento representa para a democracia e para Atenas (STONE, 2005, p. 21-23).

Este crítico faz questão de resumir toda sua admiração a Sócrates da seguinte forma:

> O julgamento de Sócrates foi um julgamento de ideias. Sócrates foi o primeiro mártir da liberdade de expressão e pensamento... Se tivesse se defendido utilizando o argumento da liberdade de expressão e invocando as tradições fundamentais de sua cidade, creio que ele facilmente teria conseguido fazer com que o júri vacilante se decidisse em favor da absolvição (STONE, 2005, p. 236).

> E é graças a Sócrates que as obras de Platão continuam a ser tão consumidas até hoje. Platão é o único filósofo que transformou metafísica em drama. Sem o personagem enigmático e intrigante de Sócrates como protagonista de seus diálogos, Platão não seria o único filósofo que continua deliciando um grande número de leitores em todas as gerações. Ninguém lê Aristóteles, Tomas de Aquino ou Kant como literatura (STONE, 2005, p. 22-23).

Em relação aos acusadores, assim este crítico se posiciona e esta posição é lugar comum, conforme, já discutimos anteriormente, entre os prefaciadores da *Apologia*, os quais indicam Anito como mais importante diante deste processo.

> Dos três acusadores: o único que tinha destaque em Atenas era Ânito... os outros dois Meleto e Licon, eram figuras obscuras, a respeito das quais pouco mais se sabe do que aquilo que é dito por Sócrates na Apologia...Sócrates afirma que Lícon participa da acusação como represente dos oradores; Meleto, dos poetas; e Anito, dos artesãos e líderes políticos. Dos três acusadores só Anito realmente tinha peso. Lícon não era famoso como orador, nem Meleto como poeta...Na apologia, contudo, o único que fala é Meleto, que aparece como um indivíduo um tanto obtuso, incapaz de fazer frente a Sócrates...(STONE, 2005, p. 214).

O mais curioso no estudo de Stone é ele dedicar mais de 5 páginas falando de Anito e Lícon como mais importantes e dar apenas breves pinceladas sobre o poeta Meleto.

> Executam Meleto, expulsaram da cidade Anito e Lícon e erigiram "uma estátua de bronze" a Sócrates (STONE, 2005, p. 214-215).

> Em relação à acusação de impiedade, Sócrates manifesta-se em termos tão vagos quanto os de seus acusadores...jamais discute a alegação de

> que não respeitava ou não acreditava nos deuses da cidade – o verbo nomizein tem esses dois sentidos. Em vez disso, Sócrates faz com que o bisonho Meleto caia na armadilha de acusá-lo de ateísmo, acusação que ele refuta com facilidade (STONE, 2005, p. 237).

> Ao levar Meleto a acusá-lo de ateísmo, Sócrates esquivou-se da verdadeira acusação (STONE, 2005, p. 239).

Conforme podemos verificar, a reiteração e integração de intelectuais com estudos voltados para a *Apologia de Sócrates* não tem construído uma versão diferenciada da versão dos filósofos, o que definimos, muitas vezes, como adesão indevida, à qual mantém uma espécie de sintonia comum entre os que pesquisam este julgamento.

Por isso, buscamos olhar a teoria da tautologia, com base teórica nos estudos de Didi-Huberman (1998), que aponta esta forma de linguagem definida pela repetição de uma ideia já formulada, de forma viciada e dependente da ideia criadora, mas que se utiliza de termos diferentes, embora sempre ventile ou encerre o sentido anterior. É o que ocorre nos prefácios ou comentários que ora estudamos, os quais acabam, de certa forma, reforçando o que Platão desejava em sua *Apologia*.

Verifica-se nestes prefácios o uso exagerado de repetições desnecessárias, como, por exemplo, a expressão "poeta de pequeno vulto ou poetastro", em relação a Meleto, o que se constitui em armadilhas da tautologia, numa "recusa da temporalidade do objeto, recusa da aura" (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 39); a tautologia é uma espécie de "Vitória maníaca e miserável da linguagem sobre o olhar na afirmação fechada, congelada, de que aí, não há nada mais que um volume, e que esse volume não é senão ele mesmo".

Vale, sobretudo, compreender que Meleto não é apenas um protagonista, através do qual se construiu ou destruiu sua identidade em função da elevação de Sócrates ao patamar de bom homem e grande filósofo. É inevitável este viés que denigre a identidade poética de Meleto como consequência do processo movido por ele através da escrita.

Nos recortes dos discursos acima, fica claro quão importante é o filósofo Sócrates para os prefaciadores ou melhor para a própria constituição histórico-filosófico-intelectual do ocidente e percebemos que estas expressões definem uma admiração que constitui uma apologia para além da *Apologia*. Observamos que estes

prefácios sobre a *Apologia* constituem diálogos que desvendam discursos unificados, os quais apontam na direção do poeta Meleto e o submete ao dualismo entre o ficcional e o verídico. A *Apologia* não é encarada pela crítica dos filósofos como obra de ficção. Daí a importancia de nossa pesquisa que chama a atenção para este fato e para a própria natureza da Apologia mesmo considerando que ela se refere a um evento histórico.

O julgamento tem data, horário, lugar, público, nomes, resultados, dentre outros elementos a indicarem que, de fato, esse evento aconteceu e foi traduzido para a Literatura através de Platão, o qual fez questão de ressaltar, nessa narrativa, o saber de Sócrates. Entretanto, não são apenas esses elementos os verdadeiros e únicos determinantes da veracidade do fato, há outros fatores que indicam o julgamento de Sócrates como real.

Por isso, diante desta questão, é necessário esclarecer que, na *Apologia*, a relação autor e herói ou autor e anti-herói se dá de forma intensiva e o poeta Meleto, a nosso ver, representa certa ambivalência porque ora pode ser encarado como herói, ora como anti-herói porque todos os elementos que compõem a *Apologia* parecem construídos a partir das reações que este fato suscitou em Platão, e, consequentemente, suas reações, como autor, vão se configurar nas ações dos protagonistas em suas características mais particulares.

Se o prefácio concentra certa tendência a fixar a prerrogativa da "cumplicidade intelectual" ao agir desta forma o prefaciador mantém as estruturas de poder e opressão, ao criar e enclausurar o subalterno que perde a voz, perde a autonomia, perde a posição e finda sem um espaço no qual possa ter vez para se expressar. É importante lembrar que o termo subalterno não cabe a qualquer sujeito tido como marginalizado, mas ocupa uma significação atribuída por Gramski, quando se refere ao trabalhador, "àquele cuja voz não pode ser ouvida" (SPIVAK, 2010, p. 13).

Esse não é o caso do poeta Meleto, porque não é um sujeito marginalizado, mas um sujeito central que utiliza das tecnologias intelectuais da escrita e da voz para firmar-se como um causador do julgamento que culminou na condenação e morte de Sócrates.

O discurso histórico e os discursos dos prefácios são os principais causadores do processo desta subalternização do espaço que o protagonista Meleto ocupa na *Apologia*

de Sócrates. São esses autores que historicizam o fato e que se posicionam diante desse fato de forma parcial e criam uma espécie de crosta interpretativa que camufla outras nuances presentes nesta narrativa.

Existe uma tradição de leitura desta obra que não problematiza os seus lugares de constituição de sentido, ou seja, podemos definir esta tradição de leitura como "aquela em que repete invariavelmente o mesmo" (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 57).

Esta repetição invariável de intenções intelectuais se refere aos interesses jurídicos, políticos, poéticos e filosóficos os quais circundam as obras e estas intenções intelectuais são determinantes na construção dos pontos de vista sobre a obra primeira.

CAPÍTULO SEGUNDO

Ai, onde o SobreNome nomeia o inominável,
ou seja, ao mesmo tempo aquilo que não se pode, nem se deve nomear,
definir ou conhecer, porque em primeiro lugar,
aquilo que se sobrenomeia então não se furta,
sem se manter para além do ser...
O que é um SobreNome, aquilo que vale mais do que o nome,
mas também aquilo que vem no lugar do nome?
E ele jamais se oferece para a salvação do nome enfim, Salvo?
(DERRIDA, 1995, p. 82)

2 SALVAR O NOME: O NOME À REVELIA DO NOME

Algo é o nome do homem
Coisa é o nome do homem
Homem é o nome da coisa
Homem é o nome do outro...
(arnaldo antunes)

Neste capítulo, nossa discussão sobre a questão do nome encontra em Derrida o respaldo teórico. Portanto, estabelecemos a seguinte lógica para este capítulo: questionar o nome Meleto enunciado por Sócrates e Platão em trechos em que este nome não é respeitado, mas é claramente evocado como se a ele se devesse respeito e honras. Mas de que forma isto pode demonstrar a natureza do discurso constituinte como auto-impositiva ou como auto-legitimadora do discurso filosófico, o qual enquanto discurso constituinte constitui a verificação da função do nome como uma espécie de construção, de ordenamento, de apagamento ou de nomadização.

Neste sentido, o nome, conforme Derrida (1995)

> supõe nomear para além dele mesmo, o nomeável além do nome, o nomeável inomeável. Como se fosse preciso ao mesmo tempo salvar o nome e tudo salvar, exceto o nome, *salvo o nome*, como se fosse preciso perder o nome para salvar aquilo na direção do qual se dirige por meio do nome (DERRIDA, 1995, p. 40-41).

Para gramáticos e linguístas, o nome pode ser compreendido como um termo de uma classe de palavras abertas que variam em gênero, em número e, casualmente, em grau. O nome, como núcleo do grupo nominal se destaca por ter determinantes e quantificadores que atuam como seus antecessores.

Os nomes podem ser: nomes próprios e nomes comuns e diferenciam-se em suas subclasses com nomes concretos e nomes abstratos. O nome pode, em certos casos, classificar-se de acordo com as oposições: animado, não-animado, humano e não-humano.

Portanto, o que significa ter um nome?

Para João Cabral de Melo Neto, poeta pernambucano em seu renomado poema “morte e vida Severina”, o eu-lírico assim se enuncia em relação ao nome: “[...] o meu

nome é Severino, não tenho outro de pia" Cabral (1969); é como se Severino não tivesse sobrenome e fosse apenas Severino sem outro nome agregado.

Em relação à questão do nome, o mesmo ocorre com o nome Meleto, o qual também não tem sobrenome, embora entendamos que nem Platão, nem Sócrates têm sobrenome o que nos parece uma prática comum da época. Deste modo, o mais interessante era que o sobrenome de alguns pensadores, às vezes, era atribuído de acordo com o nome da cidade de nascimento de cada um, o que trataremos mais adiante nesta tese.

Entendemos que um nome sem sobrenome, sem relação com nomes de parentes ou sem relação com o nome de sua cidade natal, Estado ou país, parece um nome fadado a uma desterritorialização. Até mesmo a denominação do lugar de origem como sobrenome foi negado ao nome Meleto. Mesmo que fosse "um lugar, por pouco que seja subalterno" Derrida (2005, p. 34). Isto também ocorreu de certa forma com Sócrates que também não é do centro, Atenas, mas do povoado de Alopace ou alopece.

Conforme constatamos, há duas maneiras dos filósofos tratarem o nome Meleto: uma que aponta Meleto como um autor-ator capaz e audacioso, uma vez que não era para qualquer cidadão que teria competência para debater em público com Sócrates e seus aliados; a outra maneira diz respeito à imagem que os filósofos pintaram de Meleto: na comunicação da acusação o poeta é apontado como incapaz para corresponder às questões sugeridas por Sócrates durante o diálogo. É como se Sócrates, em seu domínio da língua falada, quisesse demonstrar ao Estado ateniense que o poeta Meleto era incompetente no domínio da "língua falada mais do que com a escritura, o que é sobretudo raro" (DERRIDA, 2005, p. 34) porque foi Meleto o iniciador e o enfrentador absoluto neste embate, isto se desconsiderarmos as participações de Lícon e Anito.

É fundamental retomar Derrida (2004, p. 283) para ressaltar o termo Meleto, o qual pode ser considerado "como quase um nome próprio", este "quase" é para demarcar que não há dados suficientes em significações que indiquem que o poeta Meleto tenha sido enquadrado enquanto nome forte e influente e que tenha instalado ao redor de si uma espécie de "unidade configurativa dessas significações e nenhum caráter concreto lhe é atribuído" (DERRIDA, 2005, p. 34).

Na tradição literária que estudamos parece não haver permissões para nomeá-lo em suas significações, uma vez que mal se sabe de onde vem, quais suas origens, quais seus versos, ou melhor, é como se o nome Meleto, conforme o olhar de alguns filósofos, no tocante à poesia, não tivesse de fato existido, embora entendamos que ele parece não precisar de versos próprios para existir, no entanto por outro lado, mostrar-se uma espécie de potência da poesia mesmo sem poemas salvos e arquivados nos suportes da voz ao papel.

Retomemos Derrida em sua alusão ao personagem Teuth de Platão, em nossa adaptação ao perfil do poeta Meleto: "Mas, olhando com insistência, deve-se reconhecer que sua situação, o conteúdo de seu discurso e de suas operações, a relação dos temas, conceitos e significantes nos quais suas intervenções estão comprometidas, tudo isto organiza os traços de uma figura marcante" (DERRIDA, 2005, p. 34).

Mas esta figura marcante que poderia ser o poeta Meleto acaba se perdendo em deambulações teóricas que questionam em que sentido poderia sê-lo, para nós, hoje, em plena modernidade, se não conhecemos a sua obra poética e tudo o que dele sabemos é pautado em insinuações de que este poeta não tinha competência para debater com Sócrates? É como se houvesse uma tentaiva de se provar que a sua 'marca' existe em função de sua relação com Sócrates como o acusador; aquele que logrou condenar o filósofo à morte

Em relação ao poeta Meleto, entende-se que apenas os versos não seriam suficientes para nomear, identificar ou revelar seu perfil de poeta, o que o torna, do ponto de vista da poesia, uma espécie de "um nome sem referente, sem referente que seja uma coisa ou um ente, ou mesmo um fenômeno que apareça como tal" (DERRIDA, 2004, p. 284).

Segundo Derrida (2004), um nome sem referente torna-se uma espécie de navio sem rumo, uma espécie de signo sem seus determinantes fundamentais, o que, em certo sentido, não é o caso do nome Meleto cujos referentes são claramente definidos do ponto de vista de sua participação na narrativa de Platão.

Percebemos que este nome, fora do âmbito da *Apologia* pode ser entendido como um signo descaracterizado e desprovido de determinados valores sociais e culturais. Esta ascensão do nome Meleto nos parece bastante "rigorosa e estreita" na

sistematização filosófica de Platão que nos remete a uma curiosidade mais subterrânea e o emaranhado filosófico no qual está submetido não deve ser negligenciado de forma alguma.

Então, quais seriam os traços mais pertinentes do caráter de um cidadão que objetivou reconstituir e restaurar as ordens religiosa e política ameaçadas por Sócrates na "corrupção de jovens, na introdução de novas divindades e na crença de novos deuses"?

Entendemos que não é qualquer resposta ou insinuações de respostas que darão conta desta prerrogativa cuja evidência discursiva não é determinante no campo das significações restritas apenas à escrita platônica.

Fora deste julgamento, o nome Meleto parece forçado pelo discurso filosófico a não ter "uma relação de propriedade indivisível para consigo" (DERRIDA, 2004, p. 284), isto é, sendo um poeta sem versos, não teria como sobreviver em nossa história literária, se não, pelo viés ontológico do discurso constituinte dos filósofos.

O discurso constituinte, conforme Maingueneau (2006, p. 62), esclarece é

> Tão somente os discursos constituintes de nosso tipo de sociedade, aqueles advindos em seus aspectos essenciais do mundo grego. Os discursos constituintes são múltiplos e estão em concorrência, embora cada um deles possa ter num dado momento a pretensão de ser o detentor exclusivo do *archeion*.

A partir desse discurso constituinte é possível analisarmos as *aporias insolutas* deixadas pela Filosofia, ou seja, de Platão aos seus tradutores e prefaciadores. Estes, como leitores mais atuais, perpassam o perfil do nome Meleto pautado no "mal" que fizera a Sócrates, segundo estes críticos.

Essa inclusão do nome Meleto, digamos, enquanto fonte de referência do discurso constituinte pode ser pensada numa perspectiva que almeje abrir novos paradigmas para a questão do nome e suas atribuições na *Apologia*.

Para entendermos estas atribuições ao nome Meleto na *Apologia* é preciso enfrentarmos o discurso constituinte, o qual Maingueneau (2006) procura conceituar usando como sinônimo deste discurso, os discursos filosófico e literário:

> No sentido que lhe atribuímos o discurso literário não é isolado, ainda que tenha sua especificidade: ele participa de um plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes, categorias que permitem melhor apreender as relações entre literatura e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

Podemos estudar o nome Meleto, não, exclusivamente no âmbito histórico, embora este seja um caminho que também nos interesse, mas nosso foco recai sobre este nome a partir dos pontos de vistas poético e político. Assim, para Rancière (1995), estes dois caminhos: político e poético,

> tem como princípio a liberdade entendida como uma maneira de que o poeta dispõe para acompanhar seu dito. Esse acompanhamento tem como condição de possibilidade uma nova experiência política do sensível, uma maneira nova que a política tem de se tornar sensível e afetar o ethos cidadão na era das revoluções modernas (RANCIÈRE, 1995, p. 109-110).

Tomando a assertiva acima, verificamos que o nome Meleto, diante do discurso filosófico, o qual Maingueneau (2006) aponta como um dos discursos constituintes, não conseguiu expandir seus feitos e teve seu ethos discursivo de cidadão literário deslocado, mas este ethos discursivo acabou por estabelecer a liberdade deste nome para além de sua própria história pessoal. Isto, evidentemente, se deu a partir do momento em que obteve êxito no processo movido contra o nome Sócrates.

Isso posto, podemos compreender o discurso filosófico como um discurso em que a função do nome Meleto acaba por exercer uma importância particular, a partir daquilo que Maingueneau (2006, p. 61) chama de discurso constituinte de

> origem ou seja discursos estes "validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma. Levar em conta as relações entre os vários 'discursos constituintes', e entre os discursos constituintes e não constituintes pode parecer uma custosa digressão, mas esse agir aumenta de maneira ponderável a inteligibilidade do discurso literário (MAINGUENEAU, 2006, p. 61).

Com essa premissa sobre o discurso constituinte percebemos que na narrativa da *Apologia* esse discurso constitui o discurso filosófico à medida que migra para o fechamento deste debate dentro do campo da Filosofia.

Deste modo, nossa finalidade é compreender esta narrativa à luz da Crítica Literária, uma vez que nesta narrativa, o discurso filosófico pode ser considerado um

par inseparável do discurso literário uma vez que essa narrativa apresenta um conglomerado de discursos: filosófico, literário, jurídico, poético e religioso.

Conforme o debate de Maingueneau (2006), fica explícito em nossa pesquisa, a característica marcante da ambivalência do nome Meleto, no que diz respeito à sua performatividade em relação aos discursos abordados acima. A "sua força mágica, farmacêutica, deve-se a esta ambivalência, e isto explica que ela seja desproporcionada a esse quase nada que é uma fala" (DERRIDA, 2005, p. 62) o que vem determinar que "a potência do discurso tem a mesma relação com a disposição da alma, que a disposição das drogas, com a natureza do corpo" (DERRIDA, 2005, p. 62).

Esta ambivalência em torno do nome Meleto aponta para significantes que ora estão indexados, ora estão em construção e que estes significantes são fundamentais para entendermos a força intelectual do nome Meleto, o qual "salvo o nome" aparecerá como um sujeito dominante de várias tecnologias intelectuais.

Entendamos estas tecnologias intelectuais conforme nos alerta Lèvy (1991, p. 44) para quem "as tecnologias intelectuais misturam-se à inteligência dos homens por duas vias" tanto através da escrita quanto através da fala. E estas "duas vias", a escrita e a fala foram percorridas pelo poeta Meleto na ação contra Sócrates.

Diante do discurso constituinte, do discurso filosófico, o que pode significar o nome Meleto enquanto poeta trágico ou como poeta erótico?

Derrida (2005, p. 88) define o poeta trágico da seguinte maneira: "os poetas trágicos, quando praticam a imitação, levam ao desconforto o entendimento daqueles que o escutam, se estes últimos não dispõem de um antídoto"

Conforme pondera a maioria dos prefaciadores, este é um dos estilos literários que o nome Meleto domina. Seus estilos literários o acompanharam na elaboração e na defesa da denúncia que ocasionou a condenação, e, consequentemente, a morte de Sócrates a partir deste duplo movimento de esquivamento e de transbordamento entre estes dois protagonistas.

Nem o discurso de Sócrates nem o discurso de Meleto podem ser considerados discursos constituintes porque o discurso constituinte representa um tipo de discurso

tipicamente moderno e que está à frente dos demais discursos (Cf. MAINGUENEAU, 2006). É de fácil identificação a presença das marcas de um discurso moderno nos discursos de Sócrates e de Meleto.

Sócrates, ao enunciar seu discurso em sua fala, acabou não convencendo os juízes que o condenaram. Podemos constatar isto porque Sócrates não conseguiu converter, em sua autodefesa, a opinião dos juízes a seu favor, a favor de sua absolvição. Instalou-se, a partir deste embate, uma implicação teórica mais aquática, portanto, mais encanada, o que constituiu uma espécie de anfibialidade radical em que tudo se rasura, em que tudo é antídoto e veneno ao mesmo tempo.

Os nomes Sócrates e Meleto podem ser considerados como antídoto e veneno perante o Estado. Estes nomes miram-se um ao outro e se posicionam um para o outro no sentido de uma batalha cujas armas mais fortes são a escrita e a oralidade, mas quem coordena e autoriza o ataque fulminante a estes personagens é o próprio Estado.

Ambos os nomes, Sócrates e Meleto, atuam como antídotos e venenos para a ação jurídica movida pelo Estado na representação de cada um destes protagonistas. É como se este debate representasse uma disputa do Estado contra o próprio Estado, para prevalecer a ordem. Sócrates é o Estado, Meleto é o Estado.

Neste sentido, empreendemos nossa pesquisa em relação ao nome Meleto com um certo cuidado para não vitimizar este nome uma vez que este nome também é estatal. Não pretendemos torná-lo um réu, quando ele é o acusador e muito menos nagativizá-lo como cidadão porque ele é a positividade de um movimento que faz dialogar a voz e a escrita. Entendemos que este nome não precisa de justiça porque ele é a própria justiça e a injustiça ao mesmo tempo. Assim, é este dualismo o maior caracterizador de seu caráter ambivalente.

O nome Meleto não cobra comoção, mas cobra aproximação, uma vez que este nome tem sobrevivido às leituras desatentas e maliciosas de estudiosos desta narrativa. Estas leituras desatentas e maliciosas ignoram não apenas a função histórica ou a função jurídica do nome Meleto, mas ignoram, talvez, propositalmente, o domínio de Meleto no tocante às diversas áreas do saber. Estas leituras acabam por constituir uma ação discursiva cujos movimentos visam despontencializar Meleto enquanto cidadão bem informado. E são estas leitura que constituem o discurso constituinte.

Por isto, se recorrermos às pistas ou aos rastros deixados por estas leituras que se impõem como mais eficientes em relação à *Apologia de Sócrates*, não teremos o nome Meleto compatível com o nome de um cidadão de bem do qual seja confiável a força das acusações, uma vez que estas leituras são unânimes ao indicá-lo como uma espécie de nome de um canalha, o que parece sugerir um certo desgaste.

É comum encontrarmos referências ao nome Meleto como "Meleto, filho de Meleto", o que faz com que o nome Meleto recorra ao próprio nome numa cadeia de significantes com menor amplitude histórica e literária.

Deste modo, como poderíamos definir melhor esta menor amplitude histórica e literária?

Primeiro, olhando por um viés, o qual indica que o grau de parentesco literário entre pai e filho não foi definido porque não há a preservação da poética destes Meletos, e segundo, porque nada constitui o nível de produção destes dois poetas, Meleto pai e Meleto filho. Portanto, o nome Meleto, quer seja, Meleto pai ou Meleto filho, não assina nenhum verso como de sua autoria.

Vejamos a confirmação do grau de intervenção do nome Meleto sobre o nome Meleto, conforme Lima (1969, p. 112), "[...] Meleto, filho de Meleto, acusa Sócrates...". Desta feita, o nome Meleto, sendo filho do próprio nome Meleto atua como uma espécie de serpente que engole o próprio corpo para o próprio fim de um e a sobrevivência do outro.

2.1 OS NOMES SÓCRATES E MELETO NAS REDES SOCIAIS: DO IMPRESSO E DO VIRTUAL

"Tudo, no mundo, existe para acabar num livro"

(DERRIDA, 2004, p. 27)

A questão do nome neste capítulo é fundamental para entendermos até que ponto o "inominável", conforme Derrida, não está dado. Meleto é um nome universal, ou seja, dentro da concepção peirceana é um símbolo ou um nome-lei, um legi-signo, conforme já abordamos no primeiro capítulo desta tese.

Sobre o estudo do nome Meleto na Literatura é importante que atentemos para o fato de que o estudo da Literatura não deve se dissociar de determinados acontecimentos políticos e que é fundamental o diálogo da obra com o momento histórico em que ocorreu sua criação literária para que se possa fazer correlações dos personagens com o seu tempo em suas movimentações poéticas, políticas e jurídicas.

Essa nova função histórica de Meleto diria respeito, sobretudo, a seu nome quase sem nome, a não ser o vago, o vazio nome Meleto ou o vago nome "poeta". Vagos, vazios no sentido de que é nomeado poeta por unanimidade pelos prefaciadores sem ter poemas, uma vez, que, na Grécia clássica, o nome poeta, era um cargo que exercia grande influência diante das funções políticas, históricas e jurídicas.

Portanto, o encargo ou a função de poeta não era dado de forma aleatória e, com certeza, não seria atribuído de forma banal e irresponsável a alguém que de fato não compunha ou não declamasse versos incessantemente em seu cotidiano. O nome Meleto pode ser considerado vazio porque aparece desprovido ou desnudo de sentidos biográficos. Esta ausência da biografia do nome Meleto representa uma incógnita para nós.

Ao longo de nosso estudo, percebemos que não houve tentativas de esboços da criação de uma narrativa sobre a vida ou sobre a poesia de Meleto, já que é apontado de forma unânime pelos prefaciadores desta narrativa como poeta. Esta lacuna deixa claro que Meleto, herói ou anti-herói da trama de Platão, parece desmerecer esta verve biográfica.

O nome Meleto, se olhado superficialmente dentro deste enredo, sem uma apurada observação, tende sempre a cair em resultados sem fundamentos embora tenha sido ele quem ganhou a querela contra o filósofo, mas não há discussões sobre isto. Foi ele quem primeiro escreveu, em termos de processo, contra as "imprudências" e subversividades política e religiosa de Sócrates, mas ninguém, antes de nós, se interessou pelos feitos deste personagem perante o Estado grego.

Portanto, de certa forma, o nome Meleto enquanto signo aparece/desaparece e emerge/submerge no sentido de significar-se como "objeto imaginável ou inimaginável" para quem olha superficialmente e sem interesse para a sua participação na trama da condenação do método socrático.

Esse nome enquanto signo, pode ser considerado “imaginável”, do ponto de vista da criação e intervenção literária de Platão, mas, ao mesmo tempo “inimaginável” no que concerne à sua biografia inexistente. Meleto e Platão acabam sendo parceiros do mesmo barco por dominarem a mesma tecnologia intelectual, a escrita. E Meleto e Sócrates acabam sendo parceiros também do mesmo barco porque ambos dominam a tecnologia da voz.

Sendo o nome Meleto parceiro dos nomes Platão e Sócrates em genialidades, fica nítida a tentativa do filósofo Platão de estabelecer distâncias dos seus leitores com o nome Meleto. Algumas abordagens de autores da História, da Filosofia, do Direito etc., passam um conhecimento distorcido que impede a produção escrita da biografia ou da antologia poética de Meleto.

Vejamos de que forma Bakhtin define (1992, p. 165) a biografia, “Entendo por biografia ou autobiografia (narrativa de uma vida) uma forma tão imediata quanto possível, e que me seja transcendente, mediante a qual posso objetivar meu eu e minha vida num plano artístico”. Deste modo, constatamos que não há esta “narrativa de uma vida” no que diz respeito ao nome Meleto tanto no plano da narrativa pessoal quanto no plano de uma narrativa de sua vida a partir de um “plano artístico” ou político.

Contudo, o nome Meleto não goza do privilégio de ser referido ou citado, quer seja em conversas ou em escritas. Todavia, no que se refere à força literária de um nome, o que significa ter ideias, frases e pensamentos patenteados e difundidos com a obrigatoriedade, por lei, da citação do nome do autor das ideias referidas da oralidade à escrita? O mais intrigante é que Sócrates, conforme nossa pesquisa, não escreveu, mas sua máxima, por exemplo “só sei que nada sei” continua patenteada com o seu nome até hoje.

Neste sentido, levando às últimas consequências a questão do nome nos estudos semióticos, podemos aludir, conforme Peirce (2005), que o nome é um signo cujo significante pode ser representado pela imagem acústica da palavra falada ou pela representação gráfica da palavra escrita; o significado, portanto, se movimenta de acordo com o conceito do objeto ao qual esta palavra remete.

Segundo Peirce, (2005) o signo pode assumir o caráter de símbolo por abranger uma universalidade; de um índice, por se referir a um elemento ou a um

indivíduo; de um ícone, por se relacionar com uma sensação difusa, ou seja, ainda inonimada, isto é:

> Descobriu-se que há três tipos de signos indispensáveis ao raciocínio, o primeiro é o signo diagramático ou ícone, que ostenta uma semelhança ou analogia com o sujeito ou o discurso; o segundo é o índice que, tal como um pronome demonstrativo ou relativo, atrai a atenção para o objeto particular que estamos visando sem descrevê-lo; o terceiro (ou símbolo) é o nome geral ou descrição que significa seu objeto por meio de uma associação de ideias ou conexão habitual entre o nome e o caráter significado (PEIRCE, 2005, p. 10).

Deste modo, o nome pode assumir variações diversas em detrimento da função semântica que ocupar dentro de um determinado enredo. Para Peirce (2005, p. 10-11) o nome está na linha de frente daquilo que ele denomina como os "três tipos de formas: nomes, proposições e inferências". Estes três tipos de formas, às quais, Peirce se refere, estão associadas ao que ele define como "triplicidade na lógica" e "são os enunciados daquilo que é real, daquilo que é possível e daquilo que é necessário" (PEIRCE, 2005, p. 10).

Dentro desta rede de implicações semióticas contidas na narrativa da *Apologia*, o nome Meleto é algo imprescindível para uma análise lógica que envolva "três tipos de caracteres, três tipos de fatos: há caracteres singulares, caracteres duplos, caracteres plurais" e esta tripartição de caracteres envolve a obra, o autor e os protagonistas.

Diz Derrida (2005, p. 90) sobre Sócrates em relação ao nome: "Sócrates examina a hipótese segundo a qual os nomes imitam a essência das coisas", principalmente, "no momento de abordar os elementos diferenciais da língua de nomes", continua Derrida, "todos os seres que devem receber nomes, verificando se há categorias" (DERRIDA, 2005, p. 91).

> Confirma-se em seguida que a conclusão de Fedro é menos uma condenação da escritura em nome da fala presente, não pode dar lugar a nenhuma atividade, a nenhum discurso digno desse nome, ou seja, carregado de sentido ou ao menos de sentido, não se faz em nome da invenção da grafia, nele se joga, se quiser lhe dar esse nome, sua cabeça ao mesmo tempo em que o chefe (DERRIDA, 2005, p. 101-102).

Para nós, o nome Meleto passa a ser a linha condutora de toda nossa arguição em torno da marca e do significado que este nome conduz da História da Filosofia à Crítica Literária.

A nosso ver, o nome Meleto é uma espécie de lei sobre o qual todos dizem a mesma coisa, ou seja, é um nome sem ponto de fuga e sem ponto de apoio, o nome que almeja estabelecer uma certa ordem. Por isso mesmo, pode, também, ser um nome com/sem uma perspectiva icônica, um nome sobre o qual "tanto" se diz e não se diz nada, ou seja, há uma certa incapacidade teórica para se dar conta deste objeto dinâmico que é o signo Meleto.

Neste sentido, o nome Meleto poderia até ser considerado um nome fossilizado, o qual, ora aponta para todos e para tudo e ora não aponta para nada nem para ninguém. O nome Meleto na perspectiva peirceana pode ser pensado na categoria da primeiridade de Peirce por ser um nome num determinado momento "inominável", no entanto, noutro momento, dentro de sua ambivalência, o nome Meleto é um nome excessivamente "nominável" devido à sua excessiva aparição na *Apologia* no discurso de defesa de Sócrates. O nome Meleto pode ser debatido conforme a categoria da terceiridade de Peirce conforme discorreremos adiante.

Apontamos o caráter ambivalente do nome Meleto, o qual também podemos tratar como uma espécie de um fóssil do signo, ou melhor, um signo vazio de discursos verdadeiros ou falsos, mas insinuado e rodeados por outros signos compostos de muitas adversidades em relação a estes discursos em torno do nome Meleto.

Conforme Foucault (2008, p. 20), em seu livro *A Ordem do discurso* no qual é esclarecida esta questão em que "o discurso não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro...", portanto, não objetivamos, em nossa pesquisa, impor este discurso verdadeiro, mas contestarmos os discursos que se constituem com prerrogativas extremamente tendenciosas em relação ao nome Meleto.

Para Foucault (2008, p. 15) foram Platão e Hesíodo que estabeleceram a divisão "separando discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que,

doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que, não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” .

É pertinente estabelecermos uma ponte com a questão da predominância de um debate sobre este discurso que se apresenta como falso e como verdadeiro ao mesmo tempo e, que tenta, de certa forma, enquanto discurso constituinte, impor a força de seu poder para denegrir ou salvar um ou outro nome.

Portanto, é necessário pensarmos este discurso a partir da “grande divisão platônica”, conforme Foucault (2008, p. 17) para somente assim, entendermos de que modo se estabeleceu o poder do “discurso verdadeiro” ou do “discurso falso” em torno do nome Meleto.

O nome Sócrates está consolidado, está salvo por filósofos, juristas, historiadores, poetas, comentadores, prefaciadores e tradutores do impresso ao virtual.

Podemos até entender que o nome Meleto também pode ser considerado salvo se olharmos no sentido de que todos os prefaciadores são unânimes ao abordá-lo em seus textos, embora entendamos que esta abordagem seja uma espécie de salvação que propõe, também, o sacrifício e a consequente morte deste nome.

Por exemplo, o nome Sócrates quando pesquisado em periódicos, artigos, resenhas, teses, dissertações ou em livros digitais, apresenta uma gama de informações que são praticamente inesgotáveis. Se digitarmos no teclado de *tablets*, computadores ou celulares em sites de pesquisas o nome “Sócrates” de forma, ortograficamente errada, o próprio sistema cuida de corrigir este nome.

Assim, ao aparecer na tela do computador “você quis dizer”, o sistema cuida de corrigir o que por ventura estiver escrito errado em relação ao nome Sócrates e em seguida aparece uma infinidade de *links*, os quais ligam o nome Sócrates ao próprio nome Sócrates em diversas abordagens, o que nos faz entender que o nome Sócrates pertence aos aparelhos estatais através de suas diversas mídias.

Para Maingueneau (2006, p. 226): “A considerável recuperação do interesse oral, pelo escrito e pelo impresso, a par do tipo de cultura que eles implicam, coincide

com o desenvolvimento tecnológico vinculadas com a digitalização generalizada das informações".

É possível avaliarmos até que ponto os interesses da escrita pelo oral, podem, no caso da *Apologia* em discussão ter suscitado uma base de informações condizentes ou não com o papel que cada personagem representou nesta trama literária. Continua Maingueneau (2006, p. 226-227) "se a escrita ou a imprensa modificaram o que se entende por 'literatura', é de esperar que o mesmo aconteça com a informática".

Nos sites pesquisados, o nome Sócrates diz respeito ao próprio Sócrates com informações precisas sobre este nome que aparece como que consolidado em diversos sites ao passo que o nome Meleto, não.

Talvez, esta consolidação do nome Meleto não tenha se dado pelo motivo deste nome não ser uma espécie de monólito, ou seja, uma pedra de enormes dimensões ou uma espécie de monumento formado de uma única peça. E é, sem dúvida alguma, esta prerrogativa de não ser uma peça única o que constitui o quebra-cabeça em torno do nome Meleto dentro da tripartição de Peirce composta por primeiridade, secundidade e terceiridade.

Neste sentido, é importante esclarecermos à luz de Peirce o que pode ser entendido sobre primeiridade, secundidade e terceiridade em relação ao nome Meleto. O nome Meleto pode ser tornar nomeável no sentido de fazer transbordar-se para além do acontecimento que fundamenta sua existência.

A busca por esta estabilidade do nome Meleto é ainda mais abrupta, digamos, rude. Podemos retomar a tripartição de Peirce para discutirmos o nome Meleto como uma espécie de terceiridade, ou seja, conforme Santaella (1992, p. 51), a terceiridade "aproxima um primeiro de um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamentos em signos".

Para esta autora, a terceiridade estabelece uma ordem violentamente ordenada, o que, naturalmente o constitui como um signo, Santaella (1992, p. 51), signo este que atua como "A síntese intelectual, a elaboração cognitiva", e, sobretudo, tautológica no sentido de que não diz nunca além do que diz o já dito, aquilo que advém de um primeiro em seu igual (Cf. DIDI-HUBERMAN).

Assim, à luz de Peirce, propomos um debate que esclareça a utopia de um Meleto da secundidade, à qual pode ser explicada de acordo com Santaella (1992, p. 47) para quem a secundidade é uma espécie de "mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento, e no entanto pensável, que se caracteriza pela secundidade. Esta é a categoria que a aspereza e o revirar da vida tornam mais familiarmente proeminente. É a arena da existência cotidiana".

Ou seja, o nome Meleto, em certo sentido, nesta categoria, foge desta relação da ordem e da repetição, foge da afasia, foge do não sentido presente na categoria da primeiridade à qual aparece como um "um lago sem fundo, num instante qualquer em que é, o que é por que é tudo ao mesmo tempo" (SANTAELLA, 1992, p. 43).

Em relação à secundidade, o nome Meleto pode ser pensado como um signo o qual está contaminado por uma história plural que muitas vezes está fora da chave platônica e, principalmente, fora da chave ocidental. É ai, a nosso ver, em relação ao nome Meleto que se instala aquilo que Santaella (1992, p. 47) chama de "a factualidade do existir (secundidade) está na corporificação material".

Deste modo, voltando aos resultados dos sites consultados percebe-se que o nome Sócrates está fossilizado e o mesmo ocorre com relação às suas imagens também consolidadas até mesmo em determinados gestos seus.

Ao pesquisarmos sobre este filósofo com as frases: "imagens do filósofo Sócrates", "imagens de Sócrates", "Sócrates", "o filósofo Sócrates", obtivemos como resultados desta pesquisa um leque de imagens em pinturas, esculturas e gravuras, às quais chegam até a revelarem cenas corporais deste filósofo.

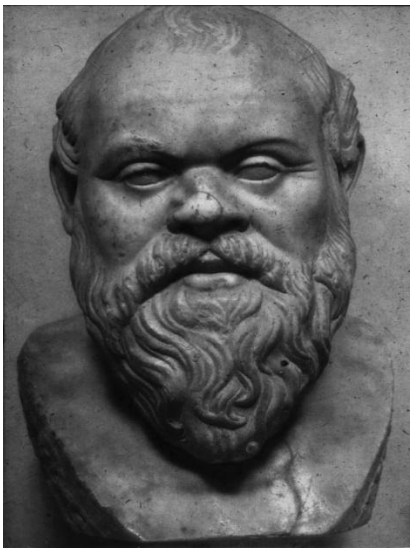

Figura 1: http://afilosofiaagolpesdemartelo

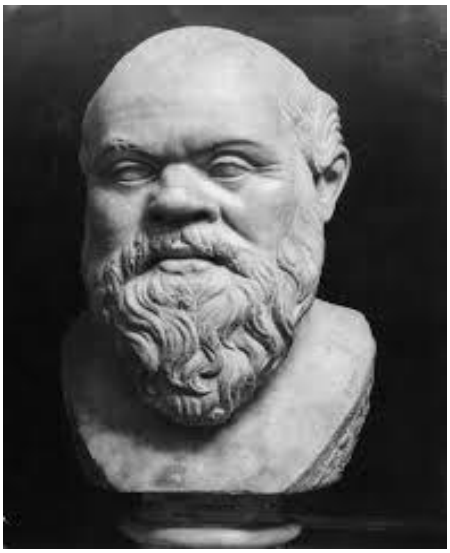

Figura 2: http://folha.uol.com.br/livrariadafolha

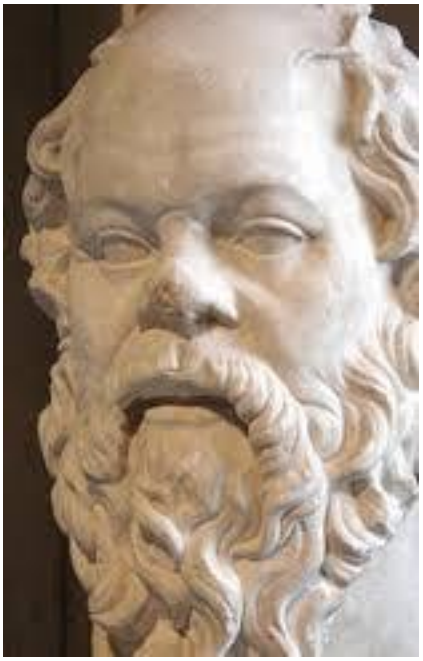

Figura 3: http: //avizora.com/publicaciones/biografias

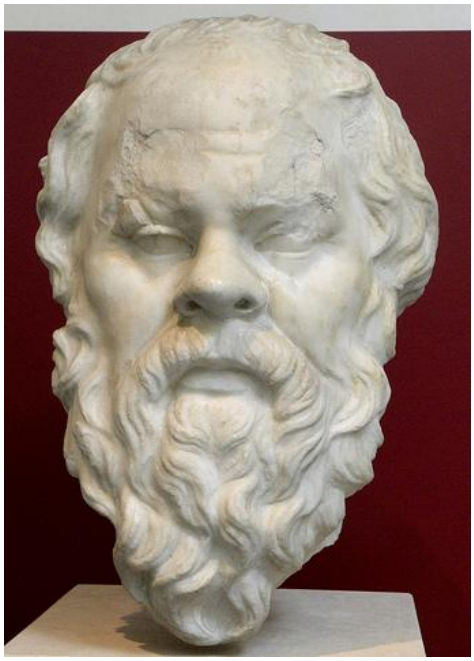

Figura 4: http://filosofia213d.tumblr.com

Por exemplo, a cena abaixo de Sócrates na prisão antes de beber a cicuta, cercado por discípulos com o dedo enriste é uma espécie de imagem corporal consolidada.

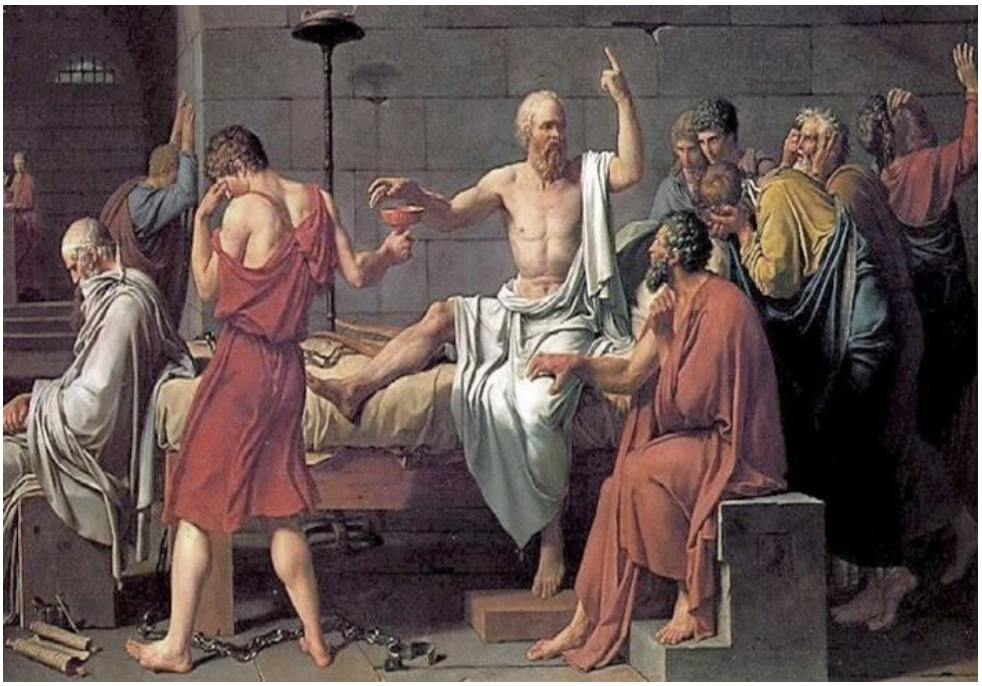

Figura 5: : http://biografiasyvidas.com

Abordamos a questão das imagens de Sócrates e Meleto na presente tese porque entendemos que a imagem de Sócrates goza de um certo privilégio e está consolidada a partir do próprio nome Sócrates.

É possível que através de um debate sobre a questão da imagem, tenhamos um melhor exemplo da ambivalência que envolve ícone e símbolo em relação ao nome Sócrates. A partir das imagens expostas passamos a entender que o nome Sócrates, não é só verbal, o nome Sócrates é também visual, imagético, videográfico.

De acordo com Derrida (2005, p. 16) poderíamos até trazer para este debate sobre a imagem de Meleto, a questão da "unidade plástica desse conceito, ou melhor, sua regra e a estranha lógica que o liga ao seu significante foram dispensadas, mascaradas, obliteradas, dominadas por uma relativa ilegibilidade, pela imprudência ou pelo empirismo dos tradutores", ou seja, este conceito plástico, do termo poeta atribuído ao nome Meleto não foi suficiente para traduzir da palavra para a imagem a sua face, o seu rosto ou seus gestos.

Para Debray (1995, p. 140), "os problemas criados pela proliferação dos vetores e pela concentração industrial dos signos e imagens ainda esperam o momento de serem considerados de um ponto de vista cientifico e político".

Assim, conforme Debray, quando este reconhecimento ou esta consideração em torno da veiculação de determinadas imagens ocorrer, será aberto um novo paradigma para um debate em torno da configuração política e científica no tocante à manipulação pelo Estado destas imagens com suas devidas informações.

Neste sentido, já está explícita a forma como as imagens do nome Sócrates contrastam com o vazio em relação às imagens ainda inexistentes do nome Meleto. Ou seja, o nome Meleto não tem imagem. Há na escrita, em particular, na escrita de Platão, raras descrições de como poderia ser a imagem de Meleto.

Isto posto, seria possível estabelecer uma discussão sobre a vida e a morte da imagem de Meleto?

2.2 PERFORMATIZAÇÃO DE UM SIGNO

2.2.1 Meleto na escrita

Descrição 1: como deveria ser o poeta Meleto. “Homem de cabelos lisos, de pouca barba e nariz em forma de bico de pássaro” (PLATÃO, 1981, p. 11).

Estes traços descritos num diálogo de Platão entre Eutífron e Sócrates sugerem a montagem da imagem de Meleto embora haja poucos traços que possam corroborar para esta montagem.

Durante nossa pesquisa nos deparamos apenas com uma suposta aproximação da imagem de Meleto na representação de um ator no cinema.

2.2.2 Meleto no cinema

Descrição 2: como deveria ser o poeta Meleto

Filme: Sócrates (1971)

Roteiro: Roberto Rossellini e Marcello Mariani (1971)

Figura 6: imagem retirada do filme “Sócrates” (1971)

Conforme o renomado cineasta italiano Roberto Rosselline, diretor do filme *Sócrates* (1971), em sua remontagem do julgamento e da condenação deste filósofo, com base nos diálogos de Platão, a imagem acima seria a imagem mais próxima da representação caricatural do poeta Meleto.

Não se sabe, às custas de que informações caricaturais este diretor se baseou para montar a imagem para a representação do perfil de Meleto no filme “Sócrates”.

Esta questão que envolve a imagem de Meleto, é sem dúvida uma prerrogativa inquietante através da qual poderíamos aludir a Meleto que seu nome fosse uma espécie de signo submetido ao isolamento que Debray (1995, p. 142) discute no sentido de que “o homem midiológico não coabita com seu meio técnico, mas habitado por seu habitat; construído pelo nicho que ele construiu”.

Talvez, o mais fascinante nesta alusão seja definir o poeta Meleto como um homem das mídias, uma vez que ficou claro que Meleto se utilizou das mídias da escrita e da voz para mudar o rumo de Sócrates que também atuou como este “homem midiológico” por ser detentor do domínio da voz, mídia esta que usou para sua autodefesa, já que não consta fragmentos de nenhum escrito de Sócrates em prol de sua defesa. E isto, de forma alguma, o torna um personagem subordinado ou um personagem secundário, destituído de poder de argumentação e, sem dúvida alguma, “a unidade configurativa dessas significações” em torno do poder de argumentação que detém Sócrates, segundo Derrida (2005, p. 33) é “o poder da fala”.

E Sócrates como detentor do poder desta fala instala, a partir da escrita de Platão, este sistema de significações em torno de seu discurso oralizado em prol de sua defesa. Sócrates em sua defesa tem a voz como sua exclusividade de defesa e em hipótese alguma esta defesa se deu pela via da escrita como resposta ao processo escrito por Meleto, há não ser na perspectiva da escrita de Platão.

Para Derrida (2005, p. 44) Platão faz "girar a palavra em torno de seu estranho e invisível eixo e a apresenta sob apenas um, o mais tranqüilizador de seus pólos".

Portanto, para Debray (1995, p. 143) "na orla da logosfera, Platão coloca a escrita em questão, em nome da mnemosfera anterior". Assim, percebe-se que sendo Platão o autor de vários diálogos nos quais Sócrates atua como a razão "mnemosférica" da razão platônica, fez de Meleto, um protagonista de alma esquecida, inapta e quiçá odiada por sua subversão e conforme os filosófos esta subversão se caracteriza pela audácia do processo que este poeta movera contra Sócrates e contra o próprio Estado.

Esta subversão jurídica de Meleto acabou por instaurar uma certa desordem nos significantes estáveis das leis que definiam a realidade atenienses e que passariam pelo processo de substituição destes velhos significantes estáveis e outrora inquestionáveis por novos significantes expostos às intervenções vindas de fora do domínio do platonismo.

Podemos dizer que, neste debate, o nome Meleto sobrevive a partir dos mesmos suportes que promovem a sobrevivência e a exaltação do saber socrático. Mas, neste sentido, entendemos, conforme Debray (1995, p. 146) afirma, que "a maior parte dos objetos técnicos e das cadeias operatórias que lhe servem de suporte são também vetores de cultura".

Acrescentamos que estes mesmos suportes que elevaram o nome e a imagem de Sócrates são também os vetores que impedem a demonstração e uma melhor clareza da capacidade intelectual de Meleto atuar com tanta maestria neste momento tenso e específico da História da Filosofia.

Para Derrida (2005, p. 44) “Platão tende a apresentar a escritura como uma potência oculta e, por conseguinte, suspeita. Como a pintura, à qual ele comparará mais adiante e como as técnicas da mímesis em geral”.

É como se os protagonistas estivessem divididos entre “a cultura simbólica que recebe de sua história e a cultura técnica do momento presente” (DEBRAY, 1995, p. 148); ou seja, para Debray, tanto a “cultura simbólica” quanto “a cultura técnica” são valores e normas que esclarecem os paradigmas herdados a partir dos “utensílios anteriores”.

Para Derrida (2005, p. 45) “esta interrupção da passagem entre valores contrários, já é, ela mesma, um efeito do platonismo, a consequência de um trabalho que já começou no texto traduzido, na relação de Platão com sua língua”.

Neste sentido, cabe uma abertura para pensarmos a teoria da imagem com Santaella (2013) para quem as categorias de Peirce: primeiridade, secundidade e terceiridade podem ser compreendidas da seguinte maneira: Para esta autora, a matriz sonora corresponde à primeiridade, a matriz visual à secundidade e por último, a matriz verbal, à qual integra a terceiridade. (Cf. SANTAELLA, 2013).

Neste estudo que envolve as matrizes da linguagem, Santaella (2013) é enfática quando pondera que “toda linguagem manifesta é híbrida” e para explicitar este hibridismo, esta semioticista recorre ao que se define como “fundamento fenomenológico” de Peirce que defende que estas linguagens encontrarão ressonâncias naquilo que ele define como as matrizes que envolvem os sentidos em torno da linguagem e da expressão do pensamento.

É preciso olharmos o mundo e as coisas deste mundo, conforme sugere Peirce em sua teoria sobre a ciência de todas as linguagens, a Semiótica, e é Peirce (2005, p. 180) quem anuncia que “todo pensamento, linguagem ou raciocínio se dá em signos e se desenvolve somente por meio de símbolos”.

Entendemos que estudar os signos e suas interações e a forma como estes signos se desenvolvem e se modificam ou até mesmo sofrem suas devidas mutações de sentidos, requer, que, conforme sugere Peirce (2005), encaremos o signo dentro de sua

tripartição à qual contempla aquilo que este pensador define como “três elementos formais universais: qualidade, relação e representação”.

Conforme sugere Santaella, o estudo desta tripartição facilitará toda uma compreensão sobre as matrizes da linguagem em suas articulações de sentidos em torno da relação entre o pensamento e a percepção. Portanto, de acordo com Santaella “a matriz visual “ em torno do que ela chama de suas modalidades, pode ser compreendida em consonância com a arquitetura deste debate significativo em relação às formas visuais. É neste sentido que esta pesquisadora discute sobre a linguagem e conclui que de qualquer modo, se há forma, impreterivelmente, sempre haverá, aquilo que ela denomina de “matriz visual”.

Contudo, é nesta estirpe que os signos se propõem a assumirem a representação das coisas do mundo visível, ou seja, lutam com os significados para apresentarem-se “a si mesmos como signos” com seus respectivos sentidos.

Para Peirce, tudo o que está ligado ao visual é possível identificar dentro do que se entende por “domínio do sin-signo indicial”, uma vez que para este pensador a linguagem do visual pode ser definida conforme a forma de representação que, por sua vez, incorpora uma espécie de “materialidade singular”, à qual vai encontrar neste domínio “indicial”, aquilo que se define como o foco de dominação no sentido de esclarecer a sua inteligibilidade.

Desta feita, as imagens tratadas e encaradas como “figurativas ou referenciais” são, de certa forma, manipuladas pela predominância do índice, e, se podem propiciar informações sobre as coisas que nem existem é porque incorporam o veio referencial, o qual faz uma espécie de reportagem sobre algo fora do índice.

Conforme a Semiótica podemos pensar “a matriz visual” como uma matriz que está dividida entre “Formas não representativas, Formas figurativas e Formas representativas”, às quais, sem dúvida alguma, se desdobram em outras subdivisões.

Todo discurso constituinte em volta da matriz visual contempla uma espécie de definição, uma vez que para Santaella (2013), se existe discurso, indiscutivelmente, haverá a matriz verbal cuja matriz pode ser definida conforme o domínio do legi-signo simbólico ou argumental.

Assim, é míster entendermos que o visual vai encontrar seu domínio pleno naquilo que se define como “sin-signo indicial”. Podemos dizer, conforme Santaella, que a “linguagem visual” enquanto forma representativa se junta a uma “materialidade singular”, à qual através deste domínio encontra o foco de dominação para a sua inteligibilidade.

De acordo com a teoria de Peirce (2005) discutida por Santaella (2013), vejamos a imagem de Sócrates, consolidada, afixada conforme as matrizes visual e verbal. Neste sentido, a imagem de Sócrates enquanto matriz visual está ligada ao nome Sócrates, matriz verbal, isto se explica pelo fato de que quando se pesquisa o nome Sócrates há uma identificação imediata do nome com a imagem.

Em relação ao nome Meleto pesquisado na mesma perspectiva na qual pesquisamos o nome Sócrates, percebemos o quanto este nome ainda está por consolidar-se em relação à sua imagem, uma vez que o nome Meleto não tem nenhuma correspondência visual, o que quer dizer que neste caso, o verbal não tem parentesco com o visual que em relação ao poeta nem existe. Esta deambulação, este andar sem rumo definido, nomeia de certa forma, o nome Meleto como uma espécie de um demônio ou um santo que tem nome, mas não tem imagem.

Para o sistema tecnológico de informações, às vezes, o nome Meleto, pode até ser Mileto, a cidade, devido ao grau de desatenção em relação a este nome. Neste sentido, o nome Meleto conforme discutimos antes, pode até parecer consolidado em prefácios ou comentários, mas não é reconhecido em termos de imagens.

Nossa tese, visa confrontar essa fossilização, ou seja, este soterramento abrupto, rápido que delega ao nome Meleto ou à imagem de Meleto uma espécie de vazio em torno de seu discurso.

Queremos esclarecer que não objetivamos eleger outro lugar de fossilização, conforme Derrida (2005, p. 34) “um lugar, por pouco que seja, subalterno” a qualquer um dos personagens até porque entendemos que é preciso deixar este lugar desta fossilização aberto porque a Semiótica de Peirce (2005) vem mostrar que nenhum nome dá conta do fenômeno que é o próprio nome, que conforme Derrida (2005, p. 90) compõe “os elementos diferenciais da língua de nomes”, isto no sentido do

“fenômeno, como fenômeno de produção de significação e sentido” em torno dos nomes.

Ou melhor para Santaella (1992, p. 12)

> Todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação, e considerando-se que esses fenômenos só comunicam porque se estruturam como linguagem, pode-se concluir que todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas significantes, isto é, prática de produção de linguagem e de sentido.

Então, não pretendemos questionar uma estabilidade, à qual consideramos fragilizada com a finalidade de eleger outra estabilidade fortalecida e blindada para em seguida colocá-la como substituta, ou seja, uma nova estabilidade no lugar da velha estabilidade. Podemos dizer que o nome Meleto em relação ao nome Sócrates não está salvo no sistema do aparelho do Estado.

Conforme nossa consulta, não ocorre em relação à correção ortográfica do nome Meleto o que ocorre em relação ao nome Sócrates se digitado ou escrito errado. O sistema não diferencia se Meleto é para ser escrito com “M” maiúsculo ou “m” minúsculo; portanto, o sistema em vigor, parece não reconhecer o nome Meleto.

Por exemplo, ao digitamos o nome “Meleto” em sites de buscas na redes sociais, os resultados são alarmantes no tocante aos resultados destas consultas porque constatamos que até na mais vulgar das pesquisas, esta deambulação do nome Meleto ocorre. Percebemos que o mesmo não ocorre com as consultas feitas no entorno do nome Sócrates.

Embora exista uma infinidade de imagens de Sócrates com relativas diferenças em termos de perfis, não encontramos imagens de Sócrates e Platão juntos. No entanto, encontramos a imagem abaixo como a clássica representação da aliança intelectual entre Platão e Aristóteles.

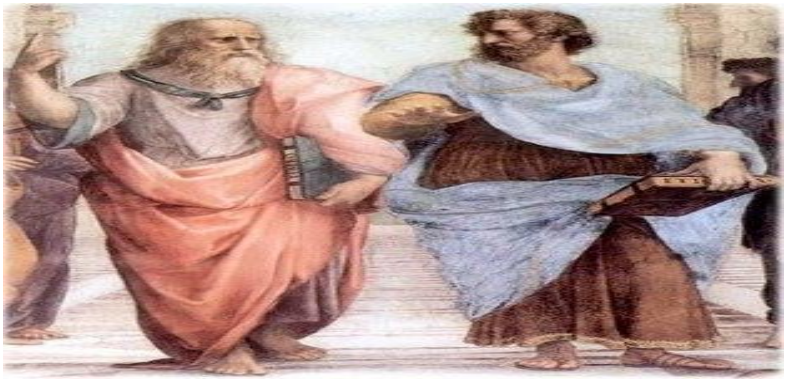

Figura 7: : http://psicologiayutopia.com

A imagem, acima, tornou-se a imagem canônica mais recorrente da aliança que há entre o autor da *Apologia* e seu genial aluno, Aristóteles.

No que diz respeito ao poeta Meleto, dos livros aos sites consultados, os resultados que nos reportam às pesquisas em relação o nome Meleto, são, em sua maioria, voltados para "Tales", "Mileto", "*Apologia de Sócrates*", "Sócrates em institutos e escolas", "Mileto, Grécia antiga", "produtos para laboratórios", "história de Tales", conforme demonstração abaixo.

2.3 DOS SITES: O NOME MELETO

Abaixo segue uma breve amostra da pesquisa feita na via tecnológica sobre o signo ou o nome Meleto. Quando digitamos em sites de buscas, por exemplo no *Google*, e clicamos a palavra *Meleto* aparecem os seguintes sítios em relação a este nome:

- Mileto – Wikipédia
- Produtos para laboratórios
- Apologia de Sócrates – Triplov
- Sócrates – Instituto e educação,
- Tales de Mileto,
- Tales de Mileto: tudo começa na água, ideias de Tales,
- Meleto equipamento de segurança rural,
- Mileto: Grécia antiga – Infoescola,
- Tales de Mileto – biografia,

- Antologia e defesa de Sócrates,
- Colégio Tales de Mileto
- Castello di Meleto
- Biografia de Tales de Mileto: História de Tales de Mileto
- Escola Tales de Mileto
- Tales de Mileto
- Luvas, roupas de couro, cano longo – Meleto- policentes
- Tales de Mileto
- Escola Tales de Mileto
- Castle of Meleto
- Escola infantil: Tales de Mileto
- Apologia de Sócrates
- Civilização grega – filosofia clássica – Tales de Mileto
- Meleto Valdarm – cidade – Villa na Itália
- Apologia de Sócrates
- Meleto historical records
- Capa Meleto – Azienda agrícola
- Biografia de Tales de Mileto
- Apologia de Sócrates
- Sócrates navegando na Filosofia
- Os pré-socráticos. A busca por um princípio
- Tales de Mileto
- Anaxímenes de Mileto – Filsofofia
- Castle of Meleto
- Tales
- Onde tudo começou – Mileto – só Filosofia
- Meleto map – satélite imagens of Meleto – relacionado a uma rede de hóteis - Itália
- Consulta a fabricantes de EPI: Luiz Fernando Meleto
- Primeiros filosofos.Tales, Anaxímandro, Anaxímenes
- História da matemática - Tales de Mileto
- Vila de Meleto – Toscano – Itália

- Meleto face book. Rede de hotéis

Conforme podemos verificar acima, como resultado da consulta aparece uma lista infindável de *sites* de nomes de coisas que não nos reportam às informações sobre o nome Meleto.

As informações que aparecem nada têm a ver com o poeta Meleto, ao contrário do que ocorre com o nome Sócrates que está fossilizado, consolidado e sobre o qual há uma infinidade de informações que dizem respeito ao próprio Sócrates em suas compreensões políticas, religiosas, filosóficas e jurídicas.

O nome de Meleto não significa nada que conduza às informações sobre ele mesmo porque de acordo com nossa pesquisa este nome surge como um canal para se chegar aos apagadores ou destruidores de sua obra e de sua biografia.

Em relação às imagens do nome Meleto, percebemos que não estão consolidadas ou catalogadas no sistema tecnológico de informações. Ao pesquisarmos suas imagens com frases do tipo: "imagens do poeta Meleto", "imagens de Meleto", "Meleto", "poeta Meleto" aparecem imagens, às quais não estão relacionadas com este nome, mas curiosamente com o próprio nome Sócrates ou demais coisas que envolvem este filósofo; é o que segundo Peirce (2005) poderíamos tratar como secundidade por explicitar o aspecto de apêndice do poeta, ou melhor, segundo Santaella (1992, p. 47) "há um mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento e, no entanto, pensável".

Deste modo, percebemos que o nome Meleto aponta mais para a periferia de seus significantes e mira menos para seu próprio centro, uma vez que este nome nos reporta sempre a Sócrates e seu julgamento ou à própria *Apologia de Sócrates.*

Todo referente ao nome Meleto aparece ligado a muitas coisas, menos a si mesmo, ou seja, é como se o nome Meleto configurasse uma espécie de sujeito sem subjetividade (Cf. DELEUZE-GUATARRI), ou melhor dizendo, é como se o nome Meleto configurasse o perfil de um sujeito incapaz de movimentos singulares, uma espécie de sujeito que contempla sua própria mesmeridade, mas questiona e problematiza o paradigma tecnológico que se organiza em torno das tecnologias de informação sobre as coisas e os signos que contemplam seus interesses.

Percebemos que mesmo quando o nome Meleto está ligado ao julgamento de Sócrates, a sua aparição significativa é sempre como um dos protagonistas da narrativa da *Apologia* ou como o responsável pela condenação do filósofo Sócrates, mas sempre como um personagem secundário. Neste sentido, parece-nos que o nome Meleto é uma espécie de isca usada para atrair o leitor para as façanhas do nome Sócrates.

Indicamos que após algumas pesquisas em livros, periódicos, revistas, teses e artigos tentamos encontrar algo relacionado ao nome Meleto, e, apenas na décima terceira página de um site de busca é que encontramos menção ao nome Meleto com um artigo intitulado "Momento decisivo na Grécia de 399 a. C.,: O jovem Meleto em cena", no qual este poeta é visto como um jovem influente com poderes políticos para interferir em dois processos.

Esta discussão foi apresentada, por nós, na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, no *V Colóquio Internacional Sobre a Juventude*, ocorrido no ano de 2011, promovido pelo programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade-PPGLI/UEPB. Este artigo apresenta o jovem Meleto como extremamente influente e importante para as mudanças ocorridas em Atenas nesse momento.

No 4º Colsemi – 4º Colóquio Internacional de Semiótica – promovido pela UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, através do grupo de Pesquisa Semiótica, Leitura e Produções de Textos – SELEPROT, no ano de 2012, apresentamos uma comunicação que resultou na publicação de um artigo cujo título é: "O poeta Meleto e a tensão voz e oralidade nas apologias de Sócrates".

É preciso esclarecer que inserindo o nome Meleto no sistema de informações não objetivamos com isto delegar ao nome Meleto o mesmo estatuto herdado pelo nome Sócrates, ou seja, não é nosso objetivo manter ou propor a estrutura epistemológica de Platão, à qual foi aplicada ao nome Sócrates, também, ao nome Meleto, porque não podemos negar que a qualidade maior de Meleto é ser "inominável" e assim deve permanecer, uma vez que foi desta maneira que ele migrou e chegou até os dias atuais sem nenhuma apologia ao seu nome, sem poemas e sem imagens.

Se Sócrates sobreviveu com o aparato que lhe é peculiar, tais como: o Nome, as frases, as apologias, os vários estudos, as imagens, os gestos da escrita à oralidade, o mesmo não ocorreu com o nome Meleto, o qual, mesmo assim, apesar de não dispor dos mesmos recursos citados em relação a Sócrates, mas eis, o poeta Meleto em cena na presente tese.

O nome Meleto sobreviveu sem os recursos midiáticos necessários para sua sobrevivência e sua migração como nômade se dá por ser um nome que tramita de um lado a outro, da Filosofia, da Poesia ao Direito. Entendemos que estes mesmos recursos midiáticos que apagam Meleto da História são os mesmos que o elevam para além de si mesmo, para além de seu próprio brilho.

Indicamos que o nome Meleto também tenha sobrevivido por intermédio dos mesmos recursos, embora sobreviva dentro desta abstração como se fosse um espírito cristão que atravessou o tempo. O nome Meleto sobreviveu apesar do que nega essa instituição discursiva chamada filosofia platônica, à qual demonstra negar o nome Meleto por não constituir informações a seu respeito.

Por isso, é necessário desconstruir ou desconstituir o discurso constituinte para verificarmos ou repararmos o que realmente é importante sobre o nome Meleto em sua participação neste julgamento histórico.

É preciso traçarmos um novo mapa de leituras e *desleituras* sobre esta narrativa cuja a finalidade seja pontuar a competência negada, a competência ocultada no que toca ao nome Meleto e cuja competência está posta e demonstrada na utilização da escrita e na defesa da oralização (Cf. JUSTINO, 2013) desta escrita.

Neste sentido, se “salvo o nome” Meleto, estará fundada uma superfície aberta, à qual transbordará para a exterioridade da Filosofia para estabelecer um diálogo com as tecnologias intelectuais que se comunicam em diálogos conturbados do processo de Sócrates aos dias atuais.

Destarte, o núcleo da História do nome Meleto aconteceu num período de grande importância política, o que de certa forma pode explicar este vazio (proposital?) de informações em torno deste nome.

Debater o nome Meleto enquanto signo é associá-lo a uma cadeia peirceana atribuindo-lhe ou objetando-lhe abstrações falíveis, às quais possam nos levar a

> Afirmações, eminentemente falíveis e por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência científica, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência (PEIRCE, 2005, p. 44).

Atentemos para a questão do nome conforme Peirce (2005), para quem todo símbolo é um signo genuíno, portanto o menos falível. Contudo, o signo é aquilo que tem caráter de lei e está associado a certa ordem. É palpável a percepção de que o nome Meleto goza desta associação precisa à lei e ao estabelecimento de certa ordem.

Estas "afirmações, eminentemente falíveis" às quais se referem Peirce (2005, p. 46), a nosso ver, ocorrem com o nome Meleto em torno do qual há muitas divagações de sentidos dos significantes que circundam tanto sua vida política, quanto sua vida poética.

Para Peirce "um signo, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. O signo dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente deste alguém, um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido" (PEIRCE, 2005, p. 46-47).

Podemos dizer em relação ao nome Meleto que este desenvolvimento é visto com menos aceleração uma vez que a falta de interesses científicos acaba por privar este signo de melhores ou maiores contextualizações semióticas.

De acordo com a Semiótica de Peirce (2005), podemos perceber que o nome Meleto pode ser considerado como um "objeto dinâmico" que o "objeto imediato" do signo, a *Apologia*, quer enquadrar.

Peirce (2005, p. 168) alerta que devemos saber distinguir entre

> O objeto imediato, objeto como representado no signo – e o objeto real (não, porque talvez o objeto seja ao mesmo tempo fictício: devo escolher um termo diferente), digamos antes o objeto dinâmico, que pela natureza das coisas, o signo não pode exprimir, que ele apenas pode indicar, deixando ao interprete a tarefa de descobri-lo por experiência colateral.

Meleto é um signo, cujo objeto, conforme se apresenta, conduz ao julgamento de Sócrates, mas como objeto dinâmico é entendido apenas a partir deste

julgamento. Isto é, toda a dinâmica da ação em torno do nome Meleto é contada e retida pelos filósofos das mais diversas formas, mas a dinâmica da ação do nome Meleto neste enredo sempre tem como base para suas investidas a obra de Platão, à qual conforme o exercício da tautologia é a fonte única neste debate.

Este entrelace de signos que há na *Apologia* a partir de inúmeros objetos de estudos configurou um julgamento, uma condenação, um suicídio, um degredo e os linchamentos de dois dos acusadores, dentre eles, Meleto. Este enredo, cheio de intervenções conturbadas se constituiu numa cadeia de outros signos, os quais, com seus tantos objetos se amplificaram na escrita dos prefácios feitos sobre a *Apologia de Sócrates*.

Outros signos, por sua vez, referem-se tanto à justiça quanto à injustiça e cujos discursos constituem uma cadeia de significantes que conduzem a outros significantes. Percebemos que há nesta narrativa um conglomerado de objetos, os quais com seus respectivos sentidos manipuláveis podem ser considerados como de fáceis ou complexos entendimentos.

Para Derrida (1973, p. 8) "não há significado que escape mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes que constitui a linguagem". O jogo entre os significantes envolve um jogo regulado e arbitrado que arrasta consigo todos os significados para a constituição de outros sentidos.

Ainda para Derrida (2005, p. 56) "E a escritura aparece a Platão (e após ele, a toda filosofia que se constitui como tal nesse gesto) como essa sedução fatal da reduplicação: suplemento de suplemento, significante de um significante, representante de um representante".

Sobre a questão do nome na *Apologia*, Sócrates ao se referir ao grupo dos seus primeiros acusadores com relação aos seus nomes, disse o seguinte: "[...] E o que é mais absurdo é que não se pode saber nem dizer os seus nomes, exceto, talvez, algum autor de comédia" (PLATÃO, 2013, p. 58-59).

Assim, fica óbvio que o discurso de Sócrates ataca dois grupos de um mesmo grupo, ou seja, há dentro de um mesmo grupo, do grupo dos primeiros acusadores, nomes que se podem saber, mas não se podem enunciar e há outros nomes do segundo

grupo “exceto, talvez, algum”, dos comediógrafos que se pode enunciar e isto comprova o quanto a questão do nome é fundamental para Sócrates em sua autodefesa.

Ainda se referindo ao próprio nome perante o Estado Ateniense, Sócrates como que definindo a si mesmo, assim questiona a força de seu nome: “[...] porque eu, cidadãos atenienses, se conquistei esse nome, foi por alguma sabedoria...” Platão (2013, p. 61). A ideia de “conquistei esse nome” não tem peso simplório porque o nome parece a marca mais forte de sua competência.

Em seguida, Sócrates explica o sentido do termo *sabedoria* para justificar o nome conquistado, bem como sua fama e sua força. Deste modo, fica claro que o fragmento sobre a sabedoria de Sócrates esclarece em que sentido o saber está ligado a seu nome e a legitimidade que este saber dar a seu nome.

Sócrates não agia inconscientemente, tudo era devidamente articulado e desejava desarticular o discurso de acusação advindo de um nome desconhecido, Meleto. Então, a conquista do nome para Sócrates era a conquista do prestígio e da fama; por isso, ele procura mostrar que a conquista de seu nome se deu por “alguma sabedoria”.

Ainda na *Apologia* em relação ao nome, Sócrates em sua explicitude sobre a razão em dizer quem era mais sábio ou menos sábio, assim discursa: “[...] examinando este homem – não importa o nome, mas era, cidadãos atenienses, um dos políticos, este de quem eu experimentava esta impressão – e falando com ele, parecia ser um verdadeiro sábio, mas, não era...” (PLATÃO, 2013, p. 62).

Deste modo, o nome parece algo extremamente importante para Sócrates quando ele se refere ao seu próprio nome e aos nomes dos seus aliados e inimigos. Em relação ao próprio nome, Sócrates é enfático e traduz para o público presente a força que possui ao apontar a fragilidade dos que ele traduz a seu bel prazer, a exemplo do nome do comediógrafo Aristófanes e do poeta Meleto.

Continuemos com o tema sobre o nome em torno de Sócrates que ainda na primeira parte de sua defesa, na *Apologia*, assim se expressa: “[...] do contrário, oh cidadãos, o deus é que poderia ser sábio de verdade, ao dizer, no oráculo, que não

tenha querido dizer isto de Sócrates, mas que tenha servido do meu nome, tomando-me por exemplo...” (PLATÃO, 2013, p. 64).

Percebamos que para Sócrates, o nome é uma marca imprescindível da competência e da personalidade de cada um e ele chega a colocar o seu nome na boca do Deus que o toma como exemplo para sua conclusão sobre o ser sábio.

Sócrates, na terceira parte de sua defesa, após o veredicto dos juízes, do Estado, assim se refere mais uma vez à questão do nome: “[...] A mim de fato, oh juízes – uma vez que, chamando-vos juízes, vos dou o nome que vos convém – aconteceu qualquer coisa de maravilhoso” (PLATÃO, 2013, p. 88). Sócrates enuncia no final de seu discurso que o nome chamado, enunciado, convém ao nome dado, “o nome que vos convém”, ou seja, “o nome é dado como algo nominável das coisas às quais enuncia”.

O nome Meleto é enunciado por Sócrates como se fosse um adjetivo e muitas vezes não parece um signo, ou seja, parece mais um nome vazio, no sentido de um substantivo. Assim, o nome Meleto pode ser entendido como um signo no sentido ao qual se refere Peirce (2005, p. 47) de que “um signo pode ter mais de um objeto”.

Se Meleto não for entendido como um nome estável, nem um signo da lei e da ordem, então, pode ser encarado como uma espécie de signo que funciona como um qualificativo que pode ser responsável pelo vazio que dá vazão apenas a uma identidade ou a um estigma deste personagem.

Na sua ambivalência, o nome Meleto representa a força do Estado, da escrita à voz e está associado diretamente à denúncia escrita e à acusação e à defesa desta acusação através da voz. O nome Meleto inicia uma trajetória de deixar-se deportar ou pelo menos de permitir sua migração não mais nas costas do filósofo Sócrates, mas sobretudo, às suas próprias custas pela necessidade de deixar-se perceber para além do que determina o discurso constituinte filosófico, o qual provoca certas deformações semânticas, políticas e poéticas em torno do nome Meleto.

Essas deformações estão consolidadas dentro de uma *contingência histórica* a partir da qual analisamos e procuramos entender de que modo esse movimento contra o nome Meleto poderia traduzir o discurso constituinte como uma *fala plena e*

plenamente presente, porém, desconfiável e passiva de críticas por guardar em seu bojo, um discurso que diminui as possibilidades de múltiplas interpretações dos discursos constituídos sobre o julgamento.

De acordo com Derrida (2005, p. 60) a "dinastia da fala pode ser mais violenta que aquela da escritura, seu arrombamento é mais profundo, mais penetrante, mais diverso, mais seguro. Só se refugia na escritura aquele que não sabe falar melhor que outro qualquer". Acreditamos que esta premissa derridaniana não se aplica ao personagem Meleto porque pressupõe-se que na defesa oral de Sócrates, também houve a acusação oral do poeta Meleto, o que reforçou a sua denúncia escrita.

Conforme a teoria de Derrida (1995, p. 37) sobre a questão do nome, passamos a pensar o nome Meleto como "o nome desse desmoronamento sem fundo, dessa desertificação sem fim da linguagem...".

Essa "desertificação sem fim da linguagem" à qual se refere Derrida pode ser entendida como algo ligado ao esvaziamento de sentidos em relação ao nome Meleto. Esta desertificação de sentidos em torno do nome Meleto ganha proporções falíveis, uma vez que para Peirce (2005) todo signo é falível, inclusive o índice que para ser da ordem e da lei precisa estabelecer um fechamento mesmo que provisório até porque não há este fechamento no discurso constituinte em torno do nome Meleto.

O nome Meleto está associado à ascensão da tática socrática de tornar o discurso fraco, mais forte e de criar uma legião de outros deuses fora da crença de sua gente, de movimentar a juventude em sentidos contrários de suas educações convencionais mostrando-lhe o caminho da maiêutica para um confronto com as leis constituintes impostas pelo Estado.

Para Derrida (2005, p. 105) a ordem estabelecida por Platão através de Sócrates era

> Aquela da didática ou da maêutica, em todo caso da elocução. Da dialética. Essa escritura deve ser capaz de se manter a si mesma no diálogo vivo e sobretudo de ensinar convenientemente o verdadeiro, tal como ele é desde então constituído". Ou melhor, Platão explica-se frequentemente com as letras do alfabeto. Ele se explica com elas, isto quer dizer que ele parece se servir delas para explicar a dialética, não para 'se explicar- com' a escritura da qual se serve. Sua intenção é então de aparência didática e analógica.

A finalidade de Platão em sua *Apologia* foi tornar fraco o discurso forte de Meleto perante a justiça ou perante os leitores que mais tarde conheceriam este enredo à luz das prerrogativas platônicas.

O filósofo Sócrates em sua defesa através da mídia da voz procura de todas as formas desconstruir e desconstituir o discurso escrito por Meleto pelo viés do "ouvir-se falar, através da substância fônica", à qual se deu como uma espécie de sistema fora da escrita dominante do poeta Meleto e do filósofo Platão.

Neste sentido, Derrida (1973, p. 9) explica que o processo da escrita "durante toda uma época a história do mundo, até mesmo produziu a ideia de mundo, a ideia de origem do mundo a partir da diferença entre o mundano e o não-mundano, o fora e o dentro, a idealidade e a não-idealidade...", ou seja, foram os rastros e ruídos deste ouvir a voz de Sócrates ou a voz de Meleto que constituíram o discurso corrente na escrita de Platão em sua *Apologia de Sócrates.*

Essa operação ou operacionalização evasiva e, por vezes, negativa em torno do nome Meleto se inscreve tanto no entorno de Sócrates como filósofo quanto ao redor do acontecimento do julgamento do próprio julgamento, isto é, os acusadores foram julgados porque, posteriormente, este julgamento foi julgado por ter cometido injustiça contra Sócrates.

Assim, é a "autoridade dessa voz sentenciosa que produz ou reproduz maquinalmente seus veredictos em um tom da mais dogmática segurança: nada, nem ninguém pode contradizê-la" (DERRIDA, 1995, p. 52).

Percebemos nos prefácios que estudamos que o nome Meleto aparece nestes textos com rasuras e ranhuras, conforme a manutenção da "autoridade dessa voz" do discurso constituinte. Aqui, vale uma ressalva para retomarmos o entendimento esclarecedor de Maingueneau (2005) que aponta o discurso filosófico como um dos principais discursos constituintes, daí nossa atenção em torno deste discurso.

O nome Meleto aparece nos prefácios com os mesmos significantes do desprezo que Platão e Sócrates lhes atribuíram. É o duplo poder destas duas vozes reforçado pelo poder de outras vozes que trava, atravanca ou emperra a velocidade que o nome Meleto poderia alcançar na História da Filosofia. Neste sentido, Bakhtin é

fundamental para entendermos que não existe um signo infalível e que todos os signos, por mais obscuros que sejam, retratam e refratam o real.

No entanto, há algo que o signo Meleto nos apresenta que nos é mais "ontologicamente" determinável, o qual se sustenta numa verve filosófica substancial porque este nome foi o fio condutor desse conflito e foi o pivô desse acontecimento histórico que remonta um embate que designa o confronto entre duas mídias ou duas tecnologias intelectuais: voz e escrita.

Retomemos a discussão sobre a questão do nome, na qual Derrida (1995, p. 37) fala sobre aquele "do qual se diz que não nomeia nada que seja, nem isso, nem aquilo". Ou seja, o nome pode designar que sobre si, só se pode dizer o que se pode explicar.

Dizer um nome só por dizer, mesmo quando este nome se apresenta desertificado de sentidos pode ser uma forma de querer dizer muito mais do que se deseja, porque o esvaziamento de sentidos em torno do nome Meleto atrai pela vastidão linguística e pelo silêncio barulhento do ponto de vista do campo semiótico.

O nome Meleto é um pouco isto e parece vagar como um nômade dentro da própria desertificação dos significados que este nome encampa em sua navegação de um lado a outro, à deriva em Literatura, em Filosofia, em Poesia e em História.

Portanto, questiona Derrida (2005, p. 113)

> que lei comanda esta 'contradição', esta oposição a si do dito contra a escritura, dito que diz contra si mesmo desde o momento em que se escreve, que se escreve sua identidade e levanta sua propriedade contra esse fundo de escritura?

Há uma dinâmica teórica que nomeia Meleto nesta trama, mas esta dinâmica teórica parece não empossá-lo em nenhuma das funções quer sejam política, poética, jurídicas, religiosas e filosóficas.

Podemos, de forma ambígua ou ambivalente dizer que parece não existir esta função política porque não seria possível identificar um lugar específico desta função dentro do Estado em relação ao nome Meleto.

De acordo com Peirce (2005) o lugar enquanto espaço é sempre uma invenção Semiótica ou uma invenção ideológica. Assim, de algum modo não faria sentido indicarmos que o nome Meleto teria um único lugar definido, petrificado, fossilizado se ele não tem este lugar (DERRIDA, 2005, p. 52) determinado por "seus guardiães, por seus próprios signos, pelos tipos confiados à guarda e vigilância do saber" .

Tanto o nome Meleto quanto o nome Sócrates gozam de uma certa miséria pessoal por não desfrutarem, ao mesmo tempo, de uma estabilidade plena e irrestrita em relação às suas escritas. E isto acabou dando a força individual de cada personagem na *Apologia de Sócrates* a partir da qual é possível se identificar o caráter nômade e ambivalente de Sócrates e Meleto. "Esta miséria é ambígua: aflição do órfão, certamente, que tem necessidade não só de que o assista com uma presença, mas de que se lhe traga assistência e se venha em seu socorro..." conforme Derrida (2005, p. 23).

A respeito dos nomes Meleto e Sócrates, diz-se até que poderiam ser invenções literárias de Platão a serviço de uma didática massificadora e que as palavras e as coisas que circundam esses nomes, encontram seus constructos linguísticos e semióticos num jogo de significantes cujas fontes de abordagens salvam ou destroem ora um, ora outro nome. No caso em questão, o nome Meleto sofre certas deformações que dificultam uma melhor aproximação de determinados leitores a este nome.

Atentando para a discussão de Derrida (1995, p. 37) sobre o nome, percebemos que o nome Meleto fora da narrativa da *Apologia* e fora do contexto de sua denúncia escrita, cerca-se de certo vazio literário porque mesmo tendo a força que demonstrou ter, acabou sem nomear ou patentear "nada que afirme, nem mesmo uma divindade, nada cujo ocultamento desloque qualquer frase que tente comparar-se a ele".

Este ele, o nome, ao qual Derrida se refere, aponta para uma direção metodológica que descerra uma vertente mais crítica, à qual se aproxima da premissa de que é preciso o nome firmar-se para além de si mesmo para que seja decretada sua própria sobrevivência literária na "república mundial das letras".

De acordo com Casanova (2002), os objetivos de análises da *República Mundial das Letras*

> não é descrever a totalidade do mundo literário, nem pretende fazer um impossível recenseamento exaustivo da literatura mundial. Trata-se de mudar perspectiva, de descrever o mundo literário a partir de um certo observatório (CASANOVA, 2002, p. 18).

Posto isso, é imprescindível uma discussão sobre a questão da nomadologia, pois o nome Meleto pode ser um nome-monumento que poderia estar cristalizado ou localizado num lugar comum da Filosofia. Ao mesmo tempo, parece que este nome está tão estabilizado que nada mais se diz sobre ele, embora o nome Meleto surpreenda por ser um nome que se excede pelo *inominável* que ele mesmo representa.

O nome Meleto de tanto não precisar ser problematizado, deixou vazar toda certeza sobre si na medida em que sua mudez na *Apologia* se apresenta como bastante barulhenta e determinadora do desenrolar dos acontecimentos. Em termos semióticos, Meleto é um símbolo perfeito de máxima terceiridade por ser uma espécie de ambiguidade da perfeição do signo diante da ordem e da lei estabelecidas pelo poder do Estado.

Neste sentido, podemos indicar também, o sentido oposto porque conforme indicamos no capítulo primeiro, o nome Meleto estabilizado passa a ser um signo genuíno, um signo da lei e da ordem. Portanto, por isso mesmo é um signo ambivalente porque nada além do que consta na *Apologia* pode ser dito sobre ele, é uma espécie de signo que não aponta nem desponta para além desta narrativa.

É dilacerada uma espécie de abertura na medida em que este signo não existe ou não pode ser identificado ou referido fora da estirpe deste julgamento. Pode até ser indicado como um primeiro, em certo sentido, mas como um primeiro que não aponta para fora de si mesmo. Neste sentido, o nome Meleto pode ser visto como um espaço fechado, embora, pelo viés de sua ambivalência acabe por apontar inúmeras aberturas interpretativas em torno de si.

Para que nossa análise sobre o objeto incontrolado/controlado, radicalmente estigmatizado seja compreendida é preciso entender o sentido do que vem a ser o "inominável" na sua contingência pelo excesso de nome. Assim, o nome Meleto atua para se definir dentro desta estigmatização de um personagem com caráter construído dentro da lei e da ordem.

Esta ambiguidade identificada em nossa leitura em relação ao poeta Meleto visa debater este movimento, esta mobilização barroca para que o nome Meleto não fique restrito apenas a esta rede de informações advindas do discurso dominante, do discurso constituinte, do discurso filosófico. Esta ambivalência das personagens Sócrates e Meleto será estudada no terceiro capítulo desta tese.

Deste modo, é preciso criarmos outros atalhos para percebermos que os movimentos do nome Meleto vão além do que desejam seus inimigos e se o campo da Filosofia é um campo minado pelo qual seus passos ou sua corrida intelectual se dá de forma tensa é preciso que este nome migre para outros campos com a finalidade de ampliar sua coreografia.

Por isso, se olhássemos o nome Meleto conforme as insinuações teóricas dos filósofos, dos juristas, dos historiadores e dos prefaciadores nunca seríamos capazes de percebermos as entrelinhas que precedem a participação deste nome nesse enredo.

Há sempre uma cadeia Semiótica a comunicar que o nome Meleto enquanto signo de comunicação comporta um conglomerado de contextos que não são estáveis e que dentro de um jogo de sentidos mais complexos, reafirmam ou contestam as informações e as mensagens que estes sentidos detêm sobre este nome.

O nome Meleto teve esta capacidade de migrar de um campo de saber a outro para inscrever-se como sujeito, e é esta cadeia Semiótica que de certa forma esclarece quem poderia ter sido este poeta para além do que está exposto nos mananciais tradicionais sobre o seu nome.

Voltemos a Peirce (2005, p. 63) para a questão do signo, do nome:

> Um signo, ou seu representamen, é um Primeiro que se coloca numa relação tríadica genuína tal com um Segundo, denominado seu objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu interpretante, que assuma a relação com o mesmo objeto.

Desta maneira, é indiscutível a importância do signo ou do nome Meleto nas transformações pelas quais passaram a sociedade grega desde a modalidade da escrita acusatória de Meleto contra Sócrates até à perspectiva da oralização desta escrita. Entendamos o termo oralização conforme (JUSTINO, 2013) para o qual esta

oralização, da qual trataremos mais adiante, se dá a partir da defesa e da acusação pelo suporte da voz para explicar a denúncia escrita.

A relação do nome Meleto com seus respectivos significantes nesta cadeia Semiótica envolveu desde o nome, "o nomeável além do nome, o nomeável inomeável" (DERRIDA, 1995, p. 40-41), até à nomeação da categoria à qual o nome Meleto representava, a dos poetas. O nome Meleto fundou uma disputa que deu início a este conflito cujos resultados sugeriram sérias transformações políticas e jurídicas na cidade de Atenas.

Derrida (1995, p. 41) sugere que é preciso atentar para o fato de que a perda do nome não deve ser confundido com incriminação:

> [...] mas perder o nome, não é incriminá-lo, destruí-lo ou feri-lo. Pelo contrário, é simplesmente respeitá-lo: como nome. Isso quer dizer pronunciá-lo, o que equivale a atravessá-lo na direção do outro, que ele nomeia e que o porta. Pronunciá-lo sem pronunciá-lo. Esquecê-lo, chamando-o, (se) lembrando-o, o que equivale a chamar o outro ou dele se lembrar. [...] o nome, o nome próprio ou o nome por excelência não estará na linguagem? E o que quereria dizer essa inclusão?

Vejamos uma passagem do diálogo de Platão através do qual seus protagonistas discutem a figura do poeta Meleto e assim se referem a ele:

> Sócrates: – Nem mesmo eu chego a conhecê-lo bem, Eutífron, talvez porque me afigure um homem jovem e desconhecido. Chamam-lhe, segundo creio, Meleto do Demo Piteo. Não sabes nada a respeito de um tal Meleto deste Demo, homem de cabelos lisos, de pouca barba e nariz em forma de bico de pássaro.
>
> Eutífron: – Nada sei a seu respeito, Sócrates, ainda com que, com certeza de que poderá te acusar (PLATÃO, 1981, p. 11-12).

Nos recortes acima, percebemos a supremacia ou a autoridade do autor Platão, o qual além de se mostrar soberano em sua escrita, delegou aos protagonistas Sócrates e Eutífron, o poder de interpelarem sobre seu adversário, ou seja, quem fala e dialoga no trecho acima não é Meleto, o que nos faz entender e tratá-lo "como indivíduo pertencente ao mundo, mas, numa instância enunciadora", composta por "protagonistas definidos e blindados" (MAINGUENEAU, 2006, p. 64), embora, esta supremacia seja colocada em risco e possa ser vista também como relativa porque

Sócrates, apesar do nível intelectual e das suas clarezas política e jurídica em sua autodefesa, mesmo assim foi condenado.

O nome Meleto atua como um signo bastante poderoso e demonstra-se tão forte que não precisou, conforme a *Apologia*, falar e ser conhecido, precisou apenas escrever. Este nome pode ser considerado como a instância discursiva da verdade, portanto, em determinado momento, a ausência de sua voz nesta narrativa pode determiná-lo como um signo de bastante força ou como uma "máquina de guerra" devastadora a serviço do Estado.

Em relação ao discurso dominante, a Crítica Literária contemporânea tem um papel fundamental ao revisitar determinadas obras e entendemos que sua visita à *Apologia de Sócrates* para conhecer o poeta Meleto constituirá a sua ascensão em relação à interculturalidade.

Neste sentido, não há ingenuidade da Crítica Literária por não acessar esta obra até porque é preciso entendermos que esta "nova crítica", conforme Barthes (1966, p. 11),

> Não nasceu hoje. A partir da libertação (como seria de esperar) e em contacto com filosofias novas, críticos de diferentes tendências empreenderam uma revisão da nossa literatura clássica. Não é de espantar que um país retome assim, periodicamente, os objectos do seu passado e de novo os descreva, para saber o que pode deles fazer: são, e deveriam sempre sê-lo, práticas regulares de avaliação.

Dentro destas *práticas regulares de avaliação*, a revisão da Literatura Clássica feita por esta nova crítica deixou um vazio em relação a determinadas obras e em particular, ainda paira um certo vazio analítico em torno da *Apologia de Sócrates*.

Há uma espécie de abandono proposital ou uma espécie de silenciamento de críticos literários e parece-nos, para que não se chame a atenção para a importância desta narrativa em estudos de críticos fora do campo da Filosofia. Isto se justifica devido ao fato dos escritos sobre esta narrativa serem sempre oriundos dos grupos de filósofos que colocam este debate de forma intencional num nível específico dos interesses de sua área.

Voltando à questão do nome, diz Sócrates em relação ao nome Meleto: "Jamais Meleto prestou atenção a tais coisas nem muita nem pouca" (PLATÃO, 2013,

p. 68). Neste sentido, Sócrates tentou desconstruir a acusação de Meleto e colocou à prova sua atenção em relação, principalmente, à corrupção dos jovens, um dos fortes focos da acusação feita pelo poeta Meleto. Assim, percebe-se que é o discurso oficial, o discurso constituinte que tenta, a todo custo, provar que o discurso de acusação de Meleto é infundado e, acima de tudo, desatencioso em relação ao tema da corrupção de jovens.

O discurso de Sócrates sobre o nome Meleto objetiva desconstruir esta verdade, à qual é menos de autoria do nome Meleto e mais da lei e da ordem estabelecidas pelo Estado. Embora refutado e confrontado por Meleto, o discurso de Sócrates não objetiva desconstruir a liberdade, mas a ordem estatal representada pelo poeta Meleto, o qual não precisou apenas da escrita para a respectiva condenação, mas também da voz. Meleto não precisou do barulho da voz porque ele representa o status quo de uma escrita silenciosa e determinante na narrativa de Platão.

Ao lermos Derrida (2005) percebemos que o nome Meleto pode ser comparado a*o* P*harmacon*; uma vez que é o remédio que faz nascer os protagonismos de Sócrates, dos juízes, do Estado e pode ser comparado a um veneno letal para a revelação das mentiras platônicas que estão instaladas dentro desta narrativa através de vias políticas e jurídicas pouco esclarecidas.

Este duplo movimento intelectual que vai do veneno ao antídoto determina a força que o nome Meleto tem neste julgamento, embora o discurso filosófico esclareça que o nome Meleto não tem ressonância, nem dentro, nem fora da "tradição filosófica" e nem fora do circuito da "onto-teologia de proveniência grega" (DERRIDA, 1995, p. 46).

> E como em toda assinatura humana ou divina, é preciso o nome. A menos que, como se sugeriu há pouco, o nome seja aquilo que se apaga diante daquilo que nomeia, e então, "é preciso o nome" quereria dizer que o nome faz falta: ele deve fazer falta, é preciso um nome que faça falta. Chegando então a se apagar, ele será salvo (DERRIDA, 1995, p. 53).

Isto posto, entendemos que esta assinatura do nome Meleto parece esvaziar-se em si mesma, parece esvaziar-se de outras rubricas, ou seja, o nome Meleto nomeia uma discussão que o apaga diante daquilo *que o nomeia* e à medida que este nome foi

sendo apagado pelo discurso constituinte, foi salvando a si mesmo de forma precária e abrupta.

Podemos até aludir, dentro do movimento literário Barroco, que não é uma questão de salvar ou não salvar o nome até porque entendemos que em certo momento, o transbordamento do nome Meleto passa a ser algo inerente a este fato porque nem Platão representando o discurso constituinte, conforme sua escrita na *Apologia*, nem Sócrates como protagonista mais importante e portador da voz plena desta trama, têm o controle da deambulação do nome Meleto.

Para Maingueneau (2006, p. 60), "O discurso constituinte não é um campo de estudo seguro de suas fronteiras, mas um programa de pesquisas que permite identificar certo número de invariantes, bem como postular umas quantas questões inéditas". E, evidentemente, são estas questões de ordem mais inéditas em relação ao nome Meleto, às quais chamaram nossa atenção porque percebemos que os discursos constituintes, em torno desse nome, almejam impotencializá-lo e, sobretudo, minimizar a sua importância nos contextos literário e filosófico dessa época da Literatura Clássica.

Na narrativa da *Apologia* o nome Meleto não precisou justificar nenhuma pauta de sua denúncia e mesmo assim foi capaz de condenar Sócrates sem falar.

Bakhtin (1997) diria que isso ocorreu porque Meleto é o portador da verdade e da ordem, implícitas em seu discurso escrito, portanto, provavelmente, não precisou dar explicações aos juízes sobre sua denúncia escrita. Deste modo, quanto mais um discurso ou uma verdade se apresente como de origem mais comunitária, menos precisa ser enunciada. Portanto, do ponto de vista da narrativa de Platão, o nome Meleto não tem a voz de acusação, mas isso demonstra suas forças política e jurídicas a partir de sua escrita.

Estas forças política e jurídicas, evidentemente, que são demonstradas através de seu alinhamento com os grupos dominantes, uma vez que defendia os interesses do Estado, já que sua acusação impunha uma retomada das discussões sobre o poder dos deuses estatais e dos deuses que fugiam às regras da fé cívica do povo grego. Contudo, antes do nome Meleto sugerir uma certa superioridade intelectual diante

deste processo é preciso entendermos que sua atuação parece refletir a ação de um agente da ordem estatal.

Não podemos pensar o nome Meleto e a questão de sua identidade, de sua singularidade literária ou do seu discurso pelo viés exclusivo do discurso constituinte, ou seja, não podemos vislumbrar ou analisar o nome Meleto apenas pela fresta da porta da linguagem filosófica.

Percebemos que esta fresta cria a ilusão de uma crítica, à qual parece querer demonstrar que o nome Meleto poderia até nem ter existido porque este nome comportaria as intenções de uma espécie de exercício argumentativo de Platão no aperfeiçoamento da tecnologia intelectual, a escrita.

O que chama nossa atenção é o fato do nome Meleto ser apontado como um desconhecido, o que consideramos fascinante e instigante porque este anonimato, este desconhecimento nos revela a capacidade que este nome tem de estar acima das querelas filosófica e literária. Esta é a qualidade maior que o nome Meleto tem de embaçar-se, embaraçar-se e enovelar-se para não se deixar prender nem enquadrar-se e, definitivamente, não perder-se num emaranhado de vontades políticas e poéticas advindas sempre do discurso dominador sobre este acontecimento.

Qual o motivo do nome Meleto ser tratado como desconhecido, se, anteriormente, havia movido outro processo contra os jovens por estes depredarem as imagens de Hermes, e, também logrou êxito em sua ação contra estes jovens da época?

Para respondermos a esta questão, talvez o melhor seja estudar o nome Meleto como um nome inserido nesta micropolítica que está implícita na *Apologia de Sócrates* na qual Platão dispõe os atores desta narrativa como "elementos de representação" que estão além das categorias das quais cada personagem é oriundo.

O nome Meleto traz uma grande bagagem tanto nos campos da Poesia e da Filosofia quanto no campo do Direito; a partir do qual ele parecia incorporar sua função como o representante de um promotor e como tal, buscou a condenação do filósofo Sócrates. O nome Meleto dentro da *Apologia* representa o futuro em relação à ordem que queria estabelecer, embora, em sua ambivalência represente também o

passado no tocante à tradição da fé dos deuses estatais, da corrupção da juventude e da introdução de novas divindades.

O nome Meleto, representa a ordem, em certo sentido, por ser um defensor destas crenças seculares e inquestionáveis até então. É como se ele tentasse salvar uma ordem "insalvável" dentro das prerrogativas e conjunturas políticas desta época por ser um sujeito estatal em defesa da ordem ou em defesa da manutenção do seu *status quo* diante deste Estado.

Assim, é pertinente apontar que Sócrates dentro deste confronto representa o futuro no tocante à liberdade religiosa e à liberdade de expressão, conforme já aludimos antes. Desta feita, poderíamos até deduzir que sob este aspecto, era Sócrates quem não via com bons olhos as premissas da legalidade estabelecidas pelo Estado. Portanto, o nome Meleto, pode até, aos olhos de alguns filósofos, não ter importância alguma, mas deve ser analisado a partir da importância do discurso que ele representou contra tudo isto.

Não há razão para esta minimização do nome Meleto, uma vez que a sua ambivalência, a sua heterogeneidade em relação aos gêneros que dominou, trágico e erótico, em relação às tecnologias dominadas por ele, a escrita e a voz, bem como o seu trânsito pelo Direito, pela Política, pela História, pela Filosofia e pela Poesia, por si só, já o maximizam em sua especificidade, em sua singularidade. Percebemos que Meleto "se torna o nome do que não se deixa jamais metaforizar" (DERRIDA, 2004, p. 219), ou seja, chamá-lo de poeta, isto sim, é metaforizá-lo numa injunção indireta em relação à sua categoria.

Para Bakhtin (1992, p. 110)

> O poeta cria o aspecto físico, a forma espacial do herói e do seu mundo mediante o material verbal: essa exterioridade – que internamente é carente de sentido e externamente é votada a um conhecimento factual – é pensada e fundamentada no plano estético pelo poeta que a torna artisticamente significante.

Por outro lado, o nome Meleto pode ser considerado um objeto imediato, aquele que aparece superficialmente no entorno de significantes insignificantes. Levando esta discussão para os prefaciadores, é notória suas tentativas de reiterarem

este objeto imediato sem se preocuparem em dar conta de seus muitos circuitos que estão fora da sua "verdadeira" dinamicidade.

O que Derrida (2005) faz em sua discussão com *O pharmacon*, é transformar o objeto imediato do signo presente na escrita de Platão num objeto que contém seu contrário, ou seja, um objeto dinâmico, o qual esconde a dinâmica que o imediatismo do signo silencia.

Podemos considerar a *Apologia* e os prefácios como estes objetos imediatos, a partir dos quais o signo Meleto é tal qual como aparece na obra de Platão. Assim, esta dificuldade para nomear o poeta Meleto poderia ser explorada como um indício do caráter dinâmico do nome Meleto, caráter dinâmico este que os prefaciadores não quiseram explorar ou para o qual todos cegaram.

De acordo com Castoriadis (2004, p. 327), que escreve sobre a questão do nome, podemos deduzir que o nome Meleto "retorna sempre a si mesmo, se modifica, se delega, se representa sem jamais se apagar". Embora entendamos que este apagamento não é possível porque o signo Meleto vaga por várias vias da narrativa política de Sócrates e de Platão.

O nome Meleto, enquanto poeta e acusador apresenta-se com um valor Semiótico abaixo de todas as prerrogativas do discurso dominante dos filósofos. Ou seja, ora seu nome deixa a desejar, manipulável, da forma como é apresentado pelo platonismo, ora como um irreverente gigante dominador de vários saberes.

Desta forma, vale uma abertura para pensarmos com Rancière (1995) sobre o domínio político dos nomes, isto da era platônica à era moderna porque, evidentemente,

> O político na era moderna vem se alojar exatamente lá onde estava para Platão ou Aristóteles, o insignificante, o não-representativo. O dispositivo moderno da representação política se baseia numa visibilidade imediata do sentido no sensível. O eixo fundamental da relação poético-política já não é mais, então aquele que liga a "verdade" da enunciação à "qualidade" de um representado (RANCIÈRE, 1995, p. 109).

Além de nossos interesses poético e político pelo nome Meleto, o qual aparece como que tentado a ser esvaziado de significantes, ressaltamos, também, nosso

interesse pelas lacunas traçadas propositalmente em torno de sua voz na narrativa da *Apologia*, na qual Meleto aparece como não representativo de si mesmo, isto porque o seu nome e a sua imagem não se fundamentam numa visibilidade imediata e objetiva diante dos sentidos que lhes são atribuídos nesta narrativa.

O nome Meleto dentro desta relação dualista e ambivalente entre o poético e o político luta contra a verdade de sua intervenção, verdade esta, à qual Sócrates tanto contesta em sua fala: "[...] mentes e falo a verdade"; "[...] não é verdade que te preocupas..." (PLATÃO, 2013, p. 66).

Esta verdade é colocada em pauta como uma virtude de Sócrates, para, em seguida, esta mesma virtude apresentar o poeta Meleto como um acusador mentiroso e que deveria ser desmoralizado perante os que juram "dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade" diante do Estado.

O que caracteriza o perfil ambivalente de Meleto é o fato dele fugir de todas as regras por ser uma espécie de homem irredutível e escorregadio à poeticidade designada por Platão. Meleto pode ser a metáfora de todas as regras, de todas as ordens, de todas as leis e de todas as territorialidades porque de acordo com o entendimento que a tradição tem sobre o ser poeta, é necessário que o poeta fale poesia, grite poesia, viva poesia e aja como poeta para ser considerado poeta, e isto não ficou claro em relação a Meleto. Há menção apenas de que representou uma edipédia e nada mais há sobre sua participação artística nos arredores gregos.

Meleto é um homem ambivalente num momento político em que a Filosofia desejava fazer-se vanguarda, tomar a linha de frente de todos os discursos, principalmente do discurso poético e fazer-se discurso filosófico constituinte. Isso tem que ser pensado do ponto de vista da ambivalência para que se pense este enredo não apenas a partir da Filosofia, mas da própria democracia discutida neste momento.

Contudo, a condenação póstuma do poeta Meleto por apedrejamento pode até ser explorada para dar conta desta ambivalência do caráter móvel dos lugares comuns que o Estado ocupou. O Estado que condenou Sócrates foi o mesmo que condenou o poeta Meleto.

É fundamental entendermos esta ambivalência no sentido de aprofundarmos como de fato é possível um “tal” desconhecido ter a força de argumentação que o poeta Meleto teve diante de um tribunal da escrita à voz. Seria pelo que ele representou e não representou ao mesmo tempo? Por outro lado, esse não saber de Sócrates sobre o nome Meleto é um forte indício do exercício de sua maiêutica.

Em relação a este silêncio ao qual foi e está submetido o nome Meleto, pode ser explicado pelo viés discursivo de que o próprio Meleto parece não desejar lutar para existir nem parece reivindicar nada para ser o que é, porque a *Apologia* por si, já o revela conforme o que ele é. Um personagem potente.

De certa maneira, Meleto aparece quase mudo, sem direito à voz, sem direito a salvar o seu próprio nome diante do processo que moveu contra Sócrates. Mas, se nenhum nome está a salvo, como entender os nomes de Sócrates e de Meleto diante dos seus discursos dispostos na *Apologia* ou sobre suas presenças nos discursos constituintes sobre esta obra*?*

Platão dá visibilidade filosófica e poética ao homem Meleto quando o nomeia poeta, embora pareça nomeá-lo pejorativamente como político, como que para colocar em xeque a questão da veracidade do enunciado de sua denúncia ou quando Platão, através de Sócrates confronta o conteúdo desta denúncia com a qualidade intelectual do representante da referida queixa jurídica.

O rol das interrogações é infinito e tudo o que se refere ao universo da palavra em torno do nome Meleto permanece ignorado constituindo frente às múltiplas facetas da cultura grega, um perfil ainda por desvendar.

> Pensar que se trata do Meleto que chegou a intervir, em 399 a.C., na acusação de Andócides no famoso processo da mutilação da estátua de Hermes e profanação dos mistérios seria muito atraente, uma vez que essa também foi uma acusação de impiedade. Esse Meleto foi um daqueles que em 404 a.C., por ordem dos tiranos, se prestaram a deter Leon de Salamina. Excluindo o problema da mudança de atitude política, de aliado dos Trinta Tiranos, torna-se aliado de Anito, vencedor e banidor destes mesmos Trinta (PUGLIESI, 1981, p. 38-39).

Essas visões, a partir de diversas perspectivas, sem dúvida alguma, ajudam-nos a questionar a ética da escrita platônica uma vez que, nas entrelinhas de tudo o que foi dito ou de tudo que é dito sobre o nome Meleto ainda tem muito por se dizer.

> A menos que consideremos que esta defesa não seja realmente a de Sócrates, e sim, escrita por Platão que se utiliza do nome de Meleto, já então considerado como um fanático religioso para, simplesmente, exaltar ao mestre desaparecido. Assim faríamos de Meleto de Sócrates, o mesmo Meleto de Andócides, resolvendo o problema que tanta questão tem levantada, mas isso, sem dúvida, fica apenas no domínio da suposição, uma vez que nada reforça realmente esta presunção (PUGLIESI, 1981, p. 40-41).

Os perfis poético-político-religioso discutidos em torno do nome Meleto, advindos desta narrativa peculiar e única, portanto redigida no limiar do primeiro julgamento mais importante da História deixam dúvidas que precisam serem entendidas ou reconfiguradas pela Crítica Literária, uma vez que há muitas dificuldades para se saber mais sobre o nome Meleto que se apresentou como a personificação do futuro de Sócrates.

O nome Meleto aparece como uma espécie de dobra do pensamento socrático num confronto pressuposto pelo próprio Estado.

> Resta ainda a dificuldade de explicar porque razão Sócrates, que afirma na Apologia juntamente com outro quatro homens, ter recebido a ordem de deter a Leon de Salamina, tendo sido o único a recusar obediência, não ter dito que o próprio Meleto era um desses homens (PUGLIESI, 1981, p. 37).

Nossa busca pela compreensão da meleteia ou da epopeia do nome Meleto pode parecer estranha, afinal ela é produto de uma história preservada a sete chaves intocáveis e esquecidas. O nome Meleto diante do discurso dominante, do discurso constituinte apresenta-se como uma espécie de náufrago de um tempo remoto, o qual jaz esquecido e enterrado e que somente as escavações biográficas podem retomar sua importância para a Crítica Literária contemporânea.

2.4 O NÔMADE E O NOMADISMO DO NOME: A NOMADIZAÇÃO DO NOME MELETO

Assim, na ausência de uma nomeação acessível e compatível, o nome Meleto entra na estirpe de todos os nômades porque esse nome em meio a tantas confusões, muitas vezes, chega ao absurdo, ao cúmulo de ser confundido com a cidade do filósofo Tales, ou seja, Mileto.

Neste sentido, vale a ressalva de Deleuze-Guatarri (1997, p. 54) para os quais "o nômade, o espaço nômade, é localizado, não delimitado", ou melhor:

> O nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso, ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade ai encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 52)

Entendemos que nomadismo não pode ser tratado apenas como sinônimo de desterritorialização, mas também de seu contrário, re-territorialização. O nome Meleto é um não-nome, mas é o nome da própria verdade das leis, aquele do qual não se diz muita coisa porque ele é o que é.

Deleuze-Guatarri (1997, p. 52) escrevem ainda sobre o nômade: "o nômade sabe esperar, e tem uma paciência infinita. Imobilidade e velocidade, catatonia e precipitação, 'processo estacionário', a pausa como processo".

Meleto atua como um signo que atento escutou o filósofo Sócrates com a finalidade de discernir os movimentos e a velocidade de sua teoria, para, em seguida, investir juridicamente e tornar o processo algo mais abrangente, politicamente falando, para a condenação e morte de Sócrates.

Esta vaguidão em torno do nome Meleto o constitui como um nômade que sai da esfera da comunidade mítica de Homero, tão citado por Platão, em seus diálogos, principalmente, no *Banquete* e na *República* ou sai da Literatura ficcionista para se alojar ou estabelecer morada, ainda que provisória, nas relações sociais de uma Literatura mais realista.

Essa referida vaguidão, a nosso ver, é intencional, é proposital, e, talvez, seja o que impulsiona seu nomadismo, no sentido dele ser o representante de uma categoria que outrora gozava de grande prestígio na visão de Platão. O poeta enquanto categoria antes da condenação de Sócrates gozava de pleno espaço nos diálogos de Platão nos quais era tratado como Semideus.

Vejamos outro fragmento quando Sócrates assim se pronuncia em relação a Meleto: "Me afigure um homem jovem e desconhecido" (PLATÃO, 1981, p. 11). Assim, Sócrates esclarecia que se tratava de um representante da juventude do qual ele

não tinha informações e corrobora com a tese de que o poeta é de fato, de fora de seu circuito intelectual, portanto este desconhecimento em torno do nome de Meleto poderia constituí-lo como um nômade.

Prossigamos: “Chamam-lhe, segundo creio, Meleto do Demo Piteo” (PLATÃO, 1981, p. 11); neste fragmento constatamos que, de certa forma, há breves informações sobre a terra natal, ou seja, sobre a naturalidade de Meleto, sobre o provável lugar que tornou seu nome nômade.

Contanto, nada mais se acrescenta sobre sua terra natal, há tradutores e prefaciadores que apontam como cidade natal de Meleto, a cidade de Lâmpsaco ou Lampsacus. Sócrates continua: “[...] não sabes nada a respeito de um tal Meleto...?” (PLATÃO, 1981, p. 11).

2.4.1 O itinerário de Meleto: o mapa dos passos

Meleto, é um cidadão importante, um formador de opiniões e um influente intelectual de Atenas, mas não conduz o sobrenome de sua cidade natal, conforme Demócrito de Abdera, Platão de Atenas, Sócrates de Alopece, Aristóteles de Estagira, Tales de Mileto etc,.

> Ai, onde o SobreNome nomeia o inominável, ou seja, ao mesmo tempo aquilo que não se pode, nem se deve nomear, definir ou conhecer, porque em primeiro lugar, aquilo que se sobrenomeia então não se furta, sem se manter para além do ser...O que é um SobreNome, aquilo que vale mais do que o nome, mas também aquilo que vem no lugar do nome? E ele jamais se oferece para a salvação do nome enfim, Salvo? (DERRIDA, 1995, p. 82).

2.4.1.1 Referência 1

A maioria dos pesquisadores é unânime em relação à Lâmpsaco, (circulada de verde lima), como a cidade de origem do poeta Meleto.

2.4.1.2 Referência 2

Encontramos também referência à terra natal de Meleto como sendo Demo de Piteo ou de Pithio, (circulada de verde lima). Esta indicação é rara: “Chamam-lhe, segundo creio, Meleto do Demo Piteo” (PLATÃO, 1981, p. 11).

No mapa abaixo, “Grécia antiga – colônias gregas na Ásia menor” à direita, circulamos de verde lima, Lâmpsaco, e, à esquerda, Pitéo ou Pithio. Ao sul, também circulamos a cidade de Atenas com a finalidade de mostrar a distância entre uma cidade e outra.

Figura 2: “Grécia antiga – colônias gregas na Ásia menor”

Os prefaciadores reconhecem que Meleto seja de Lâmpsaco, mas a indicação de duas cidades como de sua origem, Lâmpsaco e Piteo, enquadra este poeta dentro desta deambulação geográfica como um nômade.

O mapa acima demonstra o quanto esta incongruência em torno da cidade de origem do poeta Meleto é surpreendente. Assim, verifica-se que Pithio ou Piteo, conforme o mapa da “Grécia antiga – colônias gregas na Ásia menor” está localizada próxima das fronteiras da Macedônia nas imediações da cidade de Piesia.

Percebemos que o poeta Meleto veio de longe para tumultuar a cidade de Atenas, (circulada no mapa acima, na região sul, de verde lima) para questionar o Estado e suas leis e colocar na berlinda da justiça seus ilustres cidadãos e até condená-los à morte.

Meleto veio do mar Mármara, localizado no estreito de Propontida e Lâmpsaco, sua cidade natal, de acordo com os prefaciadores, fica próxima da cidade Troia.

Por fim, neste diálogo de Platão, Eutífron responde: “Nada sei, a seu respeito” Platão (1981, p. 11) o que corrobora ainda mais com a caracterização do poeta como um nômade do qual pouco ou quase nada se sabe sobre seu nomadismo.

Deste modo, é imprescindível que deixemos de diferenciar duas coisas: uma coisa é o nomadismo do personagem Meleto, o qual, em certo sentido, não atua como um nômade porque com a sua acusação deseja representar a necessidade da estabilidade dos deuses ou da territorialização destes deuses.

Toda a acusação de Meleto contra Sócrates pode ser entendida como uma vontade de manter as coisas em seu devido lugar, no lugar do *status quo*, ou seja, da ordem em seu devido lugar. O nomadismo deste nome, deve-se, fundamentalmente, ao silenciamento imposto por Platão e Sócrates o que refrata e retrata mais uma ambivalência em torno do nome Meleto.

O nomadismo do nome Meleto, se dá à revelia desse próprio nome, o nome de um sujeito que deseja manter as coisas estáveis. Assim, podemos até entender que o poeta Meleto é um sujeito das estabilidades ou da busca desta ordem, mas que ao conseguir reestabelecê-la se nomadiza, inclusive, sem querer nomadizar-se.

Portanto, é oportuno rever o nomadismo em Deleuze-Guatarri (1997) para os quais esta questão da migração dos ideais do autor para seus protagonistas caracteriza, também, uma espécie de desterritorialização de saberes:

> O nômade habita esses lugares, permanece nesses lugares, e ele próprio o faz crescer, no sentido em que se constata que o nômade cria o deserto tanto quanto é criado por ele. Ele é o vetor de desterritorialização. Acrescenta o deserto ao deserto, a estepe à estepe, por uma série de operações locais cuja orientação e direção não param de variar (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 52-53).

Não podemos negar que o perigo maior consiste em determinar o confinamento desta obra apenas à sua época sem a mínima possibilidade de um diálogo com as épocas anteriores e posteriores, o que pode descaracterizar o perfil, também, nômade da obra com seu enredo.

Por isso, é imprescindível um discurso que defina o nome Meleto como um nômade ou um anfíbio que viveu esta época como poeta e que, de certa forma, tornou-se uma personagem independente do Estado num sentido e completamente dependente deste Estado noutro sentido. Entendamos o termo anfíbio na perspectiva guatarri-deleuziana uma vez que Meleto está em várias "anfibialidades" de sua poética ausente.

2.5 A INCONGRUÊNCIA DE UMA PRESENÇA AUSENTE

Pode até, de certa forma, parecer uma incongruência discutirmos a teoria de Deleuze-Guatarri com a finalidade de compreender o nome Meleto que atuou como se fosse um promotor com um perfil de estirpe mais conservadora e que desejava a todo custo condenar um pensador do nível de Sócrates, o qual constituía em seu discurso e em sua ação, um movimento intensivo na instância da voz, uma vez que não escreveu e cuja velocidade de ideias através da voz, coube a Platão registrar em sua escrita.

> O movimento é extensivo, a velocidade, intensiva. O movimento designa o caráter relativo de um corpo considerado como "uno", e que vai de um ponto a outro, a velocidade, ao contrário, constitui o caráter absoluto de um corpo cujas partes irredutíveis (átomos) ocupam ou preenchem um espaço liso, à maneira de um turbilhão podendo surgir num ponto qualquer (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 52).

Podemos pensar em Meleto como um portador desta velocidade intensiva na escrita no sentido de que suas ideias escritas foram fundamentais para acelerar o movimento de ordem jurídica desencadeado contra Sócrates e seus aliados.

Na *Apologia* podemos pensar em Sócrates e Meleto a partir de seus movimentos do lugar comum da escrita e da voz para o lugar de confrontos através destas tecnologias, mas isto só será possível se levarmos em consideração o hábito maiêutico do qual Sócrates foi o precursor.

Para pensarmos sobre este hábito maiêutico como algo ligado à prática de Sócrates é pertinente uma abertura para Bourdieu (1994) que propõe discutir a questão do *habitus* como algo que pode ser entendido conforme aquilo que inscreve o nome do indivíduo no cerne da História.

> Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são como marcas da posição social, e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas e a reafirmação dessa distancia e das condutas exigidas para ‘guardar suas distancias’ ou para manipulá-las, reduzi-las, aumentá-las ou, simplesmente, mantê-las (BOURDIEU, 1994, p. 75).

A escrita acusatória de Meleto criou uma espécie de logomarca de suas posições política e artística de modo que seu maior objetivo: condenar Sócrates, produziu um discurso inflamável que inflou e concebeu um discurso constituinte de oposição, o qual entendemos como o principal responsável pela distância literária em relação ao nome Meleto que vaga sem visualização literária dentro da Literatura Clássica.

Esta discussão sobre o *habitus*, o hábito, traz à tona, o reconhecimento de que Meleto pertence e ao mesmo tempo não pertence às mesmas escolas artísticas e políticas de Sócrates, de Platão ou Xenofonte. Meleto não pertence, mas ao mesmo tempo parece pertencer à mesma classe social e ao mesmo meio intelectual de seus adversários.

Durante nossa pesquisa, esbarramos nessa tradição, à qual mantém o poeta Meleto dentro do mesmo patamar de desprezo que Platão desprendeu contra ele no que tange à sua vez e voz na *Apologia*.

Neste sentido Rancière (1995) discute que

> Esse suplemento de voz nunca será nada além de um suplemento de escrita. E é isso mesmo que a arquitetura do diálogo platônico já atesta, a seu modo: mímese anti-mimética, mas também dispositivo da escrita que mantém juntas a dramaturgia da recusa da escrita e o mito da escrita mais que escrita (RANCIÈRE, 1995, p. 12).

A voz de Meleto tem seus sons e ruídos estabelecidos de acordo com a culminância de “um jogo muito mais complexo que é jogado entre os poderes do escrito e a ordem ou a desordem social.

Não são, de modo algum as vozes de abaixo ou o tumulto dos corpos populares que vêm irromper no palco do discurso do alto” (RANCIÈRE, 1995, p. 32). Este jogo complexo estabelecido entre os poderes da escrita e da oralidade não acaba em empate

porque sempre há um resultado seguido da classificação ou desclassificação de uma modalidade do saber sobre outra modalidade.

Para Rancière (1995, p. 13), “A forma platônica do diálogo e da dramaturgia do personagem socrático são, inversamente, uma invenção do discurso nobre, uma imitação do logos vivo que protege a própria reserva contra o que a ameaça verdadeiramente”.

A escrita de Platão, na *Apologia*, acaba como que sequestrando as vidas de Meleto e de Sócrates através dos quais o próprio Platão as declara mudas ou barulhentas, blindadas ou abertas a ataques e ambos sobrevivem, exclusivamente, por causa de sua escrita:

> Essas vidas quaisquer que estão surgindo como que capturadas pela escrita, é preciso primeiramente declará-las mudas, reforçá-las na opacidade do mundo a fim de que o artista as faça falar reatravessando o não-sentido para com ele tecer a matéria transparente da obra (RANCIÈRE, 1995, p. 92).

Deste modo, encontra-se uma longa discussão a respeito das vidas de personagens capturadas, sequestradas ou enclausuradas por esta escrita que estabelece parâmetros de sentidos para decretar ou dilacerar os sucessos ou os fracassos dos nomes dos protagonistas a partir desta tecnologia intelectual que é a escrita, à qual silencia suas vozes ou delega maior territorialização ou maior capital linguístico aos protagonistas.

Meleto, o desconhecido tem sua voz tomada na *Apologia*, talvez, pelo fato de não ser filósofo e por vir da periferia da popularidade para sugerir este duplo movimento ou seja, esta ambivalência em torno do oral e do escrito.

Neste duplo movimento do domínio destas duas tecnologias intelectuais, Meleto mobiliza estas duas modalidades do saber humano e compacta num processo só, cinco categorias: a dos poetas, dos oradores, dos artesãos, dos filósofos e a dos juristas.

Rancière (1995) retoma Bakhtin para ressaltar o papel da escrita diante de determinados fatos oriundos de uma discussão permeada pela oralidade como é o caso do julgamento de Sócrates, no qual todas as informações, com exceção do conteúdo da denúncia escrita por Meleto são advindas dos relatos orais, o que torna a voz de

Meleto na *Apologia*, um suporte montado conforme os interesses e as artimanhas do próprio Platão que escreve esta narrativa a partir das informações de seus alunos, ou melhor, dos seus mensageiros orais, dentre eles, Adimanto e Glauco que presenciaram o diálogo ocorrido no ato do julgamento e transmitiram a Platão.

A escrita exerce um papel fundamental na institucionalização deste diálogo e indica que é imperante na oficialização deste embate. Convém manter Rancière (1995, p. 99) nesta discussão sobre a escrita e perceber que é a escrita de Platão, principalmente, em sua *Apologia*, "que põe em cena a figura socrática e a intriga do diálogo, organizando essa inclusão da palavra do outro como outro, que constitui para Bakhtin o cerne da invenção romanesca".

É como se as prerrogativas mais apreciáveis e confiáveis a respeito do poeta Meleto, do ponto de vista da escrita, fossem legitimadas pelos filósofos, os quais dominados pela proposição platônica enclausuram Meleto num obscurantismo de informações, embora entendamos, conforme Rancière (1995, p. 97), que

> A escrita não é o contrário da palavra oral, ela é o contrário da palavra viva, categoria que não é linguística, porém filosófica ou teológica. A escrita sempre escreve ao mesmo tempo uma relação da ordem dos corpos e da ordem das palavras, ela define uma posição do corpo que é uma posição de sua "alma" qualquer que ela seja.

Para este crítico, escrita e oral se bifurcam numa aliança cuja adesão não pode dispensar, em hipótese alguma, a *palavra viva*, que, a seu ver, "não é linguística, porém filosófica ou teológica" e acrescentamos, política, verves estas predominantes neste enredo, e que, de certa forma, acabam por determinar a posição pessoal de algumas ideias em relação ao corpo social destas mesmas ideias em relação a um protagonista ou outro.

"Dar voz a isso, e nisso, instituir a relação exata de uma ideia com sua matéria passa por um projeto de uma mímese integral, de uma mímese superior" (RANCIÈRE, 1995, p. 92). Talvez, esta "mímese integral" possa ser entendida como uma espécie de tautologia que (Cf. DIDI-HUBERMAN) confirma, e apenas corrobora com o ponto de vista impregnado da obra primeira.

São muitas as falas de Meleto que encetam palavras curtas e breves. Tomemos, como exemplos algumas passagens da *Apologia de Sócrates*: "[...] Sim, é certo", "[...]

Certamente", " [...] As leis", "[...] Todos", "[...] Também estes", "[...] É claro que não", "[...] Não há" (PLATÃO, 2013, p. 66-90).

Há expressões mais longas, conforme o exemplo abaixo, cujo discurso serve apenas para reforçar a estratégia de Sócrates de silenciar o poeta perante o público para o qual se dirige e que está presente o tempo todo nesta narrativa. "[...] Nenhum, por Zeus, nenhum mesmo" (PLATÃO, 2013, p. 69). As performances de Sócrates e de Meleto se dirigem a uma plateia atenta, silenciosa e conservadora que representa o Estado e é para ela que os protagonistas se mostram a favor das leis do Estado.

No discurso presente na *Apologia*, Meleto aparece como se fosse impotente para validar, defender a sua própria acusação em termos de discurso. Toda sua fala, em certo sentido, torna-se sem força porque serve apenas para reforçar o que Sócrates propõe discutir, porém, o mais surpreendente é que, mesmo com esta fala escassa e fragmentada, é o poeta Meleto quem consegue condenar Sócrates, o que aguçou ainda mais nossa curiosidade, porque parece que, de fato, o discurso mais forte e convincente de Meleto poderia estar restrito apenas à sua escrita, já que sua voz não encontra eco nesse texto de Platão, o qual lhe recusa um espaço para a defesa de sua própria acusação.

Esta é uma tática que Platão utiliza em sua escrita para desarmar e silenciar através da voz de Sócrates, a voz de Meleto. Sócrates toma a voz de Meleto e fala como se fosse Meleto falando.

> E, ao contrário, penso que, no ato da acusação, se contradiz de propósito, como se dissesse: Sócrates, comete crime... [...] Tu afirmas, pois, que eu creio e ensino coisas demoníacas, sejam novas, sejam antigas; portanto, segundo o teu raciocínio, eu creio que há coisas demoníacas e o juraste na tua acusação (PLATÃO, 2013, p. 69).

Platão estabelece um diálogo nada convencional entre Sócrates e Meleto e, através desse diálogo um tanto manipulador, é possível entender de que modo Sócrates silencia Meleto ao falar por ele.

Deste modo, Platão depois de procurar dentre as categorias envolvidas no confronto, uma na qual pudesse enquadrar Meleto, disponibilizou a metáfora poeta, ora vaga, ora potente e ora polêmica para designá-lo, não como poeta-poeta, mas como poeta-promotor, uma vez que o nome Meleto enquanto poeta não está inserido

no campo literário, há não ser como personagem de Platão porque, conforme já discutimos, Meleto é um poeta que não tem poemas o que pode caracterizar os prováveis extravios de sua poesia.

Já do ponto de vista do Direito, Meleto tem a denúncia escrita e é autor e defensor deste texto. Portanto, no campo da Literatura, Meleto aparece como protagonista de uma obra literária restrita apenas ao campo da Filosofia.

Tudo ocorre como se o que denominasse a linguagem poética designasse apenas um papel específico, ou seja, um papel essencial de um dos aspectos da poesia, a declamação. A premissa deste aspecto específico declamatório da poesia parece que promoveu o esquecimento em relação ao poeta Meleto.

A sobrevivência de Meleto enquanto poeta, enquanto artista na época que lhe sucede, próximas e mais distantes se entrelaça em novos significados. Meleto é uma personagem que supera a si mesmo: Bakhtin (1992, p. 365) afirma que "Os fenômenos do sentido podem existir de uma forma latente, potencial, e revelar-se somente num contexto de sentido que lhes favoreça a descoberta, na cultura das épocas posteriores", minadas pela intervenção da obra de arte.

Entendamos obra de arte conforme nos alerta Bakhtin (1992, p. 202):

> Com base nesses fatos, pode-se colocar que a obra de arte é um acontecimento artístico vivo, significante no acontecimento único da existência, e não uma coisa, um objeto de cognição puramente teórico, carente de um caráter de acontecimento significante e de um peso de valores.

A História de Meleto se desenrolou neste passado com suas divergências políticas e econômicas. A força deste poeta, de sua perspicácia jurídica e política pode ser medida pela influência que ele exerceu sobre os homens das leis e esta influência culminou na condenação de Sócrates que deixou marcas indeléveis no berço da cultura grega.

Para Romero (2013, p. 14), "Foi nesse tumultuoso cenário que aquela que havia sido a primeira e mais aberta sociedade do mundo antigo sentenciou à morte um homem que falava abertamente da sua ignorância ('só sei que nada sei') e só se preocupava com a virtude e com a verdade". Este cenário de acusações entre cidadãos

gregos a partir da prática de processos modificou e fragilizou ainda mais "a autoridade da lei" grega.

Retomemos os rastros literários deste passado indexados pela Filosofia sobre este fato. Estes rastros literários da escrita de Meleto – "não reconhecer, introduzir novas e corromper" – abordados por Platão na *Apologia*, demonstram a força deste poeta, bem como sua importância e mesmo que o discurso constituinte deseje impotencializá-lo, este mesmo discurso acaba por potencializá-lo devido a impossibilidade de escondê-lo para além do já escondido.

Ginzburg (2007, p. 9) discute que mesmo estas fontes sendo do arquivo do passado, os pontos de partida para determinadas observações críticas, há uma espécie de emancipação crítica no tocante ao desvendamento de algo que está além do que a própria obra pode oferecer no presente.

Portanto, o passado pode nos interessar como uma espécie de arquivo necessário para volvermos nosso olhar em várias direções, mas não podemos deixar de combater uma possível subordinação nossa ao passado, até porque o que de fato nos interessa nesta abordagem é o tempo presente e sua relação com a obra, com o autor ou os protagonistas.

Ginzburg (2007, p. 10) nos alerta que:

> Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base nos seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer.

Para entendermos a questão da tradição, primeiro é preciso entender o que é a "tradição inventada", e, para isto, recorramos a Hobsbawn (1997, p. 9):

> O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

Hobsbawn aborda que a expressão "tradição inventada" pode ser também entendida como uma espécie de conglomerado de praticidades e valores comumente

aceitos pela sociedade e regulados por “regras tácitas ou abertamente aceitas” que “visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição”.

Esta instância enunciadora pode ser entendida como o discurso do Estado protagonizado por Sócrates e Eutífron.Tanto nos fractais do *Eutífron e da religiosidade* quanto na *Apologia*, o poeta Meleto permite que Sócrates fale nele e por ele, embora se apresente como ausente na voz, mas intensamente presente na narrativa, uma vez que é a ele que Sócrates dirige parte de seu discurso na defesa das acusações.

Neste diálogo, entre Eutífron e Sócrates, percebe-se que há certa malícia deste sobre o poeta: “Nem mesmo eu chego a conhecê-lo” (PLATÃO, 2013, p. 13); é como se Sócrates quisesse esclarecer que sendo homem público de Atenas e conhecedor dos poetas e pensadores de sua cidade e circunvizinhança, não conhecesse este “acusador”, que, a seu ver, parece surgir do nada, do desconhecido para o “desconhecimento”.

Podemos encarar esta proposição, no plano narrativo, como uma metáfora da ignorância de Sócrates, que, ao não conhecer Meleto, também não conhece a lei e nem a ordem estatal. É na essência desta ignorância socrática sobre estas premissas que é afirmado e consolidado o seu grande projeto em torno da maiêutica. Abordamos estas questões, a título de provocação, para justificar o interesse dos filósofos no apagamento biográfico do poeta Meleto. Este apagamento se dá no sentido de negativizar o poeta enquanto potência intelectual.

Talvez, seja sob esse aspecto, que ele represente o atraso, o que, em Filosofia, poderíamos chamar de idade do mito, à qual Sócrates vem derrubar com sua posição ambivalente de anti estatal e ao mesmo tempo estatal. Sendo assim, podemos considerar que, do ponto de vista dos filósofos, Meleto é considerado como irrelevante para História do pensamento grego.

Tanto Meleto quanto Sócrates possuem este duplo aspecto de ser o futuro/passado, futuro/presente o que os caracteriza como ambivalentes. É preciso problematizar os motivos políticos e artísticos que conduziram Platão, a partir de Sócrates, a nomear Meleto com termos que não dão conta de quem realmente poderia ter sido este homem sobre o qual ainda pairam inúmeras dúvidas.

A presença do poeta Meleto, nesta narrativa, resulta, obviamente, dos interesses políticos e filosóficos de Platão, e, conforme Moisés (1987, p. 142), a voz "resulta do ato praticado por outro eu", ou seja, um outro que é um eu, e em nosso estudo, este "outro eu" é Platão, o autor, o qual tem o poder de expandir-se na voz de Sócrates e restringir-se na voz de Meleto. Podemos até definir estas relações teóricas entre estes eus literários como "numa dupla distância em relação às posições que tendem a polarizar o campo da reflexão sobre o ser do literário" (RANCIÈRE, 1995, p. 95).

Contudo, é imprescindível uma reflexão do porquê desta obra de Platão, a *Apologia*, não pertencer à lista das obras clássicas que integram os debates da Crítica Literária tradicional ou contemporânea.

O espaço e as posições que as vozes dos protagonistas ocupam na *Apologia* demarcam a superioridade ou a inferioridade destas vozes na narrativa, e isto, esclarece o interesse de Platão de manter alguns ruídos e silenciamentos destas vozes em sua obra. Até que ponto o poeta Meleto, sendo aquele quem escreveu a ação e apresentou-se para defender a denúncia pessoalmente, pôde perder o poder da voz, ou melhor, perder o controle de sua própria voz e perder a vez na centralidade do diálogo?

O mais agravante neste diálogo é a escala de oportunidades que Platão cria para configurar a importância de um protagonista sobre o outro. Esta escala determina e dá oportunidade às vozes e envolve o espaço que o poeta ocupa na discussão da qual ele é a ação do processo.

Apesar de a *Apologia* ser sobre Sócrates é nela que o poeta Meleto se sobressai para se vingar. Claro que esta fuga vai ocorrer à revelia de Platão, o qual acaba criando, também à revelia da *Apologia*, uma apologia ambivalente de Meleto. Esta escala da presença e da atuação das vozes estabeleceu valores e hierarquias entre Meleto e Sócrates. Sócrates é tratado dentro desta escala de valores como o protagonista mais importante deste diálogo.

O filósofo Sócrates é mais importante, segundo os filósofos, o poeta Meleto é o pior de todos os poetas, segundo, também, os filósofos, os quais produzem suas análises sobre esta narrativa e constituem o discurso dominante pautado nesta anomalia do nome Meleto.

Dentre as tantas aberturas para pensarmos este enredo, uma, é importante ressaltar, esta querela não está ligada, exclusivamente, à força pessoal de Meleto, ou seja, esta oposição não é exclusiva de sua força como indivíduo. Os argumentos, conforme explicam vários prefaciadores, não são apenas dele, são também de outros e segundo os prefaciadores e comentadores, Meleto, "apenas" os representa. Neste sentido, ele não é apenas um sujeito é também a representação do Estado, da ordem, da instituição. Assim, entendemos, conforme Platão, que na maioria das vezes não é o poeta quem fala, fala-se sobre ele e por ele.

Contudo, não seria exagero indicar que Sócrates, de certa forma, representa uma singularidade por ser um dos primeiros personagens do ocidente a ter identidade científica por intermédio de seu método e a falar por conta própria em sua própria defesa. Inclusive, este falar por conta própria, caracteriza uma espécie de inovação literária. Inovação esta inaugurada pelo poeta Homero que tanto na *Odisséia* quanto na *Íliada* busca demonstrar a força da fala de seus protagonistas.

Vejamos exemplos na *Apologia* nos quais Sócrates indaga Meleto, mas acaba falando por ele e nele, enquanto a fala de Meleto não passa de simples afirmações.

Pergunta Sócrates: "Existem entre os homens, Meleto, os que acreditam que há coisas humanas, mas que não há homens? Que responda, ele, ó juízes, sem resmungar, ora uma coisa, ora outra". [...] Ótimo homem, se não queres responder, digo-o eu, aqui, a ti e aos outros presentes" (PLATÃO, 2013, p. 69).

Responde Meleto: "Não há." Platão (2013, p. 69). Prossegue Sócrates: "[...] estou contente que tenhas respondido de má vontade." Platão(2013, p. 69). Meleto se posiciona: "Sim." (PLATÃO, 2013, p. 69). Pergunta Sócrates: "Todos, ou alguns sim, outros não?" Platão (2013, p. 69). Retruca Meleto: "Todos" (PLATÃO, 2013, p. 66).

Conforme a amostragem acima é possível identificar o discurso monossilábico de Meleto, e, talvez, este ethos monossilábico deva-se, conforme discutimos anteriormente, ao fato dele não ser apenas um sujeito, mas, também, a lei e a ordem.

Nos fractais deste diálogo, percebemos que o poeta Meleto só responde por monossílabos. Isso quer dizer duas coisas: ou porque ele não tem direito de falar, porque sua fala já estava implícita no texto escrito de acusação, por ser ele o sujeito do

estigma da escrita, ou um não-sujeito da fala; ou porque ele não precisou falar para se explicar nem se fazer conhecer, pois é o sujeito representante da ordem e da lei através da escrita.

Sócrates, mesmo falando, sendo o detentor do discurso, acaba não sendo o detentor do discurso constituinte quando está diante de Meleto. Assim, é oportuno esclarecer que o discurso constituinte pode ser entendido como o discurso que surge depois com Platão e com a Filosofia. O discurso constituinte é o discurso feito sobre o julgamento, a condenação, a narrativa, e, sobretudo, sobre os personagens.

Meleto quase não falou na *Apologia*, mas escreveu o processo que inspirou a obra; sendo assim, o periférico passa a ser Sócrates que mesmo diante dos juízes, ao dizer tudo o que disse e como bem o quis, pareceu não ter voz para os ouvintes.

O poeta Meleto não teve voz, mas condenou, ou seja, no final foi o poeta Meleto, aquele que a justiça ouviu, foi o poeta quem falou mais alto mesmo silenciado, o que caracteriza mais uma vez seu perfil ambivalente.

Embora, também entendamos que a vitória de Meleto no julgamento, não seja a vitória da verdade porque atentando para o conteúdo da acusação, Meleto poderia ser até indicado como um farsante ou um reacionário. A vitória de Meleto pode ser entendida, em certo sentido, como a vitória do passado sobre o passado. Ou seja, a vitória de Meleto deflagra e exige a volta da fé cívica.

Devido à expansividade do domínio de saberes de Meleto, isto, em relação ao domínio que detém das tecnologias intelectuais, a escrita e a oralidade é que passamos a entender porque Meleto passou a assumir uma espécie de função social, e, fundamentalmente, histórica diante deste julgamento. Este poeta migra do literário para a “escrita do direito” mesmo que o conteúdo de sua acusação escrita, seja considerado, por alguns, como um conteúdo reacionário ou retrógrado, conforme já abordamos anteriormente. O mais interessante é que o domínio destas duas modalidades era inerente, em tese, a todos os intelectuais da época, menos a Sócrates.

Sem dúvida, nesse retorno do nome Meleto a si mesmo, emerge a ameaça de um inteiramente outro que implica em seu ethos discursivo. O poeta Meleto é sempre esta ida-retorno ao fundo de si mesmo para uma tomada de posição em relação à Filosofia.

Meleto se reveste das prerrogativas mais inquietantes para ser uma espécie de contradito do próprio enunciado, o qual suscita seu calar e sua inscrição no silêncio que sua voz amarga na *Apologia de Sócrates*.

Desde que este fato existe, toda a razão tem sido dada a Platão, o qual tem o poder de calar ou fazer falar mais que o necessário os seus protagonistas, embora Platão em sua *Apologia* permita que o poeta Meleto fale, mas esta permissão vem imbuída de uma mácula que atua como uma espécie de *ventrículo: em silêncio* o que determina a soberania intelectual de Sócrates que se torna fonte desta tradição que é defensora de todo o aporte teórico de Platão em seus diálogos.

Para Chartier (2011, p. 57) "a literatura e a história se encontram, mas, no enclave em que os dois campos se associam e apontam para a questão da narratividade como ponto de tensão entre eles, afloram suas dissidências". Ou seja, é a partir desta prerrogativa que podemos questionar sobre a estabilidade/instabilidade do discurso constituinte a partir de nosso estudo da *Apologia de Sócrates.*

CAPÍTULO TERCEIRO

Será possível que no momento em que já não existe, vencida pelo Estado,
a máquina de guerra testemunhe ao máximo sua irrefutabilidade,
enxameie em máquina de pensar, de amar, de morrer, de criar,
que dispõem de forças vivas ou revolucionárias suscetíveis
de recolocar em questão o Estado triunfante?
(DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 18)

3 A AMBIVALÊNCIA DE SÓCRATES E MELETO: DE ESTATAIS À "MÁQUINAS DE GUERRA".

Passamos pelos prefácios à luz de Gerard Genette (2009; 2010), o qual aborda o prefácio como um paratexto e Didi-Hubermam (1998) sobre a teoria da tautologia em nosso capítulo primeiro, a partir do qual verificamos a força que o nome Sócrates tem em relação ao nome Meleto nestes textos a partir dos quais constatamos o grau de empatia/apatia dos prefaciadores com relação a estes personagens.

No capítulo segundo, para discutirmos a questão do nome enquanto signo, tomamos como base teórica tanto Peirce (2005) quanto Derrida (2005) e para compreendermos o ethos discursivo presente no discurso constituinte sobre a *Apologia de Sócrates* seguimos a teoria do pesquisador Maingueneau (2006).

Finalmente, neste capítulo terceiro, constituímos um debate que visa uma abordagem sobre a ambivalência que envolve desde o pensamento até às ações de Sócrates e Meleto, uma vez que ambos tentam diante do Estado manter seus interesses de estabelecer/desestabelecer a ordem/desordem.

Meleto acusou Sócrates de criar crenças fora da fé oficial, fora da fé cívica ou de corromper a juventude. Sócrates se defendeu e acusou Meleto de mentir perante o Estado ateniense. Deste modo, ambos se expõem e se impõem na tentativa de convencer o Estado sobre suas convicções de estarem do lado deste Estado no tocante às suas intenções de manutenção da ordem.

Para demonstrar esta ambivalência procuramos verificar de que forma estes personagens podem ser ao mesmo tempo tratados tanto como estatais quanto como máquinas de guerras dentro da perspectiva que nos esclarecem Deleuze-Guatarri (1995). Para adentrarmos neste debate sobre a "máquina de guerra" e o Estado que se enfrentam e que estão incrustados e imbricados nas atitudes de Sócrates e Meleto é importante percebermos que esta ambivalência que comandou a alma política desses personagens também integrou as ações do próprio Estado que neste momento, também passou a atuar como "Máquina de Guerra" porque este Estado tanto eliminou Sócrates, quanto postumamente, executou Meleto.

Estas execuções do poeta Meleto e de seu comparsa Anito, póstumas à execução de Sócrates, deu-se a partir de uma ação representada pela multidão ateniense, à qual fez justiça à injustiça cometida contra Sócrates por este mesmo Estado representado pelo poeta Meleto.

Para abordarmos este debate sobre a "máquina de guerra" e o Estado que se fundem e se enfrentam e que estão representados por estas personagens é preciso entendermos sobre esta ambivalência que domina esta narrativa escrita por Platão.

É importante antes de prosseguirmos neste debate sobre a ambivalência, verificarmos o que significava o termo Estado para os gregos, principalmente, no momento deste histórico julgamento.

3.1 O ESTADO GREGO EM CENA

O Estado grego se constituía de uma prerrogativa que estimulava a participação de todo cidadão na criação das leis. Não se tem certeza se havia um único Estado uma vez que quase todas as cidades gregas eram cidades-Estados.

Esclarecemos que tratamos do termo Estado no sentido específico dos gregos em relação às leis imperantes na cidade-Estado, Atenas, que tinha seu próprio regime político em suas leis e foi o palco deste acontecimento.

Não havia este Estado grego único porque a Grécia neste momento se constituía de cidades-Estados com modos, educações e costumes opostos. A unidade política grega era chamada de polis ou cidade-Estado, cujas gestões governamentais foram, em alguns momentos, democráticas e o ápice desta democracia considerada tão avançada se deu em Atenas, cidade-Estado modelo.

Para os filósofos gregos, dentre eles Platão, o núcleo do conceito de Estado se achava representado pela ideia de poder e de submissão. Dai o modelo de descentralização do poder do Estado numa única cidade.

Platão, principalmente, em *A República*, sugeriu segundo Chauí (2007) que

> "A soberania política" deveria ser submetida à lei. Para ele, somente um estado em que a lei fosse o soberano absoluto, acima dos governantes, poderia tornar os cidadãos felizes e virtuosos. E neste sentido que a organização política própria da Grécia Antiga foi a polis

> (cidade-Estado). Polis é a cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos, isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais (CHAUÍ, 2007, p.7).

Neste sentido, antes de explicarmos à luz de Deleuze-Guatarri o que podemos entender por "máquina de guerra" e em que sentido Sócrates e Meleto podem ser assim considerados em suas ações na busca de suas reparações ou retratações frente ao Estado, é importante que entendamos, também, o termo Estado aqui conforme Deleuze-Guatarri para os quais "O Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos do poder" (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 19).

Portanto, levando este debate sobre o Estado para as entranhas políticas da Grécia, mais precisamente em Atenas, palco do cenário da *Apologia*, Sócrates aparece com um discurso construído que visou acima de tudo convencer o Estado ateniense de que as acusações dos dois grupos de seus acusadores eram falsas e tentou de todas as formas provar sua inocência diante do Estado: "É necessário, portanto, que em primeiro lugar me defenda das primeiras e falsas acusações que me foram levantadas. Em seguida me defenderei das últimas e dos últimos..."(PLATÃO, 2013, p. 58).

No fragmento acima, da primeira parte da *Apologia*, percebe-se certa tentativa de manobra de cunho político que está implícita no discurso de Sócrates ao explanar seu saber para provar além de sua inocência que também não era um homem de confrontar o Estado e suas leis.

Isto é percebido quando ele mesmo revigorou diante do Estado grego, o seu compromisso com este Estado e transformou-se nesta "máquina" de denúncia para também acusar e condenar seus acusadores. A demonstração de sua aliança com este Estado está latente e presente em seu ethos discursivo quando argumentou sobre sua inocência e apontou as calúnias, as fofocas maldosas e maliciosas como qualidades maiores dos seus acusadores.

Destarte, Sócrates recorreu ao Estado, o qual estava configurado e representado pelos juízes e pelo público que escutaram e assistiram em silêncio a sua autodefesa: "Perguntai-vos uns aos outros se qualquer de vós jamais me ouviu tocar nesses assuntos, por pouco que fosse, e então reconhecereis que tais são, do mesmo modo, as outras mentiras que dizem de mim..." (PLATÃO, 2013, p. 60).

No discurso socrático acima, fica nítida a sua investida para provar aos presentes o quanto era inocente, o que acentua ainda mais o caráter da ambivalência deste personagem que atuou com seu discurso nos dois extremos da jurisdição: tanto na própria defesa quanto na acusação aos seus acusadores.

Ou seja, tanto Sócrates quanto Meleto são acusadores e acusados um pelo outro ao mesmo tempo. Meleto, pela via jurídica e mais formal, através do processo escrito, Sócrates, pela via mais informal, a acusação verbal.

O mesmo processo desta recorrente ambivalência ocorreu com o poeta Meleto que como exímio e explícito representante do Estado, acabou por transgredir, agredir ou insultar este Estado ao tratá-lo como um Estado apático às ações políticas e religiosas comandadas e praticadas por Sócrates e seus seguidores.

A transgressão e os insultos de Meleto a este Estado se caracterizam em sua dupla face: ao mesmo tempo em que atuou em favor do Estado nesta busca da manutenção da ordem da fé cívica e da manutenção da ordem em relação à juventude, também tornou-se uma espécie de oposição ferrenha deste Estado ao acusar Sócrates e, por tabela, acusar, também o Estado de não ter controle político ou religioso sobre seus cidadãos.

Deste modo, fica claro o quanto Meleto investiu desenfreadamente contra o Estado que Sócrates representava. Meleto de um golpe só, em seu processo escrito, atacou duas instituições: atacou Sócrates da categoria dos filósofos e provável inventor de uma sociedade de crenças paralelas e atacou o Estado que, até então não havia interferido nem se pronunciado em relação à forma de Sócrates desenvolver sua ciência, a maiêutica.

Nesta explanação feita por Sócrates sobre os dois grupos de acusadores que se empenharam em acusá-lo durante a vida inteira, Sócrates focou sua crítica no primeiro grupo e concluiu seu discurso de apresentação dando uma demonstração clara de que estava do lado dos deuses do Estado, os quais, Meleto acusou Sócrates de abandoná-los em troca de outros deuses. Sócrates também se disse defensor e a favor das leis que Meleto o acusou de confrontá-las.

Após sua explanação sobre este primeiro grupo, antes de adentrar o debate sobre o segundo grupo do qual Meleto era integrante e principal acusador, Sócrates concluiu o seu discurso demonstrando que de forma alguma seria um homem sem crença e sem respeito às leis e se pronunciou evocando a sua fé e seu respeito às leis do Estado: "De resto, seja como Deus quiser: agora é preciso obedecer à lei e me defender" (PLATÃO, 2013, p. 59).

Então, conforme o fragmento acima, fica esclarecido o quanto Sócrates prezava pela lei e pela fé, às quais são os principais focos das acusações de Meleto. Sócrates ao fazer sua explanação e jogar o resultado do julgamento nas mãos de Deus, bem como, declarar sua obediência às leis, procurou sensibilizar o Estado para as calúnias movidas contra ele como infundadas.

Neste discurso Sócrates esclareceu o quanto estava do lado do Estado e que não tinha a mínima intenção de confrontá-lo. Deste modo, esta ambivalência repercute em toda a ação, tanto de Sócrates quanto de Meleto, e isto é perceptível a partir do momento em que se esclarece o quanto esta ambivalência está estritamente ligada à mobilidade intelectual dos protagonistas, os quais agem com posições antagônicas em seus discursos e em suas ações. Podemos entender esta ambivalência como o estado de alma ou estado de atitudes e ações cultuadas tanto por Sócrates quanto por Meleto que demonstram suas capacidades de encampar simultaneamente em suas ações, estes veios conflitantes.

Podemos pensar esta ambivalência como a experiência ou a capacidade que cada personagem teve no sentido de que as conduções e condições de suas ações políticas e jurídicas, concomitantemente, podem ser vistas ora como positivas, ora como negativas em relação aos discursos que Sócrates e Meleto encamparam em suas defesas e acusações mútuas perante o Estado ateniense.

3.2 DA AMBIGUIDADE DO "SÓ SEI QUE NADA SEI"

Em relação à ambiguidade/ambivalência, podemos dizer que a mais célebre conclusão socrática, "Só sei que nada sei", pode ser encarada como uma espécie de referência maior deste perfil ambíguo ou ambivalente, ou melhor, do perfil Barroco de

Sócrates. Portanto, esta ambivalência/ambiguidade socrática é de fundamental importância neste último capítulo.

Saber que de nada sabe, parece algo simplório, à primeira vista, mas para se chegar a esta conclusão, de certo modo "evasiva", requer, acima de tudo, uma capacidade intelectual com discernimento acima do senso comum.

Sócrates, além do sentido da humildade, por reconhecer-se leigo, também conduz como marca maior de seu perfil, a força intelectual de um homem que disse "só sei" para enfatizar seu poder de saber, e concluiu ao fim de sua pesquisa, com "nada sei", o que pode apontar outra prerrogativa discursiva para ressaltar, mais uma vez, sua exímia capacidade de saber. "Só sei" e "nada sei" são duas frases numa mesma frase, duas faces do mesmo homem que disse duas coisas conclusivas que para serem ditas exigiam e ainda exigem muito saber ou muita ironia sobre o que se pensa saber que se sabe.

Neste sentido, encampar um discurso com esta frase – "só sei"– é para quem de fato sabe. Esta certeza científica caracteriza de início este caráter ambivalente de Sócrates o que de certa forma deixou margens para entendermos seu perfil dúbio de um homem que tinha a convicção de que nada sabia, mas que, ao mesmo tempo em que nada sabia, sabia demais sobre o nada saber.

Este dualismo socrático o transforma num baluarte deste antagonismo: "Só sei que nada sei" é uma ambiguidade que não é para qualquer um. Esta certeza estava pautada e fundamentada em sua maiêutica, a ciência que tinha como meta principal fazer o parto das ideias a partir de perguntas após perguntas que davam fundamento ao método dialético de Sócrates, conforme já discorremos nos capítulos anteriores.

A proposta de uma prática de diálogo com caráter desconstrutivo da voz do outro, do saber do outro, não era uma tarefa para qualquer cidadão que nada sabia, era realmente uma prática inerente ao homem cuja envergadura filosófica deveria estar para além dos homens que faziam da Filosofia apenas um meio para aprofundar os diálogos.

Outra ambivalência percebida em Sócrates é o fato de ele ao mesmo tempo em que preconiza a liberdade da fé em vários deuses, receber sua consciência plena de homem mais sábio da voz que veio das entranhas do oráculo de Delfos, uma espécie de

voz oficial da fé estatal à qual lhe falava à consciência com confidências sobre sua grandeza de saber que nada sabia: “apresento-vos, de fato o deus de Delfos, como testemunha de minha sabedoria, se eu a tivesse, e qualquer que fosse...” (PLATÃO, 2013, p. 61).

Ou seja, Sócrates escuta os deuses estatais e também cultua outros deuses fora da estirpe dominadora da fé do Estado e este foi um dos temas das acusações escritas por Meleto no processo contra este filósofo.

Essa humildade intelectual também se ampara numa vaidade extrema, o que conota o perfil de Sócrates, ao mesmo tempo, como de um homem humilde e arrogante. “Só sei”, queiramos ou não, é uma frase de envergadura científica que naturalmente o fez passar por várias hipóteses até chegar a esta conclusão.

Acreditamos que pelo perfil de Sócrates, enquanto filósofo, esta conclusão chegou à sua vida no auge de sua maturidade de concepções sobre a ciência que viu nascer através dos partos efetuados por sua mãe. O “Parto das ideias” foi a prerrogativa científica que fundamentou toda a sua vida como pensador.

Sócrates poderia ser visto como uma espécie de única esperança ou única amostra do reflexo perfeito de um ethos discurso pautado na ética e que, a despeito do perfil intelectual de seu discurso de caráter construtivo/destrutivo em relação aos seus adversários, acabou por atrair muitos seguidores, dentre eles, o mais importante, aquele que escreveu sua *Apologia*. Platão é o principal responsável pela fossilização do discurso socrático, bem como, o responsável pela difusão das ideias e da ciência que Sócrates fundou.

Para entendermos a ambivalência nas ações de Meleto, primeiro entendamos que nossa busca em relação a este perfil se torna algo mais implícito à *Apologia* porque Meleto carrega as máculas da categoria que representa, a categoria dos poetas e esta mácula pode ser entendida como uma espécie de prestígio/desprestígio perante o processo.

Todos os prefaciadores são unânimes ao reconhecerem Meleto como poeta, o que, por si só, já representa uma ambiguidade porque ele é poeta, mas não tem versos,

não tem poemas. Estes pesquisadores ao nomearem Meleto de poeta sem ser poeta, instalaram ao seu redor a paradoxalidade do ser que é e não é poeta ao mesmo tempo.

Embora, não seja nosso objetivo nesta pesquisa estudar os poemas de Meleto, muito nos inquietou o fato da denominação de poeta tão comum a Meleto, que como poeta, não tem um só verso de sua autoria mencionado.

Será que tanto Sócrates quanto Meleto em relação à escrita se enquadrariam dentro daquilo que segundo Derrida (2005, p. 12) "Fedro lembra que os cidadãos mais poderosos e mais venerados, os homens mais livres, sentem vergonha (*aiskhúnotai*) de "escrever discursos" e deixar atrás deles *sun-grammata.* Eles temem o julgamento da posteridade...(257d)".

No entanto, nos parece que há uma espécie de campo minado dentro do território literário, no qual Meleto não penetrou ou no qual Meleto adentrou, mas foi perseguido por uma espécie de traçado político que é responsável por determinar os rumos ou des-rumos de suas respectivas obras.

Este território literário é bastante acentuado e vigiado por este traçado político que é responsável pela posição que determinados autores ocupam ou ocuparão no ranking literário.

Aqui, cabe uma abertura para discutirmos como estes traçados políticos podem, de certa forma, justificar o desaparecimento da obra do poeta Meleto, se é que houve.

3.2.1 Territórios e fronteiras: traçados políticos entre a voz e a escrita

Para Casanova (2002, p. 18) sempre existiram "territórios e fronteiras literárias independentes dos traçados políticos, um mundo secreto e, contudo, perceptível por todos, sobretudo pelos mais desfavorecidos".

Estes "territórios e fronteiras literárias" existem, mas desconfiamos de que sejam independentes do traçado político porque em relação a determinadas obras e autores, a demarcação da ultrapassagem destas fronteiras e destes territórios literários só se dá

pelos autores que estão em consonância ou em acordo com os padrões formais de produção que a política dos críticos de uma forma geral determina.

Conforme Casanova (2002, p. 17) “cada livro escrito no mundo e declarado literário seria uma parte ínfima da imensa “combinação” de toda a literatura mundial”.

Neste caso, em relação ao poeta Meleto, evidentemente, que, devido ao desfecho político e jurídico de sua ação contra Sócrates e todo o sistema filosófico que Sócrates defendia, certamente, houve a impetração de um projeto político que pode ter determinado este traçado político, que, por sua vez, pode ter interferido na expansão deste poeta e da sua arte para além das fronteiras e dos territórios da Filosofia.

Casanova (2002, p. 238) esclarece que

> A partir da segunda metade do século XIX, os escritores dos espaços mais desprovidos têm, na realidade, de conquistar simultaneamente duas formas de independências: uma independência política, para proporcionar uma existência à nação política e assim participar de seu reconhecimento político no plano internacional; e uma independência propriamente literária, impondo, sobretudo uma língua nacional/popular e participando do enriquecimento literário por meio de suas obras.

O poeta Meleto, em certo sentido, poderia até ser considerado um poeta de leitura proibida por aqueles que o entenderam como um canalha, um traidor ou um covarde diante do desenrolar da trama de Platão em sua *Apologia*.

A maneira como os tradutores e prefaciadores encaram Meleto parece se justificar já a partir da narrativa platônica que configura uma espécie de monólogo que é demarcador de uma correlação de forças e de relação de poder entre Sócrates e Meleto. Em relação ao problema da tradução recorremos aqui a Derrida (2005) que diz que há uma certa ilegibilidade com relação ao processo de tradução:

> pela imprudência ou pelo empirismo dos tradutores, mas antes de mais nada pela temível e irredutível dificuldade da tradução. Dificuldade de princípio, que se deve menos à passagem de uma língua para outra, de uma língua filosófica para outra, do que à tradição...Com este problema da tradução, trataremos nada mais, nada menos, que do problema da passagem à filosofia (DERRIDA, 2005, p. 16).

Deste modo, voltando à questão da monologação, Bakhtin (1997, p. 7) alerta para o fato de que “o caminho da monologação filosófica é a via principal da literatura

crítica". Este "diálogo" assimétrico, disforme e irregular que ocorre na *Apologia* em relação à conversação entre Meleto e Sócrates da forma como se desenvolveu na trama, pode até nem se configurar como "diálogo" porque nas traduções da *Apologia* que ora estudamos, há a presença imperante de uma voz sobre outra, ou seja, da voz de Sócrates como superior à voz de Meleto no sentido do espaço que esta voz ocupa nas conversações.

Na primeira parte da defesa de Sócrates paira, de certo modo, um certo tipo de diálogo, mas, com uma vantagem acentuada para este, que, com seu discurso inflamável exige determinadas propositurias do seu interlocutor, Meleto, mas que não dá oportunidade para ele retrucar estas propositurias.

Por exemplo, quando Sócrates se refere a Meleto, cria um discurso longo, com explicações pertinentes, mas a presença da voz, na réplica de Meleto, se dá de forma passiva e sobretudo, subserviente:

> Considerai, pois, comigo, ó cidadãos, de que modo me parece que ele diz isso. Responde-nos, tu, Meleto, e vós, senhores, como pedi a princípio, não façais rumor contra mim se conduzo o raciocínio deste modo. Existem entre os homens, Meleto, os que acreditam que há coisas humanas, mas que não há homens? Que responde ele, ó juízes, sem resmungar ora uma coisa ora outra (PLATÃO, 2013, p. 69).

Sócrates continua seu discurso exigente, desenvolvendo sua ideia para, posteriormente, abrir espaço para a intervenção do poeta Meleto que em relação à citação acima, assim se pronuncia: "não há".

Sócrates dispõe de um espaço bastante longo para desenvolver sua ideia chegando até a desafiar Meleto para intervir, porém, o mais curioso é que, diante desta densa abordagem, o espaço dado a Meleto é insignificante até porque a sua voz é disposta apenas para corroborar com a arguição de Sócrates.

Nesta geografia teatral dos espaços que envolvem as vozes de Sócrates e Meleto na narrativa da *Apologia* "a unidade do lugar obedece a um cálculo ou a uma necessidade infalíveis" (DERRIDA, 2005, p. 13).

É como se Platão como inventor desta narrativa, tivesse calculado milimetricamente a intervenção da voz de Meleto e desse a potência do discurso ao filósofo Sócrates. Isto pode ser verificado na *Apologia* de Platão na forma como ele

estabelece a “distribuição de todas estas significações” (DERRIDA, 2005, p. 27) no espaço que cada voz utiliza para fazer-se discurso.

No decorrer de seu discurso, Sócrates, assim se pronuncia em relação à intervenção de Meleto tomando-lhe a vez e a voz: “digo-o eu, aqui, a ti e aos outros presentes. Ao menos, responde a isto: há quem acredite que há coisas demoníacas, e demônios não?” (PLATÃO, 2013, p. 69). Sócrates desafiou Meleto para um debate, para um diálogo, mas tomou-lhe a voz e delegou-lhe apenas uma resposta para confirmar sua pergunta. Responde rapidamente o poeta: “não”.

Há, na escrita de Platão, dentro da estrutura da *Apologia*, uma espécie de projeto de multiplicação ou intensificação da voz de Sócrates em detrimento da subtração da voz de Meleto. Sócrates intensifica e densifica sua voz a partir do momento que vislumbra em Meleto a possibilidade de ver em sua acusação, em seu processo uma brecha para abordá-lo como algo “falsificado, alterado, mentiroso enganador, equívoco...” Derrida (2005, p. 28).

Bakhtin (1997, p. 4) esclarece que “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes, constituem, de fato, a peculiaridade fundamental”. Para Bakhtin, nada existe, a não ser diálogo, uma vez que mesmo um monólogo, conforme este crítico, apresenta-se como dialógico porque contém uma réplica, característica esta que fundamenta o diálogo.

Por isto, buscamos encontrar e ouvir a voz de Meleto, à qual mesmo, às vezes, “invisível” aos olhos de quem ler e silenciada aos ouvidos mais atentos, está pulsante na obra, embora, do ponto de vista da objetividade do sentido do diálogo, conforme o que Bakhtin sugere, não percebemos as réplicas do poeta Meleto neste diálogo.

Nas traduções que analisamos em Língua portuguesa da *Apologia de Sócrates* há intervalos da voz de Sócrates para a voz de Meleto que somam várias páginas em prol do filósofo. Em termos da aparição de vozes, o poeta Meleto só entra em cena quando Sócrates conclui a primeira parte de sua arguição e abre o “espaço” que lhe convém a partir de seu método de diálogos para Meleto intervir e estabelece uma espécie de lugar subalterno à voz de Meleto em sua trama.

Sócrates começa sua arguição sobre as acusações do segundo grupo encabeçado por Meleto da seguinte maneira: “Sócrates comete crime...” (PLATÃO, 2013, p. 65); Sócrates lê as acusações e em seguida propõe aos juízes presentes uma análise, um exame minucioso do crime do qual era acusado: “examinemo-la em todos os seus vários pontos. Diz que cometo crime...” (PLATÃO, 2013, p. 65).

Platão dá autoridade suprema a Sócrates, em sua narrativa, para convocar os juízes no ato de sua defesa para uma análise detalhada do processo de acusação contra ele. Após esta convocatória para o exame das acusações, Sócrates se torna o juiz do seu próprio julgamento ao condenar o poeta Meleto por “brincar com coisas sérias”.

Na *Apologia* traduzida por Melville (2013), apenas no final da primeira parte de sua defesa Sócrates dá espaço a Meleto, mas, obviamente que este espaço é um espaço bastante limitado no qual Meleto aparece com respostas superficiais e apenas concordando com a maioria das afirmações socráticas.

Nesta obra, fica claro que há uma tentativa de manobra de Platão que como autor negou a Meleto o direito de uma explanação sobre os pontos levantados pelo filósofo, já que é Sócrates quem interpreta e responde às suas próprias indagações deixando a Meleto apenas o direito de corroborar com suas assertivas.

Recorremos mais uma vez a Derrida (2005, p. 45) quando ele aborda que esta tentativa de manobra de Platão em relação às vozes de suas personagens, além de caracterizar a sua “escrita anagramática” e a demonstração de “valores contrários já é, ela mesma, um efeito do platonismo, a consequência de um trabalho que já começou no texto traduzido, na relação de Platão com sua língua”.

Vejamos de que forma se dá este domínio de um protagonista sobre o outro a partir da presença de suas vozes. Eis algumas frases de Sócrates na *Apologia* em suas conversas com Meleto: “Agora dize-me, Meleto” , “vamos pois dizer a estes senhores”, “como afirmas”, “continua, fala e indica-lhes...”, “mas dize...”, “a pergunta que faço não é essa”, “diz-me ainda” (PLATÃO, 2013, p. 66).

As frases acima parecem mais um projeto lúdico de Platão cuja intenção maior foi fazer Sócrates ocupar todo o território da obra expurgando e atacando seu interlocutor Meleto. Isto é perceptível à medida em que o poeta Meleto nesta narrativa

não corresponde em voz com profundidade a nenhuma das inquietações levantadas por Sócrates em sua defesa.

Platão, de certa forma, sustenta em seu discurso escrito uma “lógica intolerante” sobre o que pode significar a prática do diálogo na significação que ocupa dois “sentidos contrários” para um mesmo termo, diálogo, o qual estabelece certa regra para a “dialética dos contrários” em oportunidades mútuas para suas exposições, Derrida (2005, p. 46).

A Meleto não foi dado o direito de responder a nenhuma prerrogativa socrática e sua voz apareceu como uma espécie de pano de fundo apenas para comunicar ou para demonstrar sua incompetência perante os juízes e o público presente.

Observemos que as proposições de Meleto para as questões acima, servem apenas para corroborar com as armadilhas discursivas de Sócrates: “sim, é certo”, “as leis”, “aquelas pessoas”,“certamente”, “todos”, “também estes”, “também os senadores”, “também esses”, “É exatamente isso”, “É claro que não”, “para mim, voluntariamente”, “Sim, é isso mesmo que eu digo sempre que posso”, “eu afirmo”, “nenhum...”, “Não há”, “sim, é verdade”.

Estas são algumas das frases que compõem a fala do poeta Meleto na primeira parte da defesa de Sócrates (PLATÂO, 2013, p. 66-68). A partir destas prerrogativas entendemos que realmente a chamada para uma conversa, para um diálogo, não configura, de fato, os interesses de Platão que através de Sócrates trata Meleto como uma peça sem muita importância.

Deste momento em diante, ainda na primeira parte da *Apologia*, a defesa de Sócrates se compõe de um monólogo, no qual não há a mínima intervenção do interlocutor Meleto.

O silêncio da voz de Meleto poderia ser confortado pela presença incessante de seu nome em várias passagens do discurso de Sócrates que, ironicamente, analisa uma das respostas de Meleto “não há” da seguinte forma: “oh, como estou contente que tenhas respondido de má vontade, constrangido por outros!” (PLATÃO, 2013, p. 70).

Por fim, para fechar a participação da voz de Meleto que não passa de um “sim, é verdade”, na terceira parte da *Apologia*, Platão, através de Sócrates, não abre mais

espaço nem mesmo para esta voz passageira de Meleto e este nome passa a ser o alvo da sua defesa da primeira à terceira parte da *Apologia* conforme os recortes seguintes*:* "Segundo a acusação de Meleto", "e não Meleto ou Anito", "nem Meleto, nem Anito...", "Meleto escreveu", "Meleto mente", "de Meleto, ao contrário, estou livre", "a pena que me assinala Meleto e que eu digo ignorar" (PLATÃO, 2013, p. 70-83).

Por toda a obra, a presença do "acusador" Meleto pode ser considerada mínima porque o filósofo Platão faz de Sócrates um gigante esmagador da voz de Meleto. É como se Platão desse o troco dobrado em escrita e em voz contra aquilo que Meleto impetrou na escrita e, depois, na confrontação com a oralização socrática na desconstrução do seu texto escrito.

Derrida (2005, p. 66) em sua obra *A farmácia de Platão* diz que a

> picada socrática é pior que aquela das víboras, pois seu rastro invade a alma. O que há de comum, em todo caso, entre a fala socrática e a poção venenosa é que elas penetram, para se apossar, na interioridade a mais oculta da alma e do corpo.

Ao analisarmos a *Apologia de Sócrates* percebemos a imperante presença da voz deste filósofo e as respostas lacônicas de Meleto como algo que explicita a diferença das vozes destes protagonistas em relação ao território ou ao espaço que cada um ocupa na obra.

Para Derrida (2005, p. 65) "a magia socrática opera o lógos sem instrumento, por uma voz sem acessórios, sem a flauta do sátiro Mársias. Esta voz nua e sem órgão, só podemos impedi-la de penetrar tampando as orelhas, como Ulisses fugindo das sereias (216 c a)".

É possível através deste diálogo perceber até que ponto Platão estabeleceu uma abertura para que compreendêssemos em sua obra a questão da democracia, do direito de resposta ou do direito à réplica, às quais são colocadas em debate diante da posição de aceitação e de conformação que a personagem Meleto ocupa nesta narrativa.

A questão da presença da ambivalência ou da ambiguidade caracterizadas pela predominância de posições ou sentimentos que se contrastam entre si, pode ser identificada a partir da posição que Platão encampa em sua escrita, principalmente na

República, em sua revisão dos livros III e X, ao ser tomado pela condenação de Sócrates.

A ambiguidade dos personagens retrata o caráter mais instigante da *Apologia* porque esta característica quer "dominá-la, dominar sua definição na oposição simples e nítida: do bem e do mal, do dentro e do fora, do verdadeiro e do falso, da essência e da aparência" (DERRIDA, 2005, p. 50).

Platão parece dispor esta imbricação de sentidos na disposição das ideias e ideais de seu ator principal, Sócrates, através do qual estabeleceu uma espécie de "dinastia da fala".

Para Derrida (2005, p. 60),

> A dinastia da fala pode ser mais violenta que aquela da escritura, seu arrombamento é mais profundo, mais penetrante, mais diverso, mais seguro. Só se refugia na escritura aquele que não sabe falar melhor que outro qualquer...".

3.2.2 Barroco em foco: as inversões desconcertantes

Indicamos, que dentre os movimentos literários integrantes da História de nossa Literatura, a ambivalência é uma qualidade ou uma das características da prática artística do Barroco. Movimento cultural do século XVII que teve como meta artística o contraste, o dualismo. Esta ambivalência barroca caracterizada pela via do contraste e do viés religioso, é, sem dúvida, a linha que mais nos aproxima da *Apologia* e das ações das personagens em foco.

Para Moisés (1988)

> A essa dicotomia de base correspondem as características do Barroco: o jogo do claro-escuro, da luz e sombra, a assimetria, o contraste, a abundância de pormenores, o retorcido da sintaxe, as inversões desconcertantes e cerebrinas, o rebuscamento das metáforas, a euforia dos sentidos, em jatos sinestésicos sucessivos, a recusa do vocabulário "fácil" (MOISÉS, 1988, p. 59).

Percebemos que esta vertente barroca já teria sido anunciada na caracterização dos personagens e do enredo da *Apologia* uma vez que esta narrativa concentra um grande contraste que estabelece de certa forma, uma "tensão entre a fé e a razão ou entre

a aventura e a ordem, entre a miséria da carne e a transcendência do espírito, entre a racionalidade e a fantasia. Estética das oscilações, dos conflitos, dos paradoxos, dos contrastes...” (MOISÉS, 1988, p. 60).

A ambivalência pode ser compreendida como algo que significa dualidade de sentimentos, dualidade de caráter, contrariedade, paradoxalidade, ambiguidade, antagonismo ou contradição. Esta ambivalência pode ser entendida, ainda, como a coexistência simultânea de atitudes e sentimentos opostos.

Cabe uma abertura para definirmos conforme Moisés (1988, p. 57) que o termo Barroco designa algo ligado “à pérola de forma irregular ou/e termo mnemônico, referido ao silogismo da 2ª. Figura, em que a premissa menor é sempre particular e negativa, e a conclusão, negativa”.

Ou seja, conforme a *Apologia* de Platão e de acordo com o olhar dos prefaciadores em foco, poderíamos até pensar que Meleto pode ser considerado essa “premissa menor” e sempre particular, ou seja, este poeta está restrito às observações e aos comentários advindos sempre da instância da Filosofia porque sempre figura na discussão, conforme os filósofos e os prefaciadores, como uma figura extremamente negativa. De certa forma, caracterizamos os protagonistas como barrocos por causa do contraste de opiniões que cada um encampa em suas defesas e acusações.

Conforme Moisés (1988, p. 58) no Barroco tudo tende a “oscilar entre extremos que denunciavam ambiguidades expressas por antíteses, por metáforas”. De certo modo, nosso intuito de estabelecer uma ponte com o Barroco, obviamente, se dá por causa dos contrastes e da ambiguidade que comportam desde a obra, à qual se confunde com ficção e realidade, até às ações de cada personagem.

Isto ocorre, devido nosso interesse pelos pragmatismos enraizados nas intenções de Sócrates e Meleto de estabelecerem uma espécie de reforma religiosa entre os gregos no momento em que tentam viabilizar um diálogo sobre a questão da ligação da fé oficial com outros deuses fora do eixo da fé cívica da cidade-Estado, Atenas.

A envolvente “estesia” socrática em sua maiêutica, parecia objetivar um desmonte da ordem desta fé cívica vigente, na medida em que segundo a acusação de

Meleto, Sócrates visava certa desordem nesta fé e por isto era passivo da sua acusação.

Entendemos que embora o estilo artístico-literário Barroco seja do século XVII d.C., mas é possível identificar algumas de suas características enquanto atitudes artística, política, religiosa e poética na *Apologia de Sócrates,* sobretudo, por causa de dessa caracterização barroca a partir de duas vias ou do dualismo que apresenta como "uma mescla de pagão e de místico, de materialismo e de espiritualismo, de claro e de escuro" (MOISÉS, 1988, p. 45). Estas premissas do movimento Barroco prezam, sobretudo, por sua ambiguidade e sua ambivalência tão inerente a Sócrates e a Meleto.

Neste sentido, observamos que tanto Sócrates quanto Meleto encampam esta ambiguidade barroca, este comportamento de via dupla porque ambos se apresentaram como retrógrados/avançados ao mesmo tempo e representam o debate entre velho/novo, tanto no tocante às gerações de que cada um foi modelo, quanto no tocante às tecnologias que cada um encampou para suas investidas discursivas.

Meleto, em relação à escrita e à oralidade e Sócrates em relação à oralidade. Esta ambivalência pode ser percebida a partir do movimento ou da coreografia que cada protagonista fez para estabelecer este jogo dialógico fascinante cuja encenação, diante do Estado, visou esclarecer as posições políticas de acusações e de defesas destes personagens.

Sócrates e Meleto se defendem e se acusam perante o Estado que "intacto", mas agredido e confrontado participa atentamente deste evento cujas características do desenrolar da trama conotam o antagonismo deste embate.

Ou melhor, estas características antagônicas presentes e tão perceptíveis nesta narrativa podem ser localizadas nos pares defesa/acusação cujos discursos objetivavam debater o tema da tentativa de "burlação" das leis do Estado. Este Estado, a partir do resultado deste julgamento, para o qual teria que dar o veredicto, teria, também, que se tornar mais imperativo e rígido em relação às suas leis.

A tensão instalada neste debate entre a escrita e a oralidade determinava conspiração e medo e o nível do tema do debate e as prerrogativas e implicações desta tensão jurídica, estavam implícitas nos focos que tratavam da fé e da corrupção.

A conspiração e o medo podem ser considerados, conforme sugerem Deleuze-Guatarri (1997, p. 104) como “os elementos principais de um aparelho de Estado”, porque estes elementos, “a conspiração e o medo”, interferiram diretamente na dupla articulação da oralidade e da escrita na remontagem deste enredo.

Tanto a oralidade quanto a escrita são consideradas conforme Lèvy (1991) como tecnologias intelectuais, às quais em seus ruídos e ranhuras são as principais ferramentas que fortalecem o Estado na instalação do combate à conspiração a partir da imposição e instauração do medo para impor a ordem.

Para o prefaciador Romero (2013, p. 15) “o julgamento de Sócrates, portanto, ocorreu num ambiente de conspiração e medo do possível retorno da tirania”.

Na primeira parte de sua autodefesa, na *Apologia*, Sócrates discursa perante o público falando sobre o poder de influência de seus acusadores sobre si mesmo, a ponto de esquecer-se de si mesmo: “O fato de eles discursarem com tanta convicção fez-me esquecer de mim mesmo. Posso garantir, porém, que não disseram nada de verdadeiro” (PLATÃO, 2013, p. 57).

Esta convicção, à qual Sócrates se refere, quer dizer segurança, certeza, conhecimento e é com esta convicção que Sócrates denomina ou acusa seus acusadores de serem mentirosos. Esse fragmento mostra que a força de guerra no referido ataque era inerente a Sócrates e a Meleto.

No fragmento seguinte, Sócrates usa de seu poder de arguição para forjar ou forçar uma interpretação em relação aos seus acusadores e, desta feita, implorou para que seus conterrâneos não se deixassem influenciar: “Contudo, cidadãos atenienses, por Zeus, não ouvireis discursos repletos de expressões ou palavras vazias, ou adornados como os deles...” (PLATÃO, 2013, p. 57).

Os enxertos acima mostram que Sócrates detinha o poder da oralidade e sua voz foi ouvida pelos presentes ao questionar os discursos de seus acusadores, acusando-os de estarem repletos “de palavras vazias ou adornadas” de sentidos ou seja, seus discursos, conforme Sócrates sugere, não merecem credibilidade nem atenção por serem vazios de conteúdos e enfeitados por termos sem sentidos.

Sócrates continua seu discurso alertando ao público de que, dentre as mentiras propaladas por seus acusadores, apenas uma deve ser considerada: “A de que deveis ficar alertas para não serdes enganados pela minha habilidade de orador” Platão (2013,

p. 57). Nestes fragmentos, aparecem as marcas das competências que Sócrates encampa pondo-se à prova o campo de seu domínio intelectual: oralidade.

A “habilidade de orador”, à qual se refere Sócrates, deixa claro seu potencial diante desta tecnologia do saber, a oralidade, e é por este viés que tenta provar sua inocência diante do público para o qual dirige seu discurso, no qual defendeu, veementemente, a sua maior virtude enquanto orador.

Sócrates, dirige-se a este público para desculpar-se da linguagem que utilizará para sua defesa, a linguagem da feira, das praças, entre outros lugares mais populares: “[...] assim também agora vos peço algo que me parece justo permiti-me, em primeiro lugar, a minha linguagem – e poderá ser pior ou mesmo melhor - depois, considerai se o que digo é justo ou não. Essa é a virtude do juiz, do orador o mérito é dizer a verdade” (PLATÃO, 2013, p. 58).

Sócrates, deixou claro que ignoraria e não usaria da linguagem jurídica para se defender das acusações e prestar esclarecimentos sobre as duas categorias de seus acusadores. Em seu discurso procurou apontar que das duas categorias, a mais perniciosa era a dos acusadores encabeçada por comediógrafos do porte de Aristófanes e que a menos perigosa era a encampada por Meleto. Embora, para Sócrates, estes últimos acusadores “[...] Também sejam temíveis” Platão (2013, p. 58).

Estes acusadores da vida toda são aqueles que perseguiam Sócrates desde a mais tenra idade e eram considerados por Sócrates como da linhagem dos primeiros acusadores, os quais construíam seu perfil como de um homem problemático. Já os acusadores do momento eram aqueles da segunda linhagem encabeçada por Meleto, cujas acusações eram mais recentes.

O filósofo assim se refere aos seus acusadores da primeira linhagem: “Me acusavam falsamente, dizendo-vos que há um tal Sócrates, homem douto, especulador das coisas celestes e investigador das subterrâneas e que torna mais forte a razão mais fraca” (PLATÃO, 2013, p. 58).

É evidente que Sócrates demonstra por si mesmo, para si mesmo, e, em seguida, para o público, um pequeno esboço do que pensam seus acusadores sobre ele: expressões como “homem douto”, “especulador” e “investigador”, bem como aquele que tem o poder intelectual de tornar “mais forte a razão mais fraca”, deixam claro a

intenção de Platão de colocar seu principal protagonista, Sócrates, na linha de frente da razão política, jurídica e filosófica em relação aos seus acusadores.

Outro fator que chama atenção na narrativa é a capacidade de Sócrates tornar "mais forte a razão mais fraca"; este, sem dúvida alguma, é um adendo político imprescindível para o embate entre Meleto e Sócrates. Assim, Sócrates, durante a sua autodefesa no julgamento tentou tornar a razão de Meleto que aparentemente era a mais forte, a mais fraca, porém, sem sucesso.

Sócrates assim se refere a Meleto: "porque este homem, cidadãos atenienses, me parece a própria arrogância e imprudência, e certamente escreveu essa acusação por medo, intemperança e leviandade juvenil..." (PLATÃO, 2013, p. 69).

Apenas a título de informação, esta expressão "juvenil" foi utilizada e referida por Derrida (2005, p. 11) em relação ao autor Platão, em seu diálogo *Fedro*: "o primeiro ensaio de Platão e comportava algo de juvenil"; este algo de juvenil não pode ser referido a Platão em relação à *Apologia de Sócrates* uma vez que *o Fedro* é indicado por alguns críticos, a exemplo de Derrida, como "malcomposto", e isto não há como pontuar na escrita da *Apologia de Sócrates*.

No fragmento acima, percebe-se a tentativa de Sócrates de desmontar o poeta ao apontá-lo como arrogante e imprudente, mas Sócrates não nega em seu discurso de que a acusação foi escrita mesmo por Meleto e indicou como características predominantes nesta escrita: "o medo, a intemperança e a leviandade infantil".

3.3 AS MÁQUINAS DE GUERRAS E O ESTADO EM AÇÃO UNA PELA ORDEM

Na *Apologia de Sócrates*, tanto Sócrates quanto Meleto, podem ser considerados "máquinas de guerras" e aparelhos do Estado ao mesmo tempo.

À medida em que se voltaram para o Estado para defenderem seus interesses em torno da política e da lei, passaram a ser fontes de combate deste mesmo Estado, o que os define como ambivalentes por migrarem de um extremo a outro na defesa de seus ideais e dos ideais estatais, embora Deleuze-Guatarri (1997,

p. 26) afirmem que a "máquina de guerra se projeta num saber abstrato, formalmente diferente daquele que duplica o aparelho de Estado".

Primeiramente, entendemos Sócrates como esta "máquina de guerra", por encampar aquilo que denominamos de posição-oposição prol-poder-estatal, uma vez que uma das acusações se fundamenta na perspectiva de submeter ao Estado a fé oficiosa de Sócrates, o que pode ser indicado como uma prerrogativa para confrontar o suposto "saber abstrato" deste filósofo.

Na *Apologia de Sócrates*, Meleto assim se pronuncia: "Sócrates comete crime, não considerando deuses aqueles em que todo povo acredita, porém, outras divindades novas..." (PLATÃO, 2013, p. 65). Neste fragmento, o poeta Meleto, enquanto "máquina de guerra" e instrumento deste Estado, cobra ao povo a restauração do poder dos deuses oficiais afrontados por Sócrates com "suas novas divindades" e problematiza o poder desse mesmo Estado representado e confrontado pelo filósofo que, ao mesmo tempo em que preconizava a presença de outros deuses, exaltava a força do Deus de Delfos:

> Não fiqueis contra mim, mesmo que vos pareça que eu diga qualquer absurdo; pois que não é meu o discurso que estou a proferir, mas refiro-me a outro que é digno da vossa confiança, atenienses. Apresento-vos, de fato, o deus de Delfos, como testemunho de minha sabedoria, se eu a tivesse, e qualquer que fosse (PLATÃO, 2013, p. 61).

Deleuze-Guatarri (1997, p. 24) afirmam que

> a máquina de guerra faz com que esta só exista nas suas próprias metamorfoses; ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos estes fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente.

É, como se Sócrates e Meleto estivessem entre dois fogos cruzados, o da "máquina de Guerra" que os mobilizou e o do Estado que vem impor uma ordem das leis estatais em torno das posições pessoais de cada um. Estes dois protagonistas em suas ambivalências, são a favor e contra esta ordem das leis estatais, uma vez que um reclama do outro, a fuga destas mesmas razões, destas mesmas leis em suas acusações e defesas perante o Estado.

O mais fascinante neste embate é que o poeta Meleto consegue ser a "máquina de guerra" por estar além da formalidade do diálogo da *Apologia* e para além da

poesia enquanto verso. Meleto é uma espécie de nômade que proclama sua própria liberdade e sua sobrevivência de forma que ambivalente migra para além daquilo que desejaram seus opositores ao se tornar esta máquina que tritura seus opositores da escrita ao oral.

Percebemos neste julgamento uma espécie de contradição fundamental, uma vez que Meleto proclama liberdade acusando Sócrates de corrupção de jovens a partir de princípios éticos morais tradicionais. Podemos vislumbrar por outro ângulo, o ato denunciador de Meleto e não devemos negar que este ato foi, sobretudo, uma espécie de manifesto contra a liberdade do pensamento socrático que atentava contra os deuses oficiais do Estado.

Meleto fez esta denúncia utilizando-se do meio fundamental para o decreto da liberdade, a escrita. É isto que o torna ambíguo, ambivalente, porque, sob este aspecto, ele é um personagem trágico que enuncia aquilo que, naquele momento, era impossível enunciar pelo meio-suporte-dispositivo de que ele se utilizou, a escrita.

Meleto é trágico porque estabelece um descompasso entre a verdade que enuncia, verdade esta que é estabilizante, moralizadora, tradicional e arcaica e o meio tecnológico do qual se utilizou, a escrita, era uma das melhores ferramentas para instituir a democracia moderna no sentido de denunciar e pedir a condenação de qualquer cidadão.

O poeta Meleto é ambivalente porque escreve e monta todo o desenrolar que inspira a criação desta narrativa, mas sua participação na *Apologia*, conforme Platão, através de Sócrates, desdiz tudo aquilo que a própria importância de Meleto revela.

Já em relação a Sócrates, na própria obra, em alguns momentos, pode se identificar que ele incorpora em si a força do Estado. A prova disso está em sua fala, quando recorrendo aos atenienses, diz: “De fato, cidadãos atenienses, não tenho mais nenhum cargo público na cidade, mas fui senador, e a nossa tribo Antioquia coube por sorte a pritania...” (PLATÃO, 2013, p. 75).

Há, no fractal acima, rastros de que Sócrates foi mesmo um defensor da lei e um “servidor” do Estado. E continua: “[...] Então somente eu do Pritânio, me opus a vós, não querendo agir em oposição à lei, e votei contra...” Platão, (2013, p. 74-75).

Platão dá poderes a Sócrates para que ele diga em seu próprio discurso, o quanto foi estatal: de soldado das trincheiras de guerra ao senado.

Sócrates é o filósofo ambivalente que se mostra como um homem do Estado mesmo sendo acusado de atentar contra esse mesmo Estado. Sócrates, enfim, assim como Meleto é um homem da lei. Sócrates é um defensor ferrenho da lei e demonstrou isso quando disse na *Apologia:* "[...] Mesmo assim achei que me convinha mais correr perigo a favor da lei e com o que era justo, do que por medo de cárcere e da morte, estar convosco numa decisão injusta..." (PLATÃO, 2013, p. 75).

Por outro lado, Sócrates, enquanto "máquina de guerra", em determinado momento, torna-se indomável ao Estado e muitas vezes, "exterior à sua soberania e anterior ao seu direito", (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 12), enquanto o poeta Meleto poderia ser encarado como o representante de um Estado cuja filosofia socrática põe a nu, e, ao mesmo tempo, anuncia seu fim o que configura Meleto como a contraparte deste mesmo movimento em prol da manutenção deste Estado.

Tanto Meleto quanto Sócrates parecem resistirem para não se renderem à "maquina de guerra" ou ao Estado porque ora se apresentam como os representantes exímios deste Estado, ora marcham contra este mesmo Estado na decretação de uma guerra.

Segundo a teoria de Deleuze-Guatarri (1997, p. 12-13), poderíamos aludir a Meleto e Sócrates dentro da narrativa de Platão:

> uma multiplicidade pura e sem medida, a malta, a irrupção do efêmero e potência da metamorfose. Desata o liame assim como trai o pacto. Faz valer um furor contra a media, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho.

Estes protagonistas podem ser encarados também como o contrário porque estão a favor deste Estado. Ambos são ambivalentes quando esta ambivalência envolve as suas atitudes ou os significados de suas ações no processo.

O poeta Meleto é ambivalente porque além de estar com a escrita, também estava com a oralidade e estava a favor e, ao mesmo tempo, contra o Estado. Isso demonstra o quanto esta ambivalência é latente e está acentuada pela contradição

estabelecida entre a verdade dos fatos e a provável distorção estabelecida pelo próprio meio do qual se utilizou, a escrita.

A escrita do processo de Sócrates pode ser encarada neste momento como uma espécie de tecnologia nova com fins moralmente velhos para atacar uma tecnologia velha, a oralidade, cujos meios eram moralmente inovadores.

Podemos considerar que Meleto usou essa "nova tecnologia", no sentido de ser restrita, que era a escrita, com um hábito da "velha tecnologia", e se utilizou da escrita para atuar a favor do conservadorismo religioso e das leis estatais. O mesmo pode ser dito de Sócrates, em sentido oposto, uma vez que ele usa a "velha tecnologia", a oralidade, para dar conta de uma nova ética e uma nova potência da escrita pautada em sua oralidade. Entendamos que a escrita, no tempo de Sócrates, não era uma "nova tecnologia", no sentido de ser recente, embora fosse bastante restrita ou pouco usada.

Em algum momento, ambos se complementam. Meleto se utiliza de uma nova técnica de denúncia através da escrita contra algo inovador proposto por Sócrates em sua oralidade e Sócrates se utiliza de um velho recurso, a oralidade, para confrontar e corresponder ao novo, a escrita, utilizada pelo poeta Meleto na montagem de seu processo.

Definimos este conflito entre Sócrates e Meleto como um falso conflito porque os dois se locupletam, à medida que ambos estão a favor e contra o próprio Estado, ambos são transicionais e transitivos e estão no limiar entre as duas idades: idade da oralidade e idade da escrita. Entendemos Meleto dentro desta ambivalência intelectual por usar a tecnologia da escrita e a tecnologia da oralidade para atuar em prol de velhos costumes e representar a nova-velha lógica da Grécia após a retomada do poder dos Trinta Tiranos pelos atenienses.

É como se Meleto sendo a "máquina de Guerra" bem como instrumento do aparelho de Estado (Cf. DELEUZE-GUATARRI, 1997), navegasse na força do Estado ao ser denunciante de Sócrates em defesa da moral e dos bons costumes e recorresse ao próprio Estado para irromper, posteriormente, com o sistema deste mesmo Estado sendo o pivô e autor-ator desta guerra entre tecnologias. Estas supostas precisões tecnicistas entre estas tecnologias, a escrita e a oralidade são as máscaras para encobrir o rosto das forças antagônicas que comandam o julgamento.

Poderíamos aludir a Meleto esta marca de um sujeito com domínio desta tecnologia intelectual, a escrita, à qual mais tarde seria a principal responsável por ampliar ou reduzir seus horizontes de sobrevivência literária para além de qualquer intenção do discurso constituinte, cujo objetivo sempre foi propagar suas "pretensas necessidades técnicas" para mascarar ou manipular determinadas verdades ou inverdades sobre os atores deste fato.

Neste sentido é que indicamos o poeta Meleto na perspectiva barroca, uma vez que a ambiguidade é sua marca maior porque à medida que se revela uma espécie de instrumento a serviço do Estado, também apresenta fortes características de oposição a este Estado por causa de sua tentativa de desestabilizar e desmoralizar esse mesmo Estado.

Apontamos Meleto como uma "máquina de guerra" porque sua munição, a escrita, enquanto tecnologia intelectual pode ser considerada um forte instrumento a favor e contra o Estado. A "máquina de guerra" se instala entre "a irrupção do poder e a linhagem de dominação do Estado":

> Em suma, a cada vez que se confunde a irrupção de poder de guerra com a linhagem de dominação de Estado, tudo se embaralha, e a máquina de guerra passa a ser concebida unicamente sob a forma do negativo, já que não deixou nada de fora do próprio Estado (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 16).

Encarar Meleto como alguém que atropelou o próprio Estado usando do domínio desta tecnologia intelectual que é a escrita, à qual é tão inerente ao poder de guerra do Estado, é darmos a devida atenção à sua comunicação escrita como um discurso que tem sua tese fundada em acusações incisivas que, sobretudo, interessavam ao Estado.

Sócrates desfruta de um aparato intelectual, a oralidade, à qual também caminha nessa perspectiva de estar contra, e, ao mesmo tempo, do lado do Estado na quebra de certos binarismos que envolvem a escrita e a oralidade. É como se, diante destas prerrogativas tivéssemos que entender esta dicotomia que funde estes protagonistas: Sócrates é Meleto e Meleto é Sócrates, ou seja, um é o outro dentro dos movimentos desta narrativa na defesa dos interesses da ordem estatal.

Esta investida de Meleto como principal ator da irrupção do poder de Sócrates como o articulador da dialética, da maiêutica é o ponto "X" da questão de seu apagamento da "literatura universal" como poeta.

Lévy (1991) afirma que:

> Os atores da comunicação produzem portanto continuamente o universo de sentido que os une ou que os separa. Ora, a mesma operação de construção do contexto se repete na escala de uma micropolítica interna às mensagens. Desta vez, os jogadores não são mais pessoas, mas sim elementos de representação (LÈVY, 1991, p. 14).

Platão como autor e Meleto e Sócrates como atores, estão separados, mas cada um comunica a seu modo os sentidos dos julgamentos que circundam este enredo, e, conforme indicamos anteriormente, Meleto não foi apenas mais uma peça desta engrenagem filosófica, mas a peça principal desta narrativa, embora seja apresentado por Platão, Xenofonte, seus tradutores e prefaciadores como uma espécie de "máquina de guerra" desprovida de sua própria munição para este combate. Se Meleto sempre foi encarado com apatia é porque o desenrolar das análises desta narrativa sempre ficou restrito ao próprio Estado em seu discurso constituinte através do discurso filosófico.

A questão já foi posta e ficou evidente que Meleto não precisou escrever poemas para sobreviver enquanto poeta. Poderíamos até confirmar de que ele não tenha sido de fato poeta no sentido tradicional do possuir versos em seu nome, mas que é aquele quem escreveu um processo em nome da manutenção da ordem do Estado grego.

O Estado deu atenção às denúncias, acatou-as e escutou atentamente os dois lados, para, em seguida, condená-los à morte. A condenação posterior de Meleto pode ser indicada como um elemento importantíssimo desta ambivalência, desta troca de lugares do Estado em relação a Meleto e a Sócrates em suas mortes.

A ética de Sócrates ganha a querela quando o Estado vira "máquina de guerra" e o próprio Estado passa a ser indefinível por causa de sua ambivalência frente ao fato.

Ou seja, o próprio Estado enquanto aparelho troca de lugar para ora condenar Sócrates, ora condenar Meleto através da multidão assumindo a posição de exterminador dos protagonistas.

O Estado está configurado na autoridade do público ateniense para o qual Sócrates desprende toda sua atenção e seu discurso. Em sua defesa não são poucas as vezes em que Sócrates enuncia este Estado denominado de atenienses: "cidadãos atenienses" é uma expressão imperante na exposição de Sócrates o que corrobora que a presença do Estado é marcante para o rumo deste julgamento.

Derrida (2005, p. 67) aborda uma questão que achamos oportuno reportar ao filósofo Sócrates, em relação à posição ambivalente do Estado:

> Nesse virar pelo avesso, o que está em jogo é a ciência e a morte. Que se consignaram em um só e mesmo tipo na estrutura do phármakon: nome único dessa poção que é preciso aguardar. E que é preciso até mesmo, como Sócrates, merecer.

Neste jogo entre a ciência e as mortes de Sócrates e Meleto, o Estado se posiciona e traz para si os que afrontavam seu poder de "máquina de guerra" e o resultado final deste julgamento culmina na fusão dos dois protagonistas como duas faces da mesma moeda, porque ambos defendem e atacam o Estado e são curiosamente condenados e mortos por este mesmo Estado.

Meleto atuou como personagem principal na montagem e defesa desta ação jurídica contra Sócrates, no entanto é tratado, principalmente na *Apologia* como personagem de última importância, o que não condiz, já que este poeta atua nas duas instâncias de inteligência do Estado, entre aquilo que chamamos de "duas articulações" entre a escrita e a oralização desta escrita no cumprimento de sua missão de acusador.

3.4 DA ESCRITA À ORALIZAÇÃO

O texto escrito de Meleto defendido na via da voz, ficou um pouco escondido porque de fato não aparece esta oralização do seu texto escrito, de sua denúncia, embora entendamos que a transição desta oralização se deu na utilização que Platão faz da voz

de Sócrates em sua defesa quando da abordagem, pelo próprio Sócrates, da denúncia feita pelo poeta Meleto.

Neste “dialogismo”, percebe-se o atravessamento da voz pela escrita e da escrita pela voz, o que talvez explique que apenas a denúncia escrita não seria suficiente, por si só, carecendo da defesa pública da voz. Assim, um debate sobre oralização e oralidade é fundamental para entendermos em que sentido este debate começou pelo viés da escrita, com o processo escrito por Meleto e migrou para a oralização desta escrita, no debate oral, para em seguida migrar novamente para o cerne da escrita de Platão.

Para entendermos o conceito de oralização enquanto ato ou efeito de leitura do texto escrito é oportuno citar Justino (2013, p. 16), que diz que

> A oralização tem dupla face ou dois caminhos que se bifurcam, uma por ser coletiva e ter um pé nas memórias comunitárias, outra por ter com a escrita uma relação de hibridização e ruptura. Ela tem um aspecto imaginário, cultural, semiótico em toda amplitude; e um aspecto, diria, maquínico tecnológico.

A Literatura, enquanto obra de arte, caminha por duas vias: uma via ligada ao saber coletivo através da oralidade, da voz e outra via ligada à escrita o que, de certa forma, sinaliza para uma crise de hibridização da cultura através destas duas tecnologias.

Deste modo, isto explica a oralização como um recurso que submete o sujeito à sua interação com os signos a partir do conhecimento escrito que lhe é posto.

> A oralização é não nacionalista, é uma espécie não épica de epos, multilíngue e compósito, um epos que não crê no épico nem em sua epopeia. Ela é epos em 2 outros sentidos: na premissa da partilha e do comum, aquilo que, como sugeriu Jacques Rancière (2009), nos une e nos divide; e numa preocupação com os mortos e com suas memórias, constituídas, tradicionais, e por inventar aberta, não absolutas, não solipsistas (JUSTINO, 2013, p. 16).

No processo de oralização da obra literária parece-nos que a obra perde a sua língua de origem para somar-se a outras línguas no processo de comunicação entre escrita e oralidade, entre a Literatura escrita e a oralização desta Literatura. Justino (2013), nos alerta que não é possível tornar a oralidade uma espécie de sinônimo da oralização:

> Oralidade é um sistema estático; a oralização é errática, não sistemática e até caótica no sentido que está inserida na multiplicidade das culturas e de seus devires não previsíveis. A oralização tem um pé fora da oralidade porque se situa sempre em contextos de escritas, muitas escritas e escritas de muitos. Ela possui uma relação indissociável com o letramento e com as muitas formas institucionais de uso da escrita, cada dia mais associada às máquinas de produção simbólicas multimodais e intergenéricas. A própria escrita na oralização se constitui como uma máquina altamente tecnologizada (JUSTINO, 2013, p. 16).

Para Debray (1995), a oralidade como "sistema estático" pode ser entendida como um dos recursos mais avançados, e, portanto, mais acessíveis às sociedades em suas diversas formas de comunicar suas ideias e suas culturas. Do ponto de vista do sentido, é fundamental nos aproximarmos da premissa de que a oralidade como "sistema estático" pode ser considerada como uma das modalidades do saber mais praticadas pelas civilizações humanas.

Derive (2010) afirma sobre uma das civilizações mais autênticas em relação à oralidade, a civilização africana:

> Enquanto autênticos representantes de uma civilização de oralidade é que os escritores africanos produziram a literatura mais concordante com as suas normas escritas e que, ao contrário, é na mesma medida em que eles se integraram a uma civilização da escrita que eles tiveram os meios de operar a oralização dessa literatura. Pois, se admitirmos a hipótese aqui defendida, trata-se exatamente de uma oralização da literatura, isto é, da operacionalização de um processo que supõe um trabalho (DERIVE, 2010, p. 24).

Justino (2013) aborda a questão da oralidade recorrendo também, conforme Derive (2010), às comunidades africanas apontadas como "autêntica civilização da oralidade", e que, mesmo assim, "se mantém e é fundamental numa longa tradição de oralização de sua literatura".

Justino (2013, p. 16) sugere:

> boas pistas para pensá-la como espaço político estratégico para as comunidades não hegemônicas preservarem sua memória e dos seus, expandir suas formas de produção simbólica para alhures, num processo que pressupõe uma reflexão constante sobre o próprio escrever.

Pensar a obra de arte e em particular a obra literária dentro desta nova concepção que envolve oralidade e oralização da Literatura é pensar na relação do homem com o homem como que inseridos numa espécie de saber coletivo, uma vez que este homem

vem migrando, em suas produções, da oralidade à oralização e desde os primórdios registra os fatos num entrelace de conflitos com a modalidade da escrita para se comunicar com o mundo ao seu redor.

Assim Justino (2013) se refere à oralização e à oralidade:

> Se a oralização não pode esquecer nunca os estudos da oralidade, com ela não se deve confundir. A oralidade já tem uma longa tradição de pesquisa, é um conceito que constitui sistema, porque já possui, tanto na linguística quanto na antropologia e nos estudos literários, por exemplo, importantes bases de pesquisa para se pensar a voz e seus devires, mas é diferente da oralização porque esse sistema está eivado de pressupostos que o conceito de oralização recusa (JUSTINO, 2013, p. 17).

Para este pesquisador, oralidade e oralização não devem se perder entre si, mas, naturalmente, o campo de significantes de cada uma sugere que cada uma seja tratada em separado para que constitua seu próprio percurso, uma vez que em se tratando de percursos de pesquisas, Justino (2013) indica que a "oralidade já tem uma longa tradição de pesquisa", ao passo que a oralização passa a ser um novo caminho para a interpretação.

> A oralização, portanto não articula (só ou principalmente) questões de identidade. Sua inserção num passado, numa tradição, numa comunidade, não pára aí, no "identitário". Como estratégia de leitura, o tempo é sempre o presente, "carregado do agora". De resíduos, contemporâneo não contemporâneo, potenciais formas por vir. Ela não porta nenhuma saudade, todos os seus mortos estão vivos, no presente da obra. Não é o passado ou a memória de uma ou outra semiose em uma obra do presente do leitor, é uma espécie de futuro do texto atual, na medida em que não remete a um antes fundado lá atrás, só pode ser encontrada posteriormente, como "efeito" (JUSTINO, 2013, p. 18).

O termo oralização pode ser usado nesta discussão como uma forma de identificar a presença da escrita de Meleto para além de seu próprio tempo. Assim, nossa discussão busca uma abordagem que justifique os papéis da oralidade, da oralização e da escrita nesta narrativa de Platão.

Como podemos ver, há uma gama de conceitos que emergem para definir o que venha a ser a oralidade e neste sentido, vale apontar Ong (1998) para o qual:

> toda oralidade nos parece mais ou menos como sobrevivência, reemergência de um antes, de um início, de uma origem. Daí ser frequente, nos autores que estudam as formas orais da poesia, a ideia subjacente - mais gratuita - de que elas veiculam estereótipos primitivos (ONG, 1998, p. 19-20).

Para confrontarmos o termo oralidade com oralização recorremos a Justino (2013) que em sua discussão sobre estes termos os relaciona aos processos que recortam o diálogo na obra literária.

Justino (2013) indica que,

> numa perspectiva que leva em conta as máquinas de produção de linguagem contemporâneas, Félix Guattari (1992) ajuda a pensar a oralização para além da oralidade a partir de num novo conceito de subjetividade nas sociedades contemporâneas associada a componentes sociais, "industriais" e semióticos a-significantes" (JUSTINO, 2013, p. 17).

Os termos dialogam, mas se diferenciam por seus potenciais individuais e indiciais diante da escrita. Portanto, entre a oralidade, a oralização e a escrita um combate é travado para definir melhor o nível e o resultado da intervenção de cada modalidade desta diante da Literatura.

Assim, Justino (2013) coloca em diálogo as duas modalidades:

> A oralização questiona a tirania dos signos que se impõem como única realidade. Na oralidade maquínica, uma das muitas formas de oralização, nenhum conteúdo da subjetividade está imune à influência de diversos sistemas, que não são sinônimos da chamada sociedade das máquinas ou do virtual, pois as máquinas sempre estiveram, e em toda parte (JUSTINO, 2013, p. 17).

Focamos estes conceitos sobre oralidade e oralização para atualizar o "diálogo" desta narrativa e discutir o espaço que a voz de Meleto ocupa já que este poeta foi o autor da denúncia escrita e a peça principal da defesa de seu texto através da voz. Ou seja, Meleto escreve a denúncia e vai à defesa desta denúncia escrita através da voz.

Para Justino (2013, p 17),

> A oralização está associada a um novo élan cultural pós-romanesco que vai da literatura para tantas mídias e destas para o texto literário, sobretudo narrativo. Essa dominante cultural não é oral; é também oral, mas é principalmente sonora, para mim mais definidora do contemporâneo do que o imagético e ou visual tão comuns no discurso pós-moderno.

Justino (2013, p. 19) em seu artigo "Devir-Brasil: Oralização da Literatura", diz:

> Trata-se de uma pulsão que atravessa a escrita e a oralidade numa relação de diálogo, fusão, tensão, pastiche, incorporação, comentário, citação, relação não "interlingual", inter e intrassistêmica,

> pressupondo a literatura e suas escritas sempre num contexto de multiplicidades. Nem fora nem dentro, todas as linguagens, todas as mídias e todas as artes se atravessam. Em todo lugar só há barroquismo e crioulização.

O domínio da voz de Sócrates sobre a voz de Meleto em toda esta narrativa é impressionante. Na escrita de Platão o poeta é silenciado e, sobretudo, ridicularizado do ponto de vista da defesa pública de sua acusação.

Havelock (1996, p. 295) esclarece que "os estilos oral e letrado são justapostos como adversários, com vantagem para o primeiro". No estudo em questão, há, indiscutivelmente, certa desvantagem e esta desvantagem se acentuou, principalmente, no tocante à preservação da voz escassa do poeta Meleto na *Apologia de Sócrates*.

A escrita e a voz se bifurcam na *Apologia*. É como se Platão desejasse através da escrita preservar a outra voz, à qual mesmo sendo de Sócrates é sua também, e isto parece constituir uma espécie de voz para fortalecer o ataque. A estrutura da *Apologia* está repleta de intenções políticas, poéticas e jurídicas que a escrita de Platão detém e mantém ao sugerir uma interpretação do poeta Meleto como mero usuário da escrita e não como um exímio manipulador desta tecnologia.

Para explicar este conflito entre Sócrates e Meleto a partir da escrita, da oralidade, da oralização ou da voz é imprescindível pensarmos nestas tecnologias como as midiasferas (Cf. DEBRAY, 1993) às quais envolvem neste julgamento a escrita de Platão, a escrita de Meleto, as vozes de Sócrates e de Meleto e que posteriormente, este conflito vai envolver também a escrita dos prefaciadores.

Para esta discussão é importante destacar Debray (1993):

> Cada midiasfera é ela própria o encaixamento das esferas precedentes, imbricadas umas nas outras, com partes vivas e partes sobreviventes. As midiasferas não se sucedem excluindo-se uma às outras e, no entanto, cada uma tem sua própria unidade, sua personalidade (DEBRAY, 1993, p. 266).

Sócrates não escreveu, mas foi sua voz através da escrita de Platão que propiciou o cruzamento ou este "encaixamento das esferas precedentes, imbricadas umas nas outras", ou melhor, entre as tecnologias intelectuais da escrita e da voz, às quais são responsáveis por passar adiante esta narrativa e suas implicações jurídicas, filosóficas, políticas e poéticas através destas mídias.

Segundo Zumthor (1997, p. 29), “o termo mídia designa várias maquinarias de efeitos distintos, conforme elas operem, por um lado, apenas no espaço da voz ou em sua dupla dimensão espacial e temporal ou, por outro, se dirijam apenas à audição ou a sensorialidade audiovisual”.

Neste sentido, consideramos a escrita como a mídia responsável pela transmissão da voz de Sócrates de sua época até os dias de hoje, uma vez que é graças à escrita que podemos “ouvir” e ler as vozes destes protagonistas diante deste embate epistemológico.

Para Zumthor (1997, p. 31), “as vozes que estão mais presentes e que ressoarão amanhã são as que terão permeado toda a espessura da escritura”, ou seja, apenas as vozes que passaram pelo funil da escritura puderam chegar até nós no estado em que se encontram, sobretudo, com suas verdades ou mentiras.

Ong (1998) ressalta que,

> Na realidade, as culturas orais produzem realizações verbais impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que já não são sequer possíveis quando a escrita se apodera da psique. Contudo, sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes (ONG, 1998, p. 23).

O julgamento de Sócrates torna palpável este dualismo que envolve estas “realizações verbais impressionantes” entre a escrita, a oralidade, a voz e a oralização, às quais são protagonizadas com certa tensão na trama de Platão.

Certa tensão, no sentido de entender que, apesar de o poeta Meleto escrever o texto da referida denúncia, não há uma abordagem interessante sobre este texto escrito, há não ser na perspectiva da indicação do tema da condenação. Outro detalhe é o fato de Meleto ir ao tribunal para defender sua denúncia, mas esta intervenção oral não aparecer nos debates que lemos sobre este enredo ao longo de nossa pesquisa.

O tema da condenação explicita o conflito entre Sócrates e Meleto, conflito este que se revelou ou se configurou a partir da mídia que cada um dominou: Meleto dominou a mídia da escrita e a mídia da voz e Sócrates dominou a mídia da voz.

Este conflito entre as mídias de inteligências se configurou a partir do uso de formas de comunicação e sistemas de linguagens que cada um utilizou para este embate. Curiosamente, Sócrates e Meleto se imortalizaram através do suporte da escrita.

Segundo Debray (1993), entretanto, a escrita não é um suporte, mas um procedimento; o suporte é o papel, o pergaminho, a tela. Este procedimento, a escrita, adapta-se à História, mas devido sua transitividade, este procedimento, também se adapta à nova História que se modifica diante da escrita para mudar sua legitimidade e seu poder.

Para Derrida (2004, p. 219):

> A própria palavra suporte exigiria colocar muitas questões, exatamente a respeito do papel. É preciso não confiar cegamente em todos os discursos que reduzem o papel à função ou ao topos de uma superfície inerte, disposta sob marcas de um substrato destinado a sustentá-las.

Não há indícios de que a defesa do filósofo Sócrates tenha se dado em primeiro plano pela escrita, há não ser na perspectiva da escrita de Platão que expõe as ações de Sócrates dentro de sua obra.

A defesa propriamente dita de Sócrates se deu exclusivamente pelo viés da voz mediante uma pauta de acusações que deveria ser seguida conforme o que estava escrito pelos seus acusadores. Sócrates é a midiasfera da memória cerebral enquanto Meleto é a metonímia da memória literária o que sugere um debate sobre a poesia de Meleto, não como sua essência poética, mas como trânsito permanente entre a voz e a escrita.

Derrida (2005, p. 53) diz o seguinte sobre o domínio de Sócrates em relação a esta memória: “julgando-se melhor do que ninguém em mnemônica ou mnemotécnica. É, na verdade, o poder que ele mais considera”.

A voz (Cf. PAZ, 1989) traz até nós versos e frases que invadem os ouvidos com palavras que estiveram em cena e motivavam a movimentação dos corpos em encenações que mobilizavam as mentes na direção de campos movediços de ideias constituídas por sentidos diversos.

A escrita se impôs como a fonte mais precisa de todos os saberes, já que a voz, neste momento, ainda não dispunha de uma mídia cujo arquivo estivesse para além da

memória popular. Por isto, os conteúdos das vozes sempre estiveram fadados aos seus desaparecimentos pois não dispúnhamos de recursos midiáticos eficazes para seu armazenamento.

Para Ong (1998, p. 55), "A escrita alimenta abstrações que afastam o conhecimento da arena onde seres humanos lutam entre si. Ela separa aquele que conhece daquilo que é conhecido". Estas abstrações alimentadas pela escrita de Platão na *Apologia de Sócrates* são oriundas de suas divagações literárias, às quais estabeleceram um tipo de reforma que acabou separando o poeta Meleto do fato criado por ele mesmo, o julgamento.

A intervenção de Meleto no julgamento de Sócrates, nos chamou a atenção por causa do conteúdo das inquietações que moveram sua acusação contra o filósofo. De certa forma, a *Apologia* escrita por Platão não esclarece esta questão e mesmo quando Meleto é interpelado por Sócrates sobre determinados tópicos da sua acusação, acaba não explicando claramente estes tópicos, principalmente, no tocante à acusação da "corrupção de jovens", da qual zomba Sócrates que o poeta desconhecesse.

Outra coisa que chamou nossa atenção foi o poder de arguição que Meleto deve ter tido para convencer o tribunal a votar favorável à propositura de sua acusação escrita, à qual, de certa forma, consideramos como uma questão epistemológica e/ou de interesses políticos. O teor desta acusação de Meleto pela via da voz, escapou aos estudos críticos.

Ou melhor, esse silêncio a que Platão através de Sócrates submeteu o poeta Meleto deve ser investigado com calma porque de certa forma este silêncio demonstra a fundo a fissura ou a rachadura na obra de Platão, à qual torna a presença deste poeta, na *Apologia*, logicamente como problemática ou inverossímil. Mesmo o poeta Meleto não falando tanto quanto Sócrates, mas é ele quem ganha a disputa verbal. E esta disputa verbal indica o fundamento do dialogismo que ocorre, conforme Bakhtin, mesmo quando uma das vozes é silenciada.

Vejamos em que grau esta semiose entre a escrita e a voz se instala no momento em que Sócrates vocifera contra a vociferação da voz em sua autodefesa.

3.5 POR UMA SEMIOSE DA VOZ

Sócrates na primeira parte de sua defesa ao se dirigir ao público presente fala em alto e em bom tom: “Não façais rumor: Não vocifereis pelas coisas que digo” (PLATÃO, 2013, p. 73).

A citação que inicia nossa discussão abre um precedente para que pensemos sobre o sentido desta súplica de Sócrates no início de sua defesa, o qual pediu aos presentes que não gritassem, bradassem ou levantassem suas vozes pelas coisas que ele dizia. Sócrates não desejou as intervenções dos presentes para que sua voz fosse ouvida com todos os sons para os devidos esclarecimentos de sua inocência em sua defesa.

Para prosseguirmos nossa discussão sobre a semiose da voz, cabe uma pausa, a fim de que entendamos a partir de que pressupostos teóricos se baseia a discussão sobre esta semiose na mídia da voz.

Entendamos o termo semiose sobretudo, como uma espécie de operação que produz e origina signos dentro de uma relação recíproca entre significante e significado (Cf. SAUSSURE, 1988), ou entre o plano da expressão e o plano do conteúdo.

A semiose em acordo ou desacordo com qualquer tipo de ação do signo, produz aquilo que comumente se denomina de interpretante em torno de si mesmo. Melhor dizendo, a semiose consiste na atitude de determinar um interpretante para si mesma.

Assim, todos os atos de linguagens artísticas ou não artísticas dentro de uma cadeia de significação sempre vão implicar numa semiose e é esta semiose que se integra de certa forma, à função semiótica. “A semiose se explica por si mesma: esta circularidade contínua é a condição normal da significação e permite, inclusive, que os processos comunicativos utilizem signos para mencionar coisas e estados do mundo” (ECO, 1995, p. 198).

Dizem alguns críticos que o ato da leitura é uma forma de “despojar-se” e confrontar-se com objetivos e conclusões antecipadas. Deste modo, é preciso que o leitor diante deste confronto presente na *Apologia* disponibilize-se a perceber os sons das vozes que foram silenciadas ou por falta de força própria para se expressarem ou pela própria força que tem o discurso constituinte de Platão para calar estas vozes. Entendemos que há uma certa surdez para estas vozes que focamos no presente estudo.

Deste modo, o signo sempre representa algo, ou seja, seu objeto, este objeto, não em sua abrangência ou em generalizações, mas como referência a uma ideia que se possa ter sobre determinada ideia. É assim que Peirce aborda a relação existente entre os vértices da tríade da semiose, e, deste modo, Eco (1995) explica que encontramos o fundamento da semiose ilimitada no conceito da semiótica peirceana.

Recorremos à definição de (SOUZA, 2006, p. 160) que diz: "significa que o signo é um dado de consciência conduzindo, pelo fato, de existir como objeto de saber, a um mais, a uma aquisição, a um saber suplementar. E a significação é um processo dinâmico em movimento que Peirce chama de semiose ilimitada".

Alguns signos ao indicarem os vieses causal e lógico, acabam por demarcar a cadeia semiósica. Muitos teóricos indicam a semiose como que comandada, em última análise, pelo que estes críticos indicam como uma causa final, constituindo uma espécie de "processo télico", ou seja, aquilo que implica uma tentativa ao desejado, sem que nunca se chegue a este desejado e cujo sentido é alcançar uma representação mais próxima possível do objeto, o que, segundo Peirce (2005, p. 74) constitui "a verdade semiótica".

Esta verdade semiótica estabelece uma análise lúcida para a reflexão sobre o que seja semiose. A semiótica propõe a composição do sentido de um texto a partir da revisão de "enunciados terminativos", cuja finalidade não seja excluir a semiose, enquanto linha de leitura, o que, naturalmente, transformaria a "comunicação em ameaça ultimativa".

A questão central de toda interpretação pode ser perguntar quem decidiu sobre o sentido de um determinado texto. Isto colocaria em análise toda e qualquer interpretação outrora fadada ao exclusivismo da violência hermenêutica. O que sugere a quebra de paradigmas que fujam do paradoxo da ambivalência superficial da interpretação da obra que se mostra "ao mesmo tempo aberta e determinada".

Concordamos com Eco (1995, p. 123), que debate o "enunciado mais acutilante da *Obra Aberta* [que] é este: A mensagem (ou o texto) surge como uma forma vazia à qual podem ser atribuídos vários sentidos possíveis".

A leitura de Eco sobre obra aberta é retomada em seu *Tratado de Semiótica Geral*, no qual demonstra que sua forma de ver a obra aberta está arraigada ao conceito peirceano de "semiose ilimitada", principalmente no instante em que Eco aborda a abertura dos textos, o que vem corroborar com a discussão sobre a Estética da Recepção, à qual propôs um novo modelo comportamental de novos movimentos numa representação da nova postura do leitor diante do texto agora escancarado, aberto.

A figura de linguagem que melhor conceitua o processo de semiose ilimitada pode ser a metáfora, ou melhor, uma forma de linguagem constituída e composta por uma cadeia de multidimensionalidades que podem ser esclarecidas por uma espécie de conjuntura que sempre aponta para uma noção cultural determinada.

Contudo, nesta "semiose ilimitada", fixada por uma "convenção cultural", prossegue Sócrates na escrita de Platão: "Aqui estou para vos dizer algumas outras coisas, e talvez, por isso, levantarei a voz, mas não o deveis fazer" (PLATÃO, 2013, p. 73).

Na fala de Sócrates acima, ele parece precisar da voz para tornar viável sua defesa, à qual se originou pelo viés da escrita de Meleto dentro de uma disputa de saberes, e, de certa forma, tanto as sociedades antigas como as sociedades contemporâneas precisam, conforme discorre Zumthor (1997, p. 56), "da voz de seus contadores, independentemente das situações concretas que vive. Mais ainda: no incessante discurso que faz de si mesma, a sociedade precisa de todas as vozes portadoras de mensagens arrancadas à erosão do utilitário: do canto tanto quanto da narrativa".

Talvez, neste momento, esteja a marca da força e do poder da tecnologia que Sócrates utilizou para sua defesa, a sua voz. Esta força e este poder da voz socrática manifestam-se com poder igual ao da escrita que domina a montagem deste enredo desde o processo jurídico até o processo literário, porque, graças à escrita de Platão, entre outros autores é que estamos hoje analisando esta narrativa.

É importante que não esqueçamos que Sócrates no uso de sua voz em sua defesa, na primeira parte da *Apologia*, fez menção à escrita e chegou a indicar a autoria de tal texto escrito. Vejamos: "É claro, segundo a acusação escrita por ti mesmo..."

(PLATÃO, 2013, p. 68). Fica claro que Sócrates reconhece o poeta Meleto como autor do texto escrito do processo ora movido contra ele.

Diz Sócrates ainda sobre a autoria do tal texto impetrado contra ele: “isso justamente Meleto escreveu também no ato da acusação” (PLATÃO, 2013, p. 74). Estes fragmentos estão escritos, mas foram transmitidos pela voz de Sócrates, à qual foi instrumento de sua defesa e serviu de código de base para a escrita de Platão. Todo o enredo desta narrativa foi gerado pela escrita de Meleto, à qual originou os registros orais que migraram para o registro escrito na *Apologia de Sócrates*.

Ainda sobre a voz, diz Sócrates, na primeira parte de sua defesa: “ouço uma voz e toda vez que isso acontece ela me desvia do que estou a ponto de fazer, mas nunca me leva à ação”. Notemos, conforme a fala de Sócrates, que havia um domínio de uma voz superior, à qual comandava todo seu ritmo de vida, todo seu ser, desde criança, a ponto de desviá-lo de seus afazeres, levando-o, muitas vezes, à inércia.

Na terceira parte de sua defesa, Sócrates retoma a questão da voz: “Aquela minha voz habitual do demônio em todos os tempos passados me era sempre frequente e se opunha ainda nos mais pequeninos casos, cada vez que fosse para fazer algo que não estivesse bem...” (PLATÃO, 2013, p. 88). Na sua fala, Sócrates assume o poder que esta voz exercia sobre suas ações e sobre suas opiniões.

No oráculo de Delfos, foi o uso da voz que fez-se reconhecer a força do saber de Sócrates perante os demais mortais. “uma vez, de fato, indo a Delfos, ousou interrogar o oráculo a respeito disso – novamente vos peço, cidadãos, para que não façam tumultos – e perguntou-lhe, pois, se havia alguém mais sábio que eu” (PLATÃO, 2013, p. 61). Toda esta discussão sobre o saber de Sócrates se deu pelo viés da voz e foi ouvindo a voz da Pitonisa, a sacerdotisa do templo de Delfos que Sócrates tomou consciência de sua inteligência e do reconhecimento de seu saber incomum.

Na terceira parte de sua defesa, Sócrates mais uma vez assim se refere à voz: “eis também a razão por que a divina voz não me dissuadiu...” (PLATÃO, 2013, p. 90). Sócrates não foi persuadido pela voz divina e nem mudou sua opinião sobre o saber dos que o condenaram.

A partir destes fragmentos da *Apologia* percebemos que a questão da voz tem um sentido materializado pela força contundente que rege toda a vida de Sócrates. Dentro de sua ambiguidade, Sócrates é acompanhado desde sua infância por uma voz demoníaca e outra voz que ele denomina de "voz divina". E são estas vozes do divino e do demoníaco que guiam Sócrates durante toda a sua vida de homem inquieto, levando-o a discordar da propositura dos pensamentos convencionais.

Retomamos Derrida (1995, p. 7) sobre a questão da voz imparcial para entendermos de que forma se deu esta tensão entre a voz e a escrita nesta narrativa. Esta tensão deu origem a uma rivalidade, à qual nos esclarece que não é possível a atuação de uma voz imparcial para atuar nesta narrativa ou para tratar da relação das vozes que dialogam entre si.

A voz de Platão, em sua escrita, não foi imparcial no diálogo que estabeleceu entre Sócrates e Meleto. Essa voz parcial de Platão, fadada a si mesma, dentro de seus próprios interesses políticos parece desejar impor algo que também impõe a ambivalência por dizer que Sócrates era guiado e dominado por vozes ao mesmo tempo divina e demoníaca. Assim, faz-se necessário, pensarmos sobre as "multiplicidades das vozes".

Notamos, de certa forma, a presença de certo "discurso apofático" na voz de Sócrates, o que consiste em estabelecer uma linha tênue entre a fé e a descrença. Para Derrida (1995, p. 8), "o discurso apofático sempre foi suspeito de ateísmo". Podemos definir esta ambivalência de Sócrates porque percebemos que ao mesmo tempo em que ele indica que ouvia a voz divina, também indica que ouvia uma voz demoníaca e o mais interessante é ele assumir que ambas as vozes exerciam domínio sobre si desde a mais tenra idade.

Por outro lado, foi o combate a este possível "discurso apofático" de Sócrates que moveu a ação jurídica de Meleto. Este poeta entendeu que o discurso que estabelecer um elo com outros deuses, que não as divindades do Estado, merecia melhores esclarecimentos perante este mesmo Estado que ora se curvou, ora se confrontou com predisposição no combate ao provável ateísmo/politeísmo de Sócrates.

Este mesmo Estado estabeleceu uma audácia ao condenar a ambos em suas prerrogativas. Ambos levaram este Estado a cometer um erro após o outro na condenação e pena de morte destes cidadãos gregos.

Entendamos "o discurso apofático" conforme Derrida (1995, p. 9):

> Se a apófase inclina quase ao ateísmo, não podemos dizer que, por outro lado, ou por isso mesmo as formas extremas e mais consequentes do ateísmo declarado terão sempre testemunhado o mais intenso desejo de Deus? Não está ai, doravante, um programa ou uma matriz? Uma recorrência típica e identificável?

Assim, o discurso apofático pode ser visto em ambas as personagens porque uma não defende a existência de outros deuses fora do domínio do poder estatal e a outra vai além dos deuses instituídos e constituídos conforme a lei e estabelece novos elos com outras divindades provocando uma espécie de encontro e desencontro entre os deuses e os cidadãos atenienses.

São estas vozes divinas e demoníacas, os juízos maiores que regem e desmontam as ações de Sócrates, mas é a defesa da voz dos deuses estatais que Meleto desejou que vociferassem, embora seja preciso reconhecer que um "discurso apofático"

> Pode, com efeito, responder ao mais insaciável *desejo de Deus*, corresponder a ele, corresponder com ele, segundo a história e o acontecimento de sua manifestação ou o segredo de sua não manifestação. A outra apófase, a outra voz, pode permanecer radicalmente estranha a qualquer desejo ou, em todo caso, a qualquer forma antropo-teomórfica do desejo (DERRIDA, 1995, p. 10).

Vejamos o discurso de Sócrates sobre sua pregação em torno do divino:

> por isso, até agora procuro e investigo segundo a vontade de deus, se algum dos cidadãos ou forasteiros me parece sábio... e, totalmente empenhado em tal investigação, não tenho tempo de fazer nada de apreciável, nem nos negócios públicos, nem nos privados, mas encontro-me em extrema pobreza por causa do serviço do deus...(PLATÃO, 2013, p. 54).

Faz-se necessário uma abordagem Semiótica que teorize sobre esta tensão que permeia o diálogo entre a voz e a escrita na *Apologia*. Diálogo no qual questionamos a tradução e a transmissão do que houve na voz e foi transmitido para a escrita como um índice que pode conter muitas incongruências na audácia da tradução de língua para línguas e na transição de tecnologias, isto é, transição da voz para a escrita.

Esta emanação vocal, às vezes mal discernível da voz de um ou outro personagem, determina "a metonímia das esferas oral e fusional" a partir dos sentidos que estão implicados numa determinada obra literária, em particular na *Apologia de Sócrates* na qual nos emaranhamos em vários índices, os quais nos remetem ao cerne da origem de todo processo de significação de tudo que permeia os interesses políticos ou religiosos em torno deste enredo.

O próprio Sócrates, na segunda parte de sua defesa quando aborda sua impassibilidade assim se pronuncia em relação aos partidos que os julgaram:

> Minha impassibilidade, cidadãos atenienses, diante da minha condenação, entre muitas razões, deriva também desta: eu contava com isso, e até, antes, me espanto do número dos votos dos dois partidos. Por mim, não acreditava que a diferença fosse assim pequena: pois se somente trinta fossem da outra parte, eu estaria salvo (PLATÃO, 2013, p. 81).

Fica claro a força da intervenção política do Estado, também, enquanto "máquina de guerra" nesta narrativa ao votar a favor ou contra tal e qual prerrogativa. Para retomarmos esta discussão sobre o Estado enquanto "máquina de guerra" faz-se oportuno definirmos melhor o que poderia ser entendido em torno do pensamento de Platão enquanto autor em relação aos protagonistas Sócrates e Meleto.

> Quanto valeria um pensamento que nunca fosse transformado por seu objeto? Talvez escutando as coisas, os sonhos que as precedem, os delicados mecanismos que as animam, as utopias que elas trazem atrás de si, possamos aproximar-nos ao mesmo tempo dos seres que as produzem, usam e trocam, tecendo assim o coletivo misto, impuro, sujeito-objeto que forma o medo e a condição de possibilidade de toda comunicação e todo pensamento (LÈVY, 1991, p. 6).

Para Derrida, (1995, p. 7) "um texto só é um texto quando ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. Um texto permanece, aliás, sempre imperceptível. A lei e a regra não se abrigam no inacessível de um segredo...".

Na narrativa da *Apologia* o que mais suscitou a nossa atenção foi este véu sobre algo que, à primeira vista, parecia imperceptível, mas quando olhado com atenção desvelou segredos questionáveis, segredos estes que deslocaram a *Apologia* do lugar comum de um texto que deveria apenas ter o caráter de uma narrativa

apológica para se transformar num drama de uma verve téorico-política sem precedente.

A dissimulação de determinadas leituras pode determinar o pano de fundo de explicações que podem fugir à lógica desse espetáculo escondido, mas dado em todo seu organismo a olhos nus, reservando sempre uma surpresa por baixo desse pano de fundo, o qual revela que os segredos de uma determinada obra guardam outros segredos ainda por desvendar.

Em relação à leitura, conforme Derrida (2005, p. 7) "acrescentar não é aqui senão dar a ler"; e, dizemos mais, acrescentar outros sentidos à obra é também desler, na medida em que se acrescenta "algum novo fio" à textura primeira que lentamente pode ficar pelo caminho.

Inúmeros escritores, em seus estudos sobre a *Apologia de Sócrates* fizeram análises incisivas provando que a "soberania política", a soberania filosófica e a soberania poética em Atenas, palco do julgamento de Sócrates e, posteriormente, de Meleto, eram oriundas de dois polos de dominação (Cf. ROMERO, 2013): conspiração e medo.

Estes dois polos, conspiração e medo, em suas antagonias, eram temas constantes no cenário político da Grécia num momento em que Atenas acabara de sair das garras dos "Trinta Tiranos, pró-Esparta, que durante um ano, governou com mão de ferro a sociedade ateniense...O mesmo grupo que lutou pela volta da democracia a Atenas estava acusando o filósofo de corromper os jovens" (ROMERO, 2013, p.14).

Nessa narrativa, em alguns momentos, Meleto é colocado entre parênteses para que se entenda que esse poeta, conforme designado por filósofos, não pode ser considerado poeta cujo sentido parece (des)significar o que o próprio Platão propôs, que era tachá-lo de poeta.

As palavras e as imagens escolhidas para ilustrar o enredo do julgamento de Sócrates acabam por imobilizar Meleto. Estas palavras e imagens construídas e apontadas no ato criativo da obra platônica deflagram uma espécie de negação de possibilidades "espectáveis" em relação a este personagem.

As imagens fossilizadas desta trama, às quais são recepcionadas pelo público, constituem a construção e a formatação de novos significantes para a remontagem deste percurso literário. É necessário fugir desta tendência que visa indicar como decorrência desta necessidade de revisitação e restauração apenas os caminhos traçados pelo autor, os quais podem ser, inclusive, negados e repugnados por novas gerações de leitores mais incomodados. Este jogo entre a Crítica Filosófica e a Crítica Literária ao calar o dito e mostrar o oculto pode acelerar a quebra de paradigmas que foram impostos por determinadas nuances que são fundamentais para uma análise desta obra.

Na *Apologia*, a condenação de Sócrates vaga por vários sentidos a partir dos quais Sócrates é o senhor de suas ideias e de seus atos e também o senhor de sua própria morte. Nesta obra, a imagem de Meleto foi distorcida e funciona como uma espécie de representação de uma armadilha que encurralou a categoria dos poetas posteriormente expulsa da *República* de Platão. Na *República* Platão sugere como indesejável a presença desta categoria na "cidade perfeita dos filósofos da verdade".

Derrida (2005, p. 87) retoma esta discussão em Platão em seu livro a *República:* "como toda arte imitativa, pintura e poesia estão, certamente distanciadas da verdade, a poesia imita, mas a voz, de viva voz...(República, X, 603 b)".

O poeta Meleto foi abandonado na *Apologia* como uma espécie de monstro vigiado, o qual está envolto pelos inúmeros vultos da História da Filosofia, a única a tratar deste enredo.

Não queremos especificar apenas o poeta Meleto como homem de guerra ou como uma "máquina de guerra", uma vez que o filósofo Sócrates também é este homem de guerra frente aos seus contemporâneos na desenvoltura da defesa de sua máxima "ignorância" de só saber de que nada sabia.

Enxergando ambos os personagens por esta fresta é possível aludirmos que são "máquinas de guerras", pois, segundo Deleuze-Guatarri (1997),

> não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho do Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 15).

O controle e a centralização do poder jurídico pertencia à cidade-Estado, Atenas, mas foram as máquinas de guerras, Sócrates e Meleto que determinaram o curso de suas próprias vidas perante este Estado que, posteriormente, tomou a frente do processo e dominou todos os movimentos impetrados por ambos e os imobilizou enquanto máquinas de guerras.

Sócrates, na *Apologia* fez questão de demonstrar para o Estado que o denunciante Meleto era quem deveria ser julgado porque o criminoso ali era ele, por brincar com coisas sérias: "[...] Ao contrário, eu digo, cidadãos atenienses, Meleto é quem comete crime, porque brinca com coisas sérias" (PLATÃO, 2013, p. 65).

Sócrates parece encontrar-se com seu duplo, Meleto, o qual, assim como ele, também comete crime e nesta luta ambígua, ambos empossam em si a "máquina de guerra" por traírem e defenderem, ao mesmo tempo, o Estado, uma vez que um diz que o outro é culpado para se redimir diante de um Estado atento e exterminador. Ambos pertencem ao Estado grego e ambos não podem, de forma alguma, entrar em contradição perante os ouvidos jurídicos deste Estado.

Para Deleuze-Guatarri (1997, p. 15), "Do ponto de vista do Estado, a originalidade do homem de guerra, sua excentricidade, aparece necessariamente, sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação, pecado...".

Pesam sobre Sócrates e Meleto todas estas qualidades e defeitos que são imprescindíveis para entendermos até que ponto não devemos confundi-los como cabeças pensantes isolados ou separados de um circuito estatal que os define como exteriores/interiores à potência do próprio Estado.

Sócrates e Meleto em suas essências, tanto representam o Estado, conforme seus interesses, quanto vão de encontro aos interesses desse Estado. Meleto e Sócrates são interiores e, ao mesmo tempo, exteriores à potência estatal. A nosso ver, são homens de guerra em suas acusações mútuas e isolam-se, cada um por si, para se debaterem entre dois extremos, as acusações e as defesas. Estão, portanto, "entre dois polos da soberania política" que envolvem a convenção e a contravenção às leis instituídas pelo Estado.

Sócrates é também acusado-acusador e também denuncia seu acusado-acusador, Meleto, de conduzir "[...] com facilidade os homens ao tribunal,

dissimulando ter cuidado e interesse por coisas em que de fato nunca pensou. Procurarei mostrar-vos que é bem assim" (PLATÃO, 2013, p. 66).

A ambivalência ilustra esta passagem, uma vez que ambos são acusados e acusadores ao mesmo tempo. Tanto Sócrates quanto Meleto conduzem esta marca da ambivalência porque ambos parecem ultrapassados em suas ideias e na defesa destas ideias perante o Estado grego. Ambos se tornam vanguarda contra o furor que cada um atira contra si mesmo a partir da tecnologia de que cada um dispõe a seu favor.

Retomamos Lèvy (1991) para explicar que este olhar do Estado interventor monitora da oralidade

> à escrita em geral, os diversos sistemas de representação e notação inventados pelo homem ao longo dos séculos têm por função semiotizar, reduzir a uns poucos símbolos ou a alguns poucos traços os grandes novelos confusos de linguagem, sensação e memória que formam o nosso real. As experiências que temos sobre as coisas misturam-se com imagens em demasia, ligam-se por um número excessivo de fios ao inextricável emaranhado das vivências ou à indizível qualidade do instante: não nos é possível ordená-las, compará-las, dominá-las (LÈVY, 1991, p. 43).

Investigamos a importância do poeta Meleto por entendermos que Platão, homem do "velho Estado moderno", tem a escrita a seu favor para investir contra o poeta Meleto. A escrita da acusação foi de autoria de Meleto o que pode demonstrar que a diferença entre Sócrates e Meleto pode ser considerada apenas aparente porque ambos são sujeitos de transição, no entanto um é sujeito da escrita e outro é sujeito da voz.

Ambos são máquinas de guerras e homens estatais a serviço da regulamentação das leis em suas devidas transições que apontam para uma modernidade que desponta nesta transição cultural da oralidade para a escrita.

Meleto é uma espécie de ambivalente, (Cf. DELEUZE-GUATARRI, 1997) por ser um homem que no auge da oralidade representada e praticada por Sócrates, escreve. A ignorância, no bom sentido da palavra, de Meleto, é sua sabedoria que lhe permite não estar totalmente entregue ao Estado. Meleto introduziu o diálogo entre o Estado e a escrita através deste processo contra Sócrates. A tecnologia da escrita, através do processo contra Sócrates atingiria e modificaria este mesmo Estado de tal

sorte que nem mesmo Platão que também condenou esse Estado, percebeu o quanto este poeta era potente.

Platão não percebeu que Meleto era o "nascente homem do velho Estado moderno", o qual introduziu a partir de sua denúncia escrita uma crise que foi inaugurada por ele, mas que quem de fato herdou de Platão a arma de ataque, a escrita**,** a seu favor, foi Sócrates. Isto está explícito na investida de Platão ao silenciar o poeta Meleto na sua narrativa ao dar vez e voz apenas ao discurso socrático, o qual é também, o discurso platônico.

Vejamos um fractal da *Apologia* no qual Platão dá a Sócrates a sorte de ao mesmo tempo em que a escrita está contra ele, através da escrita de Meleto, também está a seu favor, na escrita de Platão. É na escrita de Platão que Sócrates aparece para desferir um discurso inflamado e desarticulador contra Meleto:

> De fato, ele para mim, se assemelha a alguém que proponha um enigma e diga, interrogando-se a si mesmo: Perceberá, Sócrates o sábio, que eu estou zombando dele e me contradiga, eu conseguirei enganá-lo e aos outros que me ouvem? E, ao contrário, penso que, no ato da acusação se contradiz de propósito, como se dissesse: Sócrates comete crime, não acreditando nos deuses, mas acreditando nos deuses. E, isso, na verdade, é fazer zombaria (PLATÃO, 2013, p. 69).

Propomos que miremos Sócrates e Meleto como personagens ambivalentes porque cada um, em sua força intelectual, teve, tanto em escrita, quanto em voz, um álibi para suas investidas de autodefesas e acusações mútuas perante a força do Estado.

O próprio conteúdo da acusação apresenta-se como ambivalente e esta ambivalência é explicitada por Sócrates quando ele enuncia que esta era uma acusação com duplo sentido: é uma acusação que ora indica que ele não crê em deuses, ora indica sua crença em vários deuses o que fez Sócrates conduzir seu discurso com a finalidade de indicar o poeta Meleto como zombador.

Meleto refuta: "[...] eu afirmo que não acreditas inteiramente nos deuses" Platão (2013, p. 68). A fala de Meleto vem confirmar sua acusação ambígua porque a frase "não acreditas inteiramente" parece sugerir que uma parte de Sócrates cria e a outra parte, não.

A presença de ideias ambivalentes é determinante para a sobrevivência histórico-literária destes personagens considerados expoentes da Filosofia e da Literatura Clássica. Sócrates e Meleto estão restritos, em parte à força dominante do Estado.

Mesmo que Meleto tenha sido dominante desta tecnologia intelectual, que foi e é, a escrita, ou seja, esta tecnologia que desafia outras tecnologias e mesmo que Meleto tenha vencido uma batalha numa instância em relação à condenação de Sócrates, mas acabou perdendo em outra instância com o desaparecimento de sua composição poética de estirpe trágica ou erótica.

Tanto Platão e Xenofonte quanto os estudiosos de suas Apologias se sentimentalizaram com a condenação de Sócrates e viram em Meleto um monstro, um canalha o que configura determinadas opiniões que consideramos distorcidas na contemporaneidade e que são representadas por uma cadeia de autores que se posicionam contra este poeta. Meleto é considerado um acusador moralista e, neste sentido, a favor de Sócrates, sempre houve certa comoção sentimentalizada por afinidades e adesões aos princípios socráticos.

Podemos entender estes sentimentos como parciais e

> arrancados à interioridade de um sujeito para serem violentamente projetados num meio de pura exterioridade que lhes comunica uma velocidade inverossímil, uma força de catapulta: amor e ódio já não são em absoluto sentimento, mas afectos. Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 18).

Os elementos da obra escrita de Meleto ou seja, os temas de sua escrita, não são segredos e a explicitude de sua intenção processual denota um caráter ora político, ora religioso, uma vez que na ambivalência destas duas instâncias acusativas, há um momento voltado para a "corrupção da juventude" e outro momento voltado para o culto aos deuses que estão fora do alcance do Estado.

Sobre a organização do Estado em relação ao que foge ao seu domínio, Deleuze-Guatarri (1997, p. 23) escrevem: "O Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado". A prerrogativa de Meleto em chamar atenção para a constituição clandestina de uma crença paralela à crença do Estado é o foco de interesse desse mesmo Estado que estava sendo ameaçado e também representado por Sócrates.

Esta crença cívica do povo grego ameaçada por Sócrates ou a questão da corrupção da juventude podem ser entendidas como dois polos: “Sem dúvida, os grandes corpos de um Estado, são organismos diferenciados e hierarquizados que, de um lado, dispõem do monopólio de um poder ou de uma função; de outro, repartem localmente seus representantes” (DELEUZE-GUATARRI, 1997, p. 31).

Estes “organismos diferenciados e hierarquizados” cumprem aquilo que o Estado determina. Diz Lévy (1991) sobre a força de um destes “organismos hierarquizados” a serviço do Estado, a escrita:

> Através da escrita, o poder estatal comanda tanto os signos quanto os homens, fixando-os em uma função, designando-os para um território, ordenando-os sobre uma superfície unificada. Através dos anais, arquivos administrativos, leis, regulamentos e cartas, o Estado tenta de todas as maneiras congelar, programar, represar ou estocar seu futuro e seu passado. E é perseguindo o mesmo objetivo que manda construir monumentos, depósitos e muralhas nas cidades, e que mantém, a um alta custo, os silos, os canais de irrigação e as estradas (LÈVY, 1991, p. 54).

O poeta Meleto é o representante desta verve da escrita nesta narrativa porque é ele quem a comanda a favor desta guerra. Meleto quer comandar os signos, designar um território, quer represar, quer congelar, embora não possa porque se utiliza de um dispositivo disperso que é liso, a escrita, conforme diriam Deleuze-Guatarri (1997), e, que tanto serve de remédio como de veneno (Cf. DERRIDA, 2005).

O discurso de Meleto na *Apologia* parece breve e superficial e poderia existir apenas para corroborar com a posição discursiva de Sócrates, mas Meleto defendeu na abordagem de sua denúncia escrita este “organismo hierarquizado” porque oficializa e lavra ou assina seu nome perante o Estado através de sua denúncia escrita.

Sócrates expôs em seu discurso que há uma hierarquia entre um homem leigo e um homem sábio, e defendeu que, por lei, Meleto jamais teria competência para condenar um homem melhor, “[...] pois que não pode acontecer que um homem melhor, sofra dano de um pior” (PLATÃO, 2013, p. 73), o que sugere uma hierarquia socialmente organizada “um homem melhor”, “um homem pior”, “pode”, “não pode”.

Diante desta ambivalência, deste contraste Barroco, conforme discutimos atrás, do “melhor” e do “pior”, do “mais sábio” e do “menos sábio”, do “novo” e do “velho” se estabeleceu um domínio de paradigmas que acentuam a qualidade barroca deste debate. Isso está presente no discurso de Platão que demonstra que o Estado acatou a denúncia de Meleto por ser oportuno para a ordem que desejava impor.

Vejamos mais alguns fragmentos na *Apologia* que reforçam esta discussão da ambivalência sobre os “contrastes que estabelecem uma sequência disforme”: “[...] Um dos últimos acusadores...”; “[...] és mais sábio do que eu?”; “[...] ninguém te dá crédito” (PLATÃO, 2013, p. 65-68). Estes fragmentos só corroboram ainda mais com este viés Barroco: dos primeiros e “dos últimos acusadores”, “crédito,” descrédito.

São fractais como estes que fazem com que concordemos de que a ambivalência não é uma característica apenas da estrutura da narrativa da *Apologia de Sócrates* que funde realismo e ficção, mas sobretudo esta é uma característica permanente nas ações dos personagens que sempre encampam a verve dualista dentro da *Apologia.*

Neste sentido, convém e é imprescindível que visualizemos o poeta Meleto como uma personagem cuja força está para além daquilo que determina Platão que ao criar sua obra – no sentido de criação que Lèvy (1991, p. 35) atribui: “Toda criação equivale a utilizar de maneira original elementos preexistentes”, registra a participação de Meleto que se solta ao mundo para que suas façanhas reflitam suas múltiplas inteligências diante de suas capacidades poética, política e jurídica. Portanto, conforme Lèvy (1991) estes elementos preexistentes são fundamentais para entendermos determinadas obras em seus contextos históricos.

Por outro lado, é preciso ressaltar a estratégia política de Meleto ao colocar na berlinda jurídica os que investiam, a seu ver, contra a soberania da oficialidade da fé e do ensino ateniense corrompendo a juventude.

As tentativas de minimizar o poeta Meleto pelos que se dedicaram a comentar, prefaciar ou traduzir esta narrativa não se sustentam, uma vez que tanto Meleto quanto Sócrates estão para além de seu tempo e do seu próprio lugar, o que os constituem como homens nômades.

Precisamos ter clareza de suas aptidões políticas e para isso recorremos a Deleuze-Guatarri (1997, p. 31), para os quais "seria preciso falar também de uma aptidão, mesmo caricatural, mesmo muito deformada, constituir-se como máquina de guerra, opondo ao Estado outros modelos, um outro dinamismo, uma ambição nômade".

Esta ambição nômade configura-se nos perfis de ambos os protagonistas os quais migram em nomes e ações de uma área a outra suscitando perversões teóricas em suas abordagens. Estas perversões teóricas formalizam e, consequentemente, formatizam a aptidão caricatural de cada protagonista no desenrolar da trama.

Falar de aptidões política e poética de Meleto ou de seu perfil caricatural como de um homem que se define como uma espécie de nômade que vai, não em linha reta, mas num movimento espiral que vai da escrita à oralização desta escrita, é reforçar seu poder de oposição ao Estado, mas também identificá-lo como da situação ou do partido estatal por prestar serviço a este mesmo Estado quando institui sua crítica e sua acusação a Sócrates fundamentadas nos princípios que fogem e que são da alçada do domínio estatal.

Deleuze-Guatarri (1997, p.16) afirmam que "O Estado por si só não tem máquina de Guerra", isto é, o Estado, enquanto aparelho de domínio não funciona apenas enquanto instituição; é preciso, para sua atuação, um plano regido pelas tecnologias intelectuais que faça este Estado pensar e organizar-desorganizar a sociedade em suas leis constituintes.

Meleto é o personagem que age e que põe máquinas e nomes para funcionar/fusionar na Grécia ainda por democratizar-se; é o poeta-personagem narrativizado ou semiotizado pelo filósofo-personagem que lhe toma a voz no diálogo da trama escrita por Platão.

Assim Derrida (2007, p. 381) se refere a Sócrates: "Como o demônio de Sócrates – que terá feito escrever todo mundo, começando por aquele que passa por nunca ter escrito –, esse autômato revém sem revir a ninguém, ele produz efeitos de ventríloqua sem origem, sem emissão e sem destinatário...".

Sócrates instigou Meleto, o poeta sem versos nem biografias a escrever a denúncia e levou Platão, Xenofonte entre outros, a escrever sobre os feitos socráticos ao

registrar seu pensamento e suas máximas. Percebemos o poder que este demônio de Sócrates exerceu até mesmo sobre quem não deixou nada registrado, ele mesmo.

Destarte, devemos encarar Meleto como um sujeito ativo e atento e cuja singularidade impõe esta intriga no sentido grego, no sentido narratológico do termo ou encará-lo como um sujeito reduzido ao essencial dos elementos da trama estabelecida por Platão. Esta ambivalência do poeta Meleto de negar/afirmar suas denúncias toma outras direções que apontam diretrizes instigantes para novas descobertas sobre esta narrativa.

Do ponto de vista da análise desta narrativa, é preciso entender o papel de cada um dos personagens. Sócrates exerceu o papel de um personagem que buscou, a todo custo, provar a força de sua maiêutica, através de um diálogo que não permitiu que seu interlocutor falasse; e Meleto apresenta sua denúncia escrita com a finalidade de colocar face a face Sócrates e o Estado na defesa das acusações que levanta em seu processo.

Tanto Meleto quanto Sócrates explicitam suas operações de guerra na exposição de seus arsenais de combate, escrita e voz, e como "máquinas de guerras" através das tecnologias que utilizam, Sócrates e Meleto são peças fundamentais da disputa clara entre estas tecnologias intelectuais.

Meleto é um protagonista de grande importância nesse passado da Grécia cujo mundo esconde e, ao mesmo tempo desvenda o cerne da crítica filosófica. A força de seu gênio criador, de suas perspicácias poética, política e jurídicas, talvez, possa ser medida pela força do poder de persuasão que exerceu sobre os homens das leis, os heliastas[1], sobre o Estado grego e cuja intervenção, indiscutivelmente, deixou marcas indeléveis no berço desta cultura pelo viés deste julgamento.

Lévy (1991) aponta que Havelock

> propôs uma interpretação para o nascimento da filosofia baseada na passagem de uma cultura oral para uma cultura escrita. Quando o problema da transmissão das narrativas fundadoras é resolvido, somente então pode ser colocado, em toda sua amplidão, o da fundação racional do discurso (LÈVY, 1991, p. 57).

[1] Senhores juízes, homens justos e profundos conhecedores das leis e ótimos intérpretes destas leis.

Meleto pode estar inserido, então, nestas duas instâncias, nestas duas tecnologias intelectuais, às quais definem sua transição ou seu trânsito como poeta para a inauguração de um discurso constituinte racional que ambiciona e questiona a narrativa fundadora da transmissão deste acontecimento.

Durante os séculos posteriores à história da condenação de Sócrates, a escrita reproduz esta narrativa com um conteúdo questionável, embora não seja nosso objetivo culpar a escrita, mas dilacerar uma crítica contra a tradição intelectual, à qual já questionamos anteriormente (Cf. HOBSBAWN), e com à qual tecemos considerações a partir desta leitura que fazemos cuja chave interpretativa abre os primeiros movimentos de Meleto através da escrita neste enredo.

Lèvy (1991) assim discorre sobre a força da escrita:

> Se a escrita é uma condição necessária para o projeto racionalista, nem por isso se torna uma condição suficiente. A história do pensamento não pode, de forma alguma, ser deduzida do aparecimento desta ou daquela tecnologia intelectual, já que os usos que dela irão fazer os atores concretos situados na história não são determinados com esta aparição. Seria inclusive fácil mostrar que a escrita teve usos diversos de acordo com as culturas e os períodos históricos. Resta dizer que a prosa escrita não é um simples modo de expressão da filosofia, das ciências, da história ou do direito (LÈVY, 1991, p. 58).

Esta tecnologia intelectual, a escrita, conforme Lévy (1991) não determina o sentido das coisas, nem dita verdades e mentiras isolada da outra tecnologia intelectual, a oralidade.

Assim, é o próprio Meleto, o responsável por trazer à tona o enfraquecimento do Estado diante da força de Sócrates. Nesta narrativa, o que está em jogo são as prerrogativas das leis estatais ligadas à corrupção ou a afronta aos deuses do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade sempre recorreu ao homem, em particular, ao escritor para deflagrar sua sobrevivência na Literatura quer seja em sua ambivalência, quer seja em sua dualidade entre o nascer e o morrer, entre o ir para o próprio apagamento diante da História ou para o seu permanecer no mundo, o qual se modifica e evolui à luz dos debates de ideias. Já se disse que é o escritor com suas obras e sua forma de ver o mundo quem deflagra a morte intelectual ou a morte moral de determinados cidadãos e é, também este escritor quem escamoteia ou adorna de sentidos a morte/imortalidade de personagens reais ou fictícios.

Neste diálogo entre Sócrates, Meleto e o Estado houve uma coreografia a partir da qual foi a escrita quem primeiro se movimentou. Primeiro, foi o processo escrito por Meleto, depois, houve outro movimento que diz respeito ao debate travado pelo viés da voz entre Sócrates e Meleto perante o tribunal de juízes e, por fim, há um outro movimento a partir do qual, o debate ocorrido pela voz foi mais uma vez transcrito para a escrita culminando nas apologias escritas por Platão, Xenofonte entre outros autores.

Assim, entendemos que há duas maneiras dos filósofos tratarem o nome Meleto: uma maneira aponta o nome Meleto como de um autor-ator capaz e audacioso, uma vez que não era para qualquer cidadão, debater em público com Sócrates e seus aliados; e a outra maneira, diz respeito à imagem que os filósofos pintaram de Meleto. Na acusação que Sócrates faz a Meleto em sua defesa, Meleto é apontado tanto por Platão e Xenofonte quanto pelos prefaciadores, como incapaz para corresponder às questões sugeridas por Sócrates durante o julgamento.

Esse estudo do nome, em particular, do nome Meleto, enquanto fonte de referência do discurso constituinte pode ser pensado numa perspectiva que abra novos paradigmas para a questão deste nome e suas atribuições na *Apologia*. Assim, nossa intenção acadêmica, além das que já foram mencionadas estudo, é escrever um prefácio que objetive abordar a *Apologia* e seus protagonistas na perspectiva cobrada pelo presente estudo.

De certa forma, as informações que temos sobre o mundo e a vida são determinadas pelos rastros deixados pela oralidade, mas é a escrita quem perpetua todo enredo da vida pública ou íntima tanto na abnegação das ações quanto na revelação dos mais recôntidos atos das práticas religiosa,política, poética, jurídica e filosófica.

Obviamente, que o modo do autor registrar a glória ou o fim trágico de um determinado personagem na Literatura depende das afinidades e apatias em relação às atitudes e as ações do autor no tocante a determinadas personagens.

As atitudes e as ações das personagens serão dispostas pelo autor com a finalidade de formar opiniões negativas ou positivas no entorno destes personagens. Este modo de descrever os personagens com atitudes políticas motiva tanto simpatia quanto antipatia na maneira do leitor observar a participação social deste personagem perante o próprio homem. De certa forma, é o autor de determinadas temáticas, o principal responsável por preservar ou denegrir a imagem da humanidade em suas criações literárias ou em suas descobertas científicas e artísticas. Isso não quer dizer que não acreditamos mais em Literatura de formação cuja marca maior é a sua função didático-pedagógica que põe em segundo plano a estética amoral e atemporal Literatura.

São os poemas, os contos, as crônicas, as peças teatrais, os romances, as fábulas, as pinturas, as gravuras, as esculturas e os diálogos em suas narrativas registradas pela escrita os principais responsáveis pela difusão da cultura humana, embora, muitas vezes, estas categorias literárias sejam oriundas da oralidade, mas que sem dúvida alguma é a escrita quem preserva e preservará os ditos ou os “feitos memoráveis” da humanidade em suas aventuras pela busca do saber.

É nesta busca de preservação ou destruição da imagem da espécie humana por determinados autores que as novas gerações vão tomando conhecimento da forte influência destes escritores na construção da força que suas personagens ganham para permanecerem na memória da humanidade a partir de suas pesquisas.

Poderíamos citar como exemplo, a força das personagens em seus ditos memoráveis a partir de Homero com seus personagens “Ulisses, Aquiles, Heitor, Helena, Páris” de Luciano de Sámosata com seu Menipo, de Cervantes com seus “Dom Quixote e Sancho Pança”, de Victor Hugo com o seu “Quasí-mudo”, de Goethe com seu “Fausto”, de Machado de Assim com o seu “Brás Cubas”, de Mário de Andrade

com seu “Macunaima” entre tantas outras personagens de outros escritores que ganharam o mundo com seus passos e suas pernas largas para formarem opiniões e influenciarem inúmeras gerações com as suas fórmulas e formas de viver e pensar a vida além de seus territórios literários.

É possível percebermos de que maneira cada protagonista da história da Literatura permanecerá vivo em nossa memória mediante a força dos autores e de suas obras. Alguns autores de grande importância se propõem, conforme Platão, a tornarem suas obras fontes de referências globais em várias mídias e fazerem de seus protagonistas os verdadeiros baluartes de opiniões capazes de influenciar várias nações fundindo seu discurso com o discurso de seus protagonistas para a expansão de determinadas expressões que estarão para além do tempo de sua própria criação.

Entendemos que nem o abismo da morte ou o silêncio dos mortos corroboram para a sobrevivência de um personagem cuja envergadura religiosa, jurídica, política, poética e filosófica ficaram à mercê das prerrogativas éticas de seu criador.

O silêncio da voz de Meleto na *Apologia de Sócrates* é uma prova cabível da força que um autor pode exercer sobre seus protagonistas, a ponto de em sua escrita deflagrar descrições que possam tornar um personagem acessível ou extremamente imperceptível aos olhos do leitor.

Por exemplo, na *Apologia de Sócrates* há mais duas personagens, Lícon e Anito que são bastante importantes, mas aparecem apenas nas menções feitas a seus nomes porque não participam do diálogo. Já o poeta Meleto está presente do processo movido até à *Apologia*, mas sua participação parece submetida ao segundo plano neste diálogo que Platão monta.

Este silêncio da voz de Meleto na *Apologia de Sócrates* pode representar uma espécie de abismo que soterra e esconde a força intelectual que ele detém e exerce nesta narrativa. Deste modo, percebe-se que o poeta Meleto amarga esta apatia de Platão e, cuja apatia, acaba por migrar das páginas da *Apologia* para influenciar os prefaciadores estudados em nossa tese, cujos autores incorporam, em seus prefácios, a força que Sócrates tem para Platão e para eles.

Contudo, percebe-se que Platão e os prefaciadores parecem ter um objetivo em comum em suas alianças intelectuais, que é tornar o poeta Meleto menor em sua narrativa criando uma espécie de atuação que esteja aquém daquilo que sugere a participação deste poeta neste fato marcante, fato este capaz de inspirar aproximações entre os modelos de morte de Sócrates e de Jesus Cristo, conforme Amoroso Lima (1969).

Essas imagens arquetípicas de Sócrates e de Meleto, neste enredo, são as principais responsáveis pelo entendimento que se tem sobre as ações, as atitudes e as opiniões que circundam a vida destes personagens. De certo modo, são estas ações, opiniões ou atitudes descritas pelo autor Platão que dirão de que forma cada protagonista sobrevive ou sobreviverá para além da *Apologia.*

Há um ethos discursivo (Cf. MAINGUENEAU, 2006) que, a nosso ver, está em cada leitor que por sua vez será responsável por elevar ou submergir para além do que propõe a obra, a memória das ideias pertencentes a cada protagonista que no fundo conduz em si, a força das ideias do autor.

Então, a nosso ver, na narrativa da *Apologia*, contracenam as opiniões de Platão, com as opiniões dos protagonistas Sócrates e Meleto e finalmente com as opiniões dos prefaciadores, os quais são unânimes ao indicarem o poeta Meleto como um protagonista desnecessário nesta narrativa, o que justifica o porquê deste ataque descabido a Meleto, ao mesmo tempo em que se percebe a intenção de preservar Sócrates, conforme deseja Platão.

Desta feita, este ataque a Meleto que vem de Platão aos prefaciadores, traz à baila esta prerrogativa de uma oposição mais do que poética a este poeta e todos os seus descendentes. Tanto a presença do filósofo Sócrates quanto a presença do poeta Meleto em seus barulhos e silêncios foram questionados nesta pesquisa. Assim, verificamos em nosso exame de que modo o prefácio, o paratexto, sobre a *Apologia* pode ser considerado um texto imprescindível para se adentrar a obra e seus protagonistas.

É importante observar a posição que os prefaciadores da *Apologia* assumem em seus textos e como cada um encara um ou outro protagonista. Comprovamos que esta obra e seu enredo ficaram um pouco à margem destas discussões, o que a nosso ver, pode descaracterizar a função propriamente dita do prefácio diante da obra literária.

Percebemos nestes prefaciadores que o poeta Meleto foi colocado como último plano de seus interesses, isto porque também na *Apologia de Sócrates* este poeta aparece com movimentos silenciosos embora, a nossos ouvidos, sejam movimentos extremamente barulhentos porque parecem reivindicar para si, a abertura de uma audição mais apurada para que se perceba que estes barulhos não são apenas ruídos, rasuras ou ranhuras de algo restrito apenas ao passado.

Esta análise em torno do movimento da voz de Meleto na narrativa de Platão, exigiu de nós, não apenas que ouvíssemos este par barulho/silêncio e cujo conteúdo, a nosso ver, tem uma importância fundamental. Esta análise, sobretudo, exigiu de nós, uma espécie de movimento de oposição com menor parcialidade possível, já que nos incomodou muito o fato de percebemos a ambivalência de Meleto e Sócrates em relação à importância que Platão dá a um e a outro em sua narrativa.

Nos prefácios examinados, há diversas expressões em relação a estes protagonistas e são estas expressões que apontam a posição dos prefaciadores em relação a Meleto. Estes prefaciadores vêm o óbvio na *Apologia* conforme a tautologia debatida por Didi-Huberman (1998) que questiona o dito conforme o olhar do autor da obra primeira.

Encontramos nestes prefácios abordagens que anunciam a manutenção dos movimentos do poeta Meleto conforme os movimentos já impregnados na *Apologia* e afixados por Platão. Nesta perspectiva, o ethos discursivo ao qual se refere Maingueneau (2006) viabiliza um debate sobre o discurso constituinte em relação à intriga instalada entre o autor e os protagonistas.

Desta feita, estes discursos constituintes se tornaram uma espécie de máquina trituradora de uma voz a serviço da permanência de uma ideologia dominante. Esta ideologia imperante, de acordo com nossa pesquisa, ficou restrita ao campo da Filosofia à qual em seu discurso filosófico separou e diferenciou o filósofo e o poeta, bem como, suas formas de pensar a sociedade e suas leis.

Conforme Derrida (1973) entendemos que os debates sobre a "temática do signo" sempre foi objeto de estudos de uma tradição que submeteu o ser, ao que este crítico chamava de "movimento da significação" que, conforme este pesquisador, fora da História da Filosofia "nunca existiria".

A Filosofia, de fato, buscou e ainda busca interpretar, o significado das significações que cobriram e ainda cobrem o julgamento de Sócrates. Estas significações estão acobertadas pelo discurso constituinte desta tradição que em seus prefácios, em seus comentários ou apresentações, busca reparar o erro jurídico cometido contra o filósofo Sócrates, defendendo-o abertamente.

Esta tentativa de reparação deste erro jurídico ou da reparação desta provável injustiça cometida contra o filósofo Sócrates, a nosso ver, estabeleceu uma espécie de fossilização do nome Sócrates em detrimento da fragilização do nome Meleto.

Percebemos em nossa pesquisa que o nome Sócrates está fossilizado e ramificado no campo das informações, isto porque o signo Sócrates sempre se refere ao signo Sócrates nos campos Semântico e Semiótico, os quais permeiam o campo de suas significações. Assim, percebemos que das impressões aos sites pesquisados em relação ao nome Sócrates, todas as informações dizem sempre respeito ao nome Sócrates, ou seja, o signo Sócrates é um canal que sempre vai dar em si mesmo e nas coisas que interessam aos seus seguidores.

Já em relação ao nome Meleto, percebemos que existem poucas informações das impressões às mídias e estas informações escassas sobre Meleto nada dizem sobre si mesmo. Ou melhor, o nome Meleto enquanto signo quando pesquisado se refere sempre à cidade de Tales ou ao próprio Tales de Mileto, o que configura um grande engano. Sempre encontramos informações referentes ao nome Meleto ligadas ao julgamento de Sócrates. Portanto, é Sócrates quem contracena com as informações que se busca sobre Meleto num roubo inesperado de cena.

Nossa pesquisa revelou que o nome Meleto é um signo perdido de significantes em torno de si mesmo. Estes significantes por vezes vazios de significados poderiam endossar a participação de Meleto na vida política grega ou até mesmo referendar a sua existência como de um homem que dominou as tecnologias da escrita e da voz neste embate contra Sócrates que não reconhece os deuses do Estado, introduz novas divindades e corrompe a juventude.

Esta tríade fundamentou o processo escrito por Meleto contra Sócrates em suas afrontas jurídicas e políticas contra a força do Estado.

Tanto Sócrates quanto Meleto são personagens a serviço do Estado ateniense, no sentido de que ambos são máquinas de guerras e ao mesmo tempo representam o Estado

em suas tentativas de provarem suas inocências advindas de acusações mútuas. Neste sentido a transmidialização escrita-fala-escrita a que o fato do julgamento de Sócrates é submetido, até chegar à presente tese, é que o tema da livre expressão é atemporal. Este tema estabelece a crise entre o intelectual e a cidade e o poder estabelecido para governar esta cidade. Nossa conclusão aponta tanto Sócrates quanto Meleto como exemplos paradigmáticos desta crise que envolve a relação entre o homem culto e a cidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma. O herói sem nenhum caráter**. São Paulo, Martins, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

AUBRETON, Robert. **Introdução a Homero**. São Paulo: EDUSP, 1968.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas do dizer. As não-coincidências do dizer.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AZEVEDO, Milton M. **Vozes em branco e preto: a representação literária da fala não padrão**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BACON, Francis. **Novo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza.** São Paulo: Victor Civita, 1973.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. Lisboa: Edições 70, 1966.

_____. **O prazer do texto**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

_____. **O grau zero da escritura**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

_____. **Elementos de Semiologia**. Trad. de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1964.

_____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O grão da voz. Entrevistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A arte da vida** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Problemas na poética de Dostoievski.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Austin: University Of Texas Press, 1993.

_____. **Maxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Rastro, aura e História.** Belo Hoizonte: Ed. UFMG, 2012.

BINI, Edson. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates.** São Paulo: EDIPRO, 2011.

BOUDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da informação e da comunicação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1990.

_____. **A dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRUNA, Jaime; ANDRADE, Líbero Rangel de; STRAZYNSKI, Gilda Maria Reale. Prefácio. *In*: PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

BURKE, Peter. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

BURKE, Peter & BRIGGS Asa. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas.** São Paulo: Nova Cultura, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 2003.

____. **O Direito à Literatura**. São Paulo: Duas cidades, 1988.

____. **Literatura e Sociedade. Estudos de teoria e história literária**. São PULO: Ed. Nacional, 1985.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas-SP: Papirus, 1995

CHARTIER, Roger. **A força das representações: História e ficção**. Chapecó-SC: Argos, 2011.

_____. **Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COUBE, Fábio Marchon e CARVALHO, Luis Fernando Medeiros de. **Sobre a justiça por vir: Pensar para além do cálculo a partir de Jacques Derrida.** Confluência, Vol. 14, n.2, Niteroi: PPGSD-DF, Dezembro de 2012.

CUNHA, Martim Vasques da. **A poeira da glória**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

DEBRAY, Regis. **Manifestos midiológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.

DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Tratado de nomadologia: a máquina de guerra.** In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, Vol. 4, p. 11-37.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: EDUSP, 1973.

_____. **Margens da Filosofia**. Trad. de Joaquim Torres e Antonio Magalhães. Campinas: Papirus, 1972.

_____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **Salvo o nome.** São Paulo: Papirus, 1995.

_____. **A Farmácia de Platão.** São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. **Papel-Máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. **O cartão-postal.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DURANT, Will. **História da Filosofia - A Vida e as idéias dos grandes filósofos**, São Paulo: Editora Nacional, 1926.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **The role of the reader. Exploration**. In: **The Semiotics of texts**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

ELIOT, T. S. **De poesia e poetas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GENETTE, Gérard. **O palimpsesto**. **A Literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

_____. **Paratextos editoriais**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GOTLIB, Nádia Battella. **Teoria do Conto**. São Paulo: Àtica, 1988.

GLISSANT, Édouard. **O caos-mundo: por uma estética da relação**. In: **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 97-127.

GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos.** Rio de Janeiro: EDIOURO, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

HAVELOCK, Eric. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais.** UNESP, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Prefácio a Platão.** São Paulo: Papirus, 1995.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOMERO, **Odisséia.** São Paulo: Nova Cultura, 2002.

JAEGER, Werner. **Paidéia - A Formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Paideia**. **Los ideales de la cultura griega**. México: Fondo de Cultura griega, 1995.

JAUSS, Hans Robert. Luiz Costa Lima (Org.). **A Literatura e o leitor. Textos de Estética da Recepção.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JUSTINO, Luciano Barbosa. **Devir-Brasil: Oralização da Literatura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Pontos de Interrogação, Vol. 3, n. 1, Jan/Julho, Alagoinhas-BA: UNEB, 2013.

JUSTINO, Luciano Barbosa e OLIVEIRA, Waldívia de Macêdo. **Leitura d´O Invasor**. Antares, Vol. 6, n.12, Julho/Dezembro, 2014.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

_____. **Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olímpio. 2010.

LÈVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na Era da Informática**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, Alceu Amoroso. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 1969.

LIMA, Sônia Maria Van Dijck.. **Gênese de uma poética da transtextualidade**. João Pessoa, Pb: Ed. Universitária, 1993.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica.** São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a linguagem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O Contexto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Párabola Editorial, 2004.

MENDONÇA, Wilma Martins de. **Memória de nós. O discurso possível e o silêncio Tupinambá nos relatos de viagem do século XVI.** Recife: UFPE, 2002.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Poesia & utopia**. São Paulo: Escrituras Editoras, 2007

MOISÉS, Massaud. **A Criação literária**. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. **História da literatura brasileira. Das origens ao romantismo**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Moderna, 1986.

MOURA, Maria Lacerda de. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Atena Editora, 1955.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A origem da tragédia.** São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semíotica**: **de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

PADOVANI, Umberto e CASTAGNOLA, Luís. **História da Filosofia**, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.

PAES, José Paulo. **Poemas da antologia grega ou palatina. Séculos VII A.C a V D.C.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PAZ, Octávio. **A outra voz**. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Ed. Siciliano, 1989.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. *In:* ACHARD, Pierre (Org). **Papel da memória**. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica & Literatura. Icônico e verbal. Oriente e ocidente**. São Paulo: Cortez & Morais, 1979.

_____. **Poesia, pois é poesia.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIMENTA, Alberto. **O silêncio dos poetas**. Lisboa: Ed. Regra do Jogo, 1978.

PESSANHA, José Américo Motta. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

PLATON. **Apologia de Sócrates. Críton e El deber del Ciudadano**. Madri: Colleccion Autral, s/d.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Ed. Galouste, 1993.

_____. **Apologia de Sócrates.** Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 2001.

_____. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **Apologia de Sócrates**. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, MCMLXIX.

_____. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Hemus, 1981.

_____. **Apologia de Sócrates.** São Paulo: Ed. Escala, 1972.

_____. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **Apologia de Sócrates.** Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 2001.

_____. **Apologia de Sócrates.** São Paulo: Edipro, 2011.

_____. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Atena Editora, 1956.

_____. **O Banquete**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1991.

_____. **O Íon**. Pará: Coleção Amazônia, Série Farias Brito, UFPA, 1980.

PUGLIESI, Márcio; BINI, Edson. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Hemus, 1981.

PULQUÉRIO, Manuel de Oliveira. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates.** São Paulo: Verbo, 1972.

QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RILKE, Rainer Maria. **Poemas e cartas a um jovem poeta**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo Martins Fontes, 1996.

ROMERO, Alexandre. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Hunter Books, 2013.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **O método anticartesiano de C.S. Peirce**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOUZA, Lícia Soares de. **Introdução às teorias semióticas**. Petropólis: Editora Vozes, 2006.

STONE, I. F**. O julgamento de Sócrates**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

TANNERY, Paul. *In*: PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Rio de Janeiro: Ed. Ouro,

1969.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da américa. A questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VEGETTI, M. **O homem grego**. São Paulo: Ed. Presença, 1994.

VIRGÍLIO. **A Eneida.** São Paulo: Nova Cultura, 2003.

XENOFONTE. **Apologia de Sócrates**. Ed. Nova Cultura, 1991.

_____. **Memoráveis.** Coimbra: Fundação Galouste, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

WERNER, Jaeger. **Paidéia**. México: Fondo de Cultura Econômica-FCE, 1995.